FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.719 | TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2024 | R$ 6,90

Charly Triballeau/AFP

MANIFESTANTES FAVORÁVEIS À PALESTINA SÃO PRESOS EM UNIVERSIDADES NOS ESTADOS UNIDOS

Estudantes acampados na Universidade Columbia, em Nova York, que cancelou aulas presenciais; protestos contra escalada da guerra Israel-Hamas atingem outros campi pelo país Mundo A10

Sistema de pagamento do governo é invadido, e há suspeita de desvio

Autores de ataque, não identificados, podem ter emitido ordens bancárias com verba pública; governo apura valor

A Polícia Federal investiga a invasão do sistema de administração financeira que o governo federal utiliza para executar pagamentos, Siafi. Há suspeita de que os autores do ataque tenham conseguido emitir ordens bancárias com recursos da União.

A ação visou a autenticação de usuários no portal gov.br após obterem credenciais de gestores da verba.

A hipótese é que a captura de dados tenha ocorrido por meio de um sistema de pesca de senhas (com uso de links maliciosos, por exemplo) e que essa coleta tenha perdurado por meses. Segundo o governo, o portal gov.br não foi corrompido.

Após a identificação do problema, o Tesouro Nacional, que gere o Siafi, ampliou as medidas de segurança.

O sistema violado é complexo e exige conhecimento prévio, afirmam técnicos.

A fraude foi detectada porque o CPF do gestor ligado à Câmara usado para tentar emitir ordem bancária com Pix neste mês era o mesmo de quem liquidou a despesa —deveriam ser gestores distintos. Além disso, a Câmara não adota Pix para executar pagamentos. Mercado p.1

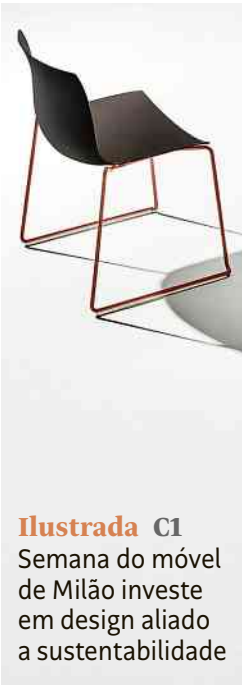
Isabelle M. Lima

Bebe-se melhor hoje do que há 20 anos

Se você está começando a beber vinho agora, eu tenho inveja de você. É verdade que, quando comecei, gastei menos por cada tacinha descompromissada. Mas também é verdade que bebi pior. Comida C8

A jornalista passa a assinar nova coluna sobre vinhos

Gilmar suspende ações sobre lei do marco temporal

O ministro Gilmar Mendes, do STF, decidiu ontem suspender ações na Justiça que tratam da lei do marco temporal de terras indígenas e busca acordo sobre o tema. Em carta aos três Poderes, indígenas relacionaram a tese ao aumento da violência. Cotidiano B1

Ilustrada C1

Semana do móvel de Milão investe em design aliado a sustentabilidade

Cadeira com assento feito em papel kraft Divulgação

Comida C8

Farnéis solidários

A VIDA NA UCRÂNIA

Projeto voluntário, que começou em casa de família, prepara até 2.000 refeições por dia. Comida pronta é enviada aos soldados ucranianos no front da guerra.

Esporte B7

Corinthians fecha maior negociação do futebol feminino no país, a R$ 2,6 mi

Ciência B3

Em homenagem a Jorge Amado, ossada de dinossauro ganha nome de Tietasaura

Prefeitura de SP diz ser pública praça cercada por ex-juiz

Cotidiano B2

EDITORIAIS A2

Já se estimam efeitos do clima em renda e saúde

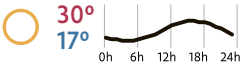
Acerca de dados relativos ao aquecimento global.

Linha-dura continental

Sobre referendo miranda segurança no Equador.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

30° 17°

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723

Ronny Santos/Folhapress

RESTAURAÇÃO NO MASP TIRA VERMELHO DE PILASTRAS

Obra para reparos no Museu de Arte de SP irá restaurar pilotis, vigas e laje do vão-livre; pilares acinzentados, como eram em projeto original de Lina Bo Bardi, serão repintados Ilustrada C7

Em vez de ler, Haddad devia usar tempo no Congresso, diz Lula

Política A5

Pacote de crédito para compra da casa própria é anunciado

Estatal Emgea comprará parte da carteira de crédito imobiliário de bancos. Governo também lançou ontem linhas para famílias do CadÚnico e empreendedores. Mercado p.2

PSD, de Kassab, se torna o partido com mais prefeitos

Levantamento feito pela **Folha** após o fim do período de transferência partidária mostra que o PSD, criado em 2011 por Gilberto Kassab, superou o MDB e se tornou a legenda com mais prefeitos no país, 1.040 —58% acima do que tinha em 2020. Política A4

Conflitos no campo batem recorde sob gestão petista

Relatório aponta que os registros de conflitos no campo no Brasil foram recorde em 2023, primeiro ano do governo Lula (PT), com 2.203 ocorrências. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o índice é o mais alto da série histórica, desde 1985. Política A7

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Benett

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Já se estimam efeitos do clima em renda e saúde

Transição energética lenta provoca perdas na economia e no bem-estar mundial, hoje e nos próximos 25 anos, conforme apontam estudos

Quando a Convenção da ONU sobre Mudança Climática foi adotada em 1992, no Rio de Janeiro, fixara-se para o final do século 21 o horizonte de riscos à população pelo aquecimento global. Passados 32 anos, pouco se fez de eficaz para combater a crise do clima, e agora as ameaças batem à porta.

Parte dos desastres que se avolumam —enchentes, epidemias, secas, fomes, incêndios, deslizamentos— ainda se pode atribuir à variabilidade natural do clima, embora a ciência venha subtraindo peso desse fator. E o que ela aponta de negativo no futuro encolheu para o intervalo de uma única geração.

Faltam só 25 anos para 2049, quando a renda mundial terá ficado 19% menor do que seria de esperar sem tal agravamento do efeito estufa. A previsão lúgubre apareceu na revista científica Nature, em artigo de especialistas do Instituto para Pesquisa sobre Impacto do Clima de Potsdam, na Alemanha.

Os autores coletaram dados sobre danos causados por anomalias de temperatura e precipitação, ao longo de 40 anos, de mais de 1.600 regiões espalhadas pelo globo. Com essa base, projetaram perdas econômicas no próximo quarto de século considerando só o aumento de calor causado por emissões passadas de carbono.

Dito de outro modo: a economia mundial perderá um quinto do valor que poderia gerar, em 25 anos, não importa quanto governos e empresas logrem reduzir gases do efeito estufa daqui em diante.

E eles não estão cumprindo com o compromisso assumido quase uma década atrás, no Acordo de Paris (2015), de tentar limitar o aquecimento global antropogênico a 1,5°C. As emissões globais de CO_2 com produção de energia tiveram novo recorde em 2023, o ano mais quente já registrado num planeta em média 1,2°C mais aquecido.

Isso tudo apesar dos avanços em direção a energias limpas, como eletricidade de fontes eólica, fotovoltaica e hidráulica. Porém, para atingir o objetivo de Paris, o mundo precisaria triplicar o investimento anual nesses setores de US$ 1,8 trilhão (2023) para US$ 4,5 trilhões nos próximos seis anos.

A população afetada também vê a saúde prejudicada pelo clima transtornado, com calor excessivo, radiação ultravioleta e doenças transmitidas por insetos. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, 2,4 bilhões de pessoas, mais de 70% da força de trabalho, já estavam expostas em 2020.

Em 1992, no Rio, tomadores de decisão contavam que não estariam vivos quando o pior da crise do clima se manifestasse. Hoje, ao se omitirem diante do imperativo econômico e ético da energia limpa, condenam seus próprios contemporâneos e filhos a uma vida mais pobre e insalubre.

Linha-dura continental

Como em El Salvador, governo do Equador pode endurecer política de segurança após referendo

No domingo (21), os equatorianos responderam "sim" a 9 de 11 perguntas de um referendo que versava principalmente sobre segurança pública. Trata-se de um exemplo de como a violência urbana pode ser capturada por interesses eleitoreiros e, assim, contribuir para a erosão paulatina do Estado de Direito.

Dentre as questões mais controversas, aprovou-se o "apoio complementário das Forças Armadas nas funções da Polícia Nacional para combater o crime organizado".

Na prática, significa que decretos de estado de exceção e declarações de conflito armado interno (como a vigente no país desde janeiro) não são mais necessários para que militares atuem em operações de segurança pública —basta a decisão do presidente e do chefe de polícia local.

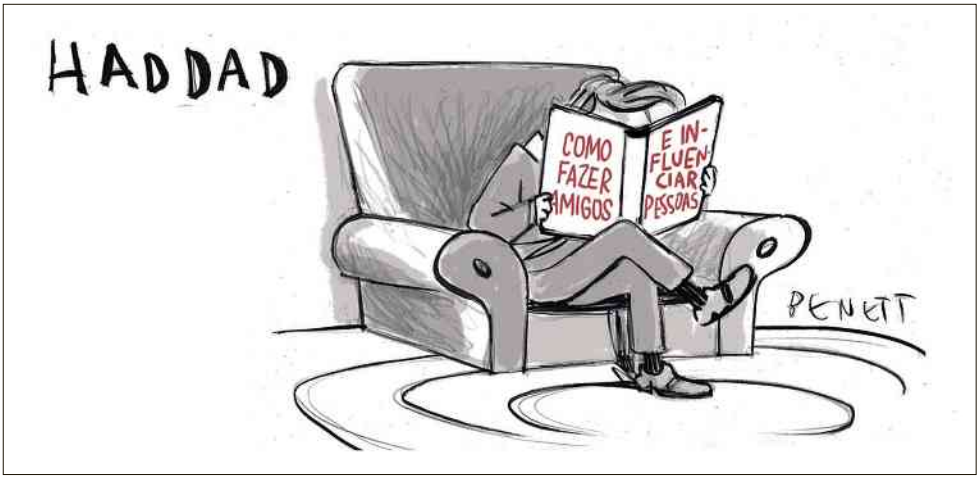
O principal risco se refere ao fato de que o Exército não está preparado para agir entre civis, o que pode levar a abusos de força —que já têm sido relatados pela população.

O país vive um onda de violência causada pela expansão do narcotráfico. O número de homicídios por 100 mil habitantes saltou de 6 em 2018 para 43 no ano passado.

Daniel Noboa chegou à Presidência em outubro de 2023, depois da dissolvição do Parlamento pelo ex-presidente Guillermo Lasso. Em janeiro, após uma escalada de episódios violentos, assinou decreto que autoriza operações militares. Mesmo assim, novos ataques deixaram 15 mortos em apenas dois dias no mês de março.

A proposta linha-dura de Noboa segue os passos de Nayib Bukele, presidente de El Salvador que em 2022 decretou um estado de exceção que solapa direitos civis. Javier Milei, na Argentina, também indicou que pretende adotar o modelo de Bukele. Tal populismo autoritário na área de segurança, contudo, serve apenas para vencer eleições.

Em vez de colocar interesses políticos à frente dos da população, o governo equatoriano deveria fortalecer o Ministério Público e investir em inteligência, tanto para conter fontes de financiamento e lavagem de dinheiro quanto para coibir e punir a corrupção policial.

Colocar militares nas ruas é somente um paliativo que coloca em risco os direitos humanos.

Tentação final

Hélio Schwartsman

Lula vem dando sinais de que está preocupado com as pesquisas que mostram uma piora na avaliação de sua administração. O movimento não surpreende. É natural que a popularidade se desgaste à medida que transcorre o mandato. Dada a tendência global de mau humor dos eleitores para com seus dirigentes, Lula até que não está mal. Outros líderes de democracias, como Biden, Scholz, Trudeau e Macron, vivem situação bem pior.

Há, porém, um detalhe que justifica a inquietação de Lula. No Brasil, quando um presidente é eleito, ele se programa para gastar mais no final do mandato, a fim de produzir um pico de popularidade que amplie sua chance de recondução. Mas Lula alterou esse roteiro. Dadas as circunstâncias do último pleito, considerou, possivelmente com razão, que seu governo precisaria exibir resultados positivos já no primeiro ano. Antes mesmo de assumir, negociou com o Congresso a PEC da Transição, que lhe deu R$ 145 bilhões extras para utilizar no início da gestão.

Os resultados apareceram. A renda das famílias aumentou, a pobreza diminuiu e o desemprego caiu. Não foi, é claro, só a PEC da Transição. Os ventos econômicos favoráveis e a dinheirama que Bolsonaro distribuiu no final de sua gestão também tiveram seu papel.

O problema de Lula é que o quadro econômico benfazejo não se converte em avaliação positiva. É possível que isso ainda venha a ocorrer, mas também é possível que estejamos diante de um fenômeno mais estrutural, ligado à inflação global, à polarização ou a um Zeitgeist mais impaciente. E, por ter apostado alto na PEC da Transição, não resta muito espaço fiscal para o governo ampliar os gastos. Um Congresso mais guloso e uma inapetência geral para cortar programas ineficientes tampouco ajudam. Tudo isso aumenta o risco de Lula, a exemplo de Bolsonaro, cair na tentação de sacrificar as contas públicas para buscar o tradicional sprint final de popularidade.

helio@uol.com.br

Cândidos, os otimistas

Dora Kramer

O desacerto entre Executivo e Legislativo está de tal maneira intenso que o presidente Luiz Inácio da Silva se viu obrigado a fazer o que imaginou não ser preciso depois de dois mandatos bem-sucedidos na relação com o Congresso: entrar com seu peso no varejo da articulação político/partidária.

Para isso, Lula teve de dar um tempo na execução do projeto de se firmar como liderança internacional. A razão, sabemos, é a mudança da realidade anteriormente vivida pelo presidente tanto quanto aos posicionamentos dele no âmbito mundial como a alteração da correlação de forças na sociedade, no Parlamento e na configuração da equipe presidencial, hoje bem mais fraca.

Lá atrás, na primeira década do novo milênio, seria inimaginável a hipótese de um presidente da Câmara se referir a José Dirceu —ou a qualquer outro de semelhante estatura na hierarquia petista— como incompetentes e mais, dado a eles a condição de desafetos pessoais.

Agora vimos o deputado Arthur Lira (PP-AL) partir para o confronto com o Planalto e ainda ser agraciado com um pedido de trégua por parte do presidente, cujos auxiliares disseminam a versão de que a proximidade do fim do mandato do presidente da Câmara resulta na morte prematura de poder. Fosse verdade, Lula ficaria na dele aguardando o desgaste natural do adversário.

Portanto, simulam ingenuidade ao exalar otimismo o líder do governo na Câmara e o ministro da articulação política quando um (o deputado José Guimarães) diz que basta um pequeno conserto para tudo se resolver; e outro (o ministro Alexandre Padilha) fala que está tudo bem e a crise superada.

Temporariamente pode até ser, como foi quando Lula promoveu uma série de encontros amigáveis no Palácio da Alvorada, que distenderam, mas não resolveram a situação. Mais estruturalmente complicada do que possam supor a vã filosofia cândida do ministro otimista e do líder apaziguador.

Assim caminha a IA

Alvaro Costa e Silva

Ninguém segura a inteligência artificial. A começar pela previsão mais terrível: Stuart Russel, professor de ciência da computação na Universidade da Califórnia, está preocupado com a segurança de sistemas que —por ora— ainda não existem, aparatos tão influentes que, livres para tomar decisões, poderão definir se continuamos a sobreviver como espécie. Em outras palavras, o fim do mundo como o conhecemos. O apocalipse, a hecatombe, o armagedom.

Não adianta fugir: a IA acha você em qualquer lugar. Tão assombrosos quanto os executores do juízo final são os instrumentos de liquidação em massa, já utilizados na matança de Gaza, segundo denúncia da revista israelense +972. Os alvos de carne e osso são escolhidos por algoritmos, que avaliam atitudes "suspeitas". Depois, como nos pesadelos da guerra nuclear, é só apertar um botão.

De acordo com o Financial Times, duas empresas se preparam para lançar em breve modelos de máquinas pensantes, aptas a refletir, planejar ações e ter memória, atividades essenciais que vão equiparar ou superar a capacidade humana. Quer dizer, nem para apertar o botão seremos mais necessários.

Em contrapartida, há um conceito, formulado no Vale do Silício, berço das big techs, que prega a fé cega no avanço tecnológico sem limites e desregulamentado como solução para todos os males do planeta: pobreza, fome, alterações climáticas e, claro, guerras. Uma espécie de "aceleracionismo" para combater o alarmismo daqueles que, como no samba de Assis Valente, garantem que o mundo vai se acabar. O slogan do movimento é justamente "Acelerar ou Morrer".

No quintal doméstico, além da preocupação com as eleições, há mais uma. O governo Tarcísio de Freitas vai usar o ChatGPT para produzir conteúdo digital na rede de ensino. A própria ferramenta, se provocada, diz que é impossível substituir o papel do professor em sala de aula.

Nos faltam palavras

Juliano Spyer

Antropólogo, autor de "Povo de Deus", criador do Observatório Evangélico e sócio da consultoria Nosotros

Nos faltam palavras para analisar com precisão o que interessa à sociedade sobre o campo evangélico. O leitor não especialista desconhece termos como neopentecostal, renovado ou reformado. Resta-nos, no debate público, classificar os evangélicos como conservadores ou progressistas para examinar temas complexos, como a influência da moral religiosa na produção de livros didáticos.

O problema é que conservador e progressista são conceitos vagos. Por exemplo, como classificar igrejas inclusivas, que acolhem cristãos LGBT mas mantêm uma posição contrária ao restante da agenda progressista? O que dizer de evangélicos que votam em candidatos de esquerda e são conservadores no âmbito moral? E qual é a utilidade de falar em progressistas quando o número de evangélicos que defendem pautas como a legalização das drogas ou do aborto —me refiro a evangélicos no campo popular— é inexpressivo? Por esses motivos, hoje, "progressista" e "conservador" são usados como sinônimos para evangélicos "do bem" ou "do mal". Precisamos ampliar esse vocabulário.

A antropóloga Christina Vital da Cunha, da UFF, propõe uma solução para abrir esse debate no artigo "Evangélicos críticos no Brasil: Uma Análise Sociológica". Ela chama de "críticos" o subgrupo que é conservador nos costumes, mas se diferencia dos fundamentalistas, que leem a Bíblia de maneira literal, como verdade inquestionável.

Para fundamentalistas, por exemplo, se a Bíblia diz que apenas pessoas casadas podem se relacionar sexualmente, essa é a verdade. Se a Bíblia não faz referência a racismo, quer dizer que o tema não é relevante. O crítico, por outro lado, enxerga a Bíblia como um texto a ser interpretado à luz do entendimento presente. Por isso é mais receptivo ao debate com outros setores da sociedade.

Segundo essa proposta, o evangélico crítico também se contrapõe ao fundamentalista por ser comprometido com justiça social e ambiental, democracia e direitos das minorias, podendo se orientar entre partidos de centro, centro esquerda e esquerda nas eleições. Apesar de geralmente não participarem de campanhas políticas, os líderes críticos questionam práticas fundamentalistas e ideologicamente gravitam entre liberalismo, social democracia e socialismo.

Falar em "fundamentalistas" e "críticos" é produtivo, também, porque são termos pluridenominacionais, independem da afiliação a uma igreja.

A solução de Christina entende a necessidade de ter conceitos simples para substituir "progressista" e "conservador". E cria uma alternativa a partir da noção de fundamentalismo que é suficientemente clara. É uma proposta engenhosa e útil.

spyer@uol.com.br

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Gritos roucos para ouvidos moucos

Muito se fala, mas pouco se escuta entre os atores do Judiciário brasileiro

Fábio Tofic Simantob
Advogado criminalista, é mestre em direito penal (USP) e conselheiro do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)

Em praticamente todas as sessões de julgamento do Superior Tribunal da Justiça tornou-se praxe ouvir os ministros se queixarem do excesso de habeas corpus que são ajuizados pelos advogados. Segundo dados do próprio tribunal, o número não para de crescer e pode acabar inviabilizando o próprio funcionamento do STJ.

A queixa é legítima e, em boa parte, procedente. Há, no entanto, um problema crônico de comunicação na Justiça brasileira. Os atores da Justiça dialogam mal, muito mal. As faculdades não formam pessoas capazes de articular bem seus argumentos num processo. Nem mestrado e doutorado são capazes de suprir essa carência —senão até a pioram, pelo excesso de juridiquês.

Advogados, promotores e juízes escondem-se atrás de precedentes, decisões e artigos de lei porque isto todos aprendem na faculdade. Mas é comum ver acusações que não descrevem com precisão os fatos, decisões que não enfrentam os argumentos da parte e, claro também, habeas corpus que não conseguem deduzir de forma cristalina a pretensão.

Na área criminal, os advogados se deparam diariamente com decisões padrão, que repetem jargões como "a liminar é medida excepcional, e não se mostra cabível, na espécie" —ou seja, uma frase que encaixa em qualquer caso e não precisa do exame da ilegalidade apontada no caso concreto.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, tem encabeçado uma campanha importantíssima voltada à simplificação da comunicação forense. É preciso eliminar os data vênias, os egrégios e preclaros, o latinório; mas, mais do que isso, é preciso melhorar a comunicação. As petições precisam ser mais sintéticas, as denúncias não podem ser um calhamaço interminável, e as decisões e acórdãos não devem também passar de algumas páginas.

Basta também assistir a algumas sessões de julgamento para se perguntar se é necessário um voto levar às vezes horas para ser lido.

No criminal, é comum ver sentenças de 100, 200 páginas, transcrevendo depoimentos, manifestações do Ministério Público, e precedentes. Argumentos próprios mesmo, pensados para o caso concreto, pouco se veem. O mesmo ocorre com as petições. Muitos advogados ainda escrevem muito, lotam a petição de doutrina e jurisprudência, mas dedicam poucos argumentos à análise do caso efetivamente.

> **[...]**
> Existem muitas questões para serem repensadas, que vão desde o ensino jurídico, a comunicação e a linguagem forense até o efetivo funcionamento da máquina judiciária. O que não se pode é eleger um culpado: no caso, o habeas corpus, protetor maior da liberdade humana

Os bons juízes são aqueles que decidem em poucas páginas, mal citam doutrina ou jurisprudência, mas exaurem o debate da causa.

Alguns dizem que o computador piorou muito a situação, em virtude do famoso "recorta e cola", mas não é só isso. O computador também tornou o direito mais acessível. Em um clique, qualquer advogado, juiz ou promotor encontra na internet um precedente bom para usar no seu caso, até porque o Brasil ainda tem jurisprudência para todos os gostos.

O resultado disso é que muito se fala, mas pouco se escuta. A impressão às vezes é de que o diálogo processual é um monólogo.

Para piorar, os criminalistas cuidam de casos antipáticos perante a opinião pública; logo, antipáticos também perante o Judiciário. Muitas vezes o juiz ou o tribunal nega-lhe o direito, ou lhe dá tratamento diferente "porque o caso é ruim".

Não é algo que se admite com facilidade, mas a natureza humana está aí para comprová-lo. Ou seja, o Judiciário brasileiro universalizou o acesso à Justiça nos últimos 20 anos, mas não universalizou a efetiva entrega do direito igual a todos. Resultado: os advogados estão a todo tempo buscando garantir essa isonomia aos seus clientes.

Existem muitas questões para serem repensadas, que vão desde o ensino jurídico, a comunicação e a linguagem forense até o efetivo funcionamento da máquina judiciária.

O que não se pode é eleger um culpado: no caso, o habeas corpus, protetor maior da liberdade humana, pelas mazelas que acometem os tribunais e a efetiva realização da justiça no país.

É preciso proteger o livro, quem o produz e quem o lê

Em tempos de inteligência artificial, urge garantir os direitos do autor

Sevani Matos, Dante Cid e Ângelo Xavier
Presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL)
Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL)
Presidente da Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros)

"Por vezes ganhamos mais experiência com o que lemos do que com o que vemos", nos sentencia Miguel de Cervantes. Ele faleceu em 1616, por coincidência no mesmo dia de outros dois grandes escritores, William Shakespeare e Inca Garcilaso de la Veja: 23 de abril, quando celebramos o Dia Mundial do Livro.

É uma data para homenagear não apenas os que têm o ofício da escrita, mas também todos aqueles envolvidos no segmento: editores, livreiros, tradutores, ilustradores, revisores. E não se pode esquecer, claro, dos leitores. Afinal, é por eles que toda essa cadeia de produção se movimenta. Mas também nesta data celebramos o Dia do Direito do Autor.

Trata-se, portanto, de oportunidade ímpar para se discutir o papel do criador e seu consequente reconhecimento. Uma obra —literária ou não— é fruto não apenas de um lampejo criativo individual, mas de um empenho que deve ser reconhecido pela sociedade, legalmente passível de proteção econômica, por meio de leis nacionais e tratados internacionais de direitos autorais.

Num mundo que debate os impactos da inteligência artificial (IA) na sociedade, é ainda mais imperioso discutirmos o direito do autor. Afinal, o bom desempenho de ferramentas de IA generativa está diretamente relacionado ao uso que se faz de criações e obras de criadores diversos, como os escritores.

É fato que as big techs, que faturam bilhões e alardeiam pesados investimentos em inovação, desconsideram totalmente os direitos autorais de quem produz as obras que garantem o êxito das ferramentas de IA generativa.

Em fevereiro deste ano, o Copyright Committe da IPA, instituição da qual a Abrelivros, a CBL e o SNEL são membros, emitiu um posicionamento em prol do arcabouço jurídico existente. A instituição entende que a compilação, o tratamento, o armazenamento e a cópia de obras autorais para treinar modelos de IA implicam direitos exclusivos dos autores que não podem e não devem ser ignorados. Ou seja, empresas de IA generativa têm o dever de licenciar obras que pretendam utilizar em seu benefício.

> **[...]**
> É fato que as big techs, que faturam bilhões e alardeiam pesados investimentos em inovação, desconsideram totalmente os direitos autorais de quem produz as obras que garantem o êxito das ferramentas de IA generativa

Não custa lembrar que os princípios básicos que norteiam os direitos dos autores levam em consideração questões de ética e transparência. Acreditamos que o respeito aos direitos autorais é de extrema relevância para que se assegure uma produção literária e artística de qualidade, em prol do desenvolvimento social e cultural de uma nação. Lutar por uma indústria editorial robusta é um preceito de quem defende a pluralidade de ideias, a disseminação do conhecimento e a liberdade de expressão.

Somos sabedores de que, na era digital, o licenciamento e o registro de direitos são ainda mais fáceis de realizar, de forma rápida e segura. Discutir como proteger o direito do autor em tempos de IA é, portanto, urgente. E esse debate é ainda mais crucial quando pensamos que, nos últimos tempos, o livro tem sido, no Brasil e em várias partes do mundo, alvo de ataques e censuras.

Calar a voz do autor e silenciar os seus direitos são um gigantesco retrocesso civilizatório.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

O presidente Lula com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em cerimônia de lançamento do programa Mover Gabriela Biló - 26.mar.24/Folhapress

Manifestação bolsonarista

"Bolsonaro quer replicar atos pelo Brasil, e aliados devem manter Moraes na mira" (Política, 22/4). Essas manifestações são muito perigosas, inclusive é propaganda eleitoral antecipada. Até quando serão admitidas?
Pedro Tadeu Oliveira da Silva (Brasília, DF)

*

Ato fraco de público e de crítica. Mas o melhor é essa gente acordar na segunda-feira e nada mudar: Lula presidente e seguindo o jogo. Não tem preço.
Maria F. Luporini (Campinas, SP)

*

O STF e demais instituições devem permanecer unidos, não ceder à tentação de defender isoladamente um de seus membros, deixar bem claro que, quando sofrem ataques, o destino é sempre o colegiado, a instituição como um todo, fortalecendo posição nesse sentido. Arruaceiros devem ser tratados como tal, porém, numa polarização "burra" como a nossa, são perigosos.
Orlando Gomes de Freitas (São Paulo, SP)

Crise ministerial

"Lula cobra Alckmin mais ágil e diz que Haddad tem que falar com Congresso 'em vez de ler um livro'" (Política, 22/4). Típico assunto para ser resolvido num diálogo entre os dois ou, pelo menos, em reunião ministerial.
Jayro Guimarães Junior (São Paulo, SP)

*

Para quem não gosta de ler, é fácil mandar o outro parar de ler. Haddad é ministro, precisa ler, o governo é que se resolva com sua base no Congresso Nacional e cheque por que seu governo está meio que empacado.
Fabio Camargo Bandeira Villela (Presidente Prudente, SP)

*

O desespero está começando a bater, percebendo que está perdendo as parcerias políticas e confiança do eleitorado.
Elton Sanches (Barueri, SP)

Ensino superior brasileiro

"Greve expõe distorções nas universidades" (Opinião, 21/4). Eu, estudante de uma universidade federal, acho um debate legítimo, tanto a cobrança para os grupos mais abastados, quanto uma porcentagem sobre o salário dos formados que exercem a profissão. Desde que no mínimo 50% desse dinheiro fosse destinado aos investimentos e não ao custeio. Porém, o Legislativo não teria competência para discutir um projeto sério, não nestas condições.
Thiago Limeira (Belém, PA)

*

Nossa universidade pública fornece, na maioria dos casos, um ensino primoroso e de ponta, bastante superior à média das instituições privadas, além de estar obrigado constitucionalmente a prover não apenas ensino, mas também pesquisa e extensão. Formamos o graduado, pós-graduado, enviamo-lo ao exterior para completar a formação e, na hora de contratá-lo por concurso, a empresa ou universidade do exterior leva o nosso egresso. Por questão salarial e de falta de estrutura para pesquisa.
Newton Rodrigues Miranda Neto (Belo Horizonte, MG)

Fiscalização

"INSS fará pente-fino de servidores no exterior após caso de agressão a Gilmar Mendes em Lisboa" (Mônica Bergamo, 21/4). Vai ter que contratar um navio.
José Alberto Dietrich Filho (Cascavel, PR)

*

Manda todo mundo voltar para o presencial e logo logo acaba com essa palhaçada.
Dalva Maria dos Santos (São Paulo, SP)

*

Tem muito abuso no teletrabalho, precisa ser bem regulamentado. Nunca houve a possibilidade de uma chefia autorizar um funcionário público viver no exterior, isso sempre passou pela presidência do órgão e a autorização publicada em diário oficial. Com tanto desemprego, vemos um burguesinho cheio de privilégios, em uma situação ilegal, agredir um ministro. Tem limites.
Fatima Marinho (São Paulo, SP)

Público e privado

"Ex-juiz cerca praça em São Paulo que prefeitura diz ser pública" (Cotidiano, 22/4). Grilagem urbana? Essa é novidade para mim. O que não é novidade é ter juiz envolvido.
Sergio Sambi Colotto (São Paulo, SP)

*

O Judiciário nunca tem tempo para o povo brasileiro, que deve esperar 20 anos por uma decisão. Vamos trabalhar, povo, porque o Judiciário não tem pressa nem metas.
Dario Lima (Natal, RN)

Relacionamentos

"Nem monogamia, nem poligamia" (Becky S. Korich, 22/4). Somos biológicos e racionais, animais e culturais, gregários e solitários e ainda há as interações com os outros, conosco mesmos atravessados por estados de espírito, perspectivas, momentos de vida. E agora aparece mais um rótulo por parte de gente com muita sede de controle... Estou com a Becky, demasiada humana aí reconhecendo essas contradições da nossa condição.
Fabiana Menezes (Belo Horizonte, MG)

*

Não há regras para um relacionamento afetivo ou mesmo para os sentimentos. Ditá-las é como tentar aprisionar vento. Cada pessoa deve saber (e sentir) o que é melhor para ela. O restante é puro preconceito e discriminação.
Humberto Giovine (Erechim, RS)

Consumo de vinho

"Dá para sentir inveja de quem começa a beber vinho hoje" (Isabelle Moreira Lima, 22/4). Texto delicioso, Isabelle. Parabéns. Despretensioso, leve, informativo e, acima de tudo, dirigido ao leitor da **Folha**, e não a quem ganha mais de R$ 30 mil por mês. Você e o Marcão estão dando um baile. Ou um banquete.
João Vergílio (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

COTIDIANO (21.ABR, PÁG. B5) A garagem da Green Móvil é de 40 mil m², não de 40 mil km², como publicado no texto "Exemplo para SP, Bogotá investe em ônibus elétrico".

política

PAINEL | **Fábio Zanini**
painel@grupofolha.com.br

Margem de erro

O ministro do Empreendedorismo, Márcio França, nomeou para um cargo em sua pasta um aliado ligado à Badra Comunicação, empresa de pesquisas eleitorais que já foi acusada de produzir levantamento com viés favorável ao político do PSB. Em dezembro, Mauricio Juvenal virou secretário nacional de Micro e Pequena Empresa do ministério. Juvenal também trabalhou com França quando ele era vice-governador e governador de São Paulo, entre 2015 e 2018.

HISTÓRICO Na disputa de 2020, em que o atual ministro se candidatou a prefeito de SP, a Badra chegou a ter uma pesquisa barrada pela Justiça por viés pró-França. O instituto também foi acusado de passar informações privilegiadas à campanha dele, o que levou à suspensão de uma peça do então candidato na TV.

DE CASA O ministério afirma que a nomeação de Juvenal foi baseada em sua ampla experiência em gestão pública. Já o instituto diz que ele é "jornalista e parceiro" e que "jamais manteve vínculo profissional formal com a Badra, mas colabora sempre que convidado com a inteligência de seus textos de análise."

DUAS RODAS Em reunião nesta segunda (22), iFood e Ministério do Trabalho retomaram o diálogo que havia sido interrompido com o fim do grupo criado para regulamentar os trabalhadores de aplicativo, no ano passado. Na ocasião, houve acordo apenas com os motoristas, e não entregadores. "Estamos otimistas que será possível chegar a uma proposta justa para todos os envolvidos, com o entregador no centro das discussões", diz o diretor de Políticas Públicas da empresa, João Sabino.

NÃO, OBRIGADO O projeto que o governo enviou ao Congresso contemplando apenas os motoristas tem enfrentado resistências, inclusive dos supostos beneficiados por ele.

TOUR DE FORCE O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, marcou para essa semana uma rodada de conversas com líderes da base aliada, no momento em que o Congresso se prepara para deliberar sobre temas importantes para a pauta fiscal do governo. Nesta segunda (22), encontrou-se com representantes do União Brasil e nos próximos dias falará com PP, Republicanos e MDB.

DOR COMPARTILHADA A União das Associações de Familiares de Vítimas, que reúne parentes de afetados por tragédias recentes, pediu audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos para denunciar "as contínuas graves violações de direitos humanos" no Brasil. Compõem a entidade atingidos pelo incêndio no Ninho do Urubu, boate Kiss, Brumadinho, Mariana e Braskem.

TESOURA Em resposta à carta enviada na semana passada aos deputados estaduais pela Fundação Padre Anchieta, que gere a TV Cultura, a Secretaria da Cultura do governo de SP confirma redução no orçamento da entidade em cerca de R$ 13 milhões.

CALMA A pasta, no entanto, trata a medida como um contingenciamento, e não como um corte. Isso abre a possibilidade, ao menos teoricamente, da recomposição das receitas ao longo do ano. Nos últimos dias, a Fundação e o governo entraram em rota de colisão, inclusive com uma possível CPI na Assembleia.

AGRO É POP O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) e o secretário da Fazenda Samuel Kinoshita anunciam na quarta (24) a liberação de mais de R$ 500 milhões em créditos acumulados de ICMS. Os valores poderão ser utilizados por contribuintes fabricantes de máquinas agrícolas e produtores de proteína animal. Os pedidos poderão ser apresentados por meio do Sistema de Peticionamento Eletrônico da Secretaria da Fazenda.

PODE ISSO? O vereador Rubinho Nunes (União Brasil) enviou representação ao Ministério Público Eleitoral de SP em que acusa a deputada federal Tabata Amaral (PSB) de campanha antecipada para a Prefeitura. O parlamentar cita peças exibidas nas redes sociais em que ela diz: "[O prefeito Ricardo] Nunes tá com medo de me enfrentar. Quem não quer ver ele eleito já sabe o que fazer".

VISITA À FOLHA 1 O almirante de esquadra Carlos Chagas Vianna Braga, comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, esteve no jornal nesta segunda-feira (22). Acompanhavam-no o vice-almirante Marco Antonio Ismael Trovão de Oliveira, comandante do 8º Distrito Naval da Marinha do Brasil, o capitão de corveta Leone Novo Freitas, assistente do comandante-geral, e o capitão-tenente Fabrício Sérgio Costa, assessor de comunicação do comandante-geral.

VISITA À FOLHA 2 Rodrigo Ferreira, presidente-executivo da Abraceel (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia), esteve no jornal nesta segunda-feira (22). Acompanhava-o José Casadei, diretor de comunicação.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90	Digital Premium R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

PSD de Kassab supera MDB e assume liderança de prefeitos no Brasil

PT, Republicanos, PSB e Avante aumentam na janela partidária, enquanto PSDB cai quase pela metade, indica levantamento

João Pedro Pitombo e Carolina Linhares

SALVADOR E SÃO PAULO O PSD, fundado em 2011 por Gilberto Kassab com o discurso de não ser de direita, esquerda ou centro, ultrapassou o MDB e se tornou o partido com maior número de prefeitos no país.

É o que indica um levantamento da **Folha** depois do fim da janela de trocas partidárias para as eleições deste ano, levando em conta mapeamentos feitos pelos próprios partidos —que, apesar de pequenas divergências entre si, convergem para um cenário semelhante.

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) deixou de divulgar os dados de filiação em 2021, alegando obedecer à Lei Geral de Proteção de Dados.

A pouco mais de cinco meses das eleições municipais, o PSD tem ao menos 1.040 prefeitos, um crescimento de 58% em relação ao resultado das eleições de 2020, aponta o levantamento. O partido presidido por Kassab —atual secretário de Governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo— afirma, porém, que ainda pode chegar a 1.050 prefeitos.

Mesmo perdendo o posto de partido com mais prefeitos, o MDB também cresceu: ocupa o segundo lugar, saindo de 793 prefeitos eleitos em 2020 para os atuais 916. Estados governados pelo partido como o Pará e Alagoas puxaram o crescimento.

Por ocuparem um cargo majoritário, os prefeitos podem trocar de partido a qualquer momento sem perder o mandato, mas aqueles que vão concorrer nas eleições deste ano tiveram que escolher sua legenda até o dia 6 de abril, obedecendo à legislação eleitoral.

Da posse, em janeiro de 2021, até este mês, a migração de prefeitos entre os partidos refletiu transformações no cenário político brasileiro, a tendência de redução do número de legendas e os efeitos das eleições nacional e estaduais de 2022.

As mudanças incluem prefeitos de dez capitais —em Goiânia, Teresina, Macapá e Rio Branco, a troca de filiação ocorreu nas últimas semanas, no contexto de pré-campanha à reeleição.

Além do PSD, cresceram significativamente legendas como Republicanos, PT, Avante e PSB. Por outro lado, encolheram em número de prefeitos siglas como PSDB, Cidadania, Podemos, Solidariedade, PDT e PRD (fusão do Patriota e do PTB).

O PSD compõe a base de apoio de Lula (PT), governa o Paraná e Sergipe e tem forte influência em São Paulo, onde Kassab, antes de virar secretário, foi um dos fiadores da candidatura de Tarcísio.

Considerado homem forte da gestão do ex-ministro de Bolsonaro, o presidente do PSD é responsável pela relação do Palácio dos Bandeirantes com prefeitos e deputados, além de controlar a verba de emendas e convênios.

Foi justamente em São Paulo que o partido deu seu maior salto, saindo de 64 prefeitos eleitos em 2020 para os atuais 306 entre 645 cidades.

O PSD também cresceu no Paraná ancorado pela popularidade do governador Ratinho Júnior: chegou a 215 prefeitos de um total de 399 e governa mais da metade dos municípios do estado. A legenda ganhou tração ainda em Minas Gerais, saindo de 78 para 141 prefeitos sob a batuta do senador Rodrigo Pacheco.

Kassab atraiu ainda três prefeitos de capitais eleitos por outras siglas em 2020: Eduardo Paes (Rio de Janeiro), Rafael Greca (Curitiba) e Topazio Neto (Florianópolis).

Com a proliferação de prefeitos, o PSD busca fortalecer seu projeto de candidatura própria em 2026 —Ratinho é um presidenciável cogitado.

O presidente do MDB, deputado federal Baleia Rossi (SP), minimiza o avanço do PSD, partido que ele qualifica como "parceiro, também de centro e que sabe dialogar".

A principal meta do MDB em outubro é manter o comando da cidade de São Paulo, administrada por Ricardo Nunes (MDB) desde a morte de Bruno Covas (PSDB).

"Tivemos um crescimento orgânico, sem interferir ou destituir diretórios, porque o MDB não tem dono", afirma. A meta do partido é eleger 900 prefeitos neste ano.

Protagonistas da eleição presidencial de 2022, PT e PL também se beneficiaram da migração de prefeitos. Em 2020, afinal, o PL ainda não era a sigla do então presidente Jair Bolsonaro e o PT não comandava a máquina federal —desde então, os partidos se tornaram mais atrativos.

Os petistas, contudo, souberam aproveitar melhor a janela de oportunidade. O PT elegeu 182 prefeitos em 2020 e agora chegou a 265, aumento de 46%. O avanço, contudo, ficou concentrado nos estados do Ceará, Piauí e Bahia —todos comandados por governadores petistas.

Apesar da força eleitoral nacional e da capilaridade de sua militância pelo Brasil, o partido de Lula é apenas o nono em número de prefeitos.

O PL, por sua vez, passou de 344 eleitos para 371 prefeitos, crescimento de 8%. O partido pretende usar a mobilização popular de Bolsonaro como impulso na eleição deste ano.

O ex-presidente tem visitado diferentes cidades e regiões —só em abril esteve em Goiás, Minas Gerais, Alagoas, Ceará, Paraíba e Mato Grosso.

"A força dele é inegável, a gente vê por onde ele passa", afirma o líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ).

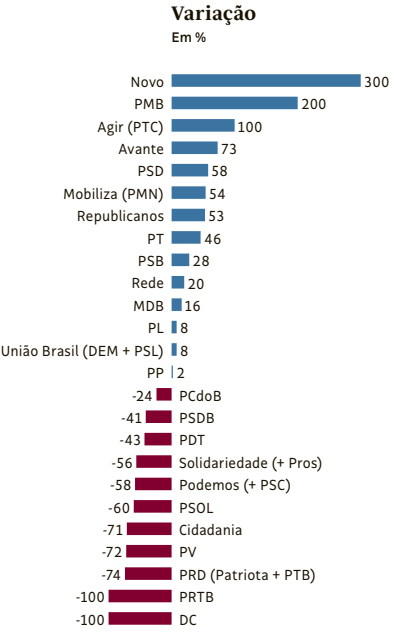
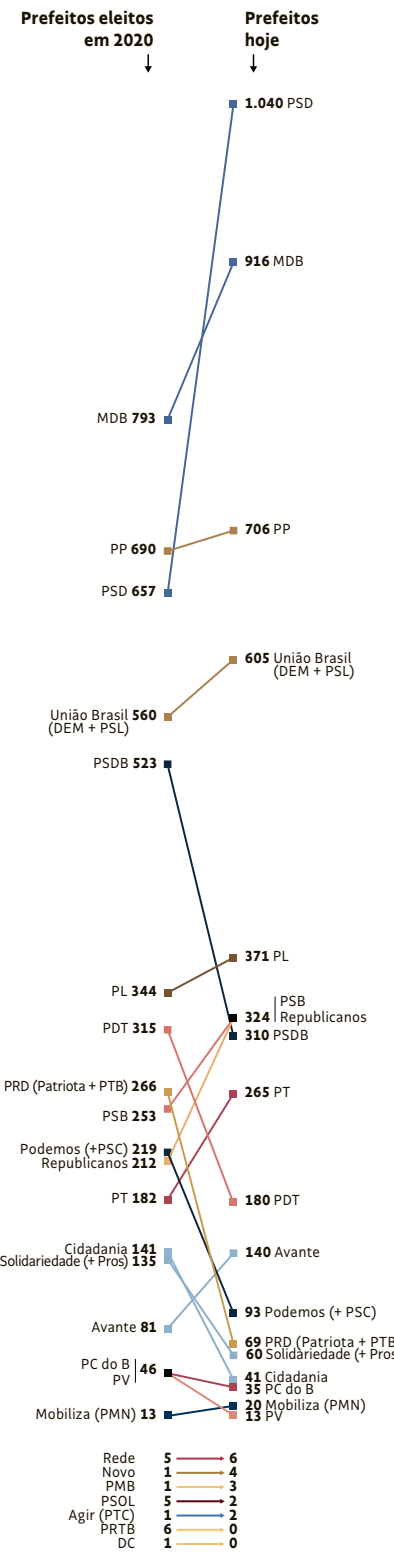
O partido fala em eleger mil prefeitos e preparar o terreno para 2026, mas o deputado reconhece que se trata de uma perspectiva otimista demais. "Vamos ver se dobramos a quantidade, eleger de 750 a 800 seria excepcional."

O PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin, teve um crescimento de 12% e atualmente comanda 324 municípios. O avanço está concentrado na Paraíba e no Ceará, estado em que o partido saiu de 8 para 64 prefeitos com a filiação do senador Cid Gomes.

O senador deixou o PDT em abril após romper com o irmão Ciro Gomes, o que resultou em uma debandada na legenda trabalhista: dos 67 prefeitos eleitos no estado há quatro anos, restaram 9. Nacionalmente, o PDT saiu de 315 para 180 prefeituras.

Já o PSDB, que passa por uma crise, perdeu apelo junto aos mandatários municipais. De 523 eleitos em 2020, a sigla conserva 310 (queda de 41%).

Continua na pág. A5

PSD é o partido com mais prefeitos no Brasil após a janela partidária*

* PCB, PCO, PSTU e UP não elegeram prefeitos em 2020 e não têm prefeitos atualmente

Fonte: TSE e partidos políticos

Continuação da pág. A4

O partido tem buscado retomar protagonismo na oposição ao governo Lula e, ao mesmo tempo, reafirmar uma posição de centro.

Marconi Perillo, presidente do PSDB, diz que a saída de prefeitos não foi motivada por problemas na imagem do partido ou sua posição ideológica, mas por questões pragmáticas.

"A migração dos prefeitos tem muito a ver com os governos estaduais, já que cidades pequenas e médias dependem do governo estadual mais até do que do federal", afirma.

De 172 tucanos eleitos em São Paulo em 2020, o partido inflou para 238 sob o comando de João Doria e Rodrigo Garcia, mas agora tem apenas 26. Ainda assim, o presidente do PSDB-SP, Paulo Serra, comemora o crescimento de 140 para 480 diretórios no estado e diz que vai lançar 112 candidatos a prefeito.

Ao mesmo tempo em que encolheu em São Paulo, o partido cresceu em Pernambuco, Mato Grosso do Sul, e Rio Grande do Sul, estados comandados por governadores tucanos.

Em Pernambuco, o partido saiu de 5 para 28 prefeitos após a eleição da governadora Raquel Lyra, mas segue atrás do rival PSB, que caiu de 53 para 41.

Em 15 dos 26 estados, o partido do governador é aquele que mais possui prefeitos. A principal exceção é Minas Gerais. O Novo, de Romeu Zema, comanda apenas 3 dos 853 municípios.

Colaborou Joelmir Tavares

Ex-prefeito de SP celebra liderança e brinca com o MDB

Ao comentar o levantamento da **Folha** durante participação em seminário do grupo Esfera na capital paulista, o ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD) disse no início da tarde desta segunda (22) que seu partido está "se posicionando bem".

O presidente do PSD ainda fez uma piada sobre o MDB, brincando que o partido é muito enraizado e já existia quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil.

Kassab afirmou ainda que sua legenda traçou a meta de eleger aproximadamente 800 prefeitos neste ano.

Na sua avaliação, o crescimento em São Paulo foi um movimento natural diante do novo cenário político.

"Algumas lideranças que orbitavam em torno dos governos do PSDB perderam as eleições e se fragilizaram. Isso fez com que o PSD tivesse um crescimento orgânico, atraindo novos quadros que tinham afinidade programática com o nosso partido", avalia.

Lula diz que Haddad tem que trocar livro por Congresso e cobra agilidade de vice

Presidente pede atuação de ministros na articulação política após encontro com Lira fora da agenda

Renato Machado e Idiana Tomazelli

O presidente Lula (PT) ao lado do ministro Fernando Haddad (Fazenda) em evento no Palácio do Planalto Gabriela Biló/Folhapress

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) cobrou nesta segunda-feira (22) que seus ministros entrem mais em campo para ajudar na articulação com o Congresso Nacional, em um momento em que o governo vive crise com o Parlamento e sofre o risco de derrotas.

Lula pediu que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), seja "mais ágil" e que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deixe de ler livro e passe mais tempo discutindo com parlamentares.

"Isso significa que o Alckmin tem que ser mais ágil, tem que conversar mais. O Haddad, ao invés de ler um livro, tem que perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara. O Wellington [Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social], o Rui Costa [ministro da Casa Civil], passar maior parte do tempo conversando com bancada A, com bancada B", afirmou o presidente.

As declarações foram dadas durante cerimônia no Palácio do Planalto para o lançamento de programa de concessão de crédito a empresários e pessoas inscritas no CadÚnico, base de dados para o pagamento de programas sociais.

À tarde, na porta do ministério, Haddad foi questionado por jornalistas sobre a cobrança que Lula por mais conversas do titular da Fazenda com parlamentares. "Só faço isso da vida", afirmou o ministro.

A articulação política do governo vem sendo alvo de críticas no Congresso, embora conte com o respaldo do presidente Lula. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chegou a afirmar que o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) era um "desafeto pessoal" e "incompetente".

Padilha não foi citado pelo presidente, embora estivesse também presente. O ministro está na mira de Lira e do centrão, pois é acusado de não honrar compromissos feitos com os parlamentares.

Por isso, desde o início do ano, o chefe da Casa Civil, Rui Costa, passou a ser o principal interlocutor de Lira dentro do Planalto e assumiu também a função de articulação política.

Padilha negou que haja uma crise entre o Executivo e o Legislativo. "Qualquer dificuldade de relação, diálogo, está absolutamente superada", afirmou à GloboNews.

Ainda assim, Lula recebeu Lira para uma conversa no Palácio da Alvorada, na noite do último domingo (21).

A conversa foi confirmada à **Folha** por um interlocutor no Palácio do Planalto e por aliados do presidente da Câmara. O encontro não constava na agenda pública nem de Lula nem de Lira.

Segundo interlocutores de Lira, o presidente da Câmara teria dito que a conversa foi "boa" e que ele teria ressaltado diversas vezes que seus problemas são com Padilha. Ele disse não ter dificuldades em se encontrar e conversar com o presidente.

A expectativa é que Lula ainda se encontre nesta semana com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Na sexta (19), o presidente realizou reunião de emergência com ministros palacianos e com líderes do governo no Congresso para melhorar a coordenação política. O encontro durou quase três horas.

Participaram da reunião no Planalto Padilha, Rui Costa, Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social da Presidência) e os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE); no Senado, Jaques Wagner (PT-BA); e no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Ao deixar o encontro, Guimarães afirmou a jornalistas que era necessário "ter sempre sintonia com o Lira". No entanto, o líder do governo na Câmara negou que haja uma crise insuperável com o presidente da Casa legislativa.

"Isso é só fazer um consertinho ali, um consertinho lá, mas nada que atrapalhe a nossa vontade e o presidente Lira tem tido essa vontade de votar os projetos de interesse do país", afirmou na ocasião.

Além da briga com Lira, o governo vive um momento delicado com o risco de avanço da pauta-bomba, que pode ter impacto bilionário para as contas públicas. O principal item é a PEC (proposta de emenda à Constituição) que turbina o salário de juízes e promotores, com custo anual de cerca de R$ 40 bilhões.

A proposta é patrocinada por Pacheco. Na quarta (17), ela foi aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado e deve entrar na pauta do plenário para as cinco sessões de discussão previstas em regimento.

A proposta altera a Constituição para garantir aumento de 5% do salário para as carreiras contempladas a cada cinco anos, até o limite de 35%. A atuação jurídica anterior dos servidores públicos —na advocacia, por exemplo— poderá ser usada na contagem.

A PEC original tratava apenas de juízes e membros do Ministério Público, mas o relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), incluiu defensores públicos; membros da advocacia da União, dos estados e do Distrito Federal; e delegados da Polícia Federal.

O governo pretende em breve enviar ao Congresso os projetos de lei para regulamentar a reforma tributária, que foi promulgada no ano passado.

Além disso, o Planalto pode sair derrotado com a derrubada de vetos presidenciais, em sessão marcada para esta quarta (24). Um dos vetos que pode ser derrubado é o corte de R$ 5,5 bilhões em emendas de comissão.

> O Alckmin tem que ser mais ágil, tem que conversar mais. O Haddad, ao invés de ler um livro, tem que perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara
>
> **Lula (PT)**
> presidente da República

Presidente montou governo de centro-direita, afirma Dirceu

Arthur Guimarães

SÃO PAULO Ex-ministro da Casa Civil na primeira gestão Lula (PT), José Dirceu afirmou nesta segunda-feira (22) que o atual presidente montou um governo de centro-direita, não de centro-esquerda.

"Quando eu falo isso, todo mundo fica indignado dentro do PT. Porque, realmente, parte do PL e do PP de certa forma estão na base do governo. Essa é a exigência do momento histórico e político que vivemos", disse em um debate na capital paulista promovido pelo grupo Esfera.

O petista reagiu a um questionamento do advogado Luiz Gustavo Bichara, que mediou a conversa e questionou sobre a atuação de Lula como seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL), de modo a fomentar a radicalização e falar apenas para a respectiva base política.

Para Dirceu, Lula não buscou a polarização, e o Brasil é que está radicalizado por atos como o do de domingo (21), quando Bolsonaro exaltou o empresário Elon Musk, dono do X (ex-Twitter).

"O presidente Lula faz um governo que não busca a polarização. Outra coisa é a disputa política e o debate, que precisam existir", afirmou.

Mais tarde, a assessoria de Dirceu divulgou nota afirmando que, apesar da declaração, ele considera o terceiro mandato de Lula como "um governo de centro-esquerda, apoiado por partidos de direita".

Afirmou ainda que a fala se deu sob o contexto da polarização, entendendo que a administração "se pauta pelo diálogo, com o ingresso de partidos como PP e Republicanos".

Governo trabalha para liberar parte de emendas vetadas, diz Padilha

Nathalia Garcia e Mateus Vargas

BRASÍLIA Responsável pela articulação política do governo, o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), afirmou nesta segunda (22) que trabalha em uma proposta para liberar parte dos R$ 5,6 bilhões em emendas de comissão vetados por Lula (PT).

"Estamos construindo uma proposta de poder ajustar, até a sessão do Congresso, uma proposta para que a gente possa reaproveitar uma parte desses recursos, que estejam em programas importantes, em programas de desenvolvimento urbano, de estrutura para os municípios", disse.

Padilha afirmou ter até quarta-feira (24), quando está prevista a sessão do Legislativo para análise de vetos presidenciais, para fechar a proposta e evitou se comprometer com valores, quando perguntado por jornalistas se essa recomposição ficaria em torno de R$ 3 bilhões.

Lula vetou em janeiro R$ 5,6 bilhões em valores de emendas destinados pelas comissões temáticas da Câmara e do Senado. A medida atingiu verbas que estavam reservadas para ministérios controlados pelo centrão, como Turismo, Esporte, Integração e Desenvolvimento Regional.

Cerca de R$ 3,5 bilhões vetados são das comissões da Câmara dos Deputados. Já os colegiados do Senado perderam mais de R$ 2 bilhões.

Mesmo com o veto, há R$ 47,6 bilhões reservados no Orçamento de 2024 para emendas parlamentares. O maior volume (R$ 22,1 bilhões) será direcionado para o Ministério da Saúde.

Existem três tipos de emendas. As individuais somam R$ 25 bilhões e garantem indicações de R$ 37,8 milhões por deputado e R$ 69,6 milhões a cada senador. A execução deste tipo de verba é obrigatória, ou seja, não depende da vontade política do governo.

Também é obrigatória a execução de cerca de R$ 11,6 bilhões reservados às emendas de bancada. Neste caso, o deputado que coordena cada bancada irá propor ao governo o que fazer com a verba.

As emendas de comissão têm R$ 11,3 bilhões mesmo após o veto. O colegiado da Saúde na Câmara terá a maior cifra para indicar (R$ 4,5 bilhões). Estas emendas não são obrigatórias e podem ser cortadas ou remanejadas com mais facilidade pelo governo.

De acordo com Padilha, o governo solicitou ao Congresso que aguardasse a análise do relatório bimestral de receitas e despesas, documento que orienta a execução do Orçamento, antes de realizar a sessão que vai tratar dos vetos.

"Dizíamos que era necessário aguardar o relatório bimestral para sabermos a evolução das receitas, como vão crescer as receitas, como vão estar controladas as despesas, para que pudesse chegar uma proposta na sessão do Congresso de reaproveitamento de uma parte desses recursos que estavam vetados."

Padilha enfatizou "a vontade do governo em acelerar a execução dos recursos", citando a cifra de R$ 6 bilhões de empenho das emendas individuais na área da saúde.

"Como diz o presidente Lula, o recurso está no Orçamento, tem de virar obra, programa de redução de fila de cirurgia, de filas de exames. Vamos chegar a R$ 6 bilhões de empenho de emendas individuais na área da saúde, já chegamos ao pagamento de mais de R$ 2,5 bilhões de emendas do ano passado que estavam em restos a pagar, a maior parte do valor, a gente já pagou no ano passado", afirmou.

O governo empenhou cerca de R$ 2,8 bilhões em emendas até o último dia 19.

"Quase R$ 4 bilhões de pagamentos feitos até esse momento de recursos que são programas dos ministérios, mas que tiveram propostas encaminhadas pelos municípios e pelos parlamentares, têm o objetivo claro do governo em acelerar a execução", acrescentou.

As declarações foram dadas em um momento em que ala do centrão discute tirá-lo do caminho das emendas.

Líderes do centrão na Câmara dos Deputados reclamaram de uma portaria editada pelo Executivo determinando que ministérios e órgãos do governo informem à Secretaria de Relações Institucionais, pasta comandada por Padilha, os pedidos feitos pelo Congresso para a liberação das emendas parlamentares. Uma ala do grupo discutia derrubar a medida, impondo derrota a Lula.

O Brasil é de direita?

Lula é muito maior do que a esquerda nacional

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP

Dezoito por cento do eleitorado se considera de esquerda, 28% de centro e 41% de direita, segundo pesquisa do Ipec. Sendo assim, como é possível que tenhamos um governo de esquerda?

O fato é que Lula é muito maior do que a esquerda nacional. A mesma pesquisa também mostra isso. Dos que votaram nele no segundo turno em 2022, 33% se consideram de esquerda, 29% de centro e 27% de direita. É por isso que o espectro da aposentadoria de Lula —que tem, no máximo, sete anos de Presidência pela frente— deve tirar o sono de muitas lideranças do PT. Como não encolher depois que Lula sair de cena? Boulos, Gleisi, Janja; todos esses são esquerdistas de verdade, coisa que, no Brasil atual, não é vantagem.

É claro que esses rótulos omitem muitas variações internas e dão a ideia de fixidez em algo que é muito fluido, mas captam, sim, uma realidade: a população brasileira tende ao conservadorismo moral, à crença na responsabilidade individual (para o bem e para o mal), à crença em Deus e ao desejo por ordem na sociedade. Tudo o que foge muito disso tem dificuldades junto à opinião pública.

E, no entanto, o debate público parece distante desses termos. Seja no direito penal, na proteção a minorias, no reconhecimento de costumes que ferem a moral dominante, nos acostumamos a dialogar com as ideias mais progressistas vindas da Europa. O único problema é que grande parte da população ficava de fora dessa conversa.

Muitas das conquistas em direitos humanos e em pautas progressistas só foram possíveis porque essa elite cultural tinha um acesso privilegiado aos espaços de tomada de decisão, seja no Legislativo, no Judiciário, na mídia, em institutos e think tanks, etc. Eu, embora seja de centro-direita, faço parte desse grupo, com visões de costumes francamente mais progressistas do que a média da população brasileira.

A esquerda sempre apontou, corretamente, a enorme desigualdade econômica do nosso país. Está na hora de ela se defrontar, então, com uma de suas consequências: o abismo de crenças e valores que existe entre a elite cultural (aqueles que têm espaço na mídia, nas artes, nas universidades) e o resto da sociedade.

Enquanto a esquerda progressista dominou o discurso nos meios institucionais, que falam de cima para baixo, como quem ensina, a direita aprendeu a falar no nível da população. E hoje todos falam em pé de relativa igualdade, todos têm voz. E então aquelas opiniões francamente de direita, antes vistas como "atrasadas" e até desprezadas pela elite cultural, hoje se fazem ouvir sem medo. Vivemos um momento mais democrático.

Mais democracia não significa necessariamente mais direitos de minorias e pautas progressistas. Significa apenas que as visões do povo estarão mais fielmente reproduzidas na política, sejam elas quais forem. É por isso que sentimos que vivemos uma série de retrocessos em pautas importantes, e isso pode estar apenas começando.

Pelos próximos anos, os debates mais importantes do Brasil devem se dar no campo da direita. O problema é que boa parte da direita mostrou se sentir à vontade com a violação das regras do jogo democrático se isso for o necessário para vencer. Conseguiremos reconciliar a opinião majoritária de direita ao funcionamento da democracia liberal, da qual ela tantas vezes se sentiu alienada e desprezada? Esse é o desafio.

Bolsonaro foi o ataque violento à própria democracia. Depois dele, terão que surgir alternativas que carreguem os valores da direita dentro das regras do jogo democrático. E os participantes tradicionais desse jogo, por sua vez, vão ter que aceitar e se acostumar com o fato de que a direita de verdade tem todo o direito de existir, propor seus valores e vencer.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Deltan Dallagnol exibe apresentação de PowerPoint com acusações a Lula em entrevista Reprodução YouTube

Carmén Lúcia mantém punição a Deltan por PowerPoint de Lula

Ministra do STF confirma condenação a pagamento de R$ 75 mil por danos morais

José Marques

BRASÍLIA A ministra Cármen Lúcia, do STF (Supremo Tribunal Federal), manteve decisão que condenou o ex-procurador Deltan Dallagnol, que coordenou a força-tarefa da Lava Jato, a pagar R$ 75 mil em danos morais ao presidente Lula (PT) pela entrevista na qual divulgou a denúncia do tríplex em Guarujá (SP). A entrevista ficou conhecida pela apresentação de PowerPoint reproduzida em um painel.

Ela ainda condenou os autores do recurso, o próprio Deltan e a ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), a pagarem os honorários da defesa do presidente, liderada por Valeska Zanin, esposa do ministro do Supremo Cristiano Zanin.

A 4ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu em 2022 a favor da punição a Deltan, por "ataques à honra".

O STJ entendeu que ele usou expressões que não constavam na denúncia e tinham como objetivo ferir a imagem de Lula. À época, Deltan afirmou que o petista era "o grande general" do esquema da Petrobras e que comandou uma "propinocracia".

Deltan e a ANPR recorreram ao Supremo contra a decisão.

A associação afirmou que, embora o STJ tenha entendido que houve conduta irregular, pela dimensão que tomaram as investigações da Lava Jato, Deltan, como membro do Ministério Público, "não poderia adotar outra postura".

A entidade disse que houve "o amplo esclarecimento, a toda a população, acerca da nova denúncia apresentada no âmbito da operação, notadamente porque o envolvimento de Lula, ex-presidente da República, torna ainda mais notória a situação".

"Tal coletiva ocorreu porque foi recomendada pelo Ministério Público", disse a ANPR. "Mesmo porque a comunicação é 'uma atividade institucional e deve ser orientada por critérios profissionais, como parte integrante das atividades ministeriais', e o momento para a sua realização 'é aquele em que se oferece uma denúncia'", afirmou, citando norma do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

Na ação que chegou ao STJ, a defesa de Lula afirmava que a entrevista "se transformou em um deprimente espetáculo de ataque à honra e à imagem e à reputação" do petista.

Eles pediram R$ 1 milhão em danos morais. Os magistrados, após discussão, fixaram essa indenização em R$ 75 mil. Corrigidos, os valores devem ultrapassar os R$ 100 mil.

Cármen, ao decidir sobre o caso, entendeu que não cabe ao Supremo reexaminar provas do que foi decidido.

No julgamento do ano passado no STJ, o relator do caso, ministro Luis Felipe Salomão, votou contra Deltan e disse que o então procurador usou na coletiva "expressões e qualificações desabonadoras da honra, da imagem" e, no seu entendimento, "não técnicas como aquelas apresentadas na denúncia".

"A precisão, certeza, densidade e coerência que se exige da denúncia impõe-se igualmente ao ato de divulgar a denúncia", afirmou. De acordo com Salomão, houve espetacularização na divulgação da denúncia, que não condiz com a apresentação da peça formal de acusação.

Os ministros Marco Buzzi, Antônio Carlos Ferreira e Raul Araújo seguiram o voto de Salomão. Já a ministra Isabel Gallotti discordou.

Para Gallotti, a ação devia ser extinta. Sem julgar se os termos usados na entrevista foram corretos ou não, ela entendeu que Deltan seguiu a recomendação feita à época a membros do Ministério Público: a de que se convocasse entrevista coletiva para prestar conta dos atos.

Na ocasião da entrevista, em 2016, Deltan projetou um fluxograma que direcionava com setas 14 tópicos como "petrolão + propinocracia", "mensalão" e "reação de Lula", envoltos em círculos, ao nome de Lula, também em um círculo, no centro da imagem.

À época, procuradores da Lava Jato acusaram o governo Lula de ter comandado uma "propinocracia", ou "um governo regido pelas propinas".

Em seu livro "A Luta contra a Corrupção", Deltan disse que a "repercussão negativa e imediata" para o gráfico para Lula, criticado nas redes sociais, o pegou de surpresa. No ano passado, o ex-procurador reconheceu que a apresentação foi um "erro de cálculo".

> “
> A precisão, certeza, densidade e coerência que se exige da denúncia impõe-se igualmente ao ato de divulgar a denúncia
>
> **Luis Felipe Salomão**
> ministro do STJ, em voto pela condenação de Deltan a pagamento de indenização

Lewandowski nega crise entre Poderes e defende 'SUS da Segurança'

Joelmir Tavares

SÃO PAULO O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, minimizou nesta segunda (22) os atritos entre Poderes e defendeu mudanças legais para dar mais poder ao governo federal nas políticas de segurança, com a incorporação na Constituição de um sistema unificado de combate ao crime.

"De vez em quando se diz que há crise entre os Poderes. Não me parece que haja crise", disse durante seminário na capital paulista promovido pelo grupo Esfera. Ele, que é ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), disse ainda não ver "nenhuma deficiência institucional" no Brasil.

"O Congresso legisla, o Executivo eventualmente impõe alguma sanção, que pode ser derrubada pelo Congresso Nacional, isso tudo dentro da Constituição. Da mesma forma, não há crise, penso eu, entre o Poder Judiciário, sobretudo o Supremo Tribunal Federal, e o Congresso Nacional."

Lewandowski disse existir um federalismo funcional no país, com "um diálogo entre os Poderes bastante razoável", e exaltou o texto constitucional. "É uma Constituição que resistiu a várias crises políticas, dois impeachments, o episódio do 8 de janeiro do ano passado, várias crises econômicas, e o sistema funciona, sem maiores problemas", afirmou.

Para o membro do governo Lula (PT), o enfrentamento à criminalidade exige alterações legais para dar condições à União de fazer o planejamento das diretrizes fundamentais na área.

Segundo o ministro, o modelo de segurança previsto pela Constituição se alterou diante das novas dinâmicas do crime e não é mais possível ter "aquela compartimentalização de atribuições" entre os diferentes níveis. Ele pregou a necessidade de ter "mais poderes para a União fazer um planejamento nacional de caráter compulsório aos demais órgãos" e ter o papel de fixar diretrizes fundamentais.

"Talvez, na segurança pública, precisasse ser constitucionalizado o Sistema Único de Segurança Pública [Susp], tal como, por exemplo, o SUS [Sistema Único de Saúde], com um fundo próprio", disse, justificando que os recursos deveriam servir para aparelhar as polícias e fortalecer os sistemas de inteligência.

O ministro se disse favorável à aprovação pelo Congresso "da lei das fake news", sem se aprofundar em detalhes, e da regulação da inteligência artificial. Ele afirmou que o crime se fortaleceu no ambiente digital nos últimos anos e é preciso ter recursos legais para preveni-lo e puni-lo nesse novo contexto.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que participou do painel com Lewandowski e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, também negou turbulência entre as instituições no Brasil e disse que a estabilidade política, jurídica e social é crucial para investimentos.

Silveira afirmou ver no país um ambiente seguro para o crescimento econômico e destacou a aprovação de reformas e marcos regulatórios como feitos positivos. "Sem segurança para o investidor, num mundo globalizado como vivemos, em vez de atrair, nós vamos é perder investimentos", disse.

O ex-ministro petista José Dirceu, que foi convidado de outra mesa do evento da Esfera, também disse ver um ambiente institucional próximo da normalidade, mas observou que Poderes tiveram mudanças em suas atribuições nos últimos anos que demandam agora uma acomodação.

Questionado em entrevista coletiva na saída do evento, Dirceu fez a ressalva de que o país é uma democracia recente e que há a necessidade de "calibrar e reformar" os papéis de cada Poder, diante de um presidencialismo que convive "com um Congresso fortalecido pelas emendas" e de um Supremo que, "pelo ataque à democracia, assumiu uma função política".

Empresários que falaram no seminário ecoaram o discurso de normalidade e reiteraram que essa é uma condição para o avanço econômico.

Wesley Batista, da JBS, disse que o Brasil tem estabilidade democrática e jurídica e frisou o extenso mercado consumidor interno. "Poucos lugares oferecem isso."

Já o CEO da Aegea Saneamento, Radamés Casseb, afirmou que as instituições estão operando a contento.

Conflitos no campo batem recorde no 1º ano sob Lula, diz relatório

Comissão Pastoral da Terra contabiliza 2.203 ocorrências, maior número desde que organização conta as denúncias

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Os registros de conflitos no campo no Brasil bateram recorde no primeiro ano do governo Lula (PT), com 2.203 ocorrências. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número é o mais alto desde 1985, quando a organização começou a receber e contar as denúncias.

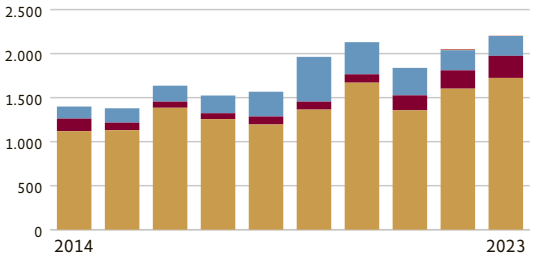
O saldo foi puxado pelos conflitos por terra, cuja soma aumentou pelo segundo ano consecutivo e chegou a 1.724 no ano passado. Esse número é formado por episódios de invasões, expulsões, despejos, ameaças, destruição de bens ou pistolagem sofridas por famílias no campo.

As ocupações e retomadas de terra —ações de sem-terra ou de populações indígenas e quilombolas— totalizaram 119 registros e voltaram a crescer, mas ainda são quase metade dos números mais altos da última década. Ainda, 2.163 famílias foram expulsas de terras que ocupavam ou das quais tomaram posse.

Dos 1.724 conflitos por terra, em 1.588 houve violência, tendo entre os principais causadores fazendeiros (31,2%), seguidos por empresários (19,7%), governo federal (11,2%), grileiros (9%) e governos estaduais (8,3%).

Conflitos no campo batem recorde no Brasil

Número de registros por ano

Conflitos por terra
Conflitos trabalhistas
Conflitos pela água
Outros

Fonte: Conflitos no Campo 2023, Comissão Pastoral da Terra

Os dados são do relatório Conflitos no Campo 2023, da CPT, divulgados nesta segunda-feira (22).

O número recorde de conflitos no campo em 2023 superou 2020, com 2.130 registros. De acordo com a publicação, o Norte do país concentra a maior parte dos conflitos (810), seguido pelo Nordeste (665). Já entre os estados, lideram Bahia (249), Pará (227), Maranhão (206), Rondônia (186) e Goiás (167).

Foram 950.847 pessoas afetadas em todo o país, em uma disputa por 59,4 milhões de hectares, número pouco superior à área da Bahia. Considerando os conflitos por terra, indígenas são a categoria mais frequente entre os que sofrem violências (29,6%), seguidos por posseiros (18,7%), trabalhadores rurais sem terra (17,5%), quilombolas (15,1%) e assentados (6,7%). O tipo de violência mais numeroso foi a invasão contra ocupação e posse, com 359 ocorrências.

Um dos casos destacados pela publicação é a intoxicação de ao menos 260 pessoas em Belterra, no Pará, após pulverização de agrotóxicos feita por avião atingir a área de uma escola. Na época, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) multou o fazendeiro responsável em R$ 1 milhão depois de dois episódios, em janeiro e fevereiro.

O relatório aponta piora no envolvimento de governos estaduais nas violências, o que inclui negação a reivindicações e participação de policiais, sendo que esta última dobrou —foram 63 ocorrências em 2022 e 132 em 2023, com Goiás e Bahia à frente.

Ainda segundo a Comissão, o aumento de casos de pistolagem —264, o maior número registrado na década— revela o aumento da violência e o engajamento de fazendeiros, empresários e grileiros na conflagração do meio rural. Do total de ocorrências, 113 contaram com alguma participação de forças policiais.

O número praticamente dobrou em 2022, ano eleitoral, com 182 registros, na comparação com 2021, 95 casos.

Segundo a Pastoral da Terra, houve, nos anos de 2021 e 2022, grande engajamento de setores na órbita do governo de Jair Bolsonaro (PL), o que pressionou comunidades e aumentou a tensão no campo.

Após as eleições, uma das respostas foi o Invasão Zero, criado em 2023 na Bahia por empresários e fazendeiros, que se envolveu em ao menos uma ação com morte.

Ainda, a CPT afirma que depois do Matopiba, região de expansão agrícola formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, há um problema de violência similar na Amacro, cujo nome oficial é Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã Madeira e abrange 32 municípios de Amazonas, Acre e Rondônia.

O total de homicídios caiu 34% na comparação com 2022, quando foram registrados 47 mortes. De 31 pessoas assassinadas em 2023, 14 eram indígenas, 9 eram trabalhadores sem terra, 4 eram posseiros, 3 eram quilombolas e 1 era funcionário público.

De acordo com representantes da organização, a terceira gestão de Lula tem caminhado a passos lentos na mitigação de conflitos e na execução de políticas públicas.

No último dia 15, o governo lançou um programa de reforma agrária, o Terra da Gente, que promete assentar 295 mil famílias até 2026.

"É um problema estrutural e antigo. Os territórios indígenas foram poucos os demarcados, e muitos ainda estão em processo. E temos problemas sérios: no período do Bolsonaro, o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] desistiu de áreas para reforma agrária, o que tem consequências até agora", afirmou Isolete Wichinieski, coordenadora nacional da CPT.

> "É um problema estrutural e antigo. Os territórios indígenas foram poucos os demarcados, e muitos ainda estão em processo. E temos problemas sérios: no período do Bolsonaro, o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] desistiu de áreas para reforma agrária, o que tem consequências até agora
>
> **Isolete Wichinieski**
> coordenadora nacional da Comissão Pastoral da Terra

A Pastoral da Terra também documenta no relatório casos de resgates e denúncias de pessoas em condições de trabalho análogas à escravidão. Em 2023, foram 251 casos denunciados e 2.663 pessoas resgatadas. O maior número da década, segundo a CPT, está ligado ao aumento de fiscalizações realizadas nos últimos três anos.

Os estados com mais casos em 2023 foram Minas Gerais (58), Pará (21) e Goiás (17). Considerando o número de resgatados, o recorde foi em Goiás, com 299 trabalhadores retirados da situação, seguido por Minas Gerais (472) e Rio Grande do Sul (323).

A atividade que concentra o número de trabalhadores resgatados é a cana-de-açúcar (618), seguida por lavouras permanentes (598), como café e uva, e temporárias (477).

Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro durante ato na praia de Copacabana, no último domingo, na zona sul do Rio de Janeiro Tércio Teixeira - 21.abr.24/Folhapress

Bolsonaro quer replicar atos, e aliados mantêm STF na mira

Próximo ato bolsonarista deve ocorrer em Joinville (SC) já no mês de maio

Marianna Holanda

BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) quer replicar em outras cidades do país os atos que já ocorreram em Copacabana, no Rio, e na avenida Paulista, em São Paulo. A ideia, segundo aliados, é fazer uma manifestação no Sul, outra no Nordeste e uma em Brasília.

A próxima deve ser em Joinville (SC), possivelmente já no próximo mês. A escolha da cidade se deu por ser a mais populosa do estado, predominantemente bolsonarista, e ficar a duas horas de Curitiba.

Bolsonaro é forte em Joinville: a cidade deu 76,6% dos votos a ele no segundo turno da eleição de 2022.

Além disso, fica a cerca de uma hora e meia de Balneário Camboriú (SC), onde Jair Renan, filho dele, concorrerá neste ano ao cargo de vereador —no mês passado, ele se tornou réu sob a acusação de falsidade ideológica e uso de documento falso para a obtenção de empréstimos bancários em nome de uma empresa de eventos.

A informação sobre as próximas manifestações foi confirmada à **Folha** pelo pastor Silas Malafaia, autor dos mais duros ataques ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal) e principal organizador dos atos em defesa do ex-presidente —que foi declarado inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e que é alvo de diversas investigações, incluindo a de uma trama golpista em seu governo.

O pastor rechaça a ideia de que replicar atos pode significar seu esvaziamento: "Não vamos fazer em tudo que é cidade. É melhor concentrar [em poucas]".

Os próximos atos devem seguir a tônica do que ocorreram até o momento: poucos discursos, defesa jurídica e política do ex-presidente e críticas enfáticas a Moraes.

Quem sobe no palco tem buscado focar os ataques mais ao magistrado do que à corte, como forma de dizer que não se trata de uma agressão às instituições. Assim, faixas têm sido vetadas pelos organizadores.

O ex-presidente tem mantido uma intensa agenda de viagens pelo país. Neste mês, deve ir ainda para Sergipe e São Paulo. Há previsão de visitar, em maio, Amazonas, Pará, Piauí, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Essas viagens, contudo, não têm os moldes de grandes manifestações como as realizadas no Rio e em São Paulo.

Bolsonaro fez sua segunda manifestação desde que deixou o Palácio do Planalto neste domingo (21). O ato foi marcado por uma elevação no tom das críticas a Moraes e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) —feitas principalmente por Malafaia.

O ex-presidente não citou os nomes de Moraes e de Pacheco e optou em seu discurso por exaltar Elon Musk, dono do X (ex-Twitter), defender anistia aos condenados pelo 8 de janeiro e retomar a narrativa de que eventual decreto de estado de sítio no país após a derrota na eleição de 2022 não seria um ato golpista —e que, portanto, as minutas encontradas pelos investigadores não serviriam como prova de que ele não aceitaria o resultado das eleições.

Coube a Malafaia o discurso mais duro, no qual chamou Moraes de "ditador da toga" e Pacheco de "frouxo, covarde e omisso" por não investigar o ministro do STF.

"Eu não vim aqui atacar aqui o STF. A maioria dos ministros não concorda com o Alexandre de Moraes. Vocês não podem se calar. Alexandre de Moraes está jogando o STF na lata do lixo da moralidade", disse o pastor.

Aliados do ex-chefe do Executivo comemoraram o resultado do ato. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) publicou uma foto da multidão e escreveu, no X: "Para brecar isso, talvez a única possibilidade seja no tapetão mesmo".

Já Alexandre Ramagem, deputado e pré-candidato do PL à Prefeitura do Rio, disse que o "brasileiro volta a ter esperança com o futuro do Brasil".

Do outro lado do embate político, ministros e aliados de Lula (PT) minimizaram a manifestação.

A ideia é de não dar relevância ao ato, considerado de médio porte, sem grandes novidades políticas e com adesão de uma parcela da população já cristalizada no bolsonarismo.

O ato de Bolsonaro neste domingo ocorreu num clima bem diferente do anterior, na avenida Paulista. Para interlocutores, ele está menos pressionado.

Em fevereiro, a manifestação foi convocada dias depois de uma operação que apreendeu o passaporte do ex-presidente. Agora, Bolsonaro está viajando em clima de campanha eleitoral pelo país.

Na última vez, interlocutores do ex-presidente entraram em contato com ministros da corte para prometer um ato sem ataques. Desta vez, eles não viram necessidade de conversa.

Isso ocorre pela distância temporal de operações da PF e desgastes no Judiciário. Também porque há o que chamam de aumento de críticas na sociedade civil à atuação de Moraes, em especial impulsionadas na esteira do caso de Musk.

Ainda que o empresário não tenha brigado com o ministro do STF por causa do ex-presidente, o episódio foi visto por aliados como uma vitória para Bolsonaro e sua militância, por desgastar Moraes.

Moraes dá 5 dias para X se manifestar sobre falha em bloqueios notada pela PF

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou ao X (antigo Twitter), plataforma comandada por Elon Musk, que se manifeste sobre descumprimentos de decisões judiciais que lhe foram atribuídos pela Polícia Federal. A empresa tem 5 dias para responder, segundo despacho do magistrado do sábado (20).

De acordo com relatório da PF anexado ao inquérito que tem Musk como alvo, o X autorizou transmissão de conteúdo ao vivo de investigados com perfis bloqueados por determinação da Justiça.

Entre essas páginas, estão as do blogueiro Allan dos Santos, do senador Marcos do Val (Podemos-ES) e dos comentaristas Paulo Figueiredo Filho e Rodrigo Constantino. As transmissões aconteciam a partir de links colocados logo abaixo da descrição dos perfis bloqueados.

Ao responder questionamentos dos agentes federais antes do envio do relatório a Moraes na sexta-feira (19), o X no Brasil havia afirmado que "não houve habilitação do recurso de transmissão ao vivo (live) relativamente às contas e perfis objeto das ordens de bloqueio ou suspensão".

A rede também informou à PF que bloqueou ou suspendeu 161 contas por ordem do STF e 65 por determinação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Segundo a representação do X no país, as contas só foram restabelecidas quando houve ordem expressa.

De 2019 a 2024, contabiliza a empresa, foram recebidas 88 ordens judiciais de bloqueio e/ou suspensão de contas oriundas do Supremo; no caso do TSE, 29 decisões.

Barroso cita 'desgaste pessoal' e ameaças contra ministro

Flávio Ferreira

SÃO PAULO O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, defendeu e fez elogios ao ministro do tribunal Alexandre de Moraes em debate na tarde desta segunda (22), após recentes atritos com o colega de corte.

Barroso afirmou que as apurações em andamento indicam que houve uma "efetiva tentativa de golpe" sob o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes Bruno Santos - 11.abr.24/Folhapress

O magistrado participou de debate na Fundação FHC, no centro de São Paulo, sobre o papel do STF na democracia.

Ao falar sobre a atuação de extremistas, Barroso elogiou Moraes, que é o principal alvo de bolsonaristas no STF.

"Tivemos essa situação, que foi o 8 de janeiro [de 2023]. Nós lidamos com um quadro muito complicado, em que o Supremo teve que assumir um pouco o front desse embate com o extremismo. Por isso que eu tenho defendido a atuação do ministro Alexandre de Moraes. Primeiro, pelo custo pessoal: ele foi um sujeito que corajosamente enfrentou um desgaste pessoal, que tem ameaça para ele, para a mulher, para o filho. Todos nós sofremos. Mas ele mais do que todo mundo."

Barroso completou: "No conjunto, eu acho que a atuação dele merece a admiração e respeito, e eu tenho defendido o que acho que ele tem um papel muito importante nesse momento brasileiro".

O presidente da corte também criticou as redes sociais, tema sempre alvo de declarações públicas de Moraes. "É um modelo de negócio que, no entanto, muitas vezes invoca a liberdade de expressão para justificar o incentivo algorítmico à difusão do ódio", disse ele, sem citar especificamente o bilionário Elon Musk, que tem reclamado publicamente das decisões da corte.

Barroso também falou sobre as investigações que apuram se houve tentativa de golpe de Estado no governo Bolsonaro, no fim de 2022.

"Tivemos, segundo aparentemente as apurações conduzem, pelo que eu leio na imprensa, uma efetiva tentativa de golpe que não aconteceu porque o comandante do Exército disse que não participaria. Isso está sendo apurado ainda, mas os depoimentos do ajudante de ordem e dos comandantes militares, dois deles pelo menos, é que houve essa conversa efetiva", disse.

O ministro disse que as iniciativas para regressar ao voto em papel na gestão passada já era um "gérmen de golpe". Ele foi presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de 2020 a 2022, quando houve propostas de voltar ao antigo modelo.

"O voto de papel no Brasil sempre foi o caminho da fraude eleitoral desde o início da República, e portanto nós conseguimos superar. E voltar a esse momento? Ali para mim já tinha um gérmen de golpe, que era dizer que a eleição foi fraudada."

O governo anterior foi alvo de críticas em relação à gestão da pandemia de Covid-19 e à proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas.

"Tivemos o negacionismo pleno durante a pandemia, que foi dramático: o Brasil tem 2,7% da população mundial e teve 10,2% dos mortos. Esse foi o tamanho da má gestão na pandemia. Tivemos a paralisação do fundo Amazônia e do fundo Clima", disse Barroso.

Governo do CE se omite sobre ação da Abin contra Camilo

Polícia e secretaria de Elmano de Freitas não respondem sobre investigação de suposta espionagem

Thaísa Oliveira

O governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), discursa em evento Ronny Santos - 28.jun.23/Folhapress

BRASÍLIA O Governo do Ceará se recusa a dar informações sobre a investigação aberta no estado depois que um drone da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) foi flagrado perto da residência do então governador e hoje ministro da Educação, Camilo Santana (PT).

O episódio ocorreu em 2021, durante o governo Jair Bolsonaro (PL).

A Polícia Civil cearense instaurou um inquérito no mesmo ano para apurar a suspeita de espionagem. A reportagem questionou o órgão e a Secretaria de Segurança Pública estadual sobre o resultado da investigação, mas não houve resposta. O Ceará é governado atualmente por Elmano de Freitas (PT).

Após o episódio, segundo relatos, a cúpula da Abin enviou um dos diretores ao Ceará para conversar pessoalmente com o então chefe da Casa Militar do governo, coronel da Polícia Militar Alexandre Ávila de Vasconcelos.

O dirigente da Abin pediu desculpas, informou que a agência abriria um processo administrativo disciplinar e argumentou que tudo não passava de um mal-entendido. Segundo ele, os dois oficiais de inteligência faziam apenas um voo de treinamento e não conheciam bem a região.

Um dos agentes, como mostrou a **Folha**, foi enviado de Brasília a Fortaleza porque a Abin queria imagens do ato convocado pelo ex-presidente Bolsonaro a favor do voto impresso e, àquela altura, não havia pilotos de drones na superintendência do Ceará.

Segundo pessoas que acompanharam o episódio, a manifestação bolsonarista não foi citada pela agência em nenhuma conversa. Aliados do ministro da Educação dizem que a situação continuou mal explicada e que o resultado do processo administrativo nunca foi informado.

Causou estranheza, por exemplo, a Abin —principal órgão de inteligência do país— dizer que os funcionários não sabiam que a área onde estavam com o drone, perto da sede do governo e da residência oficial do governador, era de segurança estadual.

Interlocutores de Camilo também lembram que a relação entre Bolsonaro e os governadores, sobretudo os de esquerda, era ruim e distante.

De acordo com integrantes da Abin ouvidos de forma reservada, a investigação da Polícia Civil do Ceará foi inconclusiva. A Secretaria de Segurança do estado também não respondeu à reportagem quem foi ouvido e quais provas foram analisadas.

O equipamento foi flagrado próximo à residência oficial do Governo do Ceará em 31 de julho de 2021, véspera da manifestação pró-voto impresso, realizada em 1º de agosto de 2021 em todo o país.

A dupla da Abin foi abordada naquele dia por estar em uma área de segurança onde a presença de drones é proibida. Em um segundo momento, no entanto, os guardas verificaram a placa do carro e eles se identificaram como oficiais de inteligência.

Um dos funcionários da Casa Militar do Ceará acabou transferido de posto após o ocorrido, segundo relatos, porque os guardas não apreenderam o drone nem o cartão de memória que guardava as imagens.

Camilo Santana foi procurado pela reportagem, mas não se manifestou. Em janeiro, quando foi citado por investigadores como um dos espionados pela "Abin paralela", Camilo lamentou os fatos e disse que confia no trabalho da Polícia Federal.

"O ministro Camilo Santana lamenta os fatos relatados hoje pela imprensa, que apontam que a Agência Brasileira de Inteligência, um órgão tão importante, tenha sido utilizado ilegalmente no governo anterior para perseguição de pessoas públicas. E confia no trabalho da Polícia Federal para apurar responsabilidades, de forma a garantir a preservação do papel da Abin no fortalecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil", diz a nota divulgada na ocasião.

A decisão de enviar os drones a parte das superintendências da Abin, incluindo a do Ceará, foi tomada pelo então diretor-geral da agência, Alexandre Ramagem (PL-RJ). Pessoa de confiança da família Bolsonaro, hoje ele é deputado federal e pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro.

Mesmo sem pilotos em número suficiente, a cúpula da Abin queria que os drones fossem usados para obter imagens exclusivas e não depender de registros da imprensa —alvo de uma campanha de ataques capitaneada por Bolsonaro.

No dia da manifestação a favor do voto impresso, Ramagem publicou nas redes sociais uma imagem aérea da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e disse que o "voto auditável" significava a "evolução das urnas eletrônicas", além de "segurança ao pleito eleitoral".

Ronaldo Caiado, governador de Goiás, e Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, participam de seminário organizado pelo grupo Esfera Brasil, em São Paulo Rubens Cavallari/Folhapress

Tarcísio diz que população está 'de saco cheio' e critica, com Caiado, polarização e governo Lula

Joelmir Tavares e Arthur Guimarães

SÃO PAULO Os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), concordaram na avaliação de que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é o maior líder político do país e criticaram o governo Lula (PT) e a polarização durante evento nesta segunda-feira (22).

Tarcísio afirmou que é "hora de descomprimir" o ambiente político e que a população está "de saco cheio".

Apontados como possíveis nomes do campo bolsonarista para a eleição presidencial de 2026, Tarcísio e Caiado exaltaram Bolsonaro ao serem indagados sobre o tema pelo jornalista William Waack, mediador de um dos debates de seminário promovido pelo grupo Esfera na capital paulista.

Ambos elogiaram a capacidade de mobilização do ex-presidente, citando as manifestações que ele convocou em São Paulo em fevereiro e no Rio de Janeiro no domingo (21), nas quais houve pedidos de anistia para os réus do 8 de janeiro e ataques ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

"Ninguém consegue arrastar multidão, ninguém tem tanto carisma, ninguém consegue arrastar tantas pessoas, ninguém consegue estabelecer um movimento como Jair Bolsonaro conseguiu", disse Tarcísio, que foi ministro do ex-presidente.

O governador de São Paulo afirmou ainda que Bolsonaro "é um cara que tem que ser estudado, é um fenômeno e é o maior líder político brasileiro". O ex-presidente está inelegível, mas articula um projeto político para impulsionar a direita no pleito municipal deste ano de olho em 2026.

Caiado, que lembrou ter uma trajetória de décadas na política, disse que a maior liderança que já presenciou em atuação foi, "indiscutivelmente", Bolsonaro. "Ninguém teve a capacidade de fazer como Bolsonaro consegue, em levar, mesmo sem ter o direito aos seus futuros mandatos, ser candidato, neste momento, e como ex-presidente da República, fazer o que nós assistimos na Paulista, fazer ontem [domingo] em Copacabana."

No palco, os dois governadores evitaram se colocar como aspirantes ao Planalto. Eles, no entanto, fizeram uma dobradinha para criticar o governo Lula. A começar, demonstrando preocupação com a situação fiscal do país.

O governador de São Paulo disse que há um risco envolvendo as contas públicas que "vai drenar oportunidades do Brasil", e esse processo já está em curso, com desvantagens em comparação com outros países.

Também afirmou que o fôlego dado pela reforma da Previdência, de 2019, está se esvaindo com a fórmula de reajuste do salário mínimo.

Para ele, o governo federal "não faz o que deveria fazer em termos de redução de despesa", e o Brasil "está preso nessa armadilha de baixo crescimento", em declaração que foi aplaudida pela plateia, formada principalmente por empresários e executivos.

> A população está cada vez mais de saco cheio, ninguém aguenta mais, e acho que ela vai dar o tom. Tem muita gente incomodada com o que está acontecendo em várias esferas
>
> **Tarcísio de Freitas (Republicanos)**
> governador de São Paulo

Caiado disse haver um "desastre no atual governo" no âmbito fiscal, com o país caminhando "para um processo de total descontrole", cobrou "respeito ao dinheiro público", citou o déficit de R$ 230,5 bilhões no primeiro ano de Lula e chamou de "uma piada" o arcabouço fiscal, que "já foi revogado no primeiro ano".

Os dois governadores avaliaram a polarização no país como negativa, mas consideraram que o processo é finito. "O Brasil tem muita resiliência, potência, força. Tanta força que sobrevive a esses governos ruins. Vai sobreviver ao que está acontecendo agora", disse Tarcísio, apostando em uma acomodação.

Também afirmou que o Brasil tem "uma centro-direita muito mais preparada, que aprendeu com os erros" e é capaz de "apontar a direção correta e colocar o Brasil num caminho de prosperidade, liberdade econômica, [apreço à] iniciativa privada e política social com mais inteligência".

Caiado disse que o presidente deveria se preocupar "apenas com o país", atuando com os governadores por "políticas de resultado" e sem "ficar no enfrentamento". "Se você ganhou uma eleição, você tem que ir é para a frente", afirmou.

"A pauta do presidente não pode ser de bate-boca pra lá e pra cá. É de fazer as coisas acontecerem", disse. Ele caracterizou a polarização como um círculo vicioso, que a longo prazo vai prejudicar, sobretudo, a população.

Tarcísio disse que o fenômeno é deletério, mas considerou que a responsabilidade de rompê-lo não é apenas de Lula e Bolsonaro, mas de toda a sociedade e das instituições, inclusive o Supremo Tribunal Federal. "Porque a cabeça do Judiciário é o STF", justificou, sobre a corte atacada pelo bolsonarismo.

Ele evitou se aprofundar no papel que caberia ao tribunal, afirmando apenas que "está na hora de descomprimir" o ambiente político. "A gente tem que ter uma porta de saída. A gente não pode mais conviver com a pressão", disse.

"A população está cada vez mais de saco cheio, ninguém aguenta mais, e acho que ela vai dar o tom. Tem muita gente incomodada com o que está acontecendo em várias esferas", disse Tarcísio.

mundo guerra israel-hamas

Manifestantes montam acampamento no campus da Universidade Columbia, em Nova York, em protesto contra ação de Israel em Gaza Charly Triballeau/AFP

Universidades dos EUA têm prisões em atos contra guerra

Dezenas de alunos são detidos em Yale, e Columbia suspende aulas presenciais

SÃO PAULO Algumas das universidades mais prestigiosas dos Estados Unidos enfrentaram uma série de tumultos ao longo do fim de semana e nesta segunda-feira (22) em meio a protestos relacionados com a guerra Israel-Hamas.

De um lado, manifestantes defendem sua liberdade de expressão enquanto criticam as universidades e o governo israelense e defendem o fim dos ataques contra os territórios palestinos; de outro, parte dos estudantes judeus se diz temerosa e afirma que protestos contra a guerra se transformaram em antissemitismo.

A polícia prendeu dezenas de pessoas na manhã desta segunda durante uma manifestação em defesa da causa palestina na Universidade Yale, em Connecticut. A Universidade Columbia, em Nova York, cancelou as aulas presenciais em resposta aos manifestantes que montaram acampamentos em seu campus desde a semana passada, quando cem pessoas foram detidas.

Ao longo do dia, manifestantes se reuniram também no campus da NYU (Universidade Nova York), em Manhattan, em um clima tenso sob pressão da direção da instituição e de políticos republicanos, que exigiam que eles se retirassem. Até o início da noite desta segunda, a mobilização continuava no local.

Em outras partes do país, estudantes montaram acampamentos em universidades na área de Boston, como no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts). Alunos de Harvard, no mesmo estado, foram informados de que poderiam ser punidos se montassem tendas não autorizadas ou bloqueassem as entradas dos prédios da universidade. Também houve protestos na Universidade de Michigan, onde estudantes montaram um acampamento em defesa da liberdade de manifestação contra a guerra.

Agências de notícias relatam que, além de estudantes, pessoas que pareciam não ter ligação com as universidades se juntaram a protestos e intensificaram a tensão. Professores e funcionários das instituições também se envolveram, com críticas ao que é descrito como repressão aos alunos e como falta de ação contra o antissemitismo.

Shai Davidai, um professor de Columbia, acusou a universidade de bloquear seu acesso ao campus alegando não poder garantir a sua segurança —a universidade não se posicionou sobre o caso. O acadêmico, que é judeu e chama de terroristas os estudantes presentes nos atos, havia convocado para esta segunda um contraprotesto em defesa de alunos judeus e sionistas; para isso, ele sugeriu que o grupo portasse bandeiras de Israel e dos EUA em meio às manifestações pró-Palestina.

Em meio aos tumultos, as direções das universidades lidam com crises internas e pressões políticas. A reitora de Columbia, Minouche Shafik, enfrentou pedidos para renunciar. Todos os dez deputados republicanos na Câmara de Nova York, liderados por Elise Stefanik, escreveram uma carta exigindo que ela deixe o cargo. "A anarquia tomou conta do campus", diz a carta.

Em uma declaração pública, Shafik disse que os laços da comunidade de Columbia estão sendo severamente testados e que o volume das divergências no campus vem aumentando. "Não podemos permitir que um grupo dite os termos e tente interromper marcos importantes como a formatura para promover o seu ponto de vista. Vamos sentar, conversar, discutir e encontrar maneiras de chegar a um acordo sobre as soluções", disse. "A linguagem antissemita, como qualquer outra linguagem usada para ferir e assustar as pessoas, é inaceitável e serão tomadas medidas adequadas", complementou.

Nos próximos dias, um grupo de trabalho composto por reitores, administradores escolares e professores tentará encontrar uma solução para a crise universitária, disse a reitora de Columbia, que não informou quando as aulas presenciais seriam retomadas.

A tensão atual amplia um debate acerca de liberdade de expressão, acusações de antissemitismo e de posicionamentos políticos nas instituições de ensino dos EUA. Em janeiro, a então reitora de Harvard, Claudine Gay, renunciou após reações negativas a declarações suas que foram vistas como complacentes com o antissemitismo.

O Comitê de Solidariedade à Palestina da graduação de Harvard foi suspenso, e a universidade ordenou que o grupo parasse todas as atividades organizacionais ou correria o risco de expulsão permanente, segundo o jornal universitário The Harvard Crimson. O comitê foi uma das várias organizações estudantis a organizar um protesto em solidariedade aos estudantes detidos em Columbia.

Os protestos em Yale, Columbia, NYU e em outros campi universitários em todo o país começaram em resposta ao mais recente agravamento do conflito na Faixa de Gaza.

Manifestantes bloquearam o trânsito ao redor do campus de Yale exigindo o fim de investimentos em armamentos militares que possam ser enviados a Israel —os EUA são os maiores patrocinadores das Forças Armadas de Tel Aviv.

Na semana passada, Columbia chamou a polícia para desmontar um acampamento no gramado principal da universidade. Os manifestantes também exigiam que a instituição deixe de investir em projetos ligados a Israel. Cem pessoas foram detidas sob a acusação de invasão de propriedade, e dezenas de estudantes receberam suspensões.

O presidente dos EUA, Joe Biden, alvo frequente de críticas devido ao apoio de Washington a Israel, disse em um comunicado no domingo que sua administração colocou toda a força do governo federal na proteção da comunidade judaica. "Condeno os protestos antissemitas. Também condeno aqueles que não entendem o que está acontecendo com os palestinos", disse, ao ser questionado sobre as manifestações.

O prefeito da cidade de Nova York, o democrata Eric Adams, disse estar "horrorizado e enojado com o antissemitismo espalhado dentro e ao redor do campus da Universidade Columbia". Ele citou exemplos de pessoas que estariam gritando "somos o Hamas" e "não queremos sionistas aqui".

Os organizadores estudantis do acampamento em Columbia criticaram as declarações de Biden e Adams e as suas acusações de antissemitismo, observando que alguns dos organizadores são judeus.

Em declaração no domingo, o reitor de Yale, Peter Salovey, disse que os funcionários da universidade conversaram várias vezes com os estudantes manifestantes sobre as políticas e diretrizes da instituição, incluindo aquelas relacionadas ao discurso e à permissão de acesso aos espaços do campus.

"Construir estruturas, desafiar as diretivas dos funcionários da universidade, permanecer nos espaços do campus fora dos horários permitidos e outros atos que violam as políticas e diretrizes da universidade criam riscos de segurança e impedem o trabalho da nossa universidade", disse ele.

Com AFP e Reuters

Protestos em universidades dos EUA

> Não podemos permitir que um grupo dite os termos e tente interromper marcos importantes como a formatura para promover o seu ponto de vista
>
> **Minouche Shafik**
> reitora da Universidade Columbia

Chefe da inteligência de Israel renuncia após admitir falhas no 7/10

SÃO PAULO O chefe da inteligência militar de Israel, o general Aharon Haliva, demitiu-se nesta segunda-feira (22) após admitir responsabilidade por falhas que culminaram no ataque do Hamas no dia 7 de outubro, que desencadeou a atual guerra na Faixa de Gaza.

Primeiro político ou militar de alto escalão de Israel a renunciar desde o atentado, Haliva deixou o cargo após 38 anos de carreira na corporação. Ele sairá do posto assim que um substituto for nomeado, segundo o Exército.

Outros agentes, como o chefe da agência de segurança, Shin Bet, também reconheceram sua responsabilidade, mas nenhum mencionou uma possível demissão. Apesar disso, é esperado que muitos deixem o cargo quando a tensão regional diminuir, de acordo com o jornal Times of Israel.

O conflito foi a justificativa para Haliva não renunciar quando admitiu os erros de segurança pela primeira vez, dez dias após o ataque. "A Direção de Inteligência Militar, sob meu comando, falhou em avisar sobre o ataque terrorista do Hamas", afirmou ele no dia 17 de outubro. "Falhamos na nossa missão mais importante, e como chefe da Diretoria de Inteligência Militar, assumo total responsabilidade pelo erro."

Agora, seis meses após o atentado, o general apresenta sua renúncia no momento em que uma comissão de inquérito investiga por que o Exército não conseguiu se defender do Hamas.

"A Direção de Inteligência sob o meu comando não cumpriu a sua tarefa. Carrego aquele dia comigo desde então, todos os dias, todas as noites. Suportarei para sempre a terrível dor da guerra", disse ele na carta endereçada ao chefe do Estado-Maior do Exército, Herzi Halevi.

O ataque de 7 de outubro causou cerca de 1.200 mortes, segundo Tel Aviv, a maioria civis. Em retaliação, Israel prometeu aniquilar o Hamas, no poder na Faixa de Gaza desde 2007, e lançou uma ofensiva militar que até agora deixou 34.151 mortos, principalmente mulheres, crianças e adolescentes, segundo o Ministério da Saúde local, ligado à facção.

Na segunda, Israel bombardeou campos de refugiados de Nuseirat e Maghazi, no centro de Gaza, e as cidades de Rafah e Khan Yunis.

Com AFP

Não há provas de elo de agentes da ONU com Hamas

SÃO PAULO Uma investigação independente liderada por Catherine Colonna, ex-chanceler da França, afirma que Israel ainda não apresentou provas de ligação de funcionários da UNRWA, a agência da ONU para refugiados palestinos, com organizações terroristas.

Em janeiro, autoridades israelenses acusaram 190 funcionários da agência de envolvimento nos atentados do Hamas em 7 de outubro. Após a denúncia, a UNRWA disse ter demitido os suspeitos, mas não informou suas identidades.

Nove países, incluindo os principais doadores, EUA e Alemanha, suspenderam os repasses à organização em um contexto de crise humanitária em Gaza.

Parlamento britânico aprova lei para enviar migrantes a Ruanda

Após novela judicial e legislativa, governo consegue decisão favorável; premiê quer início de voos até julho

Guilherme Botacini

BOA VISTA O Parlamento do Reino Unido aprovou nesta segunda-feira (22) a lei que institui um plano para enviar requisitantes de refúgio para Ruanda, na África, enquanto suas solicitações são analisadas pelo sistema migratório britânico.

A decisão, que derrubou todas as emendas propostas pela oposição, é uma vitória para o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak. O controverso texto é uma bandeira do primeiro-ministro, líder do Partido Conservador, que pretende com a lei recuperar ao menos parte da popularidade em meio a pesquisas de opinião que colocam o Partido Trabalhista com folga à frente da legenda no poder nas eleições previstas para este ano.

"O Parlamento vai ficar aqui esta noite e votar [a lei], não importa quanto tempo demore. Esses voos vão para Ruanda, sem poréns", disse Sunak mais cedo, pressionando os parlamentares para a aprovação do texto.

O objetivo da legislação, segundo o governo, é dissuadir migrantes em situação irregular de entrarem no país e desmantelar redes de tráfico de pessoas que ofertam perigosas travessias de barco, via canal da Mancha, para suprir a demanda migratória à ilha britânica.

"A partir do momento em que a lei for aprovada, vamos começar o processo para remover [os solicitantes de refúgio] identificados para o primeiro voo. Estamos nos preparando para este momento", afirmou Sunak.

O premiê disse que já existem acordos com empresas aéreas, além de espaços reservados em aeroportos e juízes e tribunais prontos para processar os casos de solicitação de refúgio. A oposição, no entanto, questionou os números e as falas de Sunak durante discussão sobre emendas ao texto no Parlamento, dizendo que não há clareza sobre esses preparativos e se eles funcionariam.

De acordo com a imprensa britânica, o governo já teria identificado solicitantes de refúgio com reivindicações e justificativas frágeis que farão parte da primeira leva de enviados.

"Independentemente da aprovação de hoje, enviar refugiados para Ruanda é uma abordagem ineficaz, desnecessariamente cruel e custosa. Em vez de terceirizar suas responsabilidades sob o direito internacional, instamos o governo a abandonar este plano equivocado e, em vez disso, focar em implementar um sistema de imigração mais humano e ordenado", afirmou Denisa Delic, diretora do Comitê Internacional de Resgate do Reino Unido, ao britânico The Guardian.

> "A partir do momento em que a lei for aprovada, vamos começar o processo para remover [os solicitantes de refúgio] identificados para o primeiro voo. Estamos nos preparando para este momento
>
> **Rishi Sunak**
> primeiro-ministro do Reino Unido

A legislação já havia sido aprovado em janeiro na Câmara dos Comuns e foi enviada à Câmara dos Lordes —outra Casa do Legislativo britânico, que não é composta por representantes eleitos pelo voto popular—, onde a oposição apresentou propostas de emendas.

O impasse em relação às adições ao texto levou a um vaivém entre as duas Casas em meio a negociações e concessões que, até esta segunda, já haviam derrubado 8 das 10 emendas propostas. Sem consenso, o texto não poderia receber a chancela real e entrar em vigor.

As duas emendas restantes da Câmara dos Lordes e discutidas nesta segunda-feira eram relativas à exceção na nova regra para afegãos que ajudaram o Exército britânico do grupo elegível e à exigência de que o governo só poderia tratar Ruanda como um destino seguro para os enviados após consulta a um comitê independente e declaração oficial do gabinete ao Parlamento.

Com as duas emendas rejeitadas pela Casa baixa e após novo retorno do texto à Câmara dos Lordes, os integrantes da Casa desistiram de exigir a exclusão dos afegãos do programa. O secretário responsável pela questão migratória diz que essas pessoas podem ter sua solicitação de refúgio processada por um projeto específico para elas, já existente.

A emenda sobre o comitê independente, no entanto, permaneceu, e após nova rejeição pela Câmara dos Comuns, a oposição desistiu dela na Câmara dos Lordes. O texto agora só precisa da chancela do rei Charles 3º, na prática uma formalidade, para entrar em vigor.

O plano foi formulado inicialmente por Boris Johnson, premiê do Reino Unido entre 2019 e 2022. No final de 2022, o primeiro voo de deportação acabou bloqueado por uma liminar do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

A Suprema Corte britânica havia decretado que a medida era ilegal em novembro passado. Para contornar os problemas indicados pela corte, Reino Unido e Ruanda decidiram assinar no início de dezembro um novo acordo, levando o caso novamente à estaca zero. A primeira leitura do texto reformulado —o mesmo que saiu vitorioso nesta quarta— foi então aprovada em 12 de dezembro.

A lei já custa aos cofres públicos britânicos £ 240 milhões (R$ 1,54 bilhões), valor encaminhado a Ruanda até o fim de 2023 para que o país forneça os serviços de hospedagem dos requerentes de asilo no Reino Unido. Há custos adicionais pelos cinco anos do acordo, de acordo com o número de enviados, que podem ultrapassar os £ 500 milhões.

Segundo estimativas divulgadas em novembro, entre junho de 2022 e o mesmo mês de 2023, o Reino Unido recebeu cerca de 970 mil migrantes, sem contar os vindos da União Europeia (mais 130 mil). Os que têm possibilidade de requerer asilo político, no entanto, são apenas aqueles perseguidos por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política.

Trump criou esquema de fraude em 2016, dizem promotores

NOVA YORK | REUTERS E AFP Promotores de Nova York afirmaram na segunda (22) que Donald Trump orquestrou um "esquema criminoso" para cometer "fraude eleitoral" em 2016. A acusação ocorreu durante o primeiro julgamento criminal de um ex-presidente dos Estados Unidos. A defesa do republicano, por sua vez, afirmou que não há "nada de errado em tentar influenciar uma eleição".

Acusação e defesa apresentaram seus argumentos iniciais aos 12 jurados e seis suplentes, responsáveis por selar o destino do político que aspira a retornar à Casa Branca nas eleições de novembro. A escolha do júri foi finalizada na última sexta-feira (19).

Trump assistiu aos procedimentos do tribunal e, ocasionalmente, conversou com seu advogado Todd Blanche.

Os promotores dizem que o ex-presidente tentou esconder histórias que poderiam ser prejudiciais para sua campanha de 2016. O esquema envolveria o pagamento de US$ 130 mil feito por Michael Cohen, advogado de Trump à época, à atriz pornô Stormy Daniels para que ela não revelasse um suposto encontro sexual com o empresário uma década antes. Trump reembolsou Cohen, segundo os promotores, e teria maquiado as despesas nas contas de sua empresa para que elas fossem consideradas gastos de campanha.

"O réu, Donald Trump, orquestrou um esquema criminoso para corromper as eleições presidenciais de 2016", disse o promotor Matthew Colangelo ao júri de 12 pessoas. "Foi fraude eleitoral, pura e simples."

Trump se declara inocente de 34 acusações de falsificação de registros comerciais apresentadas pelo promotor distrital de Manhattan e nega ter tido um encontro sexual com a atriz.

Após as manifestações dos promotores, a defesa de Trump afirmou que o republicano não cometeu um crime ao pagar seu ex-advogado. "O presidente Trump é inocente, não cometeu nenhum crime. O gabinete do promotor distrital de Manhattan nunca deveria ter aberto este caso", disse Todd Blanche.

Os jurados do julgamento histórico ouviram brevemente a primeira testemunha da acusação: David Pecker, ex-editor do tabloide National Enquirer, conhecido pela cobertura sensacionalista de celebridades. Os promotores dizem que ele participou de um esquema para suprimir publicações negativas sobre Trump e ajudá-lo a ser eleito.

De acordo com os promotores, Pecker teria feito um acordo com Trump e Cohen durante uma reunião em agosto de 2015 para atuar como "olhos e ouvidos" da campanha.

A American Media, que publica o National Enquirer, admitiu em 2018, como parte de um acordo para evitar processos criminais, que pagou US$ 150 mil à ex-modelo da revista Playboy Karen McDougal pelos direitos de seu relato sobre um caso de meses com Trump em 2006 e 2007. A editora disse que trabalhou "em conjunto" com a campanha de Trump e nunca publicou a história.

Mundo Leu
Excepcionalmente, João Batista Natali não escreve nesta edição

Eleitor vota em Quito durante plebiscito convocado pelo presidente Daniel Noboa Rodrigo Buendia - 21.abr.24/AFP

Equador aprova extradição de cidadãos em plebiscito marcado pela violência

SÃO PAULO O Equador mudou uma regra de quase 80 anos ao aprovar em plebiscito realizado neste domingo (21) a possibilidade de extradição de seus cidadãos.

A votação visava consultar a população acerca do endurecimento de leis contra o crime organizado e foi marcada pelo assassinato do diretor de uma penitenciária.

A pergunta que versava sobre o tema era a principal entre as 11 que foram feitas aos equatorianos. O sim à extradição recebeu pouco mais de 60% de apoio, enquanto o não recebeu 39% do total de votos, segundo a apuração do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) até esta segunda-feira (22).

Os resultados apontam que a maior parte população respondeu positivamente a nove perguntas, que tiveram entre 60% e 73% de apoio. As respostas negativas prevaleceram em duas consultas que não tinham ligação com segurança pública —uma buscava permitir o estabelecimento de um contrato de trabalho por horas e a outra reconhecia a arbitragem internacional para a solução de controvérsias comerciais.

As mudanças devem dar um protagonismo inédito às Forças Armadas no combate às drogas. Embora a presença militar seja bastante ativa atualmente e ocorra por meio de decretos de estado de exceção (comuns no país) e declarações de conflito armado interno (como a que o Equador vive hoje, contra as gangues), o plebiscito buscou anular essas exigências e fazer com que a decisão para enviar os militares dependa somente de um despacho do chefe da polícia local e do presidente.

Cerca de 13,6 milhões dos 17,7 milhões de habitantes foram chamados para votar nas 11 questões propostas pelo presidente Daniel Noboa, para quem o plebiscito serve como um termômetro na possível campanha pela reeleição em fevereiro de 2025.

Noboa, que foi eleito em um pleito atípico para um período de 18 meses, carrega uma popularidade de 69%. Ele declarou guerra às organizações ligadas a cartéis no México e na Colômbia após uma onda de violência em janeiro, com cerca de vinte mortes.

O político também militarizou as prisões —que se tornaram centros de operações de traficantes e de massacres sangrentos entre prisioneiros que deixaram mais de 460 mortos desde 2021— e reduziu momentaneamente a taxa de homicídios, mas a violência piorou no último mês.

A presidente do CNE, Diana Atamaint, chegou a afirmar que a votação ocorria em um "ambiente de segurança e tranquilidade". Mais tarde, o diretor penitenciário Damián Parrales foi morto a tiros enquanto os cidadãos iam as urnas, num caso descrito por autoridades como um atentado.

A extradição de cidadãos do país é proibida pela Constituição desde 1945. A população já havia sido consultada sobre o assunto em fevereiro de 2023, antes do assassinato do candidato presidencial Fernando Villavicencio, e o não venceu com 52% na ocasião, de modo que a regra seguiu em vigor.

A agência de notícias AFP, a professora Alexandra Rocha, 25, disse ter votado a favor da extradição. "Sinto que as leis aqui não são suficientemente fortes para que as pessoas que cometem um crime paguem pelo que estão fazendo."

Já Dulce Negrete, 61, afirmou ter respondido não para todas as questões. "Não estou satisfeita com esse tipo de governo, nos levou a um desastre total. A extradição não serve para nada."

O plebiscito acontece em meio a uma onda de violência no país. Mais de dez políticos foram mortos a tiros desde 2023. Só na semana passada foram dois prefeitos assassinados, no sul, e há um mês também a prefeita de um balneário no Pacífico foi morta.

Polícia recaptura líder criminoso após fuga de prisão

A polícia do Equador anunciou nesta segunda-feira (22) a recaptura de Fabrício Colón Pico Suárez, suposto líder da facção Los Lobos, considerada um grupo terrorista. Ele havia fugido da prisão em meio à crise de segurança que explodiu no país em janeiro e desencadeou o estado de exceção. Ele foi preso em Puerto Quito, na província de Pichincha, junto a dois outros criminosos.

Soldados portugueses desfilam por Lisboa com cravos em suas armas em 25 de abril de 1974 Eduardo Gageiro

Afastamento militar firmou democracia lusa, diz analista

Radicalismo pós-revolução deu lugar a alternância entre esquerda e direita

João Gabriel de Lima

LISBOA A imagem de soldados empunhando armas das quais saem flores, em vez de tiros, está em exposição na Casa da História Europeia, em Bruxelas. A foto, de autoria de Eduardo Gageiro, é a contribuição solitária de Portugal ao museu dedicado à memória do continente. A imagem é um símbolo da Revolução dos Cravos, que faz 50 anos na quinta (25) e redefiniu o país ao encerrar 48 anos de ditadura.

O 25 de Abril foi um caso raro de golpe militar que instalou uma democracia em vez de uma ditadura, como observou Samuel Huntington em seu clássico "A Terceira Onda". Logo no início do livro, o cientista político americano lembra que a canção "Grândola, Vila Morena", transmitida pelo rádio, foi a senha para o levante militar que iniciou não apenas uma revolução num país, mas um vagalhão de movimentos contra autoritarismos mundo afora. Construir uma democracia, no entanto, é um processo diligente que vai além de uma imagem icônica e um tema musical.

"A transição portuguesa para a democracia foi turbulenta", diz Marina Costa Lobo, diretora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, referência no país na área de estudos sobre política. Logo depois da Revolução dos Cravos veio o "verão quente", com greves, conflitos trabalhistas dentro das empresas e ocupação de casas desabitadas. "A construção democrática se deu em várias etapas, e a primeira delas foi a Constituinte de 1975, muito importante ao mostrar que, num movimento liderado pela esquerda, a força da extrema esquerda era bastante menor do que se pensava."

As eleições para a Constituinte foram em 25 de abril de 1975, exatamente um ano depois da Revolução dos Cravos. Duas facções políticas disputavam espaço: o tradicional Partido Comunista Português, liderado por Álvaro Cunhal, e o Partido Socialista, recém-fundado por Mário Soares. O Partido Comunista era alinhado com Moscou e tinha conexões com a então Alemanha Oriental. O Partido Socialista, formado por políticos de esquerda exilados pelo regime do ditador António de Oliveira Salazar, espelhava-se na social-democracia francesa, alemã e sueca.

"O Partido Socialista foi construído, de certa forma, em oposição ao que eram os valores do antigo Partido Comunista", diz Costa Lobo. "Os comunistas eram anticapitalistas, contra a então Comunidade Econômica Europeia e contra a Otan. O Partido Socialista era apologista do capitalismo moderado pelo Estado social, além de europeísta e favorável à Otan."

A hegemonia dos socialistas dentro da esquerda se consolidou num terceiro 25 de abril, o de 1976, quando a sigla venceu as primeiras eleições do novo regime democrático. "O Partido Socialista tentou governar em minoria primeiro, e depois formou governo com o CDS (Centro Democrático Social), um partido de direita. O PS sempre tentou fazer pontes à sua direita porque havia essa clivagem de regime com o Partido Comunista, que só seria quebrada em 2015 com a 'geringonça'", afirma Costa Lobo. Ela se refere ao governo recente liderado por António Costa —em que finalmente, depois de décadas de rivalidade, os socialistas seriam apoiados pelos comunistas.

Paralelamente aos três 25 de Abril nos quais se desenharam as instituições portuguesas havia um desafio: afastar os militares da política. Foi um Exército desgastado por guerras nas "províncias ultramarinas" —Portugal era um dos poucos países a ainda manter um império colonial, na África e na Ásia— que tomou a iniciativa de derrubar o regime ao depor Marcelo Caetano, sucessor do ditador António Salazar. "Por causa disso, foi preciso dar um lugar muito proeminente à hierarquia militar na Constituição de 1976", afirma Costa Lobo.

A insatisfação com as guerras coloniais era o cimento que unia um Exército formado por militares de esquerda e de direita. A causa comum, no entanto, não apagou as divisões internas. Chegou a ocorrer uma tentativa de golpe dentro do golpe em novembro de 1974, debelado por militares moderados, o que evidenciou a necessidade de definir claramente o papel das Forças Armadas. "Eu diria que a revisão constitucional de 1982 foi decisiva para a consolidação do sistema democrático", diz Costa Lobo. "Nessa revisão os militares foram completamente excluídos das instituições."

> “
> A construção democrática se deu em várias etapas, e a primeira delas foi a Constituinte de 1975, muito importante ao mostrar que, num movimento liderado pela esquerda, a força da extrema esquerda era bastante menor do que se pensava
>
> Foi preciso dar um lugar muito proeminente à hierarquia militar na Constituição de 1976
>
> **Marina Costa Lobo**
> diretora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

O predomínio dos partidos do centro democrático, a partir da vitória dos socialistas sobre os comunistas, e a retirada dos militares da política foram, assim, fundamentais para a consolidação da democracia portuguesa. Num evento sobre o 25 de abril na sexta (19), o presidente Marcelo Rebelo de Sousa, da sigla de centro-direita PSD (Partido Social Democrata), exaltou a alternância de poder no país: "Nas eleições seguintes à vitória inicial do Partido Socialista o poder pendeu para a direita. Isso mostra que a revolução que restabeleceu a democracia não tem partido, é uma vitória de todo o espectro político".

Na próxima quinta-feira milhares de portugueses descerão a avenida da Liberdade em direção ao largo do Rossio, em Lisboa, na tradicional caminhada comemorativa do 25 de abril. Jovens e velhos, de esquerda e de direita, portarão cravos e cantarão os versos de "Grândola Vila Morena" —imagem e trilha da festa que, mesmo em tempos de polarização, une a maioria dos portugueses.

Geisel vetou apoio a general português que queria tomar poder após Revolução dos Cravos

Naief Haddad

SÃO PAULO Em 25 de março de 1974, a Revolução dos Cravos punha fim ao salazarismo, que já durava mais de 40 anos em Portugal, a ditadura mais longa da Europa. O país começava a se reorganizar rumo a um regime democrático, mas nem tudo era festa: nos meses seguintes, ameaças internas colocariam em risco esses novos tempos, marcados por voto popular e livre expressão.

Um desses momentos em que o autoritarismo mostrou seus dentes aconteceu em 11 de março de 1975, quando paraquedistas sob o comando do general António de Spínola atacaram um regimento de Lisboa, o que seria um primeiro ato para um golpe. A mobilização fracassou, Spínola refugiou-se na Espanha e, em seguida, no Brasil.

O general não se deu por vencido. Insistia em recompor as forças para outra tentativa de tomar o poder e, três meses depois, entrou em contato com oficiais do Exército brasileiro pedindo uma colaboração imodesta: uma grande quantidade de armamentos e munições, além de uma área no interior do Brasil para treinamento de 600 homens. Tudo isso como preparativo para invadir Portugal.

Agentes do SNI (Serviço Nacional de Informação) reagiram de modo receptivo ao pedido de Spínola, mas o então presidente Ernesto Geisel respondeu enfaticamente: o Brasil não ajudaria o general. Ou seja, o penúltimo presidente da ditadura militar brasileira contribuiu para que uma nova articulação antidemocrática não fosse adiante em Portugal.

Esse episódio foi lembrado pelo historiador inglês Kenneth Maxwell na conferência sobre os 50 anos da Revolução dos Cravos no último dia 4 na USP. Ex-professor de universidades como Harvard e Yale, nos Estados Unidos, ele estuda as relações entre Brasil e Portugal há mais de 60 anos.

No caso das sondagens de Spínola no Brasil, Maxwell se baseou em cópias dos arquivos do SNI cedidas por seu amigo Elio Gaspari, colunista da **Folha**.

Para entender melhor o peso do não de Geisel, é preciso voltar ao início de 1974. Naquele momento, Portugal tinha cerca de 200 mil militares nas colônias na África, sobretudo em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Representavam 2% de toda a população portuguesa.

"A pressão sobre o Exército era intensa, particularmente sobre os jovens oficiais, que estavam muito cansados. Era uma guerra sem fim", diz o historiador à **Folha**. E, secretamente, esses oficiais organizaram o Movimento de Forças Armadas (MFA), formado principalmente por capitães.

Foram eles que, em 25 de abril, tomaram as ruas e os palácios de Lisboa, acompanhados por uma entusiasmada adesão popular e uma acanhada reação do governo.

Era um susto para Marcelo Caetano, que havia assumido o poder em 1968, substituindo o ditador António de Oliveira Salazar. Para presidir o país durante um governo provisório, foi escolhido —vejam só— o general António de Spínola, que havia sido governador de Guiné-Bissau.

Nos meses seguintes, porém, as divergências entre Spínola e o MFA se tornaram mais agudas. No final de setembro, o general buscava aliados em número suficiente para declarar estado de sítio. Como não obteve esse apoio, apresentou sua demissão do cargo de presidente da República. No seu lugar, assumiu Francisco da Costa Gomes, um general que zelava pela democracia, ao contrário do seu antecessor.

Daí em diante, Spínola se distanciou do novo regime, com posições cada vez mais radicais, o que nos leva de volta à sua tentativa de aproximação com o governo brasileiro.

Com o objetivo de invadir o norte de Portugal, segundo Maxwell, o general pediu a Geisel 34 metralhadoras, 16 pistolas, 2 fuzis automáticos com bocal lançador de granada, entre vários outros itens. O registro do SNI à época diz: "Spínola considera que, com cinco mil homens bem armados e adestrados, poderá invadir Portugal com êxito".

"Spínola poderia ter sido o Pinochet de Portugal", afirma o historiador sobre a hipótese do plano ter ido adiante.

No exílio, o general fundou o grupo de extrema direita Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP).

Spínola morreu em agosto de 1996. Passados 27 anos, o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou o general com o Grande Colar da Ordem da Liberdade.

Estudo mostra relação entre eleição de PMs e alta de mortes

Análise diz que efeito médio foi de 13 homicídios a mais por 100 mil habitantes

Idiana Tomazelli e Raquel Lopes

BRASÍLIA Um estudo apontou uma relação entre a eleição de policiais militares como vereadores em cidades brasileiras e uma elevação do número de homicídios nos municípios que os elegeram, sobretudo em áreas mais pobres e com maior concentração de pretos e pardos.

A pesquisa foi realizada por Lucas Novaes, do Insper, e publicada na American Political Science Review, um dos periódicos mais influentes da ciência política.

O trabalho analisou dados de 2.491 municípios que tiveram candidatos ao Legislativo classificados como "lei e ordem" entre os pleitos de 2004 e 2012.

A categoria inclui candidatos que faziam parte das forças policiais ou da reserva das Forças Armadas e que incluíam alguma patente dessas corporações em seus nomes de urna, como capitão, coronel, cabo, tenente ou soldado. Seguindo esse critério, foi possível identificar um total de 7.888 pessoas ao longo de oito anos.

As informações foram cruzadas com a curva de homicídios observada nos quatro anos seguintes a cada eleição (ou seja, até 2016).

Em municípios que elegeram PMs como vereadores, o efeito médio foi de 13 homicídios a mais por 100 mil habitantes. Um aumento de 53% em relação a municípios com características semelhantes e que chegaram muito perto de eleger policiais militares para a Câmara Municipal, mas não o fizeram por uma pequena diferença de votos.

Como esse tipo de candidatura cresceu na esteira da eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Novaes avalia que o impacto pode estar se replicando ou até se intensificando nos municípios.

"Considerando que pode ter mais candidatos policiais eleitos daqui para frente, isso aumentaria ainda mais as distorções de segurança pública", afirma.

Uma possível explicação para esse efeito, segundo o pesquisador, reside no fato de que esses candidatos são eleitos, em sua maioria, por cidadãos que vivem em áreas relativamente mais ricas —isto é, que reúnem a parcela com mais renda entre os habitantes daquele município.

Para conseguir medir esse aspecto, Novaes ordenou os locais de votação por grau de apoio aos policiais e analisou os que estavam nos 25% com menor apoio (poucos ou zero votos nos candidatos "lei e ordem").

Ao cruzar com dados de renda, ele percebeu que os lugares com baixo suporte à eleição de policiais têm uma proporção maior de pessoas mais pobres (menos de meio salário mínimo per capita) do que de famílias mais ricas (mais de cinco salários mínimos per capita).

Apesar de policiais militares eleitos vereadores não terem, diretamente, poder político para gerir a segurança pública, sua interlocução com membros da ativa acaba gerando um desvio de recursos policiais (como patrulhamento) para as áreas com maior suporte de eleitores, avalia o pesquisador.

Por outro lado, regiões mais pobres ficam desguarnecidas —e são nessas regiões onde moram pessoas com menor renda onde há índices maiores de violência. É nessa esteira que os homicídios crescem, conforme mostra a pesquisa.

> [O vereador] não pode trazer mais policiais, mas tem os policiais que já estão no município e são colegas, ex-colegas. O que ele pode fazer é [influenciar para] reordenar como esses recursos são distribuídos dentro do espaço municipal para o favorecer
>
> **Lucas Novaes**
> pesquisador do Insper

"[O vereador] não pode trazer mais policiais, mas tem os policiais que já estão no município e são colegas, ex-colegas. O que ele pode fazer é [influenciar para] reordenar como esses recursos são distribuídos dentro do espaço municipal para o favorecer", afirma Novaes.

Segundo ele, o efeito não é tão intenso quando os eleitos são egressos da Polícia Civil ou representantes da reserva das Forças Armadas.

Para se certificar de que o aumento dos homicídios é causado pela eleição desses vereadores, e não por outros fatores, Novaes fez a análise comparando os municípios que elegeram candidatos "lei e ordem" com aqueles que não tiveram o mesmo resultado por margem estreita.

São cidades que possuem perfis semelhantes de demografia e criminalidade. Os resultados mostraram que, mesmo com essas similaridades, o município que elegeu PMs como vereadores seguiu trilha diferente a partir do ingresso desses representantes nas câmaras municipais.

Para fazer o mapeamento, Novaes comparou o total de flagrantes com o total de roubos para obter uma medida aproximada da atividade policial nos bairros de cada cidade. Quanto maior a proporção de flagrantes, maior é o indicativo de agentes atuando no patrulhamento da região.

O pesquisador observou que, nos bairros onde os candidatos "lei e ordem" receberam poucos votos, a atividade policial diminuiu, ao passo que houve um aumento nos casos de homicídio. Já nas áreas onde suas campanhas foram mais bem-sucedidas, o patrulhamento foi intensificado, e os homicídios caíram —o que acaba servindo inclusive como plataforma para a reeleição desses agentes.

Na avaliação de Novaes, os candidatos analisados estão mais focados em reduzir roubos ao patrimônio, e acabam negligenciando os homicídios, que afetam principalmente a população das periferias dos municípios.

O pesquisador explica que optou por analisar vereadores porque eles têm maior probabilidade de obter votos de nichos específicos, ao contrário dos prefeitos, que precisam de apoio de diversas camadas da sociedade para se elegerem.

Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirma que esse tipo de candidato é frequentemente eleito em um contexto no qual a busca por segurança é um tema preponderante.

"Os dados são coerentes e o pesquisador consegue mostrar bem essa relação, mas eu acho que a análise não dá conta de explicar toda a complexidade. A eleição explora o medo, pressionando os gestores eleitos, por exemplo, a criar mais guardas municipais e acaba reforçando um modelo que gera mais confronto e não reduz o medo", afirma Lima.

Indígenas de vários estados participam em Brasília do Acampamento Terra Livre, que luta pelos direitos dos povos originários Pedro Ladeira/Folhapress

Gilmar suspende ações sobre marco temporal e tenta acordo

José Marques e João Gabriel

BRASÍLIA O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu nesta segunda-feira (22) suspender todas as ações na Justiça que tratem da lei do marco temporal das terras Indígenas, aprovada no ano passado pelo Congresso em reação à corte.

Ele decidiu, ainda, iniciar um processo de conciliação a respeito do reconhecimento, demarcação e uso das terras indígenas no país.

O ministro determina que entidades que entraram com ações no Supremo a respeito do tema, como partidos políticos, além do presidente Lula (PT), dos presidentes da Câmara e do Senado e a PGR (Procuradoria-Geral da República) apresentem, em 30 dias, "propostas no contexto de uma nova abordagem do litígio constitucional discutido nas ações".

A decisão de Gilmar será levada para apreciação dos demais 11 ministros do Supremo.

Em nota, o gabinete do ministro afirmou que "para além do aspecto da segurança jurídica, a decisão salienta, sobretudo, a necessidade de que o conflito social subjacente à temática do art. 231 da Constituição seja efetivamente pacificado", e por isso foi instalado o processo de conciliação.

Suely Araujo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, entende que a movimentação no processo dá ao tema a relevância que ele merece, mas critica que a lei siga em vigor, não tendo sido suspensa até aqui.

"Esperamos realmente que esse processo caminhe logo para consolidar a rejeição à tese do marco temporal de forma clara e peremptória, sem abertura para flexibilizações em relação aos direitos das populações indígenas. Há direitos que não são negociáveis."

Mauricio Terena, coordenador jurídico da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), critica a decisão.

Ele afirma que o ministro demorou para se debruçar sobre o tema e, mesmo com o despacho, seguiu sem analisar o mérito da questão e nem sequer reconheceu a decisão do próprio STF, que em 2023 derrubou a tese do marco temporal.

"Ele coloca essa pauta para a negociação e é importante salientar que o direito dos povos indígenas, assim como disse o ministro Edson Fachin, são direitos fundamentais, portanto não são passíveis de negociação", afirmou.

A lei que trata do marco temporal foi promulgada em dezembro passado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), depois que o Parlamento derrubou os vetos de Lula ao projeto. A medida foi uma vitória da bancada ruralista, que defende que tal determinação serve para resolver disputas por terra e dar segurança jurídica e econômica. Partidos como PSOL e Rede, além da Apib, apresentaram pedido ao STF para suspender a lei.

O texto foi aprovado pelo Legislativo como resposta à decisão do STF que julgou inconstitucional a tese de que devem ser demarcados os territórios considerando a ocupação indígena em 1988, data da promulgação da Constituição.

Outros partidos, como PP, PL e Republicanos, fizeram ao STF o pedido contrário: que reconheça a constitucionalidade da lei aprovada pelo Congresso.

No dia 11, a PGR pediu que o STF suspenda imediatamente diversos trechos da lei. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, argumenta que essas normas contrariam o direito dos indígenas à posse permanente e ao usufruto exclusivo de suas terras, previsto na Constituição Federal.

Em carta, indígenas relacionam tese ao aumento da violência

Jorge Abreu

BRASÍLIA No primeiro dia do ATL (Acampamento Terra Livre) 2024, nesta segunda-feira (22), movimentos indígenas redigiram uma carta endereçada aos três Poderes, na qual pedem medidas urgentes que assegurem a proteção e o fortalecimento dos direitos dos povos originários, principalmente em relação à demarcação de territórios.

O ATL é a maior mobilização dos povos indígenas do país. Ao longo da programação, que segue até sexta-feira (26) em Brasília, a organização tem expectativa de reunir mais de 10 mil pessoas. Neste ano, o presidente Lula (PT) não foi convidado a participar do evento em meio a insatisfação com a condução das pautas indigenistas em seu governo.

Conforme o documento assinado pela Apib e organizações regionais de base, as ameaças da tese do marco temporal aos territórios, culturas e direitos persistem, reforçadas pelo contexto do ano mais quente já registrado na história, o que evidencia a contínua emergência indígena.

"A nova lei proporciona a 'legalização' de crimes e premia os invasores dos territórios. Apenas no primeiro mês da lei nº 14.701/2023, a expansão do agronegócio e o arrendamento de terras para monoculturas e garimpo causaram nove assassinatos de indígenas e 23 conflitos em territórios localizados em sete estados e cinco biomas", diz o texto.

Na terça (23), uma caminhada sairá do acampamento, montado no Eixo Cultural Ibero-americano, até o Congresso para apresentar carta.

Esposas tradicionais e feminismos

Cada mulher tem o direito de escolher sua forma de vida

Vera Iaconelli
Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

Entendo o feminismo como um movimento pacífico da sociedade em busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres, uma vez que os homens têm exercido poder violento e coercitivo contra elas desde que o mundo é mundo. Não podendo responder categoricamente à pergunta de um milhão de dólares —por que essa opressão se repete em todas as culturas até aqui?—, resta-nos avaliar eticamente o que fazer com a injustiça.

Daí a resposta do feminismo, ou melhor, dos feminismos, já que há algumas versões e correntes diversas dentro do movimento. Quanto a mim, certamente afetada pela psicanálise, alinho-me às que entendem que cada uma tem o direito de escolher sua forma de vida, a tal ponto que até escolher ser submissa deve ser respeitado.

E não poderia ser muito diferente para quem acredita que devemos reconhecer nosso desejo, decidir o que fazer com ele —o que nem sempre significa realizá-lo— e assumir integralmente a responsabilidade por isso.

Quando critico as antifeministas é por, pelo menos, duas razões: a incoerência do discurso e o autoritarismo de impô-lo às demais. Não quer casar? Quer ser monogâmica? Quer ter filhos? Abrir mão dos estudos? Não quer abortar? Tudo bem. Mas obrigar outras mulheres a terem a mesma sina é inaceitável. Submeta-se o quanto quiser, mas não venha colocar a colher no meu angu.

Quanto à coerência, vamos falar de um vídeo que anda circulando pelas redes de uma deputada cujo nome faço questão de não mencionar, pois é assim que essas pessoas se promovem e ganham eleitores.

São falas disruptivas, de cunho extremista, que funcionam como ímã para a direita radical. Essa senhora diz em alto e bom som que a mulher deve ser submissa ao marido e que o homem é a cabeça da família.

Não é a primeira nem será a última a proferir essas crenças, mas, ao fazê-lo no exercício de seu cargo político, fica a questão: ela não deveria estar em casa preparando a comida do cônjuge?

Se uma das conquistas mais notórias do feminismo, que levou à prisão, à tortura e à morte diversas sufragistas, foi o direito ao voto, o que dizer do direito de exercer um cargo político? Se a deputada realmente acredita no que grita em plenário, ela se imagina a exceção ao que ela mesma prega. Figura bem representada pela personagem Serena Joy em "O Conto da Aia", de Margaret Atwood.

Esposa do Comandante, que lutou ativamente para instituir uma sociedade na qual as mulheres estão sob o poder masculino, ela se espanta sempre que tem que se submeter ao jugo do marido, jugo que ela mesma ajudou a criar. Não há deputadas em Gilead, apenas mulheres que oprimem outras mulheres que estão na escala inferior da pirâmide social.

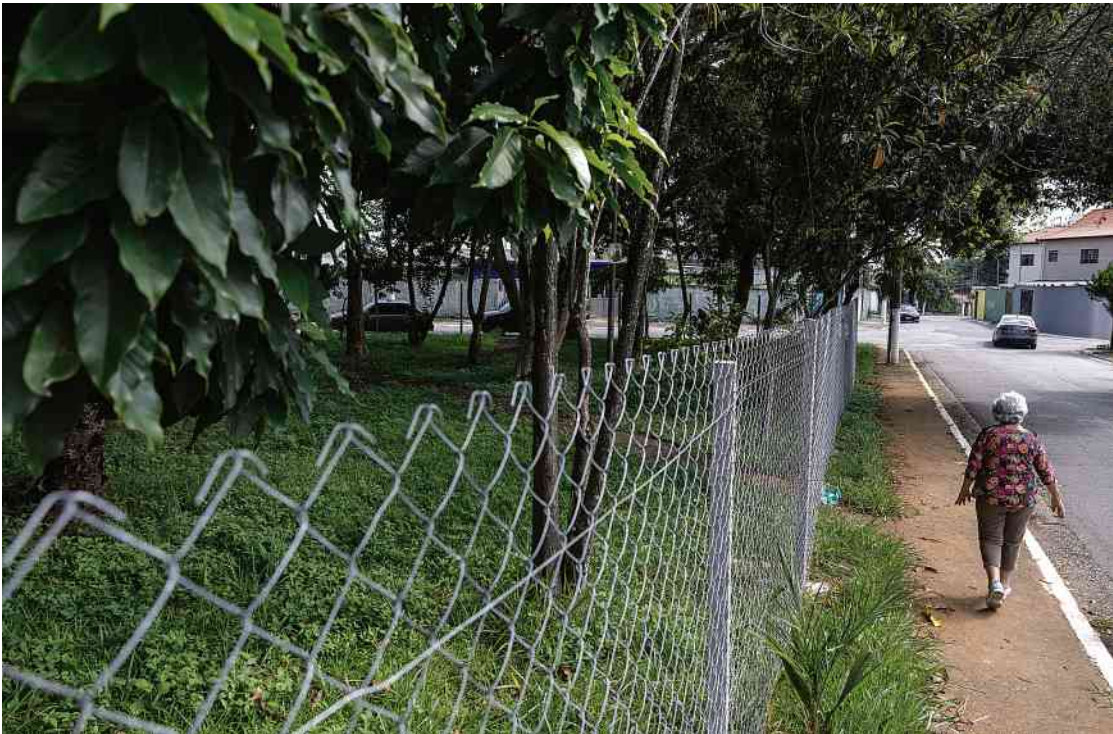
A repórter Jéssica Nakamura, em entrevista que gravei para o Deutsche Welle, me alertou sobre o artigo "The Rise and Fall of the Trad Wife", de Sophie Elmhirst, na revista The New Yorker. A expressão descreve um grupo de mulheres que defende o retorno aos lares e ao cuidado com a família tradicional: papai, mamãe e filhos, sendo o pai o provedor financeiro e a mãe a cuidadora.

Esse modelo, que nunca saiu de moda, agora perde a vergonha de se posicionar abertamente em favor do discurso que foi hegemônico até os anos 1950, antes da revolução sexual. O interessante da reportagem é mostrar que o espectro de classe, raça, político e religioso dessas mulheres é mais amplo do que se esperava, revelando que elas não compõem o estereótipo das famílias ricas, brancas, republicanas e evangélicas, como se imagina.

Nesse ponto, retorno à minha reflexão inicial neste artigo: "cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é".

Desde que não obriguem as demais mulheres a seguir seu caminho, não tenho nada contra. Acredito que essa seja uma das respostas possíveis para o desafio que as mulheres enfrentam ao tentar conciliar carreira e filhos. Nesse caso, elas abrem mão da carreira em favor de criar filhos, tendo o marido como apoio financeiro.

Essa escolha tem três saídas bem conhecidas, como denunciam as feministas há mais de cem anos: divórcio e tentativa de voltar ao mercado de trabalho tardiamente, agora com filhos para cuidar; aguentar qualquer violência para não perder o "carrasco provedor"; viver felizes para sempre. Façam suas apostas.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, **Jairo Marques** | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Praça Ramiro Cabral da Silva, na zona sul de São Paulo, é cercada por alambrado Danilo Verpa/Folhapress

Ex-juiz cerca praça em que Prefeitura de São Paulo diz ser pública

Wanderley Sebastião Fernandes diz que o terreno lhe pertence e cercou a área com base em decisão judicial

Carlos Petrocilo e Clayton Castelani

SÃO PAULO Um terreno de 793 m² em Interlagos, na zona sul de São Paulo, está no centro de uma disputa entre um ex-juiz, que diz ser o dono do local, e a prefeitura, que afirma que a área é pública.

Batizada pela gestão municipal como praça Ramiro Cabral da Silva, o terreno foi colocado à venda por quase R$ 1,3 milhão a pedido do ex-magistrado Wanderley Sebastião Fernandes graças a uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O local está cercado com alambrado, portão, correntes e cadeados desde o dia 23 de março. Placas foram fixadas em algumas de suas árvores com o aviso de que o terreno é particular e informam o número de uma ação judicial.

A praça está no centro de uma batalha entre Fernandes e a prefeitura que perdura há quase 20 anos.

O cerco à praça surpreendeu parte dos moradores, que chegaram a derrubar o alambrado. Fernandes, porém, mandou refazer a cerca.

O grupo que defende que a área é pública cita um decreto municipal, assinado pelo então prefeito Gilberto Kassab (PSD), em 2009, que nomeia o espaço como praça Ramiro Cabral da Silva.

Acontece que três anos antes, em 2006, Fernandes havia acionado o município na Justiça com uma ação de indenização por apossamento administrativo, quando o poder público se apossa de um bem particular sem acordo ou decisão judicial.

Em sua petição, Fernandes apresentou cópias de cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), entre outros documentos. Já a Procuradoria-Geral do Município (PGM) questiona o fato de Fernandes adquirir o terreno em 2002, quando o local já funcionava como praça.

"Se o próprio autor [Fernandes] alega que a ocupação administrativa teria ocorrido em 1994, é forçoso reconhecer que o negócio jurídico que lhe transmitiu a alegada propriedade seria nulo", afirma o procurador.

A 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo entendeu, em fevereiro de 2016, que não houve apossamento por parte da prefeitura e "portanto remanesce o lote 03 em propriedade dos autores [Fernandes] que dele podem utilizar em sua plenitude, sem qualquer oposição por parte do município".

Apesar de a decisão ter sido publicada em 2016, o ex-juiz diz que cercou a praça agora porque mora na Europa e só neste ano veio ao Brasil.

O terreno em formato de triângulo, às margens da avenida Antônio Barbosa da Silva Sandoval, conta com área verde e bancos de alvenaria. O espaço é apresentado como praça no GeoSampa, o mapa digital oficial da capital, publicado pela prefeitura.

Se transformado em área particular, o terreno poderá obter maior valorização caso seja demarcado como ZEUa (Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Ambiental) pela Lei de Zoneamento.

Comparado ao entorno, esse zoneamento, válido apenas à direita da praça, tem mais incentivos para a construção de prédios. É uma regra do Plano Diretor para estimular a construção de moradias perto de corredores de ônibus ou do transporte sobre trilhos.

A ZEUa permite edifícios com até 28 metros de altura —cerca de nove andares— e com área construída vertical duas vezes maior do que o lote, em metros quadrados. Esse potencial construtivo pode subir se outros parâmetros forem atendidos, como a reserva de alguns apartamentos para famílias com renda de até dez salários mínimos.

A praça em disputa também está de frente para uma ZER, a zona de uso exclusivamente residencial, onde o gabarito (altura) é limitado a dez metros. Um edifício diante dessa área, portanto, poderia ser oferecido com a vantagem de possuir janelas e varandas que não terão a vista obstruída por outros espigões.

O valor da terra será menor se ela for demarcada como ZMa (Zona Mista Ambiental), como são as quadras à esquerda da praça. A decisão deverá ser da Câmara Técnica de Legislação Urbanística.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) disse que defende a área como pública e solicitou uma medida de emergência.

Já Fernandes escreveu à reportagem pelo WhatsApp que, desde 2003, briga para manter a posse do terreno. "Depois de vinte e um anos de espera, fundamentado em decisões judiciais, resolvi cercar o terreno que me pertence há décadas", escreveu.

Ele deixou a magistratura em 2013, ao ser aposentado de forma compulsória.

Enquanto era juiz, Fernandes teria arrematado, em 2008 e 2009, 20 imóveis em leilões judiciais. Como a **Folha** mostrou, na época, a acusação é de que ele os arrematava para revender, o que foi entendido como atividade empresarial.

Questionado sobre isso, ele classificou a pergunta como "sensacionalismo barato".

Após cercar o espaço, o ex-juiz foi até a praça acompanhado de um corretor para fixar placas de "vende-se". No entanto, a imobiliária abortou o negócio depois da reclamação da vizinhança.

Vizinhos do terreno há quase 40 anos, Celso Paulon e Pedro Marcos Borati afirmam que desde quando se mudaram para o bairro já havia uma praça instalada no local. "Hoje é tão difícil ter árvores, tudo está virando cimento. Ele invadiu e vai querer construir alguma coisa aí", afirma Paulon.

Um abaixo-assinado feito pelos moradores e publicado na internet no dia 25 de março colheu 880 assinaturas.

Políticos do PSOL acionaram o Ministério Público e o TCM (Tribunal de Contas do Município) para que investigue possíveis improbidade administrativa na prefeitura pelo caso.

A **Folha** perguntou à Secretaria de Comunicação se a praça está a menos de dois quilômetros da casa do prefeito e se houve fiscalização por parte da Subprefeitura da Capela do Socorro, responsável pela região, mas não houve resposta.

Só não vê melhora quem não quer, diz Nunes sobre centro de SP

Tulio Kruse

SÃO PAULO O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), declarou nesta segunda-feira (22) que há um "volume gigantesco" de empreendimentos imobiliários no centro da capital e que as obras são um indicativo evidente de melhoria das condições de vida na região. Ele participava da cerimônia de entrega de um edifício erguido com incentivos fiscais do município, que permitiram um aumento de 50% na área construída.

Nunes, que é pré-candidato à reeleição, disse que há problemas a serem resolvidos na área, mas manifestou descontentamento com a cobertura da imprensa sobre o centro da cidade, que considera negativa.

"Não estou falando que está tudo resolvido, que não tenha problemas. Mas não é possível, só não enxerga quem não quer o que está acontecendo no centro", disse o prefeito, destacando o que era possível ver 12 edifícios em construção a partir da cobertura do edifício Praça Buarque, na rua General Jardim, na Vila Buarque. "Estamos fazendo o maior programa habitacional da história da cidade."

Nunes citou as transformações de áreas centrais de metrópoles ao redor do mundo para falar da situação paulistana. Ele disse que vendas digitais e o surgimento de grandes centros comerciais espalhados pela cidade criaram uma competição com o centro histórico, que ficou esvaziado.

"A gente precisa ter uma seriedade na análise do centro, não só de São Paulo, mas de todos os grandes centros, ou quase, do mundo", disse Nunes. "A gente às vezes tem visto, infelizmente, algumas pessoas da imprensa, mal-intencionadas, fazendo uma divulgação do centro totalmente equivocada."

O prefeito assinou, no mesmo evento, as novas regras da Área de Intervenção Urbana do Setor Central (chamada de AIU, ela substitui o PIU Central). A regulamentação foi alterada por causa das revisões do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento da capital.

Lula diz que governo vai incluir 1,2 mi no programa Pé-de-Meia

Gestão federal quer pagar bolsas a todos os estudantes do ensino médio que estão inscritos no Cadastro Único

Idiana Tomazelli e Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) disse nesta segunda-feira (22) que o governo vai incluir mais 1,2 milhão de alunos no programa Pé-de-Meia, que concede bolsas e uma poupança para incentivar estudantes pobres a permanecerem no ensino médio.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que a ampliação deve ter um custo adicional de cerca de R$ 3 bilhões ao ano.

O Pé-de-Meia, iniciativa para reduzir a evasão escolar, é uma das principais apostas do governo na área da educação. É visto também na Esplanada dos Ministérios como algo com grande potencial eleitoral. O ministro da Educação, Camilo Santana, tem percorrido o país para anunciá-lo em vários estados.

O desenho atual do programa dá prioridade a estudantes que pertencem a famílias beneficiárias do Bolsa Família, com renda per capita de até R$ 218. Isso significa que atinge 2,5 milhões de alunos, com custo anual de cerca de R$ 7 bilhões.

Segundo Lula, os pagamentos serão ampliados, agora, a todos os alunos inscritos no Cadastro Único de programas sociais, que inclui famílias com renda de até meio salário mínimo (R$ 706) por pessoa ou renda familiar total de até três mínimos (R$ 4.236).

"Está incluído um aumento de pessoas no Pé-de-Meia", afirmou Lula.

Antes de lançar a proposta oficialmente, no ano passado, o MEC (Ministério da Educação) havia desenhado cenários sobre o impacto financeiro caso o programa chegasse a todos os inscritos do CadÚnico, como anunciado agora.

Segundo esses cálculos, o programa deve custar R$ 10,6 bilhões por ano.

A ampliação foi incluída na MP (medida provisória) que cria o Programa Acredita, assinada por Lula nesta segunda, que trata de estímulo ao crédito para empreendedores e famílias de baixa renda, além de renegociação de dívidas de pequenos negócios.

O texto da medida, divulgado pelo Ministério da Fazenda, autoriza o governo a repassar até R$ 6 bilhões do FGEduc (Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo), usado nas operações do Fies, para bancar a bolsa para o ensino médio, desde que os recursos estejam disponíveis.

O Pé-de-Meia prevê uma bolsa mensal de R$ 200 para que os alunos de ensino médio não saiam da escola. Os pagamentos ocorrem em dez parcelas, e os alunos já estão recebendo.

O programa ainda prevê uma poupança com depósitos anuais de R$ 1.000. Esses valores só poderão ser sacados ao fim do ensino médio.

Para receber o benefício, os estudantes também terão de obedecer a algumas condicionalidades. Entre elas estão a frequência escolar mínima de 80%, ser aprovado ao fim de cada ano e participar de avaliações como Saeb (avaliação federal da educação básica) e Enem, para os estudantes do 3º ano.

Caso o aluno participe do Enem, ainda há mais um pagamento, de R$ 200. O objetivo do governo é, além de manter os jovens na escola, incentivar que participem do exame, principal porta de entrada para o ensino superior.

Segundo dados do MEC, 8,8% dos alunos deixam a escola já no 1º ano do ensino médio. Essa política tem, segundo especialistas, potencial de mudar essa realidade.

O orçamento, por outro lado, destoa de outras políticas consideradas estruturantes na área de educação. Iniciativas de tempo integral e de alfabetização, por exemplo, têm orçamento de no máximo R$ 2 bilhões ao ano.

Os estudantes participantes do programa Pé-de-Meia têm direito à isenção da taxa de inscrição no Enem 2024. Os pedidos devem ser feitos no site do Inep, na Página do Participante até sexta-feira (26).

Quem teve o pedido de isenção aceito no Enem 2023, mas faltou à prova, precisa justificar a ausência na mesma plataforma para ter direito a isenção novamente.

Têm direito a não pagar taxa candidatos matriculados no 3º ano do ensino médio (neste ano de 2024) em escola da rede pública; quem fez todo o ensino médio em escola pública ou como bolsista integral em escola privada; e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica com registro do CadÚnico.

O resultado dos candidatos que conseguiram a isenção de taxa será divulgado em 13 de maio. Há ainda uma fase para recurso, entre os dias 13 e 17 de maio. No ano passado, assim como vem ocorrendo desde 2019, candidatos sem isenção da taxa pagaram R$ 85.

R$ 3 bilhões
é o custo adicional ao ano para ampliar o programa que incentiva estudantes pobres a concluírem o ensino médio

2,5 milhões
de alunos que pertencem a famílias beneficiárias do Bolsa Família serão beneficiados com o programa com custo anual de cerca de R$ 7 bilhões

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Ajudou a disseminar a cultura e a arte no Rio de Janeiro

ADDA DI GUIMARÃES (1949 - 2024)

Claudinei Queiroz

SÃO PAULO Adda Di Guimarães sempre gostou muito de ler, fossem obras atuais ou antigas. Esse prazer acabou guiando sua vida, tornando-a uma das figuras mais conhecidas do cenário cultural do Rio de Janeiro. A veia artística foi herdada da madrinha Cora Coralina (1889-1985), uma das maiores poetas do país.

Nascida em Goiânia em 1949, ela era a mais nova de sete irmãos. Ainda jovem, mudou-se para Brasília, onde se graduou em sociologia na UnB (Universidade de Brasília).

Nos anos seguintes, morou em Paris e em Nova York, onde se aprimorou nos idiomas locais. De volta ao Brasil, conheceu Caio Afonso de Almeida, com quem se casou em 1970 e teve dois filhos, Caio Afonso de Almeida Filho, 50, e Cleo Guimarães, 47, editora do portal F5, da **Folha**.

De 1989 a 1996, ela comandou o sebo Alpharrabio na praça General Osório, em Ipanema, zona sul do Rio, que teve participação ativa na vida cultural da cidade. Os produtos principais eram livros raros e revistas em quadrinhos antigas, mas o local também serviu como ponto de divulgação cultural e shows.

Foi lá que o escritor Ruy Castro lançou a biografia de Nelson Rodrigues e onde a cantora Adriana Calcanhotto se apresentou no início de carreira. Também lá foram realizadas exposições de fotos antigas de Augusto Malta e leilões.

Depois do sebo, em 2004 Adda arrendou uma banca e montou no local uma banca especializada em revistas antigas, A Cena Muda, um patrimônio imaterial da cidade, com cerca de 10 mil títulos. Com as obras do metrô, ela se mudou para a praça Nossa Senhora da Paz, também em Ipanema, onde manteve sua rotina de incentivo à leitura.

"Na praça ela tinha um viés muito de dar acesso às pessoas. A banca era o ganha-pão, mas ela mantinha uma rotina pouco comercial. Ela achava que era parte dela disseminar a cultura. Assim, quando entrava uma criança na livraria, ela ficava conversando e dava uma revista em quadrinhos de presente. Tinha crianças de rua que ela chamava, mostrava tudo e dava revistas em quadrinhos", conta Caio.

O prazer de incentivar novos leitores era o seu retorno. Mas, de vez em quando, também ganhava presentes. Gostava especialmente de um colar feito com barbante e bolinhas de gude, recebido de um dos garotos. No dia em que morreu, aos 75 anos, no último sábado (20), ela usava a peça.

"Antes de tudo, e sobretudo, era um lugar em que ela se sentia feliz, realizada, ao qual ela pertencia, por assim dizer", destaca o filho.

Além dos dois filhos, Adda deixa os netos João, Marina e João Pedro.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Representação hipotética da *Tietasaura derbyiana* Thales Nascimento/Divulgação

Cientistas batizam de Tietasaura ossada achada na Bahia no século 19

Dinossauro brasileiro passou mais de cem anos esquecido em museu de Londres e agora homenageia livro de Jorge Amado

Jéssica Maes

SÃO PAULO Depois de passar mais de um século perdido em meio às estantes do Museu de História Natural de Londres, um dinossauro achado na Bahia foi batizado de *Tietasaura derbyiana* por paleontólogas brasileiras. O nome é uma homenagem à protagonista de "Tieta do Agreste", livro do baiano Jorge Amado que foi adaptado para TV e cinema.

Os ossos do dinossauro, que são os primeiros a serem descobertos na América do Sul, foram localizados na região do Recôncavo Baiano entre 1859 e 1906, mas só agora foram analisados e descritos como uma nova espécie. O achado foi publicado na revista científica Historical Biology, no último dia 11.

A *Tietasaura* representa o primeiro vestígio ósseo de um animal do grupo ornitísquio já encontrado no Brasil —até então, os únicos registros no país desse tipo de dinossauro eram pegadas. O grupo é formado por herbívoros que têm o focinho em formato de bico, como o triceratops e o estegossauro.

Além disso, os fósseis são de um dinossauro relativamente pequeno, medindo cerca de dois metros de comprimento —como foram analisados apenas pedaços do fêmur, ainda não é possível saber se o exemplar era um adulto ou não. Por habitar uma área em que havia predadores muito maiores, provavelmente vivia em bandos.

A *Tietasaura* viveu há cerca de 130 milhões de anos, no início do período Cretáceo. Na época, a América do Sul e a África estavam começando a se separar e estima-se que a região do Recôncavo Baiano era formada por praias de rios que, eventualmente, poderiam ser invadidos pela água do mar que avançava pouco a pouco sobre o continente.

O trabalho foi coordenado por Valéria Gallo e Kamila Bandeira, pesquisadoras do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes (Ibrag) da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), em parceria com profissionais de outras instituições nacionais, como o Museu de Zoologia da USP e o Museu Nacional.

"Tieta é uma abreviação de Antonieta, que significa 'inestimável'. Então, [o nome] faz essa alusão ao valor inestimável dessa espécie nova", conta Bandeira, que é fã de Jorge Amado. Ela diz que a referência à personagem também faz uma brincadeira com a história do material estudado.

> **"A Tieta cresce numa cidade tradicional, sai de casa e volta trazendo grandes novidades ali para a região. E esse material não deixa de ser isso: ele saiu [de sua terra natal], foi considerado perdido e quando retornou trouxe todo esse reboliço e essas boas novas para a paleontologia**
>
> **Kamila Bandeira**
> pesquisadora do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes (Ibrag) da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

"A Tieta cresce numa cidade tradicional, sai de casa e volta trazendo grandes novidades ali para a região. E esse material não deixa de ser isso: ele saiu [de sua terra natal], foi considerado perdido e quando retornou trouxe todo esse reboliço e essas boas novas para a paleontologia", explica a pesquisadora.

O nome escolhido homenageia, ainda, um dos naturalistas responsáveis pelas expedições que encontraram os fósseis da *Tietasaura derbyiana*: Orville Derby, fundador do Serviço Geológico do Brasil e pioneiro da paleontologia no país.

Bandeira ficou sabendo da existência dos fósseis em uma visita de pesquisa ao Museu de História Natural de Londres. A cientista diz acreditar que os materiais ficaram esquecidos por tanto tempo por um misto de desinteresse internacional e falta de informação.

"Para os estrangeiros não importava tanto esse material tão fragmentário e que nem era deles. E aqui no Brasil a gente não tinha, talvez, uma comunidade tão bem estabelecida, com recursos para ir para fora do país avaliar onde estavam esses materiais", afirma ela.

Além da *Tietasaura*, a equipe analisou mais fósseis encontrados durante essas expedições e foi possível identificar a presença de outros cinco grupos de dinossauros na região.

"[Essa descoberta] enriquece a nossa paleofauna, porque é o registro de um grupo que até então a gente não tinha aqui", afirma. "A fauna dessa época da Bahia é pouco conhecida. Também estamos falando de uma faixa de tempo, da transição do Jurássico para o Cretáceo, que globalmente é muito pouco conhecida."

Bandeira ressalta que o achado tem, ainda, uma importância histórica. "São materiais que foram coletados no surgimento das ciências naturais aqui na América do Sul. Enquanto em várias coleções do mundo esses primeiros exemplares são perdidos —como esses também estiveram, por muito tempo—, aqui eles foram recuperados e estão salvaguardados em um museu", diz.

saúde

Médicos acusam empresas de SP de calote após plantões

Entidades afirmam pagar ou depender de repasses para realizar pagamentos

Isabela Rocha

SÃO PAULO Dezenas de médicos acusam empresas e organizações sociais contratadas para gerenciar plantões na região metropolitana de São Paulo de calote e atraso nos pagamentos pelos serviços prestados em 2023.

Os valores reivindicados pelos médicos chegam a R$ 50 mil, e a demora no pagamento já dura de 20 dias a um ano e meio, segundo fontes ouvidas pela **Folha**. As empresas citadas são a MS Emergências Médicas, RNF Serviços Médicos SS Ltda., Centro de Diagnóstico de Cabreúva Ltda., Santa Casa de Misericórdia de União e o Instituto Nacional de Ciências da Saúde.

Elas foram contratadas para gerenciar plantões prestados em serviços da rede pública, em eventos públicos e privados e em ambulatórios de estabelecimentos privados, como shoppings.

A reportagem procurou todas as empresas citadas para esclarecimento. Em nota, a MS Emergências Médicas afirma pagar seus colaboradores e prestadores de serviço, enquanto o Instituto Nacional de Ciências da Saúde disse que deixou de pagar diversos prestadores por falta de repasse do município de Embu das Artes. A Santa Casa de Misericórdia de União disse ter uma ação judicial em andamento também contra a Prefeitura de Embu das Artes, onde também prestou serviço, e que não vai se manifestar. As demais não responderam até a publicação da reportagem.

Muitos dos acusadores são médicos recém-formados e foram contratados para os serviços por meio de trocas de mensagens com profissionais conhecidos como "escalistas", responsáveis por agendar data, local e valor do pagamento, sem contratos ou documentos que comprovem um vínculo empregatício. Após os plantões, a pessoa responsável diz que as organizações vão efetuar os pagamentos em 30 a 60 dias, mas atrasam o combinado e depois param de responder, não cumprindo os acordos.

Letícia Basuino, 26, formada em medicina no final de 2022, diz ser uma dessas vítimas. Nas trocas de mensagens com uma escalista, ela agendou sete plantões entre agosto e outubro de 2023 com a MS Emergências Médicas, pelos quais receberia R$ 650 por plantão. Em um primeiro momento, a empresa atrasou o pagamento dos plantões de agosto e setembro, e deixou de pagar os plantões de outubro, o que representa uma dívida de R$ 1.950, ainda em aberto. Basuino fez um boletim de ocorrência online, mas não formalizou a denúncia.

> A sensação é de revolta porque no Brasil, para médicos recém-formados, infelizmente, estamos sujeitos a trabalhar em lugares informais, que não dão nenhum direito
>
> **Letícia Basuino**
> médica formada em 2022 que acusa empresa de calote

"A sensação é de revolta por que no Brasil, para médicos recém-formados, infelizmente, estamos sujeitos a esse tipo de situação, a trabalhar em lugares informais, que não dão nenhum direito", lamenta Basuino.

A médica Camila Mazza, 30, também afirma ter sido vítima da MS Emergências Médicas após dar três plantões, de outubro a novembro de 2023, cada um correspondendo a R$ 800. Ela diz não ter recebido até hoje, e decidiu entrar com um processo judicial contra a empresa.

Mazza afirma já ter dado muitos plantões para outras companhias, que sempre pagavam o combinado, mas após o ocorrido criou um grupo privado de mensagens no WhatsApp, hoje com 163 participantes, onde compartilha com outros colegas calotes da mesma empresa.

Sergio Freitas, 68, é médico aposentado. Ele diz ter criado um grupo de mensagens para divulgar oportunidades de trabalhos, como plantões, com outros profissionais. A partir de 2020, porém, notou um aumento no número de denúncias de colegas por parte de empresas que não efetuavam o pagamento, o que o motivou a criar grupos específicos para abordar esse tipo de comportamento —e ajudar médicos a evitá-las. Os grupos —hoje cinco— já contam com 260 a 1.017 membros. Ele não quis divulgar quais empresas são mais mencionadas.

Além das denúncias dos médicos, a reportagem conversou com dois escritórios de advocacia que representam alguns desses plantonistas nas ações. Os nomes das empresas envolvidas não foram mencionados para preservar os processos.

A advogada Rita de Cássia Gonçalves, especialista em direito médico, diz ter recebido 250 pedidos de ajuda relacionados a plantonistas da região metropolitana de São Paulo no último ano. Desses, nem todos quiseram tentar acordo ou mover uma ação. Os casos tiveram início em setembro de 2022 e, desde então, ela já fechou 62 acordos e entrou com 16 ações contra empresas desde dezembro de 2023.

Segundo ela, como os pagamentos em atraso variam de R$ 650 a R$ 1.200 por plantão, a dívida das empresas já ultrapassa R$ 100 mil —cerca de R$ 8.000 a R$ 50 mil por médico. Nos acordos fechados, as empresas efetuam os pagamentos em 20 a 30 dias.

A advogada Marina Luiza Miguel Lopes, especialista em direito civil, contratos e empresarial, também atende alguns desses casos, e afirma que o escritório em que trabalha recebeu 36 pedidos no ano passado, a maioria de médicos recém-formados, de 26 a 35 anos de idade. Os pagamentos totais em atraso variam de R$ 7 mil a R$ 50 mil.

Procurado, o Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) disse que recebeu cerca de 150 denúncias relacionadas a assuntos médicos nos três primeiros meses de 2024, 51% sendo de reclamações de atrasos e calotes de pagamentos, incluindo casos de plantonistas.

O órgão disse ainda que impõe medidas contra as empresas que atrasam pagamentos perante as autoridades. Para casos com denúncias recorrentes, o presidente do conselho, Angelo Vattimo, disse estar buscando não renovar o alvará de funcionamento das empresas e entrar com processos administrativos para suspensão destas.

"Muitas vezes, os médicos acabam não vislumbrando os contratos dessas empresas, que se aproveitam disso", disse o médico. "Quando uma empresa é caloteira, ela fica com fama, então as pessoas não devem trabalhar para elas."

Já o Simesp (Sindicato dos Médicos de São Paulo) recebeu mais de cem denúncias relacionadas a atrasos e calotes no último ano, incluindo casos de plantonistas, afirma Augusto Ribeiro Silva, presidente da associação. Um documento obtido pela **Folha** indica o registro de 78 denúncias de supostos atrasos e falta de pagamentos relacionados a atendimentos na rede de saúde pública do município de Embu das Artes de 2022 a 2023.

Em nota, a Prefeitura de Embu das Artes disse que tem conhecimento dos casos, e que estes estão ligados a organizações sociais que tiveram seus contratos rescindidos e não prestam mais serviços à municipalidade.

"O pagamento para as empresas sempre foi feito, no entanto, ao que parece, as OSs [Organizações Sociais] não faziam os repasses aos profissionais. A prefeitura atua na fiscalização constante das empresas contratadas, tanto que penalizou uma delas severamente declarando sua inidoneidade", diz. "A fiscalização tem surtido efeito, já que nos últimos meses não registramos falta de pagamento aos médicos pela atual empresa."

Outro caso citado é com o Hospital Municipal da Brasilândia, no Jardim Maristela, em São Paulo. Em nota, a SMS (Secretaria Municipal de Saúde) disse que todos os pagamentos foram efetuados corretamente às gestoras e que as medidas cabíveis foram adotadas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região disse que não consegue determinar se tem casos referentes especificamente a médicos plantonistas. O Ministério Público do Trabalho afirmou que tem dois inquéritos ativos contra o Instituto Nacional de Ciências da Saúde desde o ano passado, e não encontrou inquéritos ativos relacionados às outras empresas e organizações citadas pela reportagem.

A recomendação de Lopes para médicos que desejam dar os plantões é a de formular um contrato ou documento juridicamente válido para formalizar a contratação, procurar preferências daquela empresa e vagas por meio de plataformas confiáveis, não por trocas de mensagem.

Já Gonçalves sugere pesquisar se a empresa está envolvida em processos, além de realizar registros do dia, hora, quantidade de atendimentos, local e nome dos pacientes.

Muitos dos médicos que acusam empresas de SP de calote são recém-formados Ngampol/Adobe Stock

Jardim Paulista e Moema são os únicos distritos da capital paulista sem epidemia de dengue

SAÚDE PÚBLICA

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Jardim Paulista e Moema são os únicos bairros da cidade de São Paulo que ainda não apresentam epidemia local de dengue. É o que aponta o boletim epidemiológico de arboviroses divulgado pela Secretaria Municipal da Saúde na manhã desta segunda-feira (22).

Por outro lado, as incidências da doença em Jardim Paulista (252,6) e Moema (258,4) são as maiores desde 2015, quando a secretaria começou a divulgar os dados dos distritos nos boletins.

O chamado coeficiente de incidência calcula o número de casos a cada cem mil habitantes. Acima de 300, é considerado como epidêmico.

Há uma semana, cinco distritos não estavam em epidemia: além dos dois citados, Vila Mariana e Saúde, na região sudeste, e República, no centro.

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde) e o Ministério da Saúde, considera-se epidemia quando o coeficiente de incidência ultrapassa a casa de 300 casos por 100 mil habitantes.

Segundo a Covisa (Coordenadoria de Vigilância em Saúde), não há um fator determinante para as diferenças de ocorrência de dengue entre os distritos da capital. Diversos fatores podem contribuir como clima, característica demográfica, dinâmica e densidade populacional.

Em relação aos distritos de Jardim Paulista e Moema, a característica da disposição dos imóveis e densidade populacional podem explicar a menor transmissão.

O distrito de Jaguara (9651,1), na zona oeste, ainda tem a maior incidência de dengue na capital paulista. Em seguida, estão São Miguel (5.518,6), na leste, São Domingos (4.125,6), na norte, Itaquera (4.011,6), na região leste, Jaçanã (3.577,4) e Perus (3.040,6), na zona norte. Na capital paulista, o coeficiente está em 1.507,8.

De janeiro a 17 de abril, a cidade de São Paulo totalizou 181.020 casos de dengue. No mesmo período do ano passado houve 6.639 infecções —2.626,6% maior.

181.020
são os casos de dengue na cidade de São Paulo entre janeiro e 17 de abril de 2024

103.186
foram os casos da doença contabilizados no ano inteiro de 2015 em SP

67
pessoas morreram na capital por dengue este ano

Em 2015, quando o país enfrentou uma epidemia de dengue, a capital paulista encerrou o ano com 103.186 casos. Com número de casos 75,4% maior, 2024 já pode ser considerado o pior ano da série histórica.

Até o momento, 67 pessoas morreram em decorrência da doença na cidade de São Paulo —alta de 168% se comparado a 2015, quando o número de óbitos chegou a 25. Em uma semana, o município registrou 18 mortes. Outras 200 estão em investigação.

A capital também registrou 785 casos suspeitos de chikungunya, de 1º de janeiro a 17 de abril. Destes, 19 são autóctones, ou seja, contraídos no município. Eles ocorreram em janeiro (5), fevereiro (8) e março (6).

Dos casos, três foram confirmados na Cachoeirinha, dois na Freguesia do Ó e um na Vila Medeiros, na zona norte; um em Cangaíba, na região sudeste; 11 em Cidade Dutra e um em Grajaú, na zona sul.

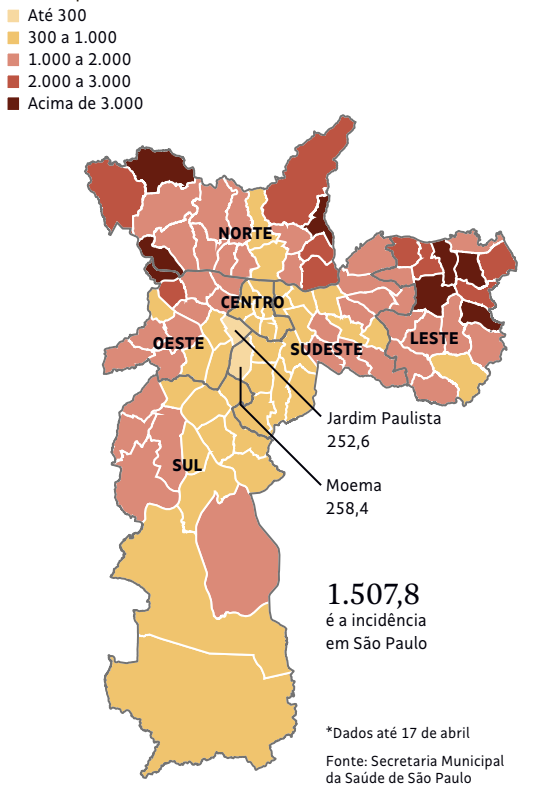
Jardim Paulista e Moema são os únicos distritos da capital paulista com incidência de dengue inferior a 300

Incidência por 100 mil habitantes*

- Até 300
- 300 a 1.000
- 1.000 a 2.000
- 2.000 a 3.000
- Acima de 3.000

*Dados até 17 de abril

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo

ambiente

A deputada Caroline de Toni (PL-SC) preside sessão da CCJ da Câmara dos Deputados Pedro Ladeira - 12.mar.24/Folhapress

Novo 'pacote da destruição' ganha força no Congresso

Propostas driblam plenário e ameaçam 8,5 milhões de hectares da amazônia

João Gabriel

BRASÍLIA Enquanto a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados não realizou nem uma sessão sequer neste ano, projetos de lei que enfraquecem a legislação ambiental ganham força no Congresso Nacional.

Algumas das proposições avançam driblando os plenários da Câmara ou do Senado —a exemplo do caso das "boiadinhas" em 2022, como mostrou a **Folha** à época.

Um dos projetos na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado propõe a redução da área de proteção da Amazônia Legal e pode abrir caminho para o desmatamento de 8,5 milhões de hectares, segundo o Observatório do Código Florestal.

O conjunto, de cinco textos, ainda pretende validar a derrubada de uma área que pode chegar a 1,5 vez o tamanho da Alemanha, reduzir a tributação de atividades poluidoras, permitir a construção de barragens em áreas de preservação permanente e transferir terrenos da União (inclusive florestas nacionais) aos estados.

Há a expectativa de que o Senado aprove, neste ano, o projeto de lei que flexibiliza o licenciamento ambiental. Como mostrou a **Folha**, a proposta pode impactar 80 mil empreendimentos no país.

"O Legislativo está na contramão do mundo ao impor graves retrocessos para o meio ambiente e o clima em nome de interesses privados e imediatos. Se aprovado esse 'pacote da destruição', não haverá futuro com bem-estar social e dignidade para a população", afirma Mauricio Guetta, consultor jurídico do ISA (Instituto Socioambiental).

Enquanto isso, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara está paralisada —ela nem chegou a eleger o seu presidente.

"Nós cobramos que se instale a comissão o mais rápido para ter um local onde possamos debater esses projetos, que vão na contramão de tudo aquilo que a sociedade brasileira espera, que o mundo espera, e que vão contra a própria Constituição", afirma Nilto Tatto (PT-SP), presidente da Frente Parlamentar Ambientalista.

Por acordo entre deputados, a presidência do grupo é do MDB, que até agora não indicou o nome para ocupar o posto.

Uma das mais cotadas é Elcione Barbalho (MDB-PA), mãe de Helder Barbalho (MDB), governador do Pará —estado que, em 2025, receberá a COP30, a conferência do clima da ONU (Organização das Nações Unidas).

Se o grupo ambiental segue estagnado, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, sob presidência de Caroline de Toni (PL-SC), avança propostas antiambientais. Por exemplo, dois projetos que querem restringir a taxa de controle e fiscalização ambiental por atividades potencialmente poluidoras —verba que alimenta o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Um deles quer reduzir a base de cálculo dessa taxa e limitar sua cobrança às atividades licenciadas pela União —o que excluiria grande parte da mineração, por exemplo. Ele foi aprovado na última quarta-feira (17), de forma conclusiva, o que significa que vai ao Senado sem precisar passar por votação entre todos os deputados no plenário.

O segundo texto também já foi aprovado na CCJ e isenta a silvicultura —como a monocultura de eucalipto e pinus— do tributo. Ele aguarda votação no plenário.

Covatti Filho (PP-RS), relator de ambos, defende que as mudanças aperfeiçoam a legislação. "A silvicultura deve ser reconhecida como uma atividade que, além de produtiva, é aliada da conservação ambiental", diz.

"Houve mudanças significativas nas legislações ambiental e tributária do país, o que justifica a necessidade de uma aplicação justa e atualizada [do cálculo da taxa]", completa.

Suely Araujo, ex-presidente do Ibama e atual coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, afirma que os projetos estão em desacordo com entendimentos do STF (Supremo Tribunal Federal) e que a silvicultura tem potencial poluidor.

"Essas exclusões de atividades da taxa de controle e fiscalização ambiental sequer se justificam: é em regra uma taxa com valor baixo para o contribuinte. As propostas soam como ataques ao próprio Ibama", diz.

A CCJ também chegou a pautar um projeto que permitiria a construção de barragens e desvios de rios dentro de áreas de preservação, mesmo em caso de destruição da vegetação nativa, para alimentar o agronegócio. O texto tramita em caráter conclusivo.

"O projeto promove a apropriação privada da água. A água é um bem de domínio público e a sua gestão visa garantir o uso múltiplo a toda coletividade. É um grave atentado que pode levar a desmatamentos em área de preservação permanente e intensificar impactos do clima, criando conflitos por uso da água", afirma Malu Ribeiro, diretora de políticas públicas da Fundação SOS Mata Atlântica.

Antes, no final de março, a mesma CCJ aprovou um projeto que facilita o desmatamento das áreas de vegetação não florestal —categoria que, segundo a plataforma MapBiomas, representa 50,6 milhões de hectares no Brasil, cerca de 1,5 vez o tamanho do território da Alemanha. A proposta driblou o plenário da Câmara e foi aprovada de forma conclusiva na comissão.

Na CCJ do Senado, está pautado um projeto que pode reduzir de 80% para 50% a reserva legal na amazônia —como é chamada a área de um imóvel que precisa ser preservada como floresta. Segundo o Observatório do Código Florestal, a mudança ameaça mais de 8,5 milhões de hectares protegidos.

A comissão é presidida por um aliado do governo Lula (PT), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Ainda que o governo federal busque ser visto como defensor ambiental, a proposta quase foi votada no último dia 10.

Um pedido de vistas de outra aliada do petista, Eliziane Gama (PSD-MA), adiou a deliberação, que pode acontecer nesta quarta (24).

Se for aprovado na CCJ, o projeto de lei vai para a Comissão de Meio Ambiente, onde tramitará de forma terminativa, ou seja, que dispensa a passagem pelo plenário do Senado.

> Se aprovado esse 'pacote da destruição', não haverá futuro com bem-estar social e dignidade para a população
>
> **Mauricio Guetta**
> consultor jurídico do Instituto Socioambiental

Entenda o pacote antiambiental no Congresso

PL 3.334/2023

O que é Reduz a reserva legal de imóveis para 50% quando se tratar de estado ou município que tiver mais de 50% de seu território ocupado
Na prática Reduz a área de preservação de floresta na amazônia de 80% para 50%, o que, segundo ambientalistas, afeta 8,5 milhões de hectares
Situação Na pauta na CCJ do Senado; se for aprovado, vai à Comissão de Meio Ambiente, de forma terminativa

PL 364/2019

O que é Considera como "área rural consolidada" (onde é permitida intervenção humana) imóveis rurais com vegetação nativa não florestal
Na prática Permite a derrubada dessa vegetação, abundante no cerrado e no pantanal e presente em mais de 50 milhões de hectares no Brasil
Situação Aprovado de forma conclusiva na CCJ da Câmara; aguarda para ir ao Senado

PL 1.366/2022

O que é Exclui a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e a isenta de imposto
Na prática Permite que monoculturas como eucalipto e pinus não paguem a taxa de controle e fiscalização ambiental, verba que, por exemplo, alimenta o Ibama
Situação Aguardando votação no plenário da Câmara

PL 10.273/2018

O que é Limita a cobrança da taxa ambiental a atividades licenciadas pela União e muda a seu cálculo, para ter como base apenas a receita das atividades poluidoras, não de toda a empresa em questão
Na prática Reduz o valor da cobrança, por reduzir sua base de cálculo, e exclui do imposto uma série de atividades poluidoras que são licenciadas por estados e municípios, como a mineração
Situação Aprovado na CCJ da Câmara, em caráter conclusivo; ainda vai ao Senado

PL 2.168/2021

O que é Considera de utilidade pública obras de infraestrutura de irrigação para o agronegócio
Na prática Permite ao setor construir reservatórios em áreas de preservação permanente, mesmo que isso destrua a vegetação nativa
Situação Na CCJ da Câmara

Europa teve recorde de dias com calor em 2023

Dados são do relatório Estado do Clima na Europa; Alpes perderam cerca de 10% do volume de gelo no último ano

Giuliana Miranda

LISBOA A Europa é o continente que aquece de forma mais acelerada, com temperaturas crescendo em torno do dobro da taxa média mundial. A informação é do novo relatório Estado do Clima na Europa, publicado pelo observatório Copernicus em parceria com a OMM (Organização Meteorológica Mundial).

O documento, lançado nesta segunda-feira (22), Dia da Terra, revela que 2023 foi particularmente recheado de eventos climáticos extremos na região, que enfrentou um número recorde de dias com "estresse térmico extremo", definição usada quando a sensação de temperatura supera os 46°C.

Essa marca foi atingida em 0,08% dos dias de 2023. O recorde anterior era de 0,07%, em 2021.

Os cientistas confirmaram a excepcionalidade das temperaturas registradas em 2023, declarado como o ano mais quente da história da humanidade em termos globais. Especificamente para o velho continente, a depender da base de dados —o trabalho compara diferentes informações—, o ano passado foi o primeiro ou o segundo mais tórrido.

O documento destaca que, em 11 dos 12 meses do ano, as temperaturas médias na Europa ficaram acima da média. O último setembro foi o mais quente já catalogado no continente.

Em diversos pontos do território europeu, houve registros de secas e de ondas de calor, muitas vezes seguidas de incêndios florestais. Houve ainda regiões com cenário oposto, onde chuvas acima da média, muitas vezes concentradas em um curto espaço de tempo, também provocaram grandes inundações.

A Europa teve, no passado, precipitações cerca de 7% acima da média. Ao longo de 2023, o caudal dos rios de um terço da rede fluvial do continente excedeu o limiar de cheias "altas", enquanto 16% ultrapassaram a barreira de cheias "severas".

"Em 2023, a Europa testemunhou o maior incêndio florestal já registrado [ocorrido na Grécia], um dos anos mais chuvosos, ondas de calor marinhas graves e inundações devastadoras generalizadas. As temperaturas continuam a aumentar, tornando nossos dados cada vez mais vitais na preparação para os impactos das mudanças climáticas", disse Carlo Buontempo, diretor do Serviço de Alterações Climáticas (C3S) do observatório Copernicus.

O novo relatório confirmou ainda algo que muitos europeus —em particular os adeptos do esqui e do snowboard— já relatavam: a redução da neve no continente.

Em 2023, uma boa parte da Europa teve menos neve do que a média, com destaque para a região central do continente e para os Alpes, que tiveram uma perda "excepcional" de gelo glaciar.

Em 2022 e 2023, principalmente devido à acumulação de neve abaixo da média no inverno e ao forte derretimento no verão associado às ondas de calor, os glaciares dos Alpes perderam cerca de 10% do seu volume.

O relatório evidencia a tendência de aquecimento acelerado na Europa, que teve seus três anos mais quentes desde 2020. Todos os anos que integram o ranking dos dez mais abrasadores foram desde 2007.

"A crise climática é o maior desafio de nossa geração. O custo da ação climática pode parecer alto, mas o custo da inação é muito maior", disse Celeste Saulo, secretária-geral da Organização Meteorológica Mundial. "Como este relatório mostra, precisamos aproveitar a ciência para fornecer soluções para o bem da sociedade", completou.

As altas temperaturas já provocam prejuízos à saúde dos europeus. Nos últimos 20 anos, a mortalidade relacionada ao calor aumentou 30%.

Ainda não há estimativas precisas para as mortes relacionadas às ondas de calor ocorridas em 2023. No entanto, segundo a OMM, entre 55 mil e 72 mil pessoas morreram durante esses fenômenos em 2003, 2010 e 2022.

Entre as poucas notícias favoráveis apresentadas pelo documento, o crescimento das energias renováveis é o maior destaque. Em 2023, essas fontes representaram 43% da geração de eletricidade no continente. Em 2022, eram 36%.

ESPORTE AO VIVO
16h Arsenal x Chelsea — Inglês, ESPN/STAR+
19h Estudiantes x Grêmio — Libertadores, ESPN/STAR+
21h30 A. Juniors x Corinthians — Sul-Americana, SBT/ESPN/STAR+

Corinthians vende zagueira pelo valor recorde de R$ 2,59 mi

Tarciane jogará pelo Houston Dash, dos EUA; transação reflete valorização das atletas e crescimento do futebol

Luciano Trindade

SÃO PAULO O recorde de maior taxa de transferência paga por uma jogadora de futebol durou quase duas décadas, de 2002 a 2020, antes de se tornar uma marca frequentemente superada nos últimos anos.

O status de atleta mais cara do mundo na modalidade foi ostentado pela brasileira Milene Domingues por 18 anos. No auge de sua carreira, ela trocou o Fiammamonza pelo Rayo Vallecano. Na época, o clube espanhol desembolsou € 200 mil (R$ 1,3 milhão em valores atuais) para contar com a brasileira, que disputou a Copa do Mundo feminina de 2003.

Nos últimos quatro anos, cinco jogadoras ocuparam o posto. Agora o recorde é da atacante Racheal Kundananji, da Zâmbia. No começo deste ano, o Bay FC, um dos novos times da NWSL, a liga de futebol dos Estados Unidos, desembolsou € 805 mil (R$ 4,4 milhões) para tirá-la do Madrid CFF, da Espanha.

O emergente campeonato norte-americano também será o destino da zagueira brasileira Tarciane, 20, negociada pelo Corinthians com o Houston Dash por R$ 2,59 milhões, o maior valor pago a um clube do Brasil por uma jogadora —a íntegra da multa rescisória prevista em seu contrato.

A defensora estava no time alvinegro desde 2021. Acumulou 76 jogos e dez títulos, entre eles três do Campeonato Brasileiro (2021, 2022 e 2023), dois do Campeonato Paulista (2021 e 2023) e um da Copa Libertadores (2023). Nesse período, também passou a ser convocada regularmente para a seleção brasileira.

Antes, ela havia defendido o Fluminense, de 2019 a 2021. Revelada pelo clube carioca, conquistou o Campeonato Brasileiro sub-18 de 2020.

Com 1,87 m de altura, a zagueira é forte e tem ótimo jogo aéreo. Em 2022, foi a única brasileira presente no ranking de jogadoras sub-20 da IFFHS (Federação Internacional de História e Estatísticas do Futebol), já como um dos destaques do time alvinegro.

"Ser uma Braba foi uma das melhores experiências da minha vida", disse a jogadora, no Instagram, referindo-se ao apelido das jogadoras do Corinthians. Ela agradeceu à torcida corintiana.

Tarciane é agora, também, a brasileira mais cara da modalidade, superando a atacante Geyse, pela qual o Manchester United pagou € 300 mil (R$ 1,62 milhão) ao Barcelona no ano passado.

"A venda da Tarciane por um valor recorde em um clube do Brasil impulsiona e aquece o mercado, valorizando a percepção de outros times para as atletas brasileiras e também estimulando os clubes a investir mais no futebol feminino para formação de novos talentos", diz Danielle Vilhena, diretora de projetos e operações de marcas da agência End to End, especializada no mercado esportivo.

A transferência da defensora, assim como os investimentos feitos não só pelas equipes dos EUA mas também por grandes clubes da Europa, reflete uma tendência mundial de valorização das atletas como consequência direta do crescimento do futebol feminino ao redor do mundo, como aponta o relatório anual de transferências globais da Fifa (Federação Internacional de Futebol), divulgado este ano.

De acordo com a entidade, no ano passado, foram realizadas 1.888 transferências, por 623 clubes, de 131 federações nacionais, o que representa um aumento de 20% em relação à temporada anterior.

Com 225 transferências, as jogadoras dos EUA foram as que mais movimentaram o mercado, seguidas por brasileiras (99), colombianas (76), nigerianas (74) e inglesas (69).

A maioria das jogadoras ainda muda de clube por meio de transferências sem custos, quando o contrato com um time expira e outro negocia diretamente com a atleta. Isso ocorre porque, historicamente, os vínculos entre jogadoras e clubes são por períodos curtos, de um ano ou de 18 meses, diferentemente do que ocorre no masculino, que tem acordos mais longos, de até cinco anos.

Por isso, os times femininos preferem esperar o fim dos contratos em vez de pagar as multas rescisórias. Em 2023, 92% das transferências de mulheres não envolveram qualquer taxa, de acordo com o relatório da Fifa.

Mesmo assim, houve no ano passado um aumento de 50% no número de transferências pagas —um total de 147.

O Bay FC passou a ser mais agressivo no mercado de jogadoras depois de ter recebido um aporte de € 100 milhões (R$ 551 milhões) —dos quais € 42 milhões (R$ 231 milhões) são para taxas de expansão da NWSL— da Sixth Street, primeira empresa de investimento com autorização para atuar na liga.

A liga norte-americana tem sido uma das principais beneficiadas pelo aumento das receitas de patrocínios e de cotas de televisão, algo impulsionado pelo sucesso recente de torneios como a Copa do Mundo, a Eurocopa e a Champions League.

Em recente entrevista, a comissária da NWSL, Jessica Berman, disse que a liga norte-americana tem se tornado também uma das grandes referências no desenvolvimento do futebol feminino.

"O que estamos fazendo nos Estados Unidos é uma oportunidade para que outros vejam o que é possível quando as atletas femininas recebem condições adequadas de treinamento e ambiente de jogo, para poder atuar no mais alto nível", disse Berman.

Tarciane em partida pelo Corinthians *Anderson Romao - 29.mar.24/AGIF*

Textor entrega supostas provas de fraudes à CPI

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O dono da SAF (Sociedade Anônima de Futebol) do Botafogo, John Textor, fez nesta segunda (22) à CPI das Apostas Esportivas do Senado novas acusações contra juízes de futebol e clubes do Brasileiro com base em relatório que analisa comportamento de atletas e erros de arbitragem.

John Textor em depoimento na CPI *Gabriela Biló/Folhapress*

"Eu só posso afirmar que eu nunca fiz nenhuma acusação contra um clube ou contra pessoas que não possam estar por trás de manipulação de resultados, como em 2022. A tecnologia que utilizamos prova a manipulação, como vou demonstrar na sessão secreta, quando vou divulgar o nome de pessoas, dirigentes e árbitros", disse Textor aos senadores.

Textor apresentou um documento de cerca de 180 páginas que, segundo ele, mostra evidências de manipulação de resultados por parte de jogadores e árbitros.

A documentação está sob sigilo. Senadores afirmaram que ela mostra, entre outras coisas, uma possível interferência do VAR (árbitro assistente de vídeo) que teria induzido o juiz de campo a erro ao apresentar imagens editadas em partida-chave do Brasileiro de 2023.

As conclusões do dirigente do Botafogo foram contestadas por senadores. Carlos Portinho (PL-RJ) afirmou que é "perigoso olhar só para o comportamento do atleta" e afirmar que erros no futebol tenham o objetivo de fraudar resultados.

Nadadores chineses falharam em antidoping antes de Tóquio

Michael S. Schmidt e Tariq Panja

NOVA YORK, LONDRES E LAUSANNE (SUÍÇA) | THE NEW YORK TIMES Vinte e três dos mais destacados nadadores chineses tiveram testes positivos para uma substância proibida sete meses antes dos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2021. Vários dos atletas com resultados positivos no antidoping ganharam medalhas em Tóquio, incluindo três de ouro.

Muitos ainda competem pela China e vários deles, incluindo a duas vezes medalhista de ouro Zhang Yufei, deverão disputar o pódio nos Jogos em Paris.

A agência antidoping chinesa, a Chinada, reconheceu os testes positivos em relatório ao qual o The New York Times teve acesso. No documento, alega que os nadadores ingeriram a substância proibida involuntariamente e em pequenas quantidades e que nenhuma ação contra eles era necessária.

Autoridades dos EUA e outros especialistas consultados pelo jornal americano, contudo, disseram que os nadadores deveriam ter sido suspensos ou identificados publicamente enquanto se aguardava uma investigação mais aprofundada.

Eles sugeriram que a omissão foi das autoridades esportivas chinesas, do órgão regulador internacional da natação, World Aquatics, e da Wada (Agência Mundial Antidoping, na sigla em inglês).

Essas autoridades decidiram não agir apesar de uma troca de emails entre um responsável antidoping chinês e um alto funcionário da natação mundial, aparentemente indicando que uma violação pode ter ocorrido e que, pelo menos, teria de ser reconhecida publicamente.

Mesmo após outras autoridades antidoping terem fornecido repetidamente ao regulador global informações que sugerem um acobertamento e doping por nadadores chineses, a Wada alegou falta de evidência crível para desafiar a versão chinesa dos fatos e não interveio.

A maldição do centroavante gato

Com dois bonitões no ataque, Corinthians ainda não marcou no Brasileiro

Sandro Macedo
Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei do ensino fundamental em 1986; na **Folha** desde 2001

Torcedor é um sujeito muito exigente, quer que o time jogue bonito e tenha resultado. Não é fácil, nem quando Belo faz show na véspera.

Flamengo e Palmeiras, ou Palmeiras e Flamengo, provaram a tese no domingo (21). Foi um, mais um, jogo horroroso entre os times mais badalados do Brasil, o bilionário e o milionário bicampeão.

A desculpa da Libertadores no meio da semana, usada em entrevistas coletivas, não cola. Até porque seria mais fácil poupar no continental e tentar vencer no nacional, que é mais difícil. Mas, como ensina a famosa frase atribuída a um filósofo luxemburguês, "o medo de perder tira a vontade de ganhar".

No entanto, a grande decepção na fórmula "futebol + beleza = resultado" neste início de Brasileiro tem sido o Corinthians, time do ataque mais gato do país —e o único que não fez gols após três jogos disputados.

No começo do ano, o alvinegro já tinha seu homem-gol-não-gol, Yuri Alberto, atleta gato, de sorriso carismático e um belo penteado, com luzes, me parece, e faro de gol meio entupido.

Eis que, não contente apenas com Yuri, a presidência de Augustus Melos, o homem sem plural, anunciou um novo centroavante, Pedro Raul, centroavante que já tinha brigado com o gol no ano anterior, quando foi destaque do álbum da Panini e vendido rapidamente pelo Vasco. O cruz-maltino arrumou para o lugar um artilheiro argentino, Pablo Vegetti, não gato, mas eficiente.

Foi quando um amigo corintiano de nobre casta me falou, em tom melancólico: "Pelo amor de Deus, o cara é muito bonito. Centroavante não pode ser bonito, e temos dois".

Lembramos de Haaland, do Manchester City, o centroavante mais eficiente do mundo, loiro, alto, de olhos azuis, viking, mas cujo rosto parece desenhado por um pintor cubista.

Este escriba ainda tentou argumentar que outros atacantes gatos já haviam passado por gramados mundiais com sucesso, como Henry, Kane, Fred, Cris Ronaldo, Paulinho, Giroud, Van Basten, Túlio (?).

Para todos, ele tinha um contra-argumento. Sobre Kane, "faz gol, mas não ganha nada"; Giroud? "Mas não fez gol na Copa que foi campeão, e quando fez, perdeu o Mundial"; CR7? "Fez a carreira toda sem ser centroavante, só mudou nos últimos anos"; Van Basten? "Esse era tão bonito e bom que os deuses do futebol perceberam e encerraram a carreira dele cedo".

Não tinha jeito, ele sempre encontrava um jeito de refutar a beleza ou a eficiência de todo centroavante gato citado (ou apelava para tática, "esse não é centroavante, é atacante de lado"). Em última instância, dizia que, tudo bem, o time X tinha um centroavante gato, mas dois? "Dois, só o Corinthians, e isso não tem como dar certo", profetizou o nobre amigo.

E olha que Pedro Raul ainda fez harmonização facial antes do início do campeonato (gatos podem ficar mais gatos).

O míster António Oliveira tem evitado escalar os dois gatos ao mesmo tempo, brigando pelo mesmo pires de leite. Contra o Atlético-MG, Yuri foi titular, Pedro entrou no fim. Diante do Juventude, Pedro entrou faltando mais de 30 minutos, porém no lugar de Yuri (a alteração foi um momento mágico, meio "Feitiço de Áquila").

Diante do Bragantino, Pedro foi titular, mas no lugar de Yuri, que entrou aos 24 minutos do segundo tempo —foi o maior período com os dois juntos em campo no Brasileiro.

Teorias conspiratórias apontam ainda que a contratação de Pedro Raul foi um pedido direto de seu Panini, que estuda dar uma página a mais do álbum para o Corinthians em relação aos outros times. Exagero?

*

Antes do início do Round 3 do Brasileiro, a diretoria são-paulina fez o que todo mundo sabia (menos a vítima) e cortou a cabeça do professor Thiago Carpini. Entrou no lugar o argentino fala mansa Luis Zubeldía. Restam 18 sobreviventes (isso tudo?) desde a rodada 1: dez brasileiros e oito estrangeiros.

VIDA DE ALCOÓLATRA

Alice S.
folha.com/vidadealcoolatra

Perdi duas amigas e sei que momentos assim, na ativa, me fariam beber

Cheguei da rua afobada. Soube que uma conhecida morreu de dengue hemorrágica. Ela tinha a minha idade, um pouco mais velha talvez. Frequentamos a mesma praia quando crianças e convivemos muito. Conheço a família e fiquei imaginando a tristeza deles.

Abri o computador e fui ao Google pesquisar sobre dengue hemorrágica, quem é mais propenso, como fazer para tentar evitar a morte, essas coisas. Quando dei por mim estava em um looping de medo, pânico e tristeza. Caí num choro profundo.

Só nos últimos meses, tive conhecimento de duas amigas da minha idade que morreram. E isso mexe muito. A primeira não aguentou o tranco da vida, a segunda foi derrubada pela doença que se espalha pelo Brasil.

Esses momentos, quando na ativa, seriam um prato cheio para eu beber. Eu precisava me anestesiar. Sabe o meme? O Brasil me obriga a beber? Pois era o meu lema. Hoje não posso e nem consigo agir como agia.

Chorei por uns dez minutos, as duas presentes na minha memória, com muitas e boas lembranças. Então achei que seria bom sair um pouco dessa vibe, abri um livro mas não consegui me concentrar, liguei a TV e num desses canais de streaming vi o anúncio de um filme que muita gente tinha me recomendado: "Dias Perfeitos". Caramba, era tudo que eu precisava.

Música boa, imagens de Tóquio (eu amo o Japão, apesar de nunca ter ido). O personagem curte o dia e as pequenas coisas da vida. Fui percebendo o quão parecida sou com ele, depois de anos doente. No meu caso, o prazer em comer bem, dormir bem, e curtir o simples deve-se muito à paz que sinto depois da minha vida com o álcool.

Aquele filme foi me acalmando, mas em determinado momento, quando ele passa por uma situação delicada, ele vai a uma loja e compra algumas latinhas de bebida (eu supus que fosse cerveja) e um maço de cigarro. Aquilo me chamou atenção. Esse personagem escolheu essa vida depois de ter passado por algumas turbulências —seria o álcool, como aconteceu comigo?

Claro, a vida dele era uma escolha diária. Se tem a ver com o álcool eu não sei, mas para mim foi a leitura perfeita. Eu vivo hoje o dia em que estou. Nem sempre é um dia fácil, mas moro perto de uma praça e religiosamente vou lá com meu cachorro. No percurso entre as árvores, percebo que sou feliz igual ao homem do filme. Olho o céu, as cores e abro um sorriso quando me dou conta da alegria quase boba que me dá.

Um dia entrei em uma sala de AA e li uma frase que fez todo sentido para mim: "Eu bebi pra ser quem eu sou hoje sem a bebida". Apesar de soar estranha, eu tenho essa relação com a bebida. Foi tão ruim, tão desastroso, eu sofri tanto por um período extenso da minha vida que agora tudo que eu quero é paz, viver uma rotina curtindo os gostos das comidas, bebendo água, comendo fruta e fazendo o simples. E talvez só saiba o gosto da vida atual por conta da minha guerra pessoal.

O filme me remeteu aos dias em que eu brincava na praia quando criança. A praia que foi testemunha de tantos encontros entre mim e as duas amigas que morreram. Ambas conviveram comigo na infância e adolescência. Um tempo que não volta mais, mas que foi eternizado pelas nossas histórias. Não era tempo de morrer, mas quem disse que alguém controla o tempo?

Meus dias naquela praia eram, em sua maioria, aflitivos. Talvez porque meu pai nunca estivesse presente e, quando estava, bebia demais. Talvez porque eu percebesse que o clima na minha casa não era lá muito bom. Então eu sofria, eu chorava e eu temia a minha morte. Temia a morte da minha mãe. Eu ficava à espera de uma notícia ruim porque sentia uma coisa ruim.

Hoje, com mais de quarenta anos, eu estou aqui. Choro pelas amigas que foram, e vejo que nada do que pensava quando criança realmente aconteceu. E aconteceu tanta coisa que eu jamais imaginava...

Elas não eram mais amigas tão próximas, mas a que morreu em decorrência da dengue era minha vizinha hoje em dia. Eu a encontrava direto na rua com sua filha.

[...]

Apesar de soar estranha, eu tenho essa relação com a bebida. Foi tão ruim, tão desastroso, eu sofri tanto por um período extenso da minha vida que agora tudo que eu quero é paz

O mundo precisa existir de uma forma boa para a filha dessa amiga. E ele vai, porque a vida passa, as coisas acontecem e o tempo vai ajudando. Assim como ajudou a me perdoar por tanta perda de tempo. Por tantos desmaios, tantas quedas e tantas ausências que passei por causa do álcool.

Eu sou alcoólatra, tenho que me cuidar. Jamais posso achar justificativa para tascar uma garrafa de bebida goela dentro. A minha dor não é comparável a nenhuma outra. Cada um tem seu destino, suas tristezas, sua vida. Graças ao meu alcoolismo eu consigo ser uma pessoa que percebe mais, que tenta julgar menos.

Não dá para mudar nada. Tentei entender por que ela tinha morrido de dengue, por que a outra tão querida tinha desistido da vida. É difícil aceitar, mas é cada vez mais fácil não julgar nem culpar nada. Aceito. Não há outra solução. E aconteça o que acontecer, não vou beber.

RAINHA CAMILLA VISITA REGIMENTO MILITAR NO NORTE DA INGLATERRA
A rainha Camilla (ao centro na primeira fileira) posa para foto em sua primeira visita aos Royal Lancers desde sua nomeação como comandante do regimento de cavalaria Chris Jackson/AFP

HASHTAG

folha.com/hashtag

Polícia dinamarquesa joga Counter-Strike com adolescentes para evitar crimes online

Rebeca Oliveira

SÃO PAULO Na Dinamarca, policiais fardados usam o tempo de trabalho para jogar videogames com jovens. A iniciativa pode causar estranhamento, mas faz parte de uma estratégia do departamento de patrulha online da polícia dinamarquesa para conquistar a confiança de crianças e adolescentes e prevenir crimes online.

Sisse Birkebæk, superintendente da unidade, conta à **Folha** que a "ofensiva" online reúne dez funcionários e, a princípio, foi vista com desconfiança por pais e responsáveis. "Costumavam perguntar: 'é realmente para isso que está sendo destinado o dinheiro dos meus impostos? Jogar online e gravar TikToks?'", diz a superintendente.

Lançado em abril de 2022, o departamento de patrulha online gerou bastante curiosidade desde as primeiras ações. "É como quando a polícia vai até escolas para jogar bola com os alunos e responder dúvidas, só que online", explica Sisse.

Os policiais fazem transmissões ao vivo na plataforma Twitch de partidas de Counter-Strike, Minecraft ou Roblox, dependendo da faixa etária que buscam atingir, para conversar com as crianças e adolescentes sobre crimes online e ensinar o caminho das pedras para denúncias. Eles também têm atuação expressiva nas redes sociais, como Instagram e TikTok.

"Precisamos estar onde os jovens estão", explica Sisse. No aniversário de dois anos do departamento, ela avalia que os pais agora entendem o propósito da iniciativa: "Além de tornar a internet um local mais seguro, as crianças têm uma ligação com a polícia e podem ver o rosto por trás dos uniformes."

São mais de 50 mensagens diárias nos aplicativos de redes sociais e no servidor da polícia no Discord. "São principalmente crianças e jovens que nos escrevem e eu acho que isso indica confiança", afirma Sisse.

O público pode escrever ao departamento de patrulha online sobre comportamento suspeito nas redes, como algum perfil pedindo por fotos de menores de idade, um tópico suspeito no Reddit, bullying, entre outros assuntos. "Assim podemos iniciar uma investigação, descobrir o que está acontecendo e, então, construir um caso."

Além das lives de jogos, o departamento também promove reuniões online de aconselhamento parental e sessões de perguntas e respostas de tópicos específicos, como cyberbullying e assédio online.

A iniciativa chamou atenção de outros países. Ela conta que o departamento é convidado a participar de eventos de jogos e a resposta é sempre positiva. "Estamos bastante satisfeitos", completa.

VOCÊ VIU?

A cantora Marília Mendonça continua fazendo história. Segundo dados do Spotify, a brasileira, que morreu em um acidente aéreo em 2021, se tornou a primeira artista do país a bater a marca de 10 bilhões de streams na plataforma. Agora já ultrapassa os 12 bilhões.

Essa não foi a primeira vez que ela rendeu bons índices. Um ano após sua morte, em 2022, Marília liderava o ranking dos cinco artistas mais ouvidos no país no Spotify.

A cantora goiana já havia atingido essa marca em 2020. O sertanejo pop foi o ritmo musical mais escutado daquele ano, seguido por funk carioca, sertanejo universitário, sertanejo e arrocha.

A cantora Marília Mendonça Divulgação

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
23.abr.1924

São Paulo terá sanatório para tuberculose

Um sanatório para tratar pacientes com tuberculose será inaugurado em São José dos Campos (SP), no domingo (27). O estabelecimento, construído a mando da Santa Casa de São Paulo, consta de confortáveis pavilhões com capacidade para grande quantidade de enfermos.

O governador paulista, Washington Luís, o seu sucessor (que tomará posse em 1º de maio), Carlos de Campos, foram convidados para a inauguração.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

De outra natureza

Designers no Salão do Móvel de Milão condenam o plástico e usam até casca de ovo para construir o mobiliário dos ricos

Michele Oliveira

MILÃO Apareceu entre as grandes indústrias e nos espaços dedicados aos jovens designers, passando por fabricantes de médio porte com abordagem artesanal. A atenção aos processos de produção esteve presente de forma transversal dentro e fora do Salão do Móvel de Milão, a feira mais importante do setor, encerrada neste final de semana.

Além de introduzir materiais e modos de fazer mais sintonizados com a necessidade de reduzir impactos ao ambiente e favorecer a transição energética, com a substituição dos combustíveis fósseis, expositores procuraram revelar suas técnicas como forma de convencer visitantes de que tal cadeira não era uma cadeira qualquer.

Assim fez a Arper, fabricante italiana, em seu estande no pavilhão mais relevante do Salone, como é chamada a feira em italiano. De longe, parecia mais uma versão da Catifa 53, lançada há 20 anos pelo designer Lievore Altherr Molina. De perto, a instalação com o móvel cercado de plantas, galhos secos e folhas de papel kraft contava o passo a passo de um novo método.

Principal lançamento da marca, a peça, que antes era fabricada com plástico, agora pode ter seu assento produzido com 29 folhas de papel que são derivadas de resíduos de madeira.

Os resíduos são unidos por resina natural sob pressão. Assim, se e quando necessário, a cadeira pode virar um carvão vegetal ao ser queimada.

Continua na pág. C2

Releitura da Gucci para a luminária Parola, de Gae Aulenti, exposta no Salão do Móvel de Milão Divulgação

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

Haroldo Saboia/Divulgação

O cantor e compositor Saulo Duarte vai lançar o single "Sagitariano" na próxima quinta-feira (25). A canção flerta com a lambada eletrônica e integrará o novo disco do artista, intitulado "Digital Belém". "Essa faixa é uma síntese precisa do conceito do meu novo álbum: elementos eletrônicos tocando os ritmos paraenses, um universo novo para mim", afirma Saulo. O álbum tem produção musical assinada por Lucas Martins e estará disponível nas plataformas digitais no dia 4 de julho

OLHOS NOS OLHOS

Wilma Petrillo, que se diz viúva de Gal Costa, pediu uma audiência de conciliação urgente com Gabriel Penna Burgos Costa, 18, filho único da cantora. Os dois travam uma disputa pela herança da artista.

OLHOS 2 A empresária alega que vivia em união estável com Gal e que é, portanto, sua herdeira. Ela foi nomeada inventariante do espólio da cantora.

PENSANDO BEM Gabriel chegou a reconhecer essa condição diante de um juiz, mas depois recuou e entrou com ação anulatória afirmando que elas não viviam como um casal.

ALÔ "Wilma pediu audiência de conciliação porque está muito preocupada com o Gabriel", diz a advogada da empresária, Vanessa Bispo. "Ele a bloqueou no WhatsApp, e Wilma precisa ter contato com ele."

À ESPERA As advogadas Luci Vieira Nunes e Mariana Athayde Ferreira, que representam Gabriel, afirmam que a audiência ainda não foi deferida pelo juízo, "aguardando-se a apreciação do pedido". E dizem que "aguardam para ver se os termos eventualmente oferecidos atendem aos direitos de Gabriel e aos desejos de sua mãe".

MARTELO BATIDO Como revelou a coluna, a Justiça negou o pedido de Petrillo para que fosse realizada uma perícia psicológica em Gabriel.

MARTELO 2 "O estado mental do requerente não é objeto do feito, mormente [principalmente] por se tratar de pessoa maior e capaz", afirmou o juiz Ricardo Pereira, da 12ª Vara de Família e Sucessões de SP.

ESTATUETA A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que é integrada por instituições financeiras como o BNDES e a Caixa Econômica Federal, lançará na quinta (25) o Prêmio ABDE de Jornalismo.

ESTATUETA 2 Serão premiadas reportagens da área econômica que se dediquem ao tema do desenvolvimento. "A imprensa livre, independente e plural é um dos pilares da nossa democracia. Nesse sentido, o Prêmio ABDE de Jornalismo pretende incentivar a promoção do debate público sobre o tema do desenvolvimento brasileiro por meio do financiamento a setores estratégicos", afirma o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

OLHO... A 15ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal decidiu rejeitar uma interpelação apresentada pelo ex-diretor da PRF (Polícia Rodoviária Federal) Silvinei Vasques contra dois advogados do Senado Federal.

... VIVO Cláudio Azevedo e Edvaldo Fernandes, que atuam na Casa, enviaram ao STF uma minuta sobre o dia em que Vasques foi ouvido pela CPI do 8/1, lembrando que ele foi acusado de prestar falso testemunho.

NADA VI Vasques sugeriu que os advogados atentaram contra a sua honra ao citarem o episódio, cobrando que eles dessem uma explicação perante a Justiça. O juiz Frederico Viana, porém, entendeu que nada havia a ser esclarecido.

VIVA-VOZ A Defensoria Pública de São Paulo se manifestou a favor de que a Câmara Municipal de São Paulo suspenda a tramitação do projeto de lei (PL) que dá aval à privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) na capital paulista.

FICHA O posicionamento ocorre no âmbito de uma ação protocolada por parlamentares do PT e do PSOL, que pede a suspensão da votação do PL até que todas as audiências públicas sejam realizadas.

FICHA 2 A Justiça ainda irá analisar o pedido. Na quarta (17), a Câmara aprovou o projeto de lei que dá sinal verde para a privatização —só dois dias após a primeira audiência.

MEMÓRIA No próximo dia 1º de maio, quando completará 30 anos da morte de Ayrton Senna, o Globoplay vai lançar uma série documental sobre a vida e a carreira do piloto. "Senna por Ayrton" apresenta o atleta contando a sua história em primeira pessoa.

PISTA Para conseguir esse resultado, foi feita uma extensa pesquisa em cerca de 150 horas de gravações de entrevistas concedidas pelo tricampeão de F1. Há ainda depoimentos de amigos e familiares recuperados de vídeos antigos.

TELONA Aos 52 anos, Caco Ciocler diz que foi "um presentão" ser chamado para fazer o antagonista do filme "Meu Sangue Ferve por Você", cinebiografia do cantor Sidney Magal que estreia nos cinemas em 30 de maio. Ele interpreta o empresário Jean Pierre, um argentino "que acha que fala português sem sotaque".

TELONA 2 Para interpretá-lo, o ator conta que a sua primeira inspiração foi o ator argentino Javier Drolas ("Medianeras").

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Cadeira de alumínio da designer Kik Goti apresentada no Salão do Móvel de Milão Fotos Divulgação

De outra natureza

Continuação da pág. C1

Além da exaltação da forma e de novas funções, iniciativas assim são cada vez mais ostentadas no design. Na última década, as boas intenções eram propagandeadas com a vagueza da palavra sustentabilidade. Hoje, o setor lida com mais familiaridade com termos como bioplástico e circuito fechado, isto é, com a reciclagem de materiais.

"Há três anos, poucas empresas estavam realizando projetos sustentáveis com seriedade. Agora estão mais envolvidas. Foi possível ver essas pesquisas", diz Maria Porro, presidente do Salão do Móvel.

Entre os 1.900 expositores, ainda é fácil encontrar muitos que alardeiam como novidade sofás de seis lugares sem revelar como exatamente são produzidos. Mas basta uma ida ao Salone Satellite, onde ficam os designers com menos de 35 anos, para constatar que a busca por alternativas avança entre a nova geração.

Por ali, a experimentação foi feita, por exemplo, pela egípcia Rania Elkalla, que usou cascas de ovos e nozes para criar um material com aparência de mármore que pode substituir o plástico em móveis e acessórios. Ou na start-up britânica Seastex, que transformou fios descartados pela indústria de mexilhões comestíveis em fibras têxteis.

Fora da feira, em espaços como a Alcova, que estava instalada em duas casas históricas nos arredores de Milão, o discurso também atraiu tanto pequenos estúdios quanto a indústria. A italiana Benetton, fabricante de roupas, trabalhou com o designer Davide Balda na pesquisa de formas de reciclar peças. Os itens foram moídos e reduzidos a fibras têxteis que viram solo sintético para a produção agrícola ou, na mistura com argila, em material de construção.

Presença consolidada no Fuorisalone, como é chamada a programação paralela ao Salão do Móvel, a brasileira Etel apresentou uma coleçãode Patricia Urquiola.

Continua na pág. C3

Cadeira de John Tree feita de alumínio reciclado e apresentada no Salão do Móvel de Milão

Continua na pág. C2
É um dos grandes nomes do design feito em Milão, com mesas, poltrona e sofá produzidos com materiais todos vindos de origem natural.

Lissa Carmona, à frente da Etel, conta que Urquiola indicou que os estofados não poderiam ter espuma, acrílico ou penas. A fabricante encontrou, então, uma lã virgem que era sobra da indústria da moda. Para as mesas, foi usado um plástico feito a partir de cana-de-açúcar misturado com ervas e serragem de madeira colorida com pigmentos naturais.

Na escala industrial, o gigante norueguês Hydro, que atua também no Brasil, mostrou uma coleção de móveis e objetos desenhada por nomes como a francesa Inga Sempé, feita com uma nova liga de alumínio produzida totalmente de sucata pós-consumo.

O alumínio, aliás, foi a escolha de designers de diferentes linguagens e países. Está nas luminárias do japonês Kotaro Usugami, no Salone Satellite, na coleção de móveis para área externa dos americanos Surfacedesign e na poltrona da grega Kiki Goti, os dois últimos na Alcova. "É o mais macio de todos os metais, é reciclável e, em sua aparência, é ao mesmo tempo bruto e brilhante", afirma Goti.

A dualidade entre bruto e brilhante foi explorada também pelo brasileiro Leo Lague, um dos nomes da mostra Piloto, dedicada ao design brasileiro contemporâneo. Em vez do alumínio, Lague criou móveis robustos com uma mistura de madeira, cimento, massa acrílica e folhas de prata aplicadas manualmente.

Outros metais também foram usados por quem buscou acrescentar durabilidade a objetos rotineiros, como a escova de dentes com cabo de aço inox —e a parte das cerdas removível para troca—, criada pelo estúdio suíço Super150. O trabalho foi apresentado na House of Switzerland, endereço de jovens designers.

Entre as marcas de luxo, o destaque foi para a Gucci, que relançou clássicos do design italiano, como o sofá Le Mura, feito por Mario Bellini em 1972, e a luminária Parola, que Gae Aulenti fez em 1980, todos na cor vinho —o "rosso ancora", parte da nova identidade da grife. O tom, aliás, foi tendência, junto com vermelho escuro e o roxo berinjela.

> [...]
> No Salone Satellite, casa dos designers com menos de 35 anos, a busca por alternativas avançou. A egípcia Rania Elkalla utilizou cascas de ovos e nozes para criar um material com a aparência de mármore que pode substituir o plástico nos móveis e acessórios de luxo

E foi a milanesa Prada a dona de uma das participações mais elegantes. A marca chamou a dupla Formafantasma, uma das mais celebradas atualmente, para organizar em uma casa-museu debates de design. O diferencial não esteve no material, no processo ou na forma, mas na possibilidade de reflexão em meio a centenas de lançamentos.

Mostra no parque Augusta, vetada pelo Metrô, vê a violência policial com manequins

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO Quem passeou pelo parque Augusta neste final de semana se deparou com alguns homens encapuzados virados de frente para árvores e muros, como se estivessem prestes a ser revistados pela polícia.

Os manequins hiper-realistas de pele negra criados por Marcel Diogo portam um guarda-chuva no bolso —objeto não raro confundido por policiais com armas de fogo— para denunciar a violência racista a que negros são submetidos em abordagens policiais.

A obra "Nem Tudo que Vai para a Parede É Obra de Arte" compõe a 12ª Mostra 3M de Arte, primeira exposição a ocupar o parque Augusta com trabalhos que provocam sobre a cultura urbana.

O contrato inicial da mostra, porém, previa que ela fosse instalada no Metrô de São Paulo, o que foi revisto após uma disputa envolvendo a obra de Marcel Diogo.

A exposição estava prevista para abrir em outubro de 2023, com obras pela linha dois, a verde. Dois artistas, entre eles Diogo, foram selecionados por edital após a análise de um júri. A organizadora da mostra, Giselle Beiguelman, foi responsável por escolher outros cinco.

Tudo caminhava bem, diz Beiguelman, até o Metrô receber detalhes das obras pouco antes das montagens. A curadora afirma que a administração da empresa pediu que a obra de Diogo fosse trocada, o que foi recusado por ela e pela Elo3, empresa contratada pela 3M para organizar a mostra.

O Metrô emitiu um relatório afirmando que a obra de Diogo tinha materiais inflamáveis, poderia atrapalhar o fluxo de passageiros e que, por isso, não poderia ser abrigada em suas estações. Já Beiguelman e a Elo3 afirmam que tais pontos tinham sido aprovados durante as visitas técnicas.

Beiguelman viu certa ironia na classificação do Metrô sobre a obra de Diogo. "Ela é inflamável como? Pode ser no sentido de pegar fogo, mas também algo que desencadeia opiniões."

Marcel Diogo ganhou notoriedade pelos trabalhos de denúncia ao racismo e à violência. No ano passado, teve trabalhos em duas mostras no museu Inhotim e na exposição "Dos Brasis".

Para o artista, sua obra foi censurada. "A obra reflete sobre a violência do Estado sobre os corpos de pessoas negras e periféricas, quando a polícia nos manda encostar na parede", diz.

"Quem teme um corpo rendido no espaço, com as mãos para o alto, numa posição de vulnerabilidade? A obra levanta questões que o Metrô não está disposto a lidar, porque ele é esse lugar de violência institucionalizada", diz Diogo. Ele se refere a casos de truculência por parte dos seguranças da companhia em relação a passageiros, registradas em vídeos nas redes sociais.

Outros trabalhos da Mostra 3M incluem uma empilhadeira pantográfica da artista Mari Nagem, onde os visitantes são convidados a embarcar para apreciar a vista a dez metros do solo. Já o coletivo Saquinho de Lixo, com 2 milhões de seguidores no Instagram, distribuirá cangas com memes no parque.

12ª Mostra 3M de Arte
Parque Augusta - r. Augusta, 200, São Paulo. Até 19 de maio. Grátis

Soldado armado vigia o pavilhão fechado de Israel na Bienal de Veneza Gabriel Bouys/AFP

Detalhe da obra 'Kith and Kin', do australiano Archie Moore, na Bienal de Veneza Divulgação

Bienal de Veneza é para-raios de traumas atuais

Representantes de países em conflito levam até um karaokê da morte para mostrar a guerra a quem não a conhece

Silas Martí

VENEZA (ITÁLIA) Os militares armados vigiando o pavilhão lacrado de Israel fazem uma performance às avessas nos Giardini da Bienal de Veneza, onde ficam as representações oficiais de muitos países.

Bem ao lado, está a casa dos americanos, onde artistas indígenas dos Estados Unidos cantaram e dançaram na tarde de abertura e onde também um coro de manifestantes chamou o presidente Joe Biden de genocida. Mais adiante, o pavilhão alemão foi alvo de gritos de "Estado nazista" do lado de fora e mostrou trabalhos de uma israelense radicada em Berlim do lado de dentro.

Esses três espaços, envoltos em tensão que extrapola o colorido mundo da arte movido a prosecco nestes dias, sintetizam o estado caótico de um planeta que destruímos, a ponto de nos sentirmos estrangeiros na própria casa, tema central desta edição da mostra italiana. Tão estrangeiros que estamos em plena busca de uma rota de fuga.

O pavilhão alemão dá ares de ficção científica e verniz futurista a essa ideia. Do lado de fora, um monte de terra bloqueia a porta monumental do palácio, forçando o público a entrar pela lateral. Dentro, Yael Bartana mostra o protótipo reluzente de uma grande nave espacial, aquela que vai resgatar a humanidade e levar todos até outro planeta ainda não tóxico.

Nem todo mundo, no entanto, tem um lugar na nave. Os judeus vão primeiro, argumenta um rosto num televisor, dizendo que seria natural cada povo depois criar a sua própria espaçonave e fugir para bem longe daqui.

É um tanto macabra a alegoria de Bartana, talvez uma alusão à história acidentada da formação do Estado de Israel, na ressaca de uma grande guerra e agora à luz do conflito sangrento entre seu país e o Hamas na Faixa de Gaza, que já matou mais de 30 mil.

Essa pilha insondável de corpos fez com que outra israelense, Ruth Patir, decidisse não abrir sua exposição no espaço de seu país, a poucos metros do pavilhão dos alemães. Um cartaz na porta diz que a inauguração depende de um cessar-fogo e a libertação dos reféns da guerra. Enquanto isso, continuam plantados firmes ali os militares com cara de poucos amigos.

Bartana, em sua exposição, ainda mostra um filme ao lado de sua nave. Nele, homens e mulheres dançam numa roda vestindo trajes que remetem aos gregos da Antiguidade. O balé conclama a figura de um rapaz musculoso quase pelado segurando uma tocha acesa. Ele aponta para o céu e incendeia o cosmos, sinal de partida para uma nova civilização, com seus mitos fundadores e tudo.

Não há nada de bom para deixar para trás, aliás. É o que mostra Ersan Mondtag, alemão de origem turca, no mesmo pavilhão. Ali ele construiu a réplica da casa do avô que morreu contaminado por amianto depois de trabalhar quase três décadas numa fábrica de cimento na Alemanha. Sujos de pó, atores dentro da estrutura encarnam os fantasmas do operário, figuras tristes imersas na rotina doméstica de um apartamento em ruínas.

É de precarização, estafa e morte que muitos trabalhos falam em toda a mostra. Doruntina Kastrati, artista que representa o Kosovo e venceu a láurea de menção honrosa do júri da Bienal de Veneza, trilhou um caminho menos teatral para mirar o mesmo problema.

Suas esculturas minimalistas de verniz metálico, tons dourados e acobreados, remetem tanto às nozes que são ingrediente de um doce tradicional de sua região quanto ao formato das próteses de joelho que muitas mulheres que trabalhavam na fábrica desses doces tiveram de implantar depois de décadas de trabalho extenuante em pé.

Elas sobreviveram, mesmo que com um corpo estranho enxertado nas pernas. Outros sobreviventes de outros conflitos saíram da zona de guerra sem arranhões na pele, mas cheios de traumas.

Refugiados da Guerra da Ucrânia, outro país devastado por um conflito que se desenrola em paralelo à festa da arte, foram filmados imitando os sons dos bombardeios e disparos de que se lembram da invasão russa, com a ideia de ensinar um vocabulário bélico a quem nunca passou por isso, uma espécie de karaokê da morte.

Continua na pág. C5

Detalhe de obra de Sandra Gamarra Heshiki, que representa a Espanha Oak Taylor Smith/Divulgação

Obra de Yael Bartana, no pavilhão da Alemanha, na Bienal de Veneza Divulgação

Continuação da pág. C4
São filmes feitos no início dos ataques, há dois anos, e agora. A aceleração do tom das onomatopeias evidencia tanto a escalada da tecnologia das armas quanto a maior intensidade das ofensivas no lugar.

Tudo isso, aliás, não é a representação oficial ucraniana. Num gesto político que leva a diplomacia à arena do afeto, mesmo que em nome do soft power, o pavilhão polonês foi entregue ao coletivo ucraniano Open Group, que apresenta um dos trabalhos mais potentes de Veneza.

Não foi o único país a tomar uma casa emprestada. Uma das situações mais insólitas da mostra acontece no pavilhão russo, um dos mais vistosos, na ala das grandes potências aqui. Por causa das sanções contra Moscou pela invasão da Ucrânia, não há uma presença russa oficial, mas o governo de Vladimir Putin cedeu seu espaço aos bolivianos, que expõem obras de artistas indígenas de sua região, alguns deles brasileiros, como Duhigó e Zahy Tentehar.

Os russos, ao que parece, fazem geopolítica pura ali. Em paralelo ao empréstimo do pavilhão, Moscou está de olho nas imensas reservas de lítio da Bolívia, e um acordo comercial foi firmado no ano passado entre empresas dos dois países para garantir o metal essencial para a economia, travada por sanções. O mundo da arte de repente parece bastante útil para azeitar a máquina da guerra.

Em "looping" histórico, sempre voltamos às mortes. O pavilhão australiano, grande vencedor da mostra com o Leão de Ouro de melhor representação nacional, constrói um memorial para seus indígenas mortos. É um altar seco, em que milhares de certidões de nascimento e morte, um intervalo curto entre os eventos, se empilham numa mesa de uma sala rodeada por um espelho d'água.

De longe, esses volumes de papel lembram construções na maquete de uma cidade. Não é acidental. Archie Moore, artista de ascendência aborígene, parece dizer com delicada sofisticação que os alicerces de sua sociedade estão fincados na mortandade e no extermínio dos povos nativos da terra, como se as bases da construção de tudo fossem esses cadáveres reduzidos a pó e pilhas estéreis de documentos, registros de chacinas e epidemias trazidas pelos brancos.

Em volta deles, Moore desenhou com giz nas paredes uma árvore genealógica vertiginosa, que representa 65 mil anos de ancestralidade aborígene, cada nome e ramo familiar encerrado num retângulo, um empilhado sobre o outro, como tijolos formando uma grande muralha.

É de outra ordem a construção de Sandra Gamarra Heshiki, no pavilhão espanhol. Transformando a arquitetura despojada do espaço, a artista peruana radicada em Madri ergueu paredes e adornos de pendor clássico para formar uma tradicional pinacoteca, um gabinete de curiosidades à moda antiga.

Isso, no entanto, é só a superfície. A ala de paisagens, por exemplo, mostra visões do novo mundo à moda dos artistas viajantes da época das grandes navegações, mas, sobre as matas e mares, estão escritas frases de pensadores, entre eles o brasileiro Ailton Krenak, lembrando que as composições dos idílios pintados por aqueles a serviço dos conquistadores deixavam para fora do quadro os antigos donos da terra, que seriam explorados e exterminados.

O museu de mentira de Heshiki lembra vítimas mais recentes. A sala dedicada a representações da flora, com belos e delicados desenhos de plantas e flores em que se misturam membros decepados de corpos humanos, traz o rosto de Marielle Franco como raiz de um hibisco cor-de-rosa.

Um dos pavilhões mais aclamados desta Bienal de Veneza, com longas filas na porta, a Espanha da artista é forçada a encarar seu passado de atrocidades numa montagem precisa e irônica, ao mesmo tempo em sintonia com a consciência agora tão na moda entre as grandes potências de lavar com a beleza das artes visuais a roupa suja de séculos. Nada, afinal, é tão branco, sem máculas, quanto o cubo branco de uma galeria, cenário neutro para mostrar obras de arte inocentes —só que não.

O pavilhão holandês, outra obra-prima de humor sombrio, se esforça para construir um ataque ao próprio mundo da arte do qual faz parte, num exercício ácido da chamada crítica institucional, aquilo de roer por dentro as engrenagens do sistema que se tornou uma vanguarda artística já bem documentada nos livros de história.

No prédio dos holandeses, o coletivo Cercle d'Art des Travailleurs de Plantation Congolaise, ativistas que tentam recuperar as suas terras exauridas na República Democrática do Congo, mostra esculturas revestidas de cacau e azeite de dendê, produtos do velho império colonial belga.

Não são bonitas de ver. Uma retrata um estupro, baseada num caso real de um oficial belga que violentou uma mulher numa das investidas coloniais para subjugar trabalhadores escravizados. Outra é uma alegoria que fala à brutalidade do mundo da arte. Mostra a figura de um colecionador cavalgando um touro bravo, símbolo da voracidade do capital que faz mover esse mercado e da euforia desmedida em torno do circuito.

Todo o jet-set que frequentou esses dias de festa em Veneza, aliás, teve seus passos dentro da galeria nos Giardini transmitidos para a plantação em Lusanga, na República Democrática do Congo, onde uma galeria gêmea funciona como embaixada.

É a síntese orwelliana de um mundo em curto-circuito, espelho do paradoxo que Ailton Krenak já havia notado em suas "Ideias para Adiar o Fim do Mundo". Estamos falando do abismo que separa aqueles que precisam viver de um rio daqueles que consomem os rios para viver.

Exercícios de pompoarismo

'Mas eu não quero decepar o pênis de ninguém, professora'

Manuela Cantuária
Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

Há uma novata entre as alunas da turma de pompoarismo. A professora a introduz ao grupo.

"Vamos dar as boas-vindas a Amanda, nova integrante da turma. Aqui praticamos exercícios de alta intensidade de pompoarismo, que aumentam o prazer feminino, melhoram a lubrificação vaginal e fortalecem o assoalho pélvico, entre muitos outros benefícios físicos e psicológicos. Então vamos trabalhar essa musculatura para que todas possam sair daqui com um multiprocessador de alimentos entre as pernas! Preparadas?"

A aluna nova parece confusa. O restante da turma bate palmas e se posiciona. A professora dá início à aula.

"Imaginem que a vagina de vocês é o Fidel Castro, fumando um delicioso charuto cubano. Um charuto Cohiba, edição limitada, fabricado em El Laguito, bitola 52. Gordo, bem folheado, tamanho curto. Puxa, segura, sopra. Apertando e soltando. De novo, minhas comandantes. Puxa, segura, curte um pouco o sabor do tabaco, sem tragar, e solta a fumaça..."

As alunas se esforçam para fazer os movimentos pélvicos sugeridos pela professora.

"Agora que já estamos aquecidas, vamos para um exercício um pouco mais intenso, conhecido como agachamento da guilhotina. Primeiro vamos agachar e contrair. Agachou, contraiu, decepou e subiu! De novo. Agachou, contraiu, decepou e subiu. Mais uma vez, entoando comigo: 'Cabeças vão rolar!'"

Enquanto as alunas se agacham e repetem em uníssono que "cabeças vão rolar", a professora se aproxima da novata e faz uma orientação.

"Muito bem, Amanda. Se continuar assim, em menos de um mês você vai ter uma fábrica de nuggets no lugar do seu canal vaginal. O famoso moedor de pintinhos!"

"Professora, desculpa interromper, mas... Eu não quero decepar o pênis de ninguém."

"O que você veio fazer aqui, então? Ah, já sei. Incontinência urinária? Hemorroida? Não precisa ter vergonha. Os exercícios também servem para isso."

"Não, minha intenção era só melhorar meu desempenho sexual. Não tenho intenção de machucar o meu parceiro."

"Entendi. Você quer agradar o seu maridinho. Vou te ensinar um truque infalível, tenho certeza que ele vai amar. Se chama 'o abridor de garrafas'. Ele gosta de cerveja?"

Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Hmmfalemais** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Giovanna Ewbank e Fernanda Paes Leme comandam o novo programa

Quem Não Pode se Sacode
GNT e Globoplay, 22h45, 14 anos
Novo programa de auditório apresentado por duas amigas e ex-colegas de podcast, Fernanda Paes Leme e Giovanna Ewbank. No ar às terças e quintas-feiras, as duas recebem três personalidades para participar de quadros de variedades e dizer como "se sacodem" diante de imprevistos da vida cotidiana. O programa foi gravado antes de Paes Leme ter a sua filha no dia 17 de abril.

A Sala dos Professores
Para compra ou aluguel nas plataformas digitais, 12 anos
Carla, a nova professora de matemática, resolve investigar por conta própria os pequenos furtos que acontecem na escola, enfrentando a resistência dos colegas e pais e limitada pela estrutura do sistema escolar. Filme alemão indicado ao Oscar de 2023.

Na Rota do Ouro
Netflix, 16 anos
Ambientada no sul da Itália no fim do século 19, a série segue Filomena depois que ela deixa a sua vida pacata em um vilarejo para se unir a um grupo de guerrilheiros em busca de ouro. Ela se torna uma líder temida e implacável, arregimentando outras mulheres que se unem à causa.

Natureza Feminina: Gargaú
SescTV, 20h, 12 anos e gratuito
Nessa série sobre mulheres e o meio ambiente, o episódio é centrado em Valéria, uma das mais antigas catadoras de caranguejo no interior do Rio de Janeiro, que criou seus filhos, netos e fundou uma igreja no município de São Francisco de Itabapoana.

Provoca
TV Cultura, 22h, livre
Em 2016, o ator Bruno Matos tinha apenas "um sonho e uma webcam" quando começou a fazer vídeos de humor na internet. Ele criou a "Blogueirinha", autointitulada "maior blogueira do Brasil", que hoje apresenta um programa de sucesso no YouTube.

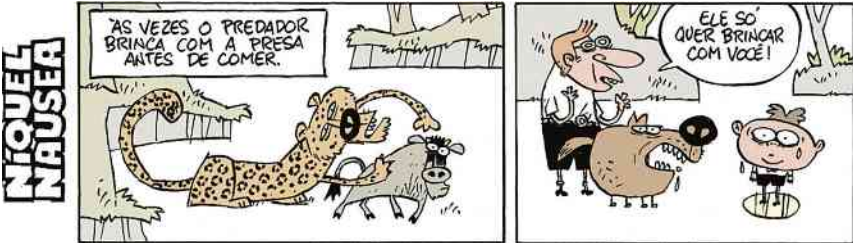
Profissão Repórter
TV Globo, 23h45, 10 anos
Depois dos casos com jogadores condenados na Europa, o programa aborda os limites do sexo consensual e o estupro. No Brasil, estima-se que, a cada dez casos de estupro de mulheres, só um é denunciado à polícia.

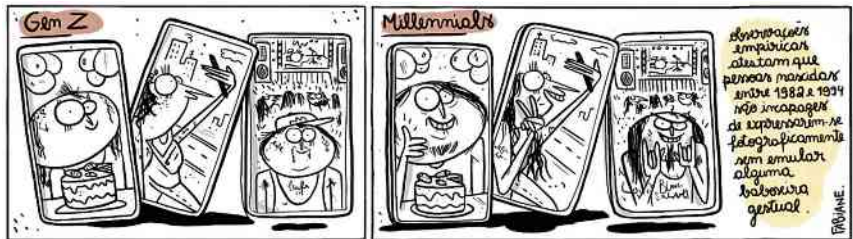
QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Bicudinho *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

NÍQUEL NÁUSEA

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

			5	4		1		9
				6	8	3		5
							8	6
5	6		9			2		8
2		8			5		6	4
7	2							
9		6	1	2				
8		1		5	9			

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

6	8	7	5	4	3	1	2	9
1	9	2	7	6	8	3	4	5
3	5	4	2	9	1	7	8	6
5	6	3	9	7	4	2	1	8
4	1	9	6	8	2	5	3	7
2	7	8	3	1	5	9	6	4
7	2	5	8	3	6	4	9	1
9	4	6	1	2	7	8	5	3
8	3	1	4	5	9	6	7	2

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Trapaça clamorosa **2.** São dois em beleléu / Simplório, ingênuo **3.** O acento de comunhão / Impor silêncio a alguém **4.** Uma luz usada sobre o criado-mudo / Sigla do estado de Aracaju **5.** Eliminar sujeiras com água e algum detergente **6.** Rio que corta Recife **7.** As iniciais do chef e apresentador de TV Anquier / Abrasar **8.** Que acontece a cada doze meses **9.** Verdura rica em vitamina A / Cálcio **10.** Uma ameaça para os dentes / (Abrev. ingl.) Doutor em Filosofia **11.** Uma grande constelação do Hemisfério Norte **12.** O cantor popular Santana / Tecido de arame para cercar ou proteger janelas e portas da entrada de mosquitos **13.** Ósmio / Amar muito.

VERTICAIS

1. Que produz a morte / Opinião que revela grande autoridade **2.** Com os quarenta ladrões forma uma história das "Mil e Uma Noites" / (Med.) Coma profundo **3.** Tecido cuja cor manchada imita um tecido desbotado / Administra rodovias **4.** As iniciais do iatista Scheidt, o primeiro brasileiro a conquistar oito títulos mundiais em esportes olímpicos / Dinheiro ou qualquer coisa usada para corromper alguém / Cipó lenhoso **5.** Em cirurgia, raspagem com certo instrumento em forma de colher **6.** Prender, atrelar / Um mamífero da região ártica / Cada capítulo de uma peça teatral **7.** Em um esporte como handebol, o ponto obtido / Som do gato / Construção para atracação de embarcações **8.** Terceira pessoa feminina do plural / Fatia de carne enrolada e recheada, cozida em molho de tomate ou dourada em frigideira, servida em fatias **9.** Famosa praia da Bahia, na ilha de Boipeba / Gritar muito.

HORIZONTAIS: 1. Ladroagem, **2.** Eles, Tolo, **3.** Til, Calar, **4.** Abajur, SE, **5.** Lavar, **6.** Beberibe, **7.** OA, Atear, **8.** Anual, **9.** Acelga, Ca, **10.** Cárie, PhD, **11.** Ursa Maior, **12.** Luan, Tela, **13.** Os, Adorar. **VERTICAIS: 1.** Letal, Oráculo, **2.** Ali Babá, Cárus, **3.** Delavê, Dersa, **4.** RS, Jabá, Liana, **5.** Curetagem, **6.** Atar, Rena, Ato, **7.** Gol, Miau, Píer, **8.** Elas, Brachola, **9.** Morerê, Ladrar.

Angelo Abu

Memórias póstumas de Rushdie

Inveja dos fanáticos é mais forte do que suas crenças ou sentimentos

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

Não é preciso morrer para escrever uma obra-prima. Mas Salman Rushdie, desta vez, exagerou. No dia 12 de agosto de 2022, enquanto discursava no palco de um anfiteatro, foi brutalmente esfaqueado por um criminoso de 24 anos.

Sobreviveu, ninguém sabe como. E publicou agora o relato dessa quase-morte —"Faca: Reflexões sobre um Atentado"—, com uma lucidez e ironia que só não são invejáveis porque o horror que as permitiu não é coisa que se inveje.

A ironia está no lugar do crime e no motivo que levou Rushdie até Chautauqua, pequena cidade no norte do estado de Nova York, para falar sobre a importância de proteger os escritores dos seus eventuais inimigos. Mal comparando, é como imaginar Chapeuzinho Vermelho falando sobre os perigos da floresta para uma alcateia de lobos.

Foi então que um lobo se levantou da audiência, correu para Rushdie e, durante 27 segundos (o tempo que demora a recitar um soneto de Shakespeare, esclarece ele), foi desferindo golpes sobre golpes —no rosto, no peito, no olho direito—, exatamente como Rushdie sempre imaginou que aconteceria.

Essa familiaridade tem dois sentidos aqui. Durante 33 anos, o escritor viveu sob a condenação à morte sentenciada pelo aiatolá iraniano Ruhollah Khomeini depois da publicação do livro "Os Versos Satânicos". Meia dúzia de complôs foram tentados e frustrados contra o escritor durante esse tempo.

Mas, dois dias antes do ataque, Rushdie também sonhou com o encontro fatal: no pesadelo, viu-se no meio de um anfiteatro romano, à mercê da fúria de um gladiador. Quando acordou, o homem que não acredita em premonições pensou seriamente em cancelar a sua viagem a Chautauqua.

Não admira que, no momento do ataque, uma frase e uma pergunta tenham cruzado a sua mente. "Aqui está você", pensou, com a resignação de um condenado. "Mas por que agora?", perguntou, com terrível incredulidade.

O passado não tinha já se tornado apenas passado?

Pelo visto, não. O criminoso lera apenas duas páginas do célebre livro. A radicalização acontecera no YouTube, assistindo a vídeos sobre Rushdie e suas alegadas heresias. Foi o que bastou.

Apesar da mediocridade intelectual do personagem, Rushdie tenta falar com ele. Não na realidade —Rushdie não é Beckett, que fez questão de se encontrar com seu agressor parisiense depois de também ter sido esfaqueado.

O encontro é uma simulação literária e um dos grandes momentos do livro. Discutem ambos a crença e a descrença, Deus e os seus intérpretes, a sociedade laica e as suas tentações.

No fim, Rushdie é levado a concluir, ou talvez a confirmar, a futilidade de qualquer conversa. Tudo é ressentimento no coração de um terrorista. Ele, Rushdie, não passara de um pretexto. "Qual foi o rosto que você viu quando me tentou matar?"

Notável pergunta. Terá sido o rosto do pai? Ou da mãe? Ou de seus irmãos? Do amor não correspondido? Dos amigos que se perderam, ou que nunca apareceram?

Ou terá sido o rosto do próprio terrorista?

Sim, Salman Rushdie é um pretexto, mas Deus também é. "Os homens tendem a ter as crenças que se adequam às suas paixões", escreve Rushdie, citando Bertrand Russell. "Os homens cruéis acreditam num Deus cruel e usam essa crença para desculpar a sua crueldade. Só os homens bondosos acreditam num Deus bondoso e seriam bondosos em qualquer caso."

O criminoso é irrelevante, conclui o autor. O criminoso é ninguém. Perdoá-lo ou não, odiá-lo ou não, entender seus motivos ou não —tudo isso é conferir ao inominado (nunca lemos o nome do criminoso no livro) uma dignidade, ou uma atenção, que ele não merece.

O que resta, então?

Para Rushdie, continuar. A verdadeira vitória é poder continuar amando, escrevendo, vivendo, mesmo que a felicidade possível exiba as cicatrizes de um passado que não se esquece.

Continuar, em suma, é responder à violência com a arte —e talvez seja isso que perturbe tanto os fanáticos: a incapacidade para saírem do mundo estreito e violento em que vivem, transfigurando seus medos e fracassos em algo de belo e duradouro.

Agora que penso nisso, é uma hipótese normalmente ignorada nas discussões sobre a liberdade de expressão. A inveja dos fanáticos é mais forte que suas crenças ou sentimentos.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Wilson Gomes** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

A fachada do Masp, o Museu de Arte de São Paulo, na avenida Paulista, durante reforma que antecede sua expansão Ronny Santos/Folhapress

Masp, em reforma, perde o vermelho de suas pilastras

Edifício retoma projeto de Lina Bo Bardi temporariamente, mas será pintado

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO O Masp iniciou nesta segunda-feira o restauro dos pilares e das vigas do histórico edifício de Lina Bo Bardi, que também incluirá a laje do vão livre do museu. A área foi fechada para garantir a segurança dos trabalhadores e dos pedestres, mas o museu seguirá funcionando.

As estruturas estavam desgastadas pela ação do tempo, segundo a administração do museu. Quem passou pela avenida Paulista nesta segunda também notou a falta do vermelho no prédio, que passa por sua primeira reforma desde a inauguração, em 1968.

Em nota, o Masp afirma que as pilastras serão repintadas de vermelho. Mas as enormes pernas de concreto nu que sustentam o maior cartão-postal da capital paulista remetem ao projeto original de sua criadora, Lina Bo Bardi, e aguçam a memória daqueles que transitaram pela cidade antes de 1991.

Até aquele ano, o Masp era inteiro cinza, como Bardi planejara, com o desejo de se afastar daquela que considerava uma arquitetura elitista, de estruturas enfeitadas e romantizadas. Com a simplificação, ela esperava chegar a uma criação mais próxima do popular, com estruturas funcionais e soluções diretas.

A tinta vermelha foi aplicada para impermeabilizar o concreto e resolver um problema de infiltração constante do prédio. Mas por que o rubro?

Há cerca de cinco anos, a arquiteta e gerente de projetos e infraestrutura do museu, Miriam Elwing, disse que se tratava de uma "licença poética", visto que as pilastras se apresentavam assim em um desenho de Bardi, que aprovou a cor um ano antes de sua morte.

Apesar de o concreto estar mais próximo do projeto original de Bardi, a reportagem apurou que a direção do museu acredita que o vermelho é incontornável no imaginário do público e não pode mudar.

A reforma está relacionada à expansão do Masp, que deve inaugurar um novo edifício no segundo semestre. O prédio é o antigo edifício Dumont-Adams, localizado à direita do museu. Um túnel subterrâneo fará a ligação entre as duas estruturas, e a área expositiva deve aumentar em 66%, com mais espaço para exibir obras do acervo e abrigar exposições temporárias.

Colaborou Silas Martí

Cannes vai exibir filme de Oliver Stone sobre Lula

SÃO PAULO O Festival de Cannes anunciou nesta segunda-feira que vai exibir o documentário sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dirigido por Oliver Stone, como parte de suas sessões especiais.

Cineasta afeito à política, com obras como "JFK: A Pergunta que Não Quer Calar" e "Entrevistas com Putin" em sua filmografia, o americano tem gerado furor desde que anunciou que retrataria a vida de Lula num filme.

Detalhes sobre o longa são escassos, mas informações já divulgadas apontam que o documentário vai acompanhar os anos entre a prisão de Lula, em 2018, e a vitória nas eleições presidenciais de 2022. "Acho que o conceito de perseguição judicial se expandiu por todo o mundo e tem sido usado para fins políticos, como uma arma. Foi o que fizeram com Lula", disse Stone à agência de notícias AFP.

"Puseram o Lula na cadeia, ele foi libertado e ganhou as eleições. É uma história boa, mas as pessoas não a conhecem, exceto no Brasil", afirmou. Esta será a primeira exibição pública de "Lula". O Festival de Cannes acontece entre os dias 14 e 25 de maio.

Os organizadores também adicionaram à seleção oficial, anunciada na semana retrasada, filmes de Arnaud Desplechin, Lou Ye e Tudor Giurgiu, entre outros.

Entre aqueles que competem pela Palma de Ouro, apareceram na nova lista Michel Hazanavicius, com "The Most Precious of Cargoes", Emanuel Parvu, com "Trois Kilomètres jusqu'à la Fin du Monde", e Mohammad Rasoulof, com "The Seed of the Sacred Fig". Eles se juntam a nomes como Francis Ford Coppola e ao brasileiro Karim Aïnouz.

comida

Fotos Francisco Proner/Folhapress

1 A voluntária Milena,na sede do projeto, em Kiev 2 Itens desidratados empacotados 3 Voluntária manipula beterrabas

Ucranianas cozinham pratos locais para soldados no front

Projeto Borsch for Ukraine chega a preparar 2.700 refeições por dia em Kiev

A VIDA NA UCRÂNIA

Walter Porto

KIEV "Meu irmão está lutando em Zaporíjia", suspira Valentina, de 58 anos, enquanto despeja uma colherada de batatas em um recipiente. "É lá que está meu sobrinho", comenta a mulher mais velha trabalhando ao seu lado. A cidade é um dos fronts de batalha mais violentos da Ucrânia.

As duas fazem parte da organização Borsch for Ukraine, voluntariado de pessoas que decidiram se juntar para cozinhar e enviar comida pronta para os soldados do país. Tudo começou de forma modesta, dentro de uma casa de família. Hoje, preparam até 2.000 refeições por dia.

"É difícil ficar sentada em casa sozinha com seus pensamentos", diz Valentina. "Então nós viemos para cá e motivamos umas às outras. Isso nos ajuda a lidar com o estresse. Nós nos sentimos com um propósito, ajudando as pessoas mais importantes do país."

A comunidade, como um todo, é uma rede de milhares de voluntários, incluindo os doadores de alimentos (pouca coisa ali é comprada diretamente no mercado) e os responsáveis por logística e transporte. Na cozinha apertada em Kiev, se revezam cerca de 30 pessoas, quase todas mulheres mais velhas.

Ali elas preparavam, em pacotes de plástico do tamanho de uma mão espalmada, uma refeição seca que daria para até seis pessoas. O principal ingrediente é pepino ressecado: as cozinheiras recebem de fazendeiros potes de picles em lata, que espremem, picam e secam durante um dia inteiro.

Enfileiradas em uma mesa de cerca de dois metros, juntam o pepino com aveia, batata, cenoura, sal e um pouco de carne de boi ou frango. Cada mulher inclui um ingrediente e passa para a próxima, até a porção estar completa, com uma mistura de temperos ao final do processo.

"É um prato com bastante demanda, porque muitos soldados associam à sua casa", diz Irina, de 69 anos, apontando para uma parede de coalhada de papéis de cartas de agradecimento enviadas a elas do front.

Para comer, a recomendação é adicionar dois litros de água quente para servir seis pessoas —os soldados são munidos em suas guarnições com velas impermeáveis para cozinhar. "Mas precisam tomar cuidado para não ferver a água. Você não quer fazer fumaça, afinal os russos usam drones que detectam isso facilmente", diz Valentina.

Apesar das limitações, o cardápio é vasto. As ucranianas preparam 15 tipos de sopas, quatro delas vegetarianas, e enviam itens como cereais, mel, vitaminas e frutas secas.

"Começamos fazendo só borsch e crescemos, queríamos diversificar", diz Anna, de 53 anos, que coordena a operação de entrega das refeições —as mulheres costumam trabalhar nesse processo de embalagem de terça a quinta, e o recorde foram 2.700 pacotinhos de borsch num dia só.

É a comida símbolo da Ucrânia, registrada em nome do país como patrimônio cultural na Unesco. É uma sopa grossa feita com legumes —a beterraba costuma predominar— misturados com creme azedo e alguma carne.

Pode ser comido como entrada ou prato principal, mas não é nada incomum que os ucranianos tomem uma versão mais leve no café da manhã.

Não por acaso os pratos de borsch seco foram a pedra inaugural e a opção mais popular da cozinha voluntária. Anna conta que as refeições são enviadas para todos os fronts que se registrarem, para as equipes médicas que evacuam feridos e até para militares que vierem bater, eles mesmos, à porta delas.

"Tentamos manter o controle para que a comida não fique parada num depósito. Queremos que vá para quem realmente precisa comer", diz ela.

Ainda que seja uma produção em grande escala —vizinha de um depósito em que se empilham caixas e mais caixas de suprimentos—, o clima é familiar. Há mães cozinhando para filhos, irmãs para irmãos, tias para sobrinhos: todas solidárias, a maioria com saudade.

A mais velha do grupo é Ludmila, de 86 anos, que tem o costume de deixar uma caixa de biscoitos feitos por ela com um recado afetuoso, estimulando as tropas como se fossem todos seus afilhados.

"Começamos a preparar comida na casa de uma de nós", comenta Anna, segurando uma dessas caixinhas. "Mas hoje é como se toda a Ucrânia estivesse aqui dentro."

O jornalista viajou a convite do Min. das Relações Exteriores do Reino Unido

Veja onde experimentar quitutes para o Pessach em São Paulo

Gabriele Koga e Natalia Nora

SÃO PAULO Neste ano, a comemoração do Pessach, o equivalente judaico da Páscoa, acontece entre 22 e 30 de abril. A data lembra a libertação do povo hebreu, escravizado no Egito, rumo à Terra Prometida.

Veja onde experimentar quitutes nos oito dias de celebração da data na capital paulista.

AK Deli

Há sugestões de pronta entrega como tartar de salmão (R$ 275, 150g), torta de bacalhau (R$ 240, 1,5 kg) e pernil de cordeiro com molho roti (R$ 480, 1 kg). Para sobremesa, merengue com morangos frescos (R$ 38) e brownie com praliné de pistache (R$ 231).

R. dos Macunis, 440, Vila Madalena, região oeste, @akdeli

Casa Santa Luzia

Traz opções de entradas, principais e sobremesas. A lasanha de matzá, massa sem fermento tradicional na culinária judaica, com espinafre e cogumelos custa R$ 170 o quilo. A torta de amora com frutas secas, vegana e sem glúten, vai de R$ 33 (120 g) a R$ 159 (600g).

Al. Lorena, 1.471, Jardim Paulista, região oeste, @casasantaluzia

Di Monê Chocolates

Os doces judaicos podem ser comprados no local ou encomendados. Entre as opções estão moedas hai de chocolate em embalagens com oito unidades (R$ 29,90), e um kit com doces nos formatos de hamsá, moeda e shofar (R$ 41,90, 180g).

Av. Pedro Bueno, 1368, Pq. Jabaquara. Seg. a sex., das 9h às 19h; sáb., das 10h às 17h. @dimonechocolates

Shoshana Delishop

No salão, o cardápio oferece entradas, como borsch, sopa de beterraba com creme azedo (R$ 45) e kneidalach, bolinhos de matzá com caldo de galinha (R$ 65, 12 unidades). Entre principais, há língua bovina cozida no molho de tomate e pimentão (R$ 78).

R. Correia de Melo, 206, Bom Retiro, região central, @shoshanadelishop

Tchocolath

Entre as opções estão um prato de cerâmica que leva moeda hai feita com chocolate ao leite, chocolate branco e damascos (R$ 189, 300 g). Caixas que levam os nomes de shofar e torá têm 90g de chocolate e saem por R$ 54 cada.

R. Antônio Afonso, 19, Vila N.; Conceição. Seg. a sáb., das 8h às 19h; dom., das 9h às 18h. @tchocolath

Feliz vinho novo! Que inveja de você

Há 20 anos, quando comecei neste universo, bebia-se pior

Isabelle Moreira Lima

Jornalista especializada em vinhos, editora executiva da revista Gama e autora da newsletter Saca Essa Rolha

Se você está começando a beber vinho agora, tenho inveja de você. É verdade que, quando comecei, gastei menos por cada tacinha descompromissada. Mas é verdade que bebi pior.

Há 20 anos, quando eu engatinhava no mundo do vinho, a porta de entrada eram os tintos sul-americanos, especialmente os malbec das maiores vinícolas argentinas e os cabernet sauvignon do Chile. Se você já estava com a taça na mão como eu, sabe que eram vinhos de preço acessível, mas sem surpresa no paladar —eram encorpados, intensos, alcoólicos.

Naquela época, também, quanto mais dinheiro você tinha, mais meses em barrica comprava: o povo estava fissurado em tudo o que passasse por madeira, o que, entre outras coisas, deixava o vinho grandalhão e potente, com notas que iam da baunilha ao chocolate.

Hoje, veja só, a tendência é o oposto disso, e a palavra da vez é "frescor". Todo e qualquer produtor que se preze fala que faz (ou quer fazer) vinhos frescos. Essa preocupação está não só na enologia —alquimia que começa com a fermentação das uvas e que era antes a etapa mais reconhecida da produção de um vinho—, mas também no campo, na viticultura. Aliás, esta é outra palavra que entrou no léxico marqueteiro do vinho. Isto porque hoje, já que queremos menos adição química, diz-se que "um bom vinho se faz no vinhedo", que é preciso "ter respeito à terra", "intervir menos".

As aspas não são totalmente cínicas, afinal é difícil discordar desse discurso, por mais que ele tenha também o objetivo de falar o que o consumidor quer ouvir. Se o vinho antes tinha dificuldade de atingir um público jovem, ele tem descoberto maneiras de seduzir quem está preocupado com meio ambiente e atento ao comércio justo (justamente o jovem).

Uma das estradas mais certeiras é a dos naturais, orgânicos e biodinâmicos, que atraem primeiro por se vestirem em garrafas e rótulos coloridos e lindos e depois pelas histórias que carregam: são livres de convenções, experimentam com uvas menosprezadas em regiões desconhecidas, feitos por pequenos produtores que vivem da terra e, logo, cuidam bem dela. Assim, multiplicam-se as possibilidades de paladar e, mais impressionante ainda, o mapa-múndi do vinho. Quem, há 20 anos, pensaria em tomar um syrah paulista ou um espumante da Chapada Diamantina?

Quem bebe hoje tem mais estilos e cores a escolher, um arco-íris que ainda vai do branco ao tinto, mas que passa por laranja, rosado, clarete (um rosa escuro), espumantes e um mundo de fortificados, como o jerez.

Essa nova realidade pode tornar o ato de escolher um rótulo em uma carta de vinho uma aventura mais desafiadora do que há 20 anos. Mas isso não é necessariamente ruim, considerando que há hoje mais sommeliers animados, smartphones que possibilitam pesquisas rápidas à mesa e tantas oportunidades de se aprender por aí.

Se você está começando a beber, além da já citada inveja, posso oferecer dois conselhos óbvios, mas cruciais. Primeiro, beba com atenção. Isso quer dizer: tente guardar suas reações físicas e emocionais após cada gole. Depois, prefira taças a garrafas, assim você aumentará a litragem e o entendimento do que realmente o faz feliz.

Vai uma taça?

Para celebrar nosso primeiro encontro, sugiro o espumante mineiro Luiz Porto Nature (Toque de Vinho, R$ 116), que é seco e chique e vai do brinde à refeição; o branco alentejano cítrico e vivo Bico Amarelo (Qualimpor, R$ 70), do Esporão, nome importante de Portugal em sustentabilidade; e o Riveras del Chillan País (Dominio Cassis, R$ 99), que vem de Itata, uma das regiões mais hipsters do Chile, mas ainda clássico para não assustar bebedores de 20 anos atrás, como eu.

Sistema de pagamentos do governo é invadido, e há suspeita de desvio

Acessos ao Siafi ocorreram neste mês; PF e Abin investigam caso, e Haddad nega ação de hackers

Idiana Tomazelli e Raquel Lopes

BRASÍLIA O sistema de administração financeira do governo federal, o Siafi, usado na execução de pagamentos, foi alvo de uma invasão neste mês. Há suspeita de que os autores do ataque conseguiram emitir ordens bancárias e desviar recursos da União. A Polícia Federal investiga o caso e atua no rastreio dos suspeitos com apoio da Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

O Tesouro Nacional, órgão gestor do Siafi, implementou medidas adicionais de segurança para autenticar os usuários habilitados a operar o sistema e autorizar pagamentos.

Em nota, o órgão confirmou a "utilização indevida de credenciais obtidas de modo irregular" e disse que "as tentativas de realizar operações na plataforma foram identificadas". O Tesouro afirmou ainda que as ações "não causaram prejuízos à integridade do sistema".

Segundo interlocutores que auxiliam nas investigações, o sistema de autenticação dos usuários por meio do portal gov.br sofreu um ataque. Com a falha de segurança, gestores habilitados para fazer movimentações financeiras tiveram seus acessos utilizados por terceiros sem autorização.

As apurações indicam que os invasores conseguiram acessar o Siafi usando o CPF e a senha do gov.br de gestores e ordenadores de despesas para operar a plataforma de pagamentos.

A suspeita é que os invasores tenham coletado os dados sem autorização via sistema de pesca de senhas (com uso de links maliciosos, por exemplo). Uma das hipóteses é que essa coleta se estendeu por meses até os suspeitos reunirem um volume considerável de senhas para levar a cabo o ataque.

Outros artifícios também podem ter sido empregados pelos invasores. A plataforma tem um mecanismo que permite desabilitar e recriar o acesso a partir do CPF do usuário, o que pode ter viabilizado o uso indevido do sistema.

Na prática, os invasores conseguiram alterar a senha de outros servidores, ampliando a escala da ação.

Dadas as características, interlocutores do governo afirmam que se trata de ação muito bem articulada, pois apenas alguns servidores têm nível de acesso elevado o suficiente para emitir ordens bancárias em nome da União. Isso indica uma atuação direcionada por parte dos invasores.

Além disso, técnicos ouvidos pela **Folha** observam que o Siafi é um sistema complexo, pouco intuitivo, e operá-lo requer conhecimento especializado sobre a plataforma.

De acordo com as apurações preliminares, uma das tentativas de invasão se deu no início de abril por meio do uso não autorizado de acessos pertencentes a gestores da Câmara.

A fraude foi detectada porque o CPF do gestor utilizado para tentar emitir uma ordem bancária por meio do Pix (OB Pix) era o mesmo de quem fez a liquidação da despesa. Nas regras de administração financeira federal, a liquidação e o pagamento precisam ser autorizados por gestores distintos.

Além disso, apesar da possibilidade, a Câmara não adota como procedimento a execução de pagamentos via Pix.

Na ocasião, outro fator que dificultou a ação dos invasores foi o fato de que a OB Pix já estava desabilitada. Segundo os relatos, outra unidade gestora já havia sido alvo do mesmo tipo de ataque, e o Tesouro adotou a suspensão como medida preventiva.

As suspeitas indicam que houve uso indevido dos acessos do gov.br para operar o Siafi em outros órgãos do Executivo. O governo ainda apura os impactos nos ministérios.

Segundo interlocutores que auxiliam nas investigações, há suspeita de pagamentos com substituição do destinatário original da dotação orçamentária, caracterizando o desvio. Não há confirmação oficial sobre os montantes envolvidos, nem quais órgãos foram alvo da ação.

A Abin disse acompanhar o caso "em colaboração com as autoridades competentes".

Em nota, o Tesouro afirmou que trabalha em colaboração com as autoridades competentes para a conclusão das investigações e que "reitera seu compromisso com a transparência, a segurança dos sistemas governamentais e a preservação do adequado zelo das informações, até o término das apurações".

O órgão gestor do Siafi afirmou ainda não ver o episódio como uma "invasão", mas sim uma "utilização indevida de credenciais obtidas de modo irregular".

"Todas as medidas necessárias vêm sendo tomadas pela STN [Secretaria do Tesouro Nacional] em resposta ao caso, incluindo a implementação de ações adicionais para reforçar a segurança do sistema."

O Ministério da Gestão e Inovação informou que o episódio "não configura uma falha de segurança no gov.br, mas sim uma utilização indevida de credenciais obtidas de modo irregular". A pasta disse que o caso está sendo investigado e recomentou a todos os usuários a utilização de ferramentas de segurança disponíveis, como validação em duas etapa e a gestão de dispositivos que acessam a conta.

Após os episódios do início do mês, o Tesouro comunicou aos gestores e ordenadores de despesa que o acesso ao Siafi passaria a ser feito apenas por meio do certificado digital.

Mesmo assim, o governo detectou novas tentativas de invasão com a utilização de certificados digitais emitidos por empresas privadas. As apurações preliminares indicam que os invasores conseguiram emitir os certificados em nome dos servidores públicos habilitados no sistema de pagamentos.

Nesta segunda (22), o gestor do Siafi passou a exigir acesso com certificado digital emitido pelo Serpro, empresa pública federal do ramo de tecnologia.

O alerta sobre essa última mudança foi emitido na noite de sexta-feira (19), às 19h52 —o sistema fecha às 20h e não opera nos fins de semana. A nova regra passou a ser implementada nesta segunda.

O comunicado foi emitido pelo Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Governo (CTIR Gov), em colaboração com o Centro Integrado de Segurança Cibernética do Governo Digital.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta segunda disse que o problema não é do Siafi em si, mas sim de autenticação de acesso.

"É isso que está sendo apurado. Como é que alguém teve acesso tendo sido autenticado. Ou seja, não foi uma ação de um hacker que quebrou segurança, não foi isso. Foi um problema de autenticação. É isso que a PF está apurando e obviamente que está rastreando para chegar nos responsáveis", afirmou.

O ministro da Fazenda, pasta à qual o Tesouro é ligado, disse ainda que não tem informação dos valores envolvidos.

"Isso estava sendo mantido em sigilo inclusive dos ministros. Estava entre o Tesouro e acho que a PF, e eu soube no mesmo momento que vocês."

O Siafi já havia sido alvo de uma tentativa de invasão em 2021. Na época, o então Ministério da Economia informou que medidas de contenção foram imediatamente aplicadas pela PF e que não houve danos ao sistema.

A invasão na ocasião foi do tipo "ransomware". Nessa modalidade de ação, dados da instituição atacada são coletados e pode haver bloqueio do sistema. Em seguida, os criminosos fazem cobrança de uma espécie de resgate, com pedido de pagamento que pode ser em moedas digitais.

Colaborou Nathalia Garcia

Entenda o caso

O que é o Siafi?

- O Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) é um sistema operacional desenvolvido pelo Tesouro Nacional em conjunto com o Serpro
- Ele foi implementado em janeiro de 1987 e, desde então, é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do governo federal
- É por meio dele que o governo realiza o empenho de despesas (a primeira fase do gasto, quando é feita a reserva para pagamento), bem como os pagamentos das dotações orçamentárias via emissão de ordens bancárias

Quem usa o Siafi?

- Gestores de órgãos administração pública direta, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal ou no Orçamento da Seguridade Social da União

O que está sob investigação?

- Invasores utilizaram credenciais válidas de servidores e acessaram o Siafi utilizando o CPF e a senha desses gestores e ordenadores de despesas para operar a plataforma de pagamentos
- A Polícia Federal investiga o caso com apoio da Abin. O governo ainda apura a extensão dos impactos

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, durante evento em SP Rubens Cavallari/Folhapress

Funcionamento do Pix corre risco com falta de investimentos no BC, diz Campos Neto

Júlia Moura

SÃO PAULO Em nova defesa da autonomia financeira do Banco Central, o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, se diz preocupado com a queda no orçamento da instituição e com seus possíveis efeitos práticos, como na operação do Pix.

"Neste ano, nosso orçamento de investimentos foi de R$ 15 milhões, isso é um quinto do que foi há cinco anos. Chegamos ao risco de alguma hora falar 'como é que a gente vai conseguir fazer rodar o Pix?'", disse Campos Neto durante evento em São Paulo nesta segunda-feira (22).

Segundo o presidente do BC, as paralisações dos funcionários do BC por ajustes salariais e mais contratações já atrasa a implementação da agenda digital da instituição, que inclui avanços no Pix e a criação do Drex, moeda digital ainda em fase de testes.

Outro argumento de Campos Neto em favor da PEC (proposta de emenda à Constituição) 65, seria a possibilidade de o BC, com uma empresa pública com autonomia fiscal e orçamentária, estabelecer contratos com empresas privadas de "gestão dividida".

"Por exemplo, no Drex eu tenho ajuda de várias empresas, da Microsoft, da Parfin, e, para fazer os contratos é muito difícil, porque a máquina pública não programou esse tipo de contrato que precisamos na gestão moderna", disse Campos Neto.

Questionado sobre se a PEC tem apoio do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Campos Neto disse que é necessário esclarecer alguns pontos.

"O ministro [Fernando Haddad] tem falado que não é contra, mas que precisa esclarecer alguns pontos. E no Legislativo, no Senado, eu tenho sentido uma boa vontade para aprovar", afirmou o economista.

Sobre a transição no comando do BC ao fim deste ano, Campos Neto voltou a dizer que será um processo "suave" e "construtivo", e que espera que a agenda de digitalização da autarquia continue sob seu sucessor.

"O Banco Central tem todos os ingredientes para ter uma continuidade nas políticas que a gente está fazendo. Os técnicos do BC são muito bons, e qualquer um que entra no BC rapidamente entende que grande parte do que a gente faz vem de uma trilha mais antiga e que tem aspectos técnicos que preponderam", afirmou.

Quando questionado sobre o seu começo no comando da autarquia, Campos Neto disse ter sentido receio de não estar apto para o cargo.

"Eu tinha um grande temor de não estar preparado para aquilo. Quando sentei na cadeira, a primeira coisa que pensei foi 'por que estou aqui?', 'será que tenho capacidade de estar aqui?' e aí com o tempo você vai aprendendo. Contei com muita gente boa no BC que me ajudou. Fizemos o Pix no meio da pandemia, com as pessoas trabalhando de madrugada, eu aprendi muito com eles."

PAINEL S.A. | *Julio Wiziack*
painelsa@grupofolha.com.br

As elétricas pagam a conta

O decreto com as regras para renovação dos contratos de distribuidoras de energia vetará a participação daquelas que tiverem processos ativos de caducidade na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). A medida é uma retaliação à Enel, concessionária que, em São Paulo, enfrentou diversos problemas durante as chuvas para o restabelecimento do fornecimento na capital. Em alguns casos, o prazo passou de dez dias.

FIO FASE... O governador de São Paulo e o prefeito da capital pressionaram o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG), para que a agência avance com o processo de cassação da Enel.

...NEUTRO A Aneel abriu processos sancionadores, mas, até o momento, não há elementos que levem ao cancelamento do contrato. Se isso ocorrer, pelo decreto, a companhia não poderá renovar suas concessões. No Rio de Janeiro, seu contrato vence em 2026. Em São Paulo, em 2028.

...E TERRA O decreto também eleva as exigências de qualidade e obriga as distribuidoras a financiarem a atuação do conselho de consumidores. Esse grupo funcionará como fiscal externo, interagindo com o ministério e a agência reguladora, caso haja infrações ou medidas cautelares para a garantia do direito dos clientes.

EM CAUSA.. O Carrefour comprou 4.000 câmeras corporais para os funcionários que cuidam da segurança. Essa 'tropa' já equivale a 40% da força da Polícia Militar de São Paulo que usa equipamentos similares. O grupo reúne Carrefour, Atacadão e Sam's Club.

...PRÓPRIA O investimento foi feito após uma série de ocorrências. No mais rumoroso, um homem negro foi espancado até a morte por seguranças em uma filial de Porto Alegre (RS), em 2020. Houve redução de 30% nos incidentes nas primeiras 150 lojas que passaram a usar as câmeras.

IMPOSTO DA... As seguradoras seguem para o Supremo Tribunal Federal nesta semana em uma disputa bilionária contra a Receita Federal. Em jogo está a cobrança de tributos sobre aplicações com recursos da reserva técnica, um colchão para fazer frente aos pagamentos de sinistros.

...DISCÓRDIA O fisco quer cobrar PIS e Cofins sobre os rendimentos desse dinheiro. As empresas afirmam que não é justo, porque não se trata de receita da operação. Elas foram derrotadas no STJ, mas apostam em uma virada no STF. Motivo: três ministros se posicionaram contrariamente à incidência desses tributos sobre prêmios recebidos.

PARAÍSO Ilhabela (SP) dessalinizará a água do mar para resolver de vez a escassez, especialmente no verão. O prefeito, Toninho Colucci (PL), afirmou ao Painel S.A. que o edital da Sabesp foi publicado. A obra, primeira do gênero no Sudeste, custará R$ 60 milhões e ficará pronta em 18 meses, quando a usina estará injetando 15 metros cúbicos de água por segundo no sistema. Colucci disse que haverá outro edital, em julho, para a construção do reservatório.

com Diego Felix

O presidente Lula e o ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social) no anúncio do pacote Gabriela Biló/Folhapress

Pacote incentiva crédito para baixa renda, MEI e habitação

Impulso a empréstimos é obsessão de Lula para fomentar atividade econômica

Idiana Tomazelli e Renato Machado

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou nesta segunda-feira (22) um programa para estimular o crédito para empreendedores e famílias de baixa renda, além de renegociar dívidas de pequenos negócios.

A MP (medida provisória) prevê ainda iniciativas para impulsionar o mercado imobiliário. Como mostrou a **Folha**, o governo vai autorizar a estatal Emgea (Empresa Gestora de Ativos) a comprar parte da carteira de crédito imobiliário de bancos para liberar dinheiro novo e turbinar a compra da casa própria.

O texto ainda facilita atração de investimentos estrangeiros. O impulso ao crédito e ao investimento é uma obsessão do presidente para tentar ativar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

O programa, batizado de Acredita, foi lançado durante cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do chefe do Executivo e de outros ministros, como Fernando Haddad (Fazenda) e Márcio França (Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte). Ele é dividido em quatro eixos.

Famílias de baixa renda no Cadastro Único

O primeiro deles prevê uma linha de microcrédito para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único de programas sociais. O governo vai disponibilizar uma garantia de até R$ 500 milhões em 2024 para que esses indivíduos consigam acessar a linha com uma taxa de juros mais vantajosa —o dinheiro do fundo dá segurança de que a instituição financeira receberá o pagamento em caso de inadimplência.

A MP também autoriza que outros R$ 500 milhões sejam ofertados como garantia. A previsão do governo é disponibilizar essa parcela no ano que vem.

De acordo com o Planalto, o público-alvo da linha de microcrédito serão as famílias que atuam na informalidade, especialmente aquelas que são chefiadas por mulheres, além de pequenos produtores rurais.

As operações devem ficar disponíveis a partir de julho. O governo diz que a meta é realizar, até 2026, cerca de 1,25 milhão de transações de microcrédito, com valor médio de cerca de R$ 6.000. A previsão é injetar mais de R$ 7,5 bilhões na economia até 2026.

Pequenos negócios

Segundo eixo foca nos pequenos negócios e prevê quatro tipos de ações. A primeira é o Desenrola Pequenos Negócios, renegociação de dívida para MEIs (microempreendedores individuais), micro e pequenas empresas (com faturamento bruto anual até R$ 4,8 milhões). O formato segue os mesmos moldes do Desenrola lançado para pessoas físicas no ano passado.

Empreendedores poderão, até o fim do ano, negociar as dívidas atrasadas até a assinatura da MP. Para estimular a adesão, o governo vai conceder crédito presumido aos bancos no valor renegociado, a ser usado entre 2025 e 2029. A medida, na prática, melhora a posição de capital das instituições financeiras, abrindo espaço no balanço para a concessão de novos empréstimos.

De acordo com o Executivo, a renúncia fiscal com o crédito presumido foi estimada em R$ 18 milhões em 2025 e R$ 3 milhões em 2026, sem impacto em 2027.

O governo também vai renegociar as dívidas do Pronampe, programa de crédito criado durante a pandemia de Covid-19 para ajudar micro, pequenas e médias empresas. Será criado também um limite expandido, de 50% do faturamento bruto anual, para companhias que tenham mulheres como sócias majoritárias ou administradoras.

Outra ação é o Procred 360, uma linha de crédito especial para MEIs e microempresas (com faturamento anual até R$ 360 mil). Quem quiser acessar a modalidade pagará juros equivalentes à Selic (hoje em 10,75% ao ano) mais 5% ao ano —taxa menor que a do Pronampe. Segundo o ministro Márcio França (Empreendedorismo), a nova linha contará com R$ 4 bilhões em garantias do FGO (Fundo Garantidor de Operações).

O Sebrae, por sua vez, também vai ampliar as linhas de crédito com garantia do Fampe (Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas). A entidade colocou mais R$ 2 bilhões no fundo e espera, nos próximos três anos, disponibilizar R$ 30 bilhões em crédito por meio de bancos públicos e privados, cooperativas de crédito e agências de desenvolvimento.

Mercado imobiliário

O terceiro eixo foca no mercado do imobiliário. Na chamada securitização, a Emgea compra das instituições financiadoras o direito de receber as parcelas a serem pagas pelos mutuários no futuro. Com o dinheiro, os bancos podem dar novos empréstimos, algo que não seria possível se o recurso ficasse travado no balanço.

A Emgea foi criada em 2001 para administrar parte da carteira de crédito habitacional da Caixa com inadimplência elevada. Ela hoje desenvolve soluções financeiras para a recuperação desses créditos, mas não tem autorização legal para fazer securitização.

A estatal tem um crédito bilionário a receber do FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), criado na década de 1960 para garantir o pagamento integral dos contratos do antigo SFH (Sistema Financeiro de Habitação). A dívida é paga pelo Tesouro Nacional.

Em entrevista coletiva, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) confirmou que a Emgea tem cerca de R$ 10 bilhões a receber do FCVS, como antecipou a **Folha**. A ideia é que a empresa use o dinheiro para comprar parte da carteira de crédito imobiliário dos bancos (não só da Caixa, mas também de outras instituições que operam essas linhas), que poderiam direcionar o recurso para alavancar novos empréstimos.

Eco Invest

O quarto e último eixo, chamado de Eco Invest, busca garantir a investidores estrangeiros mecanismos de proteção contra oscilações bruscas na taxa de câmbio. O governo considera que esse é um dos principais entraves ao maior ingresso de recursos internacionais no Brasil e vê na iniciativa uma forma de atrair capital para financiar projetos sustentáveis.

+ O programa Acredita

Famílias de baixa renda no Cadastro Único
Governo vai disponibilizar garantia de até R$ 500 milhões em 2024 para que indivíduos obtenham créidto mais vantajoso

Pequenos negócios
Renegocia dívidas para MEIs, micro e pequenas empresas, nos moldes do Desenrola

Mercado imobiliário
Emgea compra das financiadoras direito de receber parcelas pagas pelos mutuários no futuro

Eco Invest
Busca garantir a investidores estrangeiros mecanismos de proteção contra oscilações cambiais

Lula diz que não quer criticar taxa de juros, mas que 'está difícil'

Renato Machado, Idiana Tomazelli e Júlia Moura

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente Lula (PT) disse nesta segunda (22) que não iria repetir as tradicionais críticas às taxas de juros, para não ofuscar as medidas anunciadas pelo seu governo. Mas afirmou que "todo mundo sabe que está difícil".

"Eu não quero nem falar mal de juros, de outras coisas, se não a manchete do jornal será essa e não o programa Acredita", afirmou.

"Você veja que ninguém falou mal de juro, que ninguém falou mal. Todo mundo sabe que está difícil, mas hoje, aqui, a gente tomou a seguinte decisão: a gente não ficar lamentando o que é difícil, o que a gente não controla. A gente vai fazer aquilo que a gente pode", disse.

Lula participou de cerimônia de lançamento do Acredita, no Palácio do Planalto, programa para estimular o crédito a empreendedores e famílias de baixa renda, e renegociar dívidas de pequenos negócios.

Já Roberto Campos Neto, presidente do BC, afirmou em evento em São Paulo que o nível de incerteza global reduz previsibilidade de cortes da Selic.

Lula se disse otimista com o desempenho da economia brasileira e que o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), em 2,9%, surpreendeu os críticos e analistas, mas ainda não é o índice ideal. Acrescentou que "ainda é pouco".

"Crescimento de 2,9% em 2023 é claro que é pouco, mas, diante da expectativa do mercado, foi excepcional. Não sou eu ou o [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad acreditando na economia, são os empresários acreditando na economia", disse.

Lula então acrescentou que o crescimento da economia neste ano vai surpreender os "pessimistas".

"Eu quero alertar aos pessimistas: esse país vai crescer neste ano mais do que vocês falaram até agora. Os empregos vão ser gerados mais do que vocês imaginaram até agora. A massa salarial vai crescer mais do que vocês falaram até agora", completou.

Segundo Roberto Campos Neto, o aumento no nível de incerteza na economia global, especialmente com relação à política monetária americana, leva a uma menor previsibilidade de para os próximos cortes na Selic, hoje em 10,75%.

Com Reuters

Pauta-bomba é afronta à sociedade

É preciso carimbar quem patrocina projetos que geram gastos públicos

Adriana Fernandes
Jornalista em Brasília, onde acompanha os principais acontecimentos econômicos e políticos há mais de 25 anos

A pauta-bomba é uma praga que prolifera em Brasília, ainda mais em tempos difíceis para a equipe econômica.

É uma arma apontada para derrubar os afogados a sangrar o orçamento público — que não é do governo Lula, mas de todos os brasileiros.

Tem uma espécie de pauta-bomba que é gestada para não ir mesmo adiante. A finalidade dos produtores desse tipo de coisa é conseguir nos bastidores o avanço de temas mais espinhosos e, na maioria das vezes, ainda mais custosos.

A PEC do Quinquênio, que estabelece um adicional por tempo de serviço e turbina os salários de juízes, promotores, delegados da Polícia Federal, defensores e advogados públicos, é uma dessas pragas.

É tão absurda e rejeitada pela sociedade brasileira que está a serviço também de algo maior com negociações não republicanas. A proposta dispara benefício extinto para juízes em 2005. Para os servidores do Executivo, o quinquênio já não existia desde 1999.

É uma contrarreforma administrativa apoiada por parlamentares da oposição e também aliados, que costumam encher a boca para defender a reforma administrativa e a responsabilidade fiscal das contas públicas.

Padrinho desde sempre da PEC, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se transformou no agente oficial de socorro para a renegociação da dívida do seu estado, Minas Gerais. Um dos estados mais endividados e em situação periclitante.

Pacheco atua como se governador fosse e rivaliza com Romeu Zema (Novo), o chefe do Executivo mineiro, na tentativa de vestir o figurino de "salvador da pátria" das finanças do estado, de olho nas eleições de 2026.

A pressão de Pacheco, que tem a pauta do Senado na mão, foi gancho para outros estados pedirem o mesmo. É mais socorro do Tesouro Nacional para a maioria das unidades da Federação. No que vai dar essa história já se sabe. Para bom entendedor, basta.

Difícil mesmo é imaginar uma liderança querer ser patrocinadora de retrocesso dessa monta. O Judiciário também entra nesse jogo de nuances políticas, que nos escapam a olho nu.

Em 2023, nesta mesma época do ano, Pacheco sinalizou que iria colocar em votação a PEC. Coincidência? Não.

Este período é dos mais férteis do ano em pauta-bomba, ao lado das últimas semanas do Legislativo. Nem precisa gastar espaço da coluna para descrever as razões, já que são momentos de definição de projetos importantes para a agenda econômica.

No ano passado, tínhamos o arcabouço fiscal e a reforma tributária, além das medidas de alta de arrecadação.

O governo também tem seus produtores de pauta-bomba. E está nas mãos do presidente Lula desarmar e barrar seus subordinados contra esse tipo de praga.

A matemática do impacto da pauta-bomba também interessa aos dois lados. Quanto mais se falar do prejuízo, mais poder de barganha terá o produtor da bomba diante do risco para as contas públicas. Ao governo também interessa inflar os valores para angariar apoio para barrar o estouro da bomba.

Não há pacto a ser feito sobre responsabilidades entre os Poderes, porque a legislação fiscal é branda ao definir punições para o descumprimento da meta fiscal no Executivo.

É por isso que o Congresso pode seguir impondo projetos de aumento de gastos sem compensação de receitas e despesas. O ônus político de adotar as medidas é do governo federal.

A única alternativa é botar o carimbo certo no peito dos parlamentares e autoridades dos três Poderes que faturam com a pauta-bomba. Repartir o ônus. Mas, para tal, é necessário coragem, inclusive da imprensa. Do contrário, a fábrica permanente de produção de bombas seguirá como uma afronta à sociedade.

Haddad diz que enviará nesta semana só um dos textos da tributária

Clima político ruim e sucessão na Câmara deixam indefinido cronograma de votação de regulamentação

BRASÍLIA O clima político ruim entre Executivo e Legislativo e a antecipação das articulações pela sucessão da presidência da Câmara deixaram o cronograma de votação dos projetos da reforma tributária indefinido.

Além dos obstáculos políticos, o envio dos projetos pelo governo, previsto inicialmente pelo Ministério da Fazenda para o começo de abril, também vem sofrendo atrasos.

Na noite desta segunda (22), o ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que o Executivo deve enviar nesta semana só um dos dois textos planejados, o que trata das regras gerais dos novos tributos —já sinalizando mudança da estratégia do governo.

Segundo ele, há um pedido do Congresso para que o projeto seja encaminhado até quarta (24). "Fechamos com o presidente todo o texto, não tem mais pendência com ele. Agora é um trabalho braçal. Já está em processo na Casa Civil tem muitos dias. É um texto de mais de 150 páginas, quase 200 páginas. É uma coisa muito grande. São dois projetos, está indo o mais robusto, porque o outro é administrativo", disse.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no lançamento do programa Acredita, no Palácio do Planalto Gabriela Biló/Folhapress

Deputados ouvidos pela **Folha** dizem que dificilmente a regulamentação da reforma será concluída neste semestre, pela proximidade com o recesso parlamentar, que começa em 18 de julho.

A votação deve seguir pelo segundo semestre, sobretudo após as eleições municipais, contrariando a expectativa de Haddad de tramitação célere.

Os textos estão fechados, e as linhas gerais foram apresentadas ao presidente Lula (PT) na sexta (19). Nesta segunda, o ministro da Fazenda teve um novo despacho com Lula para validar detalhes.

"Hoje [segunda, 22] foi a última discussão com o presidente, a Casa Civil pediu para ele validar as pequenas últimas polêmicas que teve. [...] São detalhes assim: o que é alíquota zero, o que é alíquota reduzida, o que é alíquota cheia", afirmou Haddad.

"Mas são coisas que o presidente quis ver. Ele quis pessoalmente olhar para ver se tudo estava fazendo sentido. Até porque vai haver um amplo debate na sociedade, e ele queria estar seguro de que o texto tem consistência social também, não só econômica", acrescentou.

Antes do envio dos projetos ao Congresso, Haddad conversou, no domingo (21), com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a opção do governo por dois projetos de lei complementar com as normas para a implementação da reforma tributária.

Um dos textos vai instituir a lei geral do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de estados e municípios, e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), do governo federal. O outro vai tratar do comitê gestor e do processo administrativo do IBS.

Um terceiro projeto de lei foi feito para normatizar o funcionamento do FNDR (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional), que será usado no futuro para distribuir recursos a estados e municípios.

Lira sinalizou a aliados que estuda fatiar os textos que serão enviados pelo governo para prestigiar diferentes grupos políticos ou partidos com relatorias. Esse movimento é parte da estratégia para agregar apoio em torno de um nome de sua escolha na disputa pela sucessão da presidência da Câmara, em fevereiro de 2025.

Lira não pode ser reeleito e tenta transferir o capital político a um nome de seu entorno, numa tentativa de manter influência.

Além disso, lideranças afirmaram à reportagem que ele pode tentar esticar o debate até o fim do ano para ter um trunfo nas negociações com o governo, já que reconhece que sua influência com os demais deputados deverá ser reduzida com a proximidade do pleito.

Por causa desse movimento, passou a circular nos bastidores a possibilidade de que o relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), pudesse ter sua posição de protagonismo na relatoria dos projetos ameaçada.

Mas ele tem apoio da Fazenda, de integrantes de frentes parlamentares e representantes do setor produtivo para seguir como relator.

Integrantes do governo estão atentos aos riscos e temem que o avanço da pauta econômica, sobretudo a regulamentação da reforma, esbarre nas negociações para atender a interesses ligados à sucessão.

Sobre a relatoria dos projetos, Haddad reconheceu que há incertezas em relação a Ribeiro. "Isso [escolha dos relatores] é prerrogativa da Câmara. A notícia que tenho no Senado é que muito provavelmente o presidente Pacheco deve indicar o mesmo relator [da PEC]. Não tem essa mesma confirmação, vamos dizer assim, na Câmara", afirmou.

Do mesmo partido de Lira, Ribeiro pode se fortalecer à frente como candidato à presidência da Câmara com os holofotes da reforma. Para isso, porém, ele também precisaria ter apoio de sua legenda, o PP.

Ele foi escolhido para ser relator da PEC por acordo político costurado por Lira com o MDB para obter apoio da sigla à sua reeleição naquele ano.

No fim de 2023, Lira sinalizou a interlocutores que poderia designar relatores diferentes aos projetos de regulamentação.

Na semana passada, Ribeiro deixou a liderança da maioria na Câmara, substituído pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE), próximo de Lira.

Essa troca na liderança foi costurada pelo próprio presidente da Casa.

Com a mudança, Ribeiro se torna líder da maioria no Congresso. A interlocutores, afirmou que a decisão foi tratada com Lira previamente.

O líder da maioria representa o partido ou bloco com maior número de integrantes. Ele participa de reuniões do colégio de líderes, de negociações e tem direito a tempo de liderança nas sessões.

Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli, Victoria Azevedo e Nathalia Garcia

Relatora retoma número de empresas atendidas por benefício ao setor de eventos

Adriana Fernandes, Victoria Azevedo e Eduardo Cucolo

BRASÍLIA E SÃO PAULO A relatora do projeto de lei que trata de benefícios para o setor de eventos, Renata Abreu (Podemos-SP), ampliou o rol de atividades atendidas pelo auxílio, mas limitou a R$ 15 bilhões os custos totais da renúncia fiscal até 2026 —corrigido pela inflação, o valor pode chegar a R$ 17 bilhões.

O Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) foi criado na pandemia e era temporário. Agora, o Congresso discute sua prorrogação.

O limite de gastos é uma exigência do Ministério da Fazenda para fechar o acordo. O ministro Fernando Haddad chegou a falar que era preciso "botar ordem" no programa. A pasta vinha tentando diminuir o escopo de empresas beneficiadas e queria reduzir para 12 o número de atividades da lista de CNAEs (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) atendidas. Abreu, por sua vez, ampliou para 44 a lista de atividades no relatório do projeto de lei.

O relatório incluiu uma trava caso o custo do programa ultrapasse o valor de R$ 15 bilhões. O governo poderá enviar um projeto de lei ao Congresso, no segundo semestre de 2025, propondo o ajuste proporcional de alíquotas ou expansão de benefícios para adequar o custo fiscal do programa. O ajuste, porém, não é automático e nada garante que o projeto seria aprovado.

Em reunião com empresários do setor na FecomercioSP, a relatora disse que o impacto total do programa será maior que o proposto pelo governo.

"A gente está falando de impacto orçamentário que ainda extrapola [a proposta do governo]. Ele está em R$ 17 bilhões. Colocamos um ajuste pela inflação dos R$ 15 bilhões", disse durante o encontro, que foi interrompido para que ela atendesse um telefonema de Haddad. A ligação caiu e ela retornou à reunião.

Após a divulgação da proposta, a relatora conversou com pessoas do ministério e verificou três pontos de atrito.

O governo é contra a manutenção do benefício de PIS/Cofins para empresas do lucro real e quer elas totalmente fora do programa. Também quer exigir habilitação prévia na Receita de todas as empresas, não só das grandes. Por fim, não quer deixar na mão do Congresso a decisão sobre o que fazer caso a renúncia extrapole o limite fixado em lei.

Em projeto do fim de março, o Executivo havia proposto cortar o número de CNAEs para 12 atividades, mas a medida foi mal recebida pelos parlamentares. Nas últimas semanas, a relatora indicou que a lista deveria aumentar.

A expectativa é que o texto seja discutido em reunião de líderes da Câmara com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), nesta terça- (23) para ser votado nesta semana.

Apesar de ter acatado sugestão do Executivo, a relatora retirou de seu parecer proposta do governo que previa reoneração gradual dos impostos federais para as empresas do setor. O incentivo garante alíquota zero dos tributos federais (IRPJ, CSLL e PIS/Cofins).

Mas as empresas que estão no regime de lucro real (com faturamento superior a R$ 78 milhões por ano) não terão mais a desoneração do IRPJ e da CSLL a partir de 2025.

Foi uma forma encontrada pela relatora para diminuir o custo do programa. Segundo ela, isso elevaria a renúncia em cerca de R$ 2 bilhões.

O grupo das maiores empresas do país seguirá, porém, se beneficiando da alíquota zero de PIS e Cofins. A intenção do governo era excluir desde já seu acesso ao programa, porque o Fisco encontrou uso indevido do aproveitamento do benefício por elas.

Mas a pressão política das empresas, sobretudo grandes redes de hotelaria e companhias com capital aberto, não permitiu o corte do benefício. As empresas que pagam os impostos pelo regime de lucro presumido seguem com a desoneração integral até 2027, quando o Perse acaba.

A Fazenda conseguiu incluir no relatório uma segunda trava para impedir que o benefício seja usado por empresas do setor de eventos com faturamento nulo ou não declarado no somatório dos anos-calendários de 2017 a 2020.

Outro dispositivo estabelece que empresas do setor de eventos, mas cuja atividade econômica principal cadastrada no CNAE não esteja na lista, se beneficiem.

As empresas do lucro real e arbitrado terão que pedir habilitação prévia a cada ano-calendário na Receita. Passados 30 dias após o pedido sem que tenha havido manifestação da Receita, a empresa será considerada habilitada.

Secretário vê mais perto corte de servidor por desempenho

Governo dá primeiros passos para dispensar funcionário com baixo rendimento

Luany Galdeano

RIO DE JANEIRO No ano passado, 341 servidores do Executivo federal foram demitidos por justa causa, em um universo de quase 571 mil pessoas. O número sobe para 5.193 se somados os profissionais que saíram a pedido, ainda bem menor do que o total de demissões em ramos do setor privado com quantidade semelhante de trabalhadores.

Áreas como tecnologia da informação e contabilidade e auditoria, por exemplo, com 578 mil e 521 mil trabalhadores, respectivamente, tiveram, em 2023, ano passado, 16,6 mil e 18 mil desligamentos.

Entre 2013 e 2023, a média de demissões foi de 326 ao ano. O maior número foi 372, em 2018. Técnicos do seguro social e professores universitários têm o maior número de de saídas do período, com 293 e 283, respectivamente.

Os dados do governo são do Painel Estatístico de Pessoal e as informações do setor privado são do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e da Rais (Relação Anual de Informações Sociais).

Hoje, servidores só podem ser demitidos por justa causa quando há decisão judicial externa ao órgão público determina a exoneração ou quando o profissional é penalizado por má conduta no trabalho, constatada após PAD (processo administrativo disciplinar).

A Constituição prevê o desligamento de servidores que não tiverem bons resultados em avaliações de desempenho, mas isso nunca foi regulamentado nacionalmente.

Enquanto no setor privado é possível que um trabalhador celetista perca o emprego do dia para a noite, o processo contra o profissional público pode levar meses.

O governo federal tem dado os primeiros passos para dispensar servidores com baixo rendimento por meio do PGD (Programa de Gestão e Desempenho), do MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos).

"Estamos mais próximos de desligamentos por falta de desempenho do que já estivemos no passado", diz Roberto Pojo, secretário de Gestão e Inovação do MGI.

Com o PGD, instituído em 2022 e reformulado no ano passado, a performance do profissional é medida pelas entregas. Pojo diz que o PGD permite reunir evidências que sustentariam um PAD.

A equipe dialogou com as áreas responsáveis pelos PADs para identificar os elementos que devem constituir um processo consistente.

Segundo Pojo, demitir o é o último recurso. O programa prevê que, antes, o gestor faça avaliações constantes sobre a performance do profissional e adote estratégias para melhorá-la. O secretário diz que deve levar um tempo para saber se o programa de fato levou a demissões por baixo de desempenho.

O PGD precisa ser aprimorado, mas está no caminho correto para melhorar os indicadores que avaliam o rendimento do servidor, diz Gabriela Lotta, professora de administração pública da FGV (Fundação Getulio Vargas). "Eles estão fazendo o programa para qualificar o trabalho, e isso, em alguns casos, pode significar ter de demitir."

> "Eles estão fazendo o programa para qualificar o trabalho, e isso, em alguns casos, pode significar ter de demitir
>
> **Gabriela Lotta**
> professora de administração pública da FGV

Segundo ela, os PADs são morosos por garantirem que os servidores estejam certos até a última instância, já que a administração pública protege o servidor de interferências políticas e econômicas.

Casos como o anunciado pelo presidente argentino Javier Milei, que demitiu 15 mil servidores em março, não podem ocorrer no Brasil. Mas ainda que o profissional público não seja facilmente demitido, o PAD pode ser usado como instrumento de pressão.

Lotta é coautora de estudo publicado em 2023, com outros pesquisadores da FGV e da UnB (Universidade de Brasília), que mostra como esse recurso foi usado para interferir no trabalho de servidores sob Jair Bolsonaro (PL).

Com base em dados de 2022 da CGU (Controladoria-Geral da União), os pesquisadores identificaram um aumento na instauração de PADs no Ministério do Meio Ambiente. Entre 2016 e 2018, houve uma média de 26 processos anuais. A mesma cifra chegou a 57 nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro e, só em 2021, foram 90 ações.

"Os PADs nem eram corretos, uma parte importante era procedimentalmente equivocada, mas só de fazer um já cria custo para aquele servidor se defender", afirma. "É difícil exonerar porque a gente deve proteger o profissional desse tipo de desmando."

Estados e municípios também avançam pouco no tema, ainda que haja leis próprias que determinam demissão no caso de descumprimento das obrigações, segundo Vera Monteiro, professora de direito administrativo da FGV.

Já as iniciativas de análise de desempenho eficientes são ainda mais isoladas. Minas Gerais, por exemplo, regulamentou a avaliação e a demissão por baixo rendimento dos servidores em 2003.

Empresas públicas são diferentes, por terem trabalhadores contratados por regime CLT, enquanto servidores federais estão, em sua maioria, sob modalidade estatutária, que dá direito à estabilidade.

Entre celetistas, a demissão é mais simples, segundo Monteiro. Em fevereiro, o STF determinou que o desligamento sem justa causa nas empresas públicas deve ser "devidamente motivado".

Em órgãos públicos, a análise de desempenho pode solucionar tanto a demissão por baixo rendimento quanto a progressão de cargo sem critérios eficientes, diz Monteiro.

"Muitas carreiras têm promoções automáticas sem nenhuma análise na qualidade do serviço, assim como não há processos de avaliação que levam ao desligamento do servidor por ausência de desempenho. São duas coisas que precisam acontecer em conjunto."

Amanda Victorino, 27, oficial de justiça no TJ-RJ, para quem o período de lazer é fundamental Arquivo Pessoal

Geração Z busca flexibilidade e propósito no setor público, afirmam especialistas

SERVIDORES DA GERAÇÃO Z

RIO DE JANEIRO Atrair a geração Z para o setor público depende de mudanças na rigidez das instituições, de acordo com especialistas. No trabalho, os nascidos entre 1995 e 2010 valorizam aspectos como diversidade, flexibilidade para transitar entre diferentes setores e a implementação de avaliações de desempenho, áreas em que o setor ainda engatinha.

O alto número de inscritos com até 34 anos no CNU (Concurso Nacional Unificado) demonstra que há interesse de jovens em ingressar no serviço público federal. Pessoas que têm entre 25 e 34 anos são maioria, ou 38,3%, dos candidatos.

Inscritos com 20 a 24 anos são 16% e compõem a maior parte, 55%, dos candidatos no bloco de nível médio. Adolescentes com idades entre 15 e 19 anos somam 4,8% dos participantes do certame. Os dados são do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Embora a procura por cargos no serviço público federal esteja associada aos salários médios maiores e à estabilidade, esse grupo valoriza ainda mais outros aspectos, segundo especialistas.

Eles querem atuar em lugares que se conectem com seus valores pessoais, como respeito à diversidade e ao ambiente, e proporcionem maior equilíbrio entre vida privada e profissional.

"A geração Z gosta de trabalhar com propósito, algo que o setor público pode oferecer", afirma Gerhard Hammerschmid, professor de gestão pública e financeira da Hertie School, na Alemanha.

"Por outro lado, eles preferem estar em espaços colaborativos e não gostam de hierarquias, que é um dos princípios dos governos."

Áreas como sustentabilidade e digitalização, por serem mais modernas, podem fornecer espaços de trabalho participativos e com estruturas menos engessadas, ideais para o perfil da geração Z, segundo o professor.

Ele diz que, em geral, setores que atraem jovens têm relação com impacto social. Entre as gerações, a Z é a mais guiada por ideais no trabalho: 47% não aceitariam emprego em um lugar que não estivesse alinhado com seus valores sociais e ambientais.

O dado é de um levantamento da consultoria de RH Randstad feito em 34 países, incluindo o Brasil, e publicado no início deste ano.

Já órgãos públicos tradicionais, como os ligados à economia, costumam ter estruturas rígidas e, portanto, são menos propensos a mudanças.

O setor tem se modernizado nesse sentido, mas ainda em ritmo lento, de acordo com Renata Vilhena, professora de gestão pública da Fundação Dom Cabral e presidente do conselho da República.org.

A diversidade é um dos aspectos que a geração mais preza no trabalho, mas que ainda enfrenta entraves no setor público. Nas secretarias municipais, por exemplo, mulheres são só 27% das lideranças, como mostrou levantamento da **Folha**.

> "A geração Z gosta de trabalhar com propósito, algo que o setor público pode oferecer. Por outro lado, eles preferem estar em espaços colaborativos e não gostam de hierarquias, que é um dos princípios dos governos
>
> **Gerhard Hammerschmid**
> professor de gestão pública e financeira da Hertie School, na Alemanha

Jovens buscam também empregos que permitam tempo de lazer. O trabalho remoto é inegociável para 48% da geração Z, de acordo com o levantamento da Randstad. O regime híbrido já é adotado em boa parte dos órgãos públicos, de acordo com Vilhena.

Ter tempo para demandas próprias é uma possibilidade no setor, contanto que não haja sobrecarga por falta de profissionais.

"Se houver entradas [de novos profissionais] permanentes para um número de servidores adequado e trabalho com indicadores e metas, é possível conciliar [vida profissional e pessoal]", afirma Vilhena.

Amanda Victorino, 27, é oficial de justiça no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e diz que o período de lazer é fundamental. Ela tomou posse no cargo no fim do ano passado, aprovada dois anos após fazer concurso para cadastro de reserva.

"Não abro mão dos meus horários de descanso", afirma. "Quando eu entrei e entendi como é o funcionamento onde estou lotada, vi que era possível conciliar meu tempo de lazer, de estudo e até com a rede social."

Ela criou perfis no Instagram e no TikTok antes de ser aprovada no certame do TJ com o objetivo de compartilhar dicas e conversar com outros estudantes. Hoje, suas páginas acumulam 171 mil seguidores.

Depois de se formar em direito, Amanda se dedicou aos concursos por três anos e pretende continuar estudando para se tornar juíza.

Ela diz ser uma das mais novas da equipe do TJ, motivo de receio por exercer uma função de autoridade. "É uma questão que passa pela minha cabeça todos os dias: 'Poxa, preciso intimar alguém que é três vezes mais velho que eu. Será que ele vai receber bem uma ordem de uma pessoa tão nova?'"

A geração Z é insegura com o trabalho, segundo especialistas. Por isso, gosta de ter feedbacks constantes. Para os mais novos, essa troca não é só para avaliarem o próprio desempenho, mas também para se manifestarem sobre a gestão.

"Eles expressam o que não está legal. Jovens se ressentem quando são deixados quietos, porque assim não têm oportunidade de falar o que pensam", afirma Elza Veloso, professora de administração da FIA Business School.

Avaliações de desempenho são previstas na Constituição para servidores, mas ainda não foram regulamentadas. Há apenas iniciativas em alguns estados ou órgãos públicos voltadas à atuação do profissional.

Além da atração, a retenção é outro desafio para o setor, de acordo com Veloso. Fatores como falta de flexibilidade de para atuar em diferentes áreas e a lenta progressão de carreira podem afastar a geração Z da carreira pública.

"Enquanto o salário no setor privado é baixo no começo, a movimentação é mais rápida. Quando o jovem percebe que precisa esperar até anos para prestar concurso interno para subir de cargo no setor público, fica difícil fazer a retenção."

Hoje, há carreiras que possibilitam a atuação em diferentes áreas, a exemplo do especialista em políticas públicas e gestão governamental. Mas a mobilidade entre setores ainda é incomum em instituições públicas.

Lanna Emi, 23, está no último período de jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e vai prestar o primeiro concurso com o CNU, em maio.

Para ela, o trabalho ideal deve ter um pouco de tudo: o conforto de atuar em sua área de especialidade e a dinâmica de ter tarefas variadas, para não cair no tédio. Ela também compartilha a rotina de concurseira de primeira viagem nas redes sociais.

Lanna diz que o Enem dos Concursos foi uma oportunidade de começar a estudar em pé de igualdade com outros candidatos, já que o certame foi anunciado recentemente e trouxe mudanças em relação a provas mais tradicionais. Ela pretende se dedicar a outros exames, se não for aprovada nesse.

"O mais atraente no concurso é a estabilidade, o conforto de ter algo que você sabe que é seu e que ninguém vai tirar." LG

Esta é a segunda reportagem da série Servidores da Geração Z, em parceria com o Instituto República.org, que aborda a situação de jovens profissionais no setor público.

J. Safra Holding S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 24.990.603/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da J. Safra Holding S.A., relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A atividade econômica brasileira apresentou crescimento próximo de 3% em 2023, impulsionada pelo setor agropecuário e extrativo. O IPCA passou de 5,8% em 2022 para 4,6% em 2023, incluindo aumento de impostos e tarifas sobre combustíveis e energia elétrica. O Banco Central iniciou o ciclo de redução da taxa Selic em agosto de 2023, cortando os juros básicos de 13,75% a.a. para 11,75% a.a. no final de 2023.

DESEMPENHO

Os ativos totais da J. Safra Holding S.A. – Consolidado totalizaram R$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2023, representados substancialmente por ativos financeiros no montante de R$ 395 milhões, ativos imobiliários no montante de R$ 527 milhões e ativos do agronegócio de R$ 69 milhões. Em 2023, o resultado líquido das operações foi de R$ 336 milhões e o lucro líquido foi de R$ 242 milhões, resultando em uma rentabilidade média anualizada de 24,9%. O patrimônio líquido atingiu R$ 1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2023.

Aprovado pela Diretoria.

São Paulo, 6 de março de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS - EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	INDIVIDUAL 31.12.2023	INDIVIDUAL 31.12.2022	CONSOLIDADO 31.12.2023	CONSOLIDADO 31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	3(b)	1	-	6.734	541
Ativos financeiros	3(c) e 4(a)	107.215	128.949	388.757	426.303
Ativos do agronegócio	3(d) e 5	-	-	68.631	106.516
Estoques		-	-	25.886	23.318
Ativos biológicos		-	-	42.745	83.198
Ativos imobiliários mantidos para venda	3(e), 6(a) e (b-I)	-	-	104.796	104.107
Ativos fiscais e Depósitos judiciais	3(m) e 7(a)	5.118	2.455	30.309	19.976
Outros ativos	7(b)	328	-	244.037	286.944
Investimentos		937.415	1.026.293	430.779	443.020
Participações	3(f)	937.415	1.026.293	9.014	2.103
Em controladas e coligadas	8	937.415	1.026.293	-	-
Em empreendimento controlado em conjunto	3(f-I)	-	-	9.014	2.103
Ativos imobiliários mantidos para renda	3(f-II) e 6(a) e (b-I)	-	-	421.765	440.917
Imobilizado e intangível	3(k) e 9	-	-	100.234	56.814
TOTAL DO ATIVO		**1.050.077**	**1.157.697**	**1.374.277**	**1.444.221**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	INDIVIDUAL 31.12.2023	INDIVIDUAL 31.12.2022	CONSOLIDADO 31.12.2023	CONSOLIDADO 31.12.2022
PASSIVO		6.958	7.035	331.158	293.559
Passivos financeiros	3(c) e 4(b)	-	-	50.392	55.840
Passivos fiscais e Contingências	3(m) e 7(a)	325	423	72.598	53.475
Outros passivos	7(b)	6.633	6.612	208.168	184.244
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	1.043.119	1.150.662	1.043.119	1.150.662
Capital social		570.758	570.758	570.758	570.758
Reserva de lucros		472.361	579.904	472.361	579.904
TOTAL DO PASSIVO		**1.050.077**	**1.157.697**	**1.374.277**	**1.444.221**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO	Notas	INDIVIDUAL 2023	INDIVIDUAL 2022	CONSOLIDADO 2023	CONSOLIDADO 2022
RESULTADO COM ATIVOS DO AGRONEGÓCIO	5(c)	-	-	(12.733)	31.125
Receita líquida das vendas		-	-	5.713	42.311
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos		-	-	(18.446)	(11.186)
RESULTADO COM ATIVOS IMOBILIÁRIOS	6(c)	-	-	211.804	188.814
Receita líquida com ativos mantidos para renda		-	-	161.297	143.268
Receita líquida com ativos mantidos para venda		-	-	50.507	45.546
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7(c)	-	-	134.840	115.032
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS	3(f-I) e 8	257.694	248.543	2.059	690
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES		**257.694**	**248.543**	**335.970**	**335.661**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(15.239)	(4.283)	(55.599)	(42.927)
Despesas administrativas	7(d)	(11.256)	(14.957)	(66.372)	(83.349)
Resultado financeiro	3(c) e 4(d)	9.993	10.674	38.090	37.828
Outras receitas/(despesas) operacionais	7(e)	(13.976)	-	(27.317)	2.594
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**242.455**	**244.260**	**280.371**	**292.734**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(n)	-	-	(37.916)	(48.474)
Impostos correntes		-	-	(52.390)	(52.068)
Impostos diferidos		-	-	14.474	3.594
LUCRO LÍQUIDO		**242.455**	**244.260**	**242.455**	**244.260**
Lucro básico e diluído por ações em R$ - Quantidade de ações 100.000 (100.000 em 31.12.2022)	3(p)	2,42	2,44	2,42	2,44

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO	Notas	INDIVIDUAL 2023	INDIVIDUAL 2022	CONSOLIDADO 2023	CONSOLIDADO 2022
LUCRO LÍQUIDO		**242.455**	**244.260**	**242.455**	**244.260**
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE		242.455	244.260	242.455	244.260
Resultado abrangente básico e diluído por ações em R$ - Quantidade de ações 100.000 (100.000 em 31.12.2022)	3(p)	2,42	2,44	2,42	2,44

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 10

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022	**570.758**	**335.876**	**-**	**906.634**
Lucro líquido do período	-	-	244.260	244.260
Destinações:				
Reserva legal	-	12.213	(12.213)	-
Reserva especial	-	231.815	(231.815)	-
Dividendos - Nota 10(b)	-	-	(232)	(232)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**570.758**	**579.904**	**-**	**1.150.662**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**244.028**	**-**	**244.028**
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023	**570.758**	**579.904**	**-**	**1.150.662**
Lucro líquido do período	-	-	242.455	242.455
Destinações:				
Reserva legal	-	12.123	(12.123)	-
Reserva especial	-	230.102	(230.102)	-
Dividendos - Nota 10(b)	-	(349.768)	(230)	(349.998)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**570.758**	**472.361**	**-**	**1.043.119**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**(107.543)**	**-**	**(107.543)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	INDIVIDUAL 2023	INDIVIDUAL 2022	CONSOLIDADO 2023	CONSOLIDADO 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		**(22.631)**	**(10.913)**	**261.266**	**290.972**
Resultado operacional antes da tributação		242.455	244.260	280.371	292.734
Lucro líquido		242.455	244.260	242.455	244.260
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	3(n)	-	-	37.916	48.474
Ajustes ao lucro operacional		(265.086)	(255.173)	(19.105)	(1.762)
Resultado de participação em controladas e coligadas	3(f-I) e 8	(257.694)	(248.543)	(2.059)	(690)
Depreciações	3(k), 6(b-I) e 9(b)	-	-	14.641	16.181
Redução/(reversão) ao valor recuperável	3(l) e 6(b-I)	-	-	(3.540)	23.933
Ajustes ao valor justo - Ativos biológicos	5(c)	-	-	18.446	11.185
Juros sobre ativos e passivos financeiros		(8.238)	(8.886)	(37.633)	(25.724)
Provisões para contingências	3(m) e 7(a)	-	-	37.656	1.111
Resultado não realizado - Ativos imobiliários		-	-	(51.628)	(31.002)
Provisão para pagamentos a efetuar		846	2.256	5.012	3.244
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS		**(3.088)**	**(2.171)**	**82.084**	**(93.484)**
Em ativos do agronegócio		-	-	19.439	(34.540)
Em ativos imobiliários mantidos para venda	6(b)	-	-	16.490	(789)
Em ativos e passivos fiscais e depósitos judiciais		12.132	(1.450)	(1.151)	(14.722)
Em outros ativos e passivos		(327)	1	112.937	(3.804)
Impostos pagos - Corrente		(14.893)	(722)	(65.631)	(39.629)
Corrente		(917)	(722)	(51.655)	(38.268)
Contingências e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	7(a)	(13.976)	-	(13.976)	(1.361)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(25.719)**	**(13.084)**	**343.350**	**197.488**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Ativos financeiros - (Aplicações)/Resgates	4	29.972	(119.536)	58.925	(168.246)
Pagamento em aquisição de negócios, líquido do caixa adquirido		-	-	(6.664)	-
Aquisição de participação	8	-	-	(7.190)	-
Saldo de caixa e equivalentes adquiridos		-	-	526	-
Investimentos	3(f-I)	346.572	133.160	(4.852)	(1.413)
Em controladas e coligadas	8	346.572	133.160	-	-
Aumento de capital		(10.000)	(136.200)	-	-
Redução de capital		196.000	110.000	-	-
Dividendos recebidos		175.972	278.360	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(15.400)	(119.000)	-	-
Em empreendimento controlado em conjunto - Aumento de capital		-	-	(4.852)	(1.413)
Ativos imobiliários mantidos para renda - Aquisição	3(f-II) e 6(b)	-	-	(2.597)	(3.342)
Imobilizado e intangível	9(b)	-	-	(41.951)	(38.466)
Aquisição		-	-	(41.951)	(38.685)
Alienação		-	-	-	219
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**376.544**	**13.624**	**2.861**	**(211.467)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Recursos próprios - Dividendos pagos	10(b)	(350.824)	(541)	(350.824)	(541)
Recursos de terceiros - (Amortizações)/Captações - Passivos financeiros	4(b)	-	-	10.806	14.827
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**(350.824)**	**(541)**	**(340.018)**	**14.286**
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**1**	**(1)**	**6.193**	**307**
Caixa e equivalente de caixa no início dos períodos - Disponibilidades		-	1	541	234
Caixa e equivalente de caixa no fim dos períodos		1	-	6.734	541
Disponibilidades		1	-	700	541
Fundos de investimentos		-	-	6.034	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**1**	**(1)**	**6.193**	**307**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A J. Safra Holding S.A. ("Companhia"), na qualidade de sócia, acionista ou quotista, tem por objeto social a participação em outras sociedades, que exercem, em sua maioria, atividades relacionadas a operações imobiliárias, agronegócio, securitizações e gestão de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) Base de preparação - As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 06.03.2024 e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SAs) e respectivas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, associadas às normas estabelecidas nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia apresenta as contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 (R1). Nas notas explicativas apresentamos, para as contas significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior. **b) Principais alterações e novos pronunciamentos emitidos pelo CPC -** Não há novos pronunciamentos contábeis, aplicáveis a essas demonstrações contábeis referente ao período findo em 31.12.2023. **c) Aquisição de controle de nova Companhia -** Em março de 2023, a Tehama Participações (controlada direta), adquiriu o controle total da empresa Saurus Software pelo valor de R$ 15.190, sendo pagos no período o valor ajustado de R$ 7.190 e R$ 8.000 registrados no passivo na rubrica "Outros passivos". A aquisição gerou ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)* com mensuração provisória no valor de R$ 2.775, que foi reclassificado para o intangível no Consolidado, conforme estabelece o ICPC 09 (R2) - Nota 9. O laudo de avaliação da alocação de preço de compra está em elaboração por entidade independente. A mensuração preliminar dos ativos e passivos da Companhia em 28.02.2023 era a seguinte:

ATIVO	28.02.2023	PASSIVO	28.02.2023
Caixa e equivalentes de caixa	496	Passivos fiscais e Contingências	289
Ativos financeiros	30		
Outros ativos	702	Outros passivos	607
Imobilizado e intangível	23		
Total do Ativo (A)	1.251	Total do Passivo (B)	896
Valor dos ativos líquidos adquiridos consolidados pela aquisição de controle (C = A-B)			355
Preço pago na aquisição (D)			15.190
Intangível adquirido/identificado e Ágio *(goodwill)* (D-C) - Notas 8 e 9			14.835

d) Base de consolidação - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, que compreendem a J. Safra Holding e suas controladas diretas – Nota 8 e indiretas. Desta forma, os saldos das contas patrimoniais e os resultados entre a controladora e as sociedades controladas, bem como os resultados não realizados entre as empresas incluídas na consolidação, foram eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas. No 2º semestre de 2022, as participações societárias detidas nas empresas J. Safra Assessoria Financeira Sociedade Unipessoal Ltda. e Canárias Locadora Sociedade Unipessoal Ltda., controladas indiretas da Companhia, foram alienadas para uma parte relacionada pelo seu valor patrimonial de R$ 18.344 e R$ 53.611, respectivamente - Nota 11(b). **e) Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. **b) Fluxo de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e ativos financeiros, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo considerado imaterial o risco de mudança no valor de mercado. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixas das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. **c) Instrumentos financeiros -** Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o modelo de negócios em três categorias de mensuração: (i) Custo amortizado; (ii) Ao valor justo em outros resultados abrangentes; (iii) Ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica "Resultado financeiro". **d) Ativos do agronegócio -** I. Estoques - Os estoques são compostos, substancialmente, por insumos agropecuários utilizados no plantio e nos processos de cria, recria e engorda do rebanho bovino, e são demonstrados pelo menor entre o custo ou o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. II. Ativos biológicos - São compostos substancialmente pelo rebanho de gado bovino e reprodutor, sendo, matrizes utilizadas no processo de recria, e gado em fase de cria e engorda, o qual é vendido para abate; e atividade agrícola, sendo, soja, milho, gergelim, sorgo e eucalipto. O custo do rebanho de gado bovino é determinado pelo seu custo de formação, compostos basicamente por insumos e depreciação, acrescido dos nascimentos. Já o custo do rebanho de gado reprodutor é ajustado pela depreciação, calculada pelo método linear, com taxas anuais aplicadas, em 14,28% para matrizes e 20,00% para touros. Na atividade agrícola (substancialmente composto por soja), o custo é apurado pela soma dos insumos utilizados, corrigido pela depreciação dos investimentos em correção do solo. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo registrados no resultado do período na rubrica "Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos". **e) Ativos imobiliários mantidos para venda -** Os ativos imobiliários mantidos para venda são reconhecidos de acordo com o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e referem-se a imóveis. Desta forma, a Companhia mensura tais ativos pelo menor entre o valor contábil e o valor justo dos ativos menos as despesas de venda, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável *(impairment)* quando o valor contábil do ativo excede seu valor justo. **f) Investimentos -** I. Participações em controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto . Os investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*, gerados em combinações de negócios, são registrados em conta específica do investimento na entidade adquirente, e submetido a avaliação quanto a eventual redução ao seu valor recuperável. Nas demonstrações contábeis consolidadas, referido ágio é reclassificado para a rubrica ativo intangível. A empresa Quince Participações Sociedade Unipessoal Ltda. (controlada direta), possui participação de 35% na empresa CBR067 Empreendimentos Imobiliários Ltda., exercendo controle conjunto (joint venture) com outros investidores partes não relacionadas. O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme estabelece o CPC 18 (R2), Investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. II. Ativos imobiliários mantidos para renda - Propriedades para investimento - As propriedades para investimento são contabilizadas de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento e estão representados substancialmente por imóveis. De acordo com a norma, é opção da Companhia adotar como política contábil a mensuração de propriedades para investimento pelo método do custo ou do valor justo, aplicando a todas as suas propriedades para investimento. A companhia adota como política a mensuração de suas propriedades para investimento pelo método do custo, líquido de depreciação calculada com base nos mesmos critérios aplicados ao imobilizado de uso de mesma natureza e sujeito à análise de perda por redução do valor recuperável desses bens *(impairment)*. O valor justo desses ativos classificados como propriedade para investimento foi determinado e está apresentado na Nota 6(b). **g) Combinação de negócio e ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)* -** I - Combinação de negócio A aquisição de uma Companhia por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. Eventuais valores positivos que excedam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificados adquiridos são reconhecidas como ágio *(goodwill)*. No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido diretamente no resultado do período. II - Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)* - O ágio reconhecido não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso. **h) Contrato de comissão -** Os bens adquiridos em razão dos contratos de comissão com cláusula mandato são mantidos pela entidade contratada em nome próprio, mas em benefício e por conta e ordem dos mandatários. Tais bens correspondem substancialmente: a aeronave, helicópteros, embarcações e veículos, e são contabilizados, a custo, na rubrica "Outros ativos" em contrapartida a rubrica "Outros passivos", representativa da obrigação da entidade perante os mandatários – Nota 7(b). **i) Mensuração do valor justo -** A entidade mensura o valor justo de seus ativos e passivos conforme o CPC 46 - Mensuração do valor justo. A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A entidade maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 40 (R1), Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são diretamente ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. No Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da entidade. O valor justo dos ativos biológicos é determinado com base nos preços cotados nos mercados ativos, no caso de criação são observadas as classificações de idade, raça e qualidades genéticas similares e, no caso de plantações, o valor presente da expectativa de fluxo de caixa futuros. O valor justo dos ativos imobiliários é obtido através de laudo de avaliação, interna ou de terceiros, conforme o caso. São consideradas as condições de mercado de cada localidade, tais como velocidade de venda, quantidade de ofertas, valor de vendas efetivas, etc. **j) Ativos circulantes e não circulantes, exceto ativos financeiros -** Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização. Ativos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto a variações monetárias futuras, considerando o prazo das referidas operações. **k) Imobilizado e intangível -**São reconhecidos pelos seus valores de custo, líquidos das depreciações e amortizações, e ajustados por redução ao valor recuperável *(impairment)*. Os ativos imobilizados são bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das atividades da entidade e que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo que as taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: (i) edificações 4%; (ii) móveis e utensílios 10%; (iii) processamento de dados, sistemas de segurança e transporte 20%. Os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. As amortizações são reconhecidas, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, sendo que a taxa anual aplicada para as aquisições e desenvolvimento de software é de até 20%, considerando o período do contrato. **l) Redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros -** O CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o valor recuperável dos ativos não financeiros. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. **m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações, fiscais e previdenciárias -** São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: (i) Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. (ii) Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e as obrigações legais são atualizados mensalmente. **n) Tributos -** Impostos Correntes – apurados de acordo com o regime de tributação da Companhia e das controladas diretas e indiretas. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calcula à alíquota de 9%. Impostos diferidos – representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas. São calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. Demais tributos – As alíquotas incidentes de PIS e COFINS na base cumulativa são de 0,65% e 3,00% e na base não cumulativa são de 1,65% e 7,60%, sendo que a alíquota das Receitas financeiras são 0,65% e 4%, respectivamente. A alíquota de ISS varia de acordo com a prestação de serviços, podendo chegar a 5%. Estes tributos são apresentados na Receita Líquida das áreas de negócio e Resultado financeiro. **o) Benefícios a empregados -** Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, categorizados como benefícios de curto e longo prazo, além de benefícios rescisórios. A Companhia não possui benefícios a empregados de curto e longo prazo e benefícios rescisórios, além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. **p) Lucro por ações -** O lucro por ações básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo a quantidade média das ações compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ações diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. **q) Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos -** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, imobiliários e biológicos; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens dos ativos imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) perda por redução ao valor recuperável *(impairment)*; e (v) avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas combinações de negócio. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS - a) Ativos financeiros

CONSOLIDADO	31.12.2023 Custo Amortizado e Valor Justo	31.12.2023 Até 90 dias	31.12.2023 De 91 a 365 dias	31.12.2023 Acima de 365 dias	31.12.2022 Custo Amortizado e Valor Justo
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Certificado de depósito bancário [1]	373.116	10.920	361.158	1.038	393.469
Instrumentos financeiros derivativos - NDF - Nota 3(c) [1] [2] [3]	461	461	-	-	-
Venda futura - Termo - Nota 4(c)	15.180	-	15.180	-	32.834
Total do Ativo em 31.12.2023 [4]	**388.757**	**11.381**	**376.338**	**1.038**	**426.303**
Total do Ativo em 31.12.2022 [4]	**426.303**	**31.654**	**394.649**	**-**	

[1] Inclui operações com partes relacionadas - Notas 4(d) e 11(b). No individual, totaliza R$ 107.215 (R$ 128.949 em 31.12.2022), com vencimento de 91 a 365 dias - Nota 11(b). [2] O valor referencial monta R$ 14.172. [3] Inclui ajuste ao valor justo de R$ (8). [4] Nível II - Nota 3(h).

b) Passivos financeiros

CONSOLIDADO	31.12.2023 Até 90 dias	31.12.2023 De 91 a 365 dias	31.12.2023 De 1 a 2 anos	31.12.2023 De 3 a 5 anos	31.12.2023 Acima de 5 anos	31.12.2023 Total	31.12.2022 Total
Empréstimos - Taxa 5,3 a 5,5% a.a. - Nota 4(d) [1]	-	3.824	10.831	9.536	11.021	35.212	23.006
Venda futura - Termo - Nota 4(c)	-	15.180	-	-	-	15.180	32.834
Total em 31.12.2023	**-**	**19.004**	**10.831**	**9.536**	**11.021**	**50.392**	**55.840**
Total em 31.12.2022	**25.918**	**10.501**	**652**	**5.911**	**12.858**	**55.840**	

[1] O efeito no resultado foi de R$ (1.402) (R$ (962) em 2022), e está registrado na rubrica "Resultado financeiro - Juros sobre empréstimos" – Nota 4(d). **c) Contrato de compra e venda futura de atividade agrícola -** A Companhia detém contratos de compra e venda a Termo, para entrega futura, com vencimento em 2024, a preço fixo no valor de R$ 15.180 (R$ 32.834 em 31.12.2022). Os contratos estavam registrados nas rubricas Ativos financeiros – Nota 4(a) e Passivos financeiros – Nota 4(b). O resultado será apurado no primeiro semestre de 2024, devido a realização do objeto do contrato com entrega física dos produtos agrícolas - Nota 5(c). Estes contratos não têm características de instrumentos financeiros derivativos. **d) Resultado financeiro**

CONSOLIDADO	2023	2022
Receita com ativos financeiros, líquida de impostos diretamente atribuíveis - Notas 3(n) e 11(b)	37.864	35.924
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - Notas 3(c) e 11(b)	488	-
Atualização líquida sobre ativos e passivos imobiliários - Nota 6(b-II)	4.918	3.496
Juros sobre empréstimos - Nota 4(b)	(1.402)	(962)
Atualização de contingências, depósito em garantia e Outras	(3.778)	(630)
Total [1]	**38.090**	**37.828**

[1] No Individual, totaliza R$ 9.993 (R$ 10.674 em 2022) e está representado por receita de ativos financeiros com partes relacionadas, líquida dos impostos diretos – Notas 3(m) e 11(b).

5. ATIVOS DO AGRONEGÓCIO - a) Composição de saldo - Notas 3(d) e (h)

CONSOLIDADO	31.12.2023 Quantidades gados [1] /hectares plantados	31.12.2023 Custo amortizado	31.12.2023 Ajuste ao valor justo	31.12.2023 Valor Justo	31.12.2022 Quantidades gados [1] / hectares plantados	31.12.2022 Valor Justo
Estoques	-	25.886	-	25.886	-	23.318
Ativos biológicos	29.316	37.496	5.249	42.745	31.269	83.198
Rebanho de gado	21.616	26.706	5.249	31.955	23.569	49.418
Bovino	11.855	15.750	(1.639)	14.111	13.801	24.229
Reprodutor	9.761	10.956	6.888	17.844	9.768	25.189
Atividade agrícola	7.700	10.790	-	10.790	7.700	33.780
Total em 31.12.2023	**29.316**	**63.382**	**5.249**	**68.631**	**31.269**	**106.516**
Total em 31.12.2022	**31.269**	**82.820**	**23.696**	**106.516**		

[1] Deste montante de gado, 11.590 (12.390 em 31.12.2022) estão classificados no Ativo Circulante, sendo que 1.829 (2.619 em 31.12.2022) se refere à rebanho de gado bovino e 9.761 (9.771 em 31.12.2022) rebanho de gado reprodutor, com idade superior a 24 meses e 10.026 (11.182 em

(continua)

(continuação)

J. Safra Holding S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 24.990.603/0001-46

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (EM MILHARES DE REAIS)

31.12.2022) estão classificados no Ativo Não Circulante, sendo composto por rebanho de gado bovino. **b) Movimentação dos ativos biológicos**

	01.01. a 31.12.2023						01.01. a 31.12.2022
	Rebanho de gado:						
CONSOLIDADO	Quantidade	Bovino	Reprodutor	Total	Atividade agrícola	Total	Total
Saldo no início do período	23.569	24.228	25.190	49.418	33.780	83.198	73.125
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos - Nota 5(c)	-	(8.832)	(9.614)	(18.446)	-	(18.446)	(11.186)
Transferências de categoria	-	(4.045)	4.045	-	-	-	-
Custo de formação (1)	7.133	10.762	603	11.365	39.432	50.797	60.963
Estoque inicial	-	6.141	-	6.141	39.432	45.573	56.626
Nascimentos	6.812	4.558	-	4.558	-	4.558	4.337
Compras	321	63	603	666	-	666	-
Saídas	(9.086)	(8.002)	(2.380)	(10.382)	(62.422)	(72.804)	(39.704)
Custo das vendas - CPV - Nota 5(c)	(8.228)	(7.036)	(456)	(7.492)	(62.422)	(69.914)	(37.072)
Mortes	(789)	(966)	(54)	(1.020)	-	(1.020)	(727)
Outras movimentações (1)	(69)	-	(1.870)	(1.870)	-	(1.870)	(1.905)
Saldo no final do período	**21.616**	**14.111**	**17.844**	**31.955**	**10.790**	**42.745**	**83.198**

(1) Contempla depreciação incorporada ao custo de formação do rebanho de gado bovino no montante de R$ 4.383 (R$ 4.933 em 2022), relativo a depreciação de imobilizado - Nota 9(b). (2) Deste montante, R$ (1.868) (R$ (1.639) em 2022) se refere a depreciações do gado reprodutor.

c) Resultado com ativos do agronegócio

	2023			2022
CONSOLIDADO	Rebanho de gado	Atividade agrícola	Total	Total
Receita líquida de vendas - Nota 7(b)	**10.919**	**(5.206)**	**5.713**	**42.311**
Receita bruta	20.654	60.255	80.909	81.714
Custo das vendas - CPV - Nota 5(b)	(7.492)	(63.835)	(71.327)	(37.072)
Dedução de impostos diretamente atribuíveis - Nota 3(n) e outros	(2.243)	(1.626)	(3.869)	(2.331)
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos - Nota 5(b)	**(18.446)**	**-**	**(18.446)**	**(11.186)**
Total em 2023	**(7.527)**	**(5.206)**	**(12.733)**	**31.125**
Total em 2022	**3.149**	**27.976**	**31.125**	

6. ATIVOS IMOBILIÁRIOS - a) Resumo

	31.12.2023			31.12.2022		
CONSOLIDADO	Custo contábil	Depreciação acumulada	Líquido	Custo contábil	Depreciação acumulada	Líquido
Mantidos para renda	623.217	(201.452)	421.765	669.915	(228.998)	440.917
Mantidos para venda	104.796	-	104.796	104.107	-	104.107
Total	**728.013**	**(201.452)**	**526.561**	**774.022**	**(228.998)**	**545.024**

b) Movimentação - I - Ativos dos ativos mantidos para renda e venda

	01.01. a 31.12.2023			01.01. a 31.12.2022		
CONSOLIDADO	Mantidos para renda (1)	Mantidos para venda	Total	Mantidos para renda	Mantidos para venda	Total
Saldo no início do período	**440.917**	**104.107**	**545.024**	**520.860**	**99.260**	**620.120**
Entradas por aquisições e construções	2.590	3.801	6.391	3.344	788	4.132
Baixas por alienação - Nota 6(c)	-	(18.794)	(18.794)	(25.329)	(14.687)	(40.016)
Transferências entre renda e venda	(17.179)	17.179	-	(38.875)	38.875	-
Efeitos no resultado	(4.563)	(7)	(4.570)	(18.616)	(14.792)	(33.408)
Depreciações	(8.110)	-	(8.110)	(9.475)	-	(9.475)
(Redução)/reversão ao valor recuperável	3.547	(7)	3.540	(9.141)	(14.792)	(23.933)
Outros - Nota 3(f-I)	-	(1.490)	(1.490)	(467)	(5.337)	(5.804)
Saldo no final do período	**421.765**	**104.796**	**526.561**	**440.917**	**104.107**	**545.024**

(1) O valor justo desses imóveis monta em R$ 1.800.405 (R$ 2.070.642 em 31.12.2022) – Notas 3(f-II) e (h). II - Contas a receber

	01.01. a 31.12.2023				
CONSOLIDADO	Saldo no início do período	Atualização - Nota 4(d)	Entradas	Saídas/ Recebidos	Saldo no final do período
Ativos mantidos para venda	87.872	5.108	73.200	(83.450)	82.730
Demais	145	-	1.675	(1.726)	94
Total em 31.12.2023 - Nota 7(b)	**88.017**	**5.108**	**74.875**	**(85.176)**	**82.824**
Total em 31.12.2022 - Nota 7(b)	**57.015**	**3.746**	**112.161**	**(84.905)**	**88.017**

c) Resultado com ativos mantidos para renda e venda

CONSOLIDADO	2023	2022
Receita líquida com ativos mantidos para renda	**161.297**	**143.268**
Receita bruta de aluguéis - Nota 11(b)	182.191	176.179
Lucro na venda de bens	-	3.671
Custos diretos - Depreciações e outros	(7.442)	(23.889)
Dedução de impostos diretamente atribuíveis - Nota 3(m) (1) (2)	(13.452)	(12.693)
Receita líquida com ativos mantidos para venda	**50.507**	**45.546**
Receita bruta de vendas - Notas 6(b-II) e 7(b)	73.200	77.541
Custo das vendas - CPV - Nota 6(b-I)	(18.794)	(14.687)
Dedução de impostos diretamente atribuíveis - Nota 3(m) e outros (1)	(3.899)	(2.516)
Resultado líquido das operações	**211.804**	**188.814**

(1) Representados substancialmente por PIS/COFINS. (2) Inclui IPTU.

7. OUTRAS CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO
a) Ativos e passivos fiscais e contingentes

CONSOLIDADO	31.12.2023	31.12.2022
Ativos fiscais e depósitos judiciais	**30.309**	**19.976**
Devedores por depósito em garantia de contingências (1) (2)	7.252	7.211
Fiscais (2)	23.057	12.765
Correntes – Impostos e contribuições a compensar	14.812	12.765
Diferidos – Créditos tributários	8.245	-
Passivos fiscais e provisão para contingências	**72.598**	**53.475**
Provisão para contingências (1) (2) (3)	51.679	27.863
Fiscais (2)	20.919	25.612
Correntes	18.609	17.030
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	9.557	8.616
Impostos e contribuições a recolher	9.052	8.414
Diferidos - Obrigações fiscais (4)	2.310	8.582

(1) Devedores por depósito em garantia de contingências correspondem basicamente a parcelas vinculadas a contingências fiscais. (2) Os ativos e passivos fiscais correntes estão classificados no Ativo e Passivo Circulante e os depósito em garantia, as contingências e passivos fiscais diferidos estão classificados no Ativo e Passivo Não Circulante. (3) Representado substancialmente por processos administrativos fiscais, que discutem a incidência de IPTU sobre ativos imobiliários no montante de R$ 23.223, o indeferimento de pedido de compensação no montante de R$ 18.856 (R$ 19.536 em 31.12.2022) e contribuição previdenciária no montante de R$ 4.776 (R$ 4.776 em 31.12.2022). As movimentações refletidas em resultado montam R$ (38.011) (R$ (1.104) em 2022), sendo que R$ (3.147) (R$ (242) em 2022) referente à atualização do período e está registrada na rubrica "Resultado financeiro" - Nota 4(d) e R$ (34.864) (R$ (862) em 2022) referente às constituições e pagamentos do período e estão registradas na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais" - Nota 7(e). (4) No Ativo, representados por adições temporárias no montante de R$ 7.099 e prejuízo fiscal no montante de R$ 1.146, com realização prevista até 2028. No Passivo, representado substancialmente por imposto diferido relativo à ajuste a valor justo do ativos biológicos – Nota 5(a). O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecido, é de R$ 18.490 (R$ 15.879 em 31.12.2022). Não há passivos contingentes fiscais e trabalhistas classificados como perda possível. **b) Outros ativos e passivos**

	31.12.2023		31.12.2022	
CONSOLIDADO	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mandato/Contrato de comissão - Notas 3(g) e 11(b)	158.957	159.358	139.914	148.258
Bens (1)	152.886	152.886	135.478	135.478
Valores a receber/(pagar)	6.071	6.472	4.436	12.780
Devedores/Credores por compras ou vendas a prazo	82.881	2.473	88.421	2.421
Imobiliário - Nota 6(b-II)	82.824	2.473	88.017	2.421
Agronegócio - Nota 5(c)	-	-	404	-
Prestação de serviços	57	-	-	-
Contas a pagar - Notas 7(d) e 8	-	45.114	-	32.155
Direitos creditórios (2)	-	674	54.675	-
Sociais e estatutárias - Notas 10(b) e 11(b)	-	535	-	1.344
Outros	2.199	14	3.934	66
Total (3) (4)	**244.037**	**208.168**	**286.944**	**184.244**

(1) Contratos realizados com o controlador, representados substancialmente por bens imóveis e móveis. (2) Em 2022, a Companhia adquiriu pelo valor de R$ 73.125, uma carteira de créditos inadimplentes de uma empresa parte relacionada - Notas 7(c) e 11(b). (3) Operações classificadas no Ativo e Passivo Circulantes.

c) Rendas de prestação de serviços

CONSOLIDADO	2023	2022
Renda bruta	143.725	128.896
Receitas de gestão de recursos financeiros, comissões e corretagens de seguros - Nota 11(b)	70.879	121.875
Resultado com direitos creditórios - Nota 7(b)	68.825	-
Resultado com telecomunicações - Nota 8	-	6.131
Demais	4.021	890
Dedução de impostos diretamente atribuíveis - PIS/COFINS e ISS - Nota 3(m)	(8.885)	(13.864)
Total	**134.840**	**115.032**

d) Despesas administrativas

CONSOLIDADO	2023	2022
Despesas com pessoal - Notas 7(b) e 11(a)	(52.407)	(68.981)
Serviços de terceiros	(4.350)	(3.732)
Instalações e aluguéis	(4.201)	(2.433)
Depreciações - Nota 9(b)	(2.148)	(1.621)
Outras	(3.266)	(6.582)
Total (1)	**(66.372)**	**(83.349)**

(1) No Individual, totaliza R$ (11.256) (R$ (14.957) em 2022) e está composto substancialmente por despesas de pessoal no valor de R$ (10.681) (R$ (12.236) em 2022).

e) Outras receitas/(despesas) operacionais

CONSOLIDADO	2023	2022
Outras receitas operacionais	**8.649**	**4.199**
Resultado na venda - Ganho de capital	8.233	4.083
Outras	416	116
Outras despesas operacionais	**(35.966)**	**(1.605)**
Contingências	(34.864)	(862)
Fiscais - Nota 7(a)	(34.527)	(107)
Cíveis	(170)	(393)
Trabalhistas	(167)	(362)
Outras	(1.102)	(743)
Total (1)	**(27.317)**	**2.594**

(1) Em 2023, totaliza R$ (13.976) no individual, referente pagamento auto de infração imposto de renda na fonte.

8. INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	31.12.2023								
		Movimentos						Participações - 100%	
		Com recursos financeiros							
INDIVIDUAL	Valor contábil no início do período	Adiant. para futuro aumento de capital - AFAC	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendos	Resultado de equivalência no período	Valor contábil no final do período (4)	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido no período
Tehama Participações Sociedade Unipessoal Ltda. (1) (3)	179.339	-	-	(147.500)	(32.610)	94.288	93.517	93.517	94.288
Fremont Participações Ltda.	368.599	1.800	-	(25.700)	-	22.825	367.524	367.524	22.825
Quince Participações Sociedade Unipessoal Ltda. (2)	193.947	1.100	-	-	(99.259)	116.096	211.884	211.884	115.761
Pastoril Agropecuária Couto Magalhães Ltda. (2)	76.668	-	-	-	(10.500)	(2.347)	63.821	64.722	4.420
Agropecuária Potrillo Sociedade Unipessoal Ltda. (2)	22.930	-	-	-	-	2.039	24.969	20.604	7.449
Grão da Fazenda Ltda.	60.290	12.500	10.000	-	-	(25.184)	57.606	57.606	(25.184)
J Safra Participações Sociedade Unipessoal Ltda. (2)	124.520	-	-	(22.800)	(33.603)	49.977	118.094	118.094	39.230
Saldo de 01.01 a 31.12.2023	**1.026.293**	**15.400**	**10.000**	**(196.000)**	**(175.972)**	**257.694**	**937.415**	**933.951**	**258.789**
Saldo de 01.01 a 31.12.2022	**910.910**	**119.000**	**136.200**	**(110.000)**	**(278.360)**	**248.543**	**1.026.293**	**-**	**-**

(1) Em dez/22, a Tehama celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas da Saurus Software Ltda, empresa que desenvolve sistemas para gestão de vendas de estabelecimentos comerciais, distribuidoras e indústrias. O Fechamento da operação se deu em 01.03.2023, pelo valor ajustado de R$ 15.190, sendo R$ 7.190 já pagos no período e R$ 8.000 registrados no passivo na rubrica "Outros passivos" - Nota 7(b). A aquisição gerou um valor preliminar de intangível adquirido/identificado e Ágio *(goodwill)* no montante de R$ 14.835, que foi reclassificado para o intangível no Consolidado, conforme estabelece o ICPC 09 (R2) - Notas 2(c) e 9. O laudo de avaliação da alocação de preço de compra está em elaboração por entidade independente. (2) Inclui os ajustes de critérios nos investimentos das suas controladas em função do reconhecimento do ajuste ao valor justo de ativos biológicos e "*impairment*". (3) Em dez/2022, a J. Safra Telecomunicações Sociedade Unipessoal Ltda. (controlada indireta da Companhia) vendeu a totalidade da participação detida na On Telecom Sociedade Unipessoal Ltda. pelo montante de R$ 12.070, recebido integralmente no período. O efeito líquido no resultado foi de R$ 7.442 - Nota 9(b) e está registrado no individual no "Resultado de equivalência patrimonial" e no consolidado na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais". (4) No período, os AFACs de períodos anteriores foram totalmente integralizados.

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - a) Composição

	31.12.2023			31.12.2022		
CONSOLIDADO	Custo amortizado	Depreciações/ Amortizações acumuladas	Líquido	Custo amortizado	Depreciações/ Amortizações acumuladas	Líquido
Total líquido do imobilizado	**123.961**	**(38.562)**	**85.399**	**90.507**	**(33.693)**	**56.814**
Agronegócio	119.507	(34.523)	84.984	84.574	(28.905)	55.669
Outros	4.454	(4.039)	415	5.933	(4.788)	1.145
Total líquido do intangível	**55.140**	**(40.305)**	**14.835**	**47.199**	**(47.199)**	**-**
Intangível adquirido/ identificado e Ágio *(goodwill)* - Notas 2(c) e 8	14.835	-	14.835	-	-	-
Software	40.305	(40.305)	-	47.199	(47.199)	-
Total	**179.101**	**(78.867)**	**100.234**	**137.706**	**(80.892)**	**56.814**

b) Movimentação

	01.01. a 31.12.2023				
CONSOLIDADO	Saldo no início do período	Aquisição	Baixas (1)	Depreciações (2)	Saldo no final do período
Total líquido do imobilizado	**56.814**	**35.216**	**(100)**	**(6.531)**	**85.399**
Agronegócio	55.669	35.102	-	(5.787)	84.984
Outros	1.145	114	(100)	(744)	415
Total líquido intangível - Intangível adquirido/ identificado e Ágio *(goodwill)* - Notas 2(c) e 8	-	14.835	-	-	14.835
Total líquido do imobilizado e intangível em 31.12.2023	**56.814**	**50.051**	**(100)**	**(6.531)**	**100.234**
Total líquido do imobilizado em 31.12.2022	**27.711**	**38.685**	**(2.876)**	**(6.706)**	**56.814**

(1) Em 2022, refere-se a transferência de investimentos para outra categoria contábil no valor de R$ (2.657) e alienação no valor de R$ (219). (2) Deste montante, R$ (2.148) (R$ (1.621) em 2022) refere-se a despesas de depreciação do imobilizado – Nota 7(d) e despesas de depreciação incorporadas ao custo de formação de ativos biológicos de R$ (4.383) e (R$ (4.933) em 2022) - Nota 5(b).

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Ações - O capital social no valor de R$ 570.758 (R$ 570.758 em 31.12.2022) está representado por 100.000 (100.000 em 31.12.2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, compostas e distribuídas por classes, sendo 28.000 na classe A, 28.000 na classe D, 28.000 na classe J e 16.000 na classe E. O controle societário da J. Safra Holding S.A. é exercido em conjunto por Vicky Safra, Jarrocks Holdings Limited, Alberto Joseph Safra, David Joseph Safra e Esther Safra Dayan. **b) Dividendos -** Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 0,1% sobre o valor do lucro líquido, após as destinações legais. Conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27.04.2023, foram pagos aos acionistas o valor de R$ 350.824, sendo referente 2022 o valor de R$ 232 de dividendos mínimos obrigatórios, o valor de R$ 349.768 oriundos da "Reserva de lucros" e o valor de R$ 824 correspondente ao saldo residual dos dividendos dos exercícios de anos anteriores. As movimentações dos referidos dividendos foram registradas em contrapartida da rubrica "Outros passivos - Sociais e estatutárias". - Notas 7(b) e 11(b). **c) Reserva de lucros**

	31.12.2023	31.12.2022
Reservas de lucros	**472.361**	**579.904**
Legal	43.136	31.013
Especial (1)	429.225	548.891

(1) Referida reserva foi constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da Companhia e/ou expansão de suas atividades.

11. PARTES RELACIONADAS - a) Remuneração da administração - Em Atos Societários em 2023, foi estabelecido o valor máximo anual global de remuneração para os Administradores no montante de R$ 15.000 (R$ 3.000 em 2022), no Individual e R$ 17.850 (R$ 29.650 em 2022), no Consolidado. A remuneração recebida pela Administração monta a R$ (2.534) (R$ (1.811) em 2022), no Individual e R$ (7.273) (R$ (10.448) em 2022), no Consolidado - Nota 7(d). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas -** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativo/ (Passivo)		Receitas/ (Despesas)	
CONSOLIDADO	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa - Disponibilidades	372	264	-	-
Ativos e passivos financeiros	372.539	393.469	38.261	34.896
Certificado de depósito bancário - Banco Safra - Nota 4(a) e (d) (1)	372.078	393.469	37.773	34.896
Instrumentos financeiros derivativos (Ativo/Passivo) - NDF - Banco Safra - Notas 3(c), 4(a) e (b)	461	-	488	-
Outros ativos - Nota 7(b)	158.979	139.920	-	-
Mandato/Contrato comissão - Controladores	158.957	139.914	389	815
Outros - Valores a receber - Banco Safra	22	6	-	-
Passivos financeiros - Empréstimos - Banco Safra S.A. - Nota 4(b)	9.854	-	-	-
Outros passivos - Nota 7(b)	(159.601)	(149.380)	-	-
Mandato/Contrato comissão - Controladores	(159.358)	(148.258)	-	-
Outros	(243)	(1.122)	-	-
Sociais e estatutárias - Controladores - Nota 10(b) (2)	(230)	(1.056)	-	-
Valores a pagar - Banco Safra S.A.	(13)	(66)	-	-
Receita com aluguéis - Nota 6(c)	-	-	148.817	143.720
Banco Safra S.A.	-	-	139.476	134.405
Demais empresas	-	-	9.341	9.315
Receita de prestação de serviços - Comissões e corretagens de seguros - Nota 7(c) (3)	-	-	40.342	28.775

(1) No Individual, totaliza R$ 107.215 (R$ 128.949 em 31.12.2022), com efeito líquido no resultado no montante de R$ 10.523 (R$ 10.568 em 2022) – Nota 4(a) e (d). (2) No Individual, R$ (1.056) em 31.12.2022 - Nota 10(b). (3) Composto pelas empresas partes relacionadas Safra Seguros Gerais S.A. e Safra Vida e Previdência S.A. Em 2022, ocorreram outras transações entre partes relacionadas mencionadas nas Notas 2(d) e 7(b).

Diretoria

Alexei De Bona
Contador – CRC nº PR036459/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **J. Safra Holding S.A.**

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da J. Safra Holding S.A. ("Entidade") e controladas ("Consolidado"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da J. Safra Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de março de 2024

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Saiba como fazer declaração de aluguel de imóvel e carro no Imposto de Renda 2024

IR 2024

Fernando Narazaki

SÃO PAULO O aluguel de imóvel e carro deve ser declarado pelo inquilino e pelo proprietário no IR 2024 se a pessoa for obrigada a enviar os seus dados para o fisco.

Apesar de ser obrigatória a informação, o aluguel não faz parte das despesas que podem ser deduzidas para aumentar a restituição ou diminuir o tributo a ser pago. O dono do imóvel só pode deduzir caso pague o condomínio, o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e outras taxas referentes ao bem.

Quem omite a informação pode cair na malha fina e até ser multado pela Receita Federal em 20% do valor que deveria ser pago ao fisco. O prazo de envio da declaração vai até 31 de maio. Quem atrasar terá de pagar multa mínima de R$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Para declarar pagamento de aluguel, vá em Pagamentos Efetuados e clique em Novo. Se for aluguel de imóvel, selecione o código 70 (aluguéis de imóveis). Já o aluguel de carro é informado no código 99 (Outros).

Para imóvel, preencha o nome do locador (seja pessoa física ou jurídica) e CPF ou CNPJ do proprietário. Em Descrição, coloque o endereço do imóvel, o valor mensal do aluguel, e o número e a duração do contrato. Por fim, informe em Valor pago a quantia desembolsada no ano apenas com o aluguel. Impostos e taxas não entram no cálculo.

Para o carro, sinalize se o aluguel foi feito pelo titular ou dependente. Preencha o nome do proprietário ou a locadora, o CPF ou o CNPJ do locador. Em Descrição, informe a placa, o modelo, a marca e a data de fabricação do carro, além do valor pago mensalmente, o tempo de duração e o número do contrato. Por fim, informe em Valor pago a quantia gasta no ano com o aluguel.

Caso o imóvel seja alugado com outras pessoas, o contribuinte declara o valor que cabe a ele. Por exemplo, se o imóvel for dividido entre quatro pessoas, o valor total do aluguel deve ser dividido por quatro e cada contribuinte informa a sua parte.

A pessoa que aluga o imóvel ou o carro terá formas diferentes de informar ao fisco, dependendo se o inquilino é uma pessoa física ou jurídica.

O proprietário que recebe aluguel de uma pessoa física paga mensalmente o carnê-leão de acordo com a tabela progressiva mensal do Imposto de Renda. Entre janeiro e abril de 2023, a isenção era para valores recebidos até R$ 1.903,98. A partir de maio, a isenção subiu para R$ 2.112.

Caso o pagamento do carnê-leão não tenha sido feito, o locador deve quitar o valor antes de enviar a declaração. Porém, agora, ele pagará com multa a quantia atrasada. Para valores menores que a isenção mensal, o ajuste é feito na declaração do IR.

F LEIA MAIS SOBRE O IR
FOLHA.COM.BR/IMPOSTODERENDA

INSS começa a pagar primeira parcela do 13º nesta quarta (24)

Laryssa Toratti

SÃO PAULO O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a pagar, a partir desta quarta (24), a primeira parcela do 13º salário de aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios. Ao todo, 33,6 milhões de segurados devem receber a renda.

A gratificação natalina é liberada com o benefício mensal. Recebem primeiro os segurados cujo valor do benefício é de um salário mínimo (R$ 1.412) e, depois, os beneficiários que ganham mais.

O pagamento é feito conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador.

Desde o início da pandemia de Covid 19, em 2020, o governo tem antecipado o benefício com o objetivo de estimular a economia.

Por lei, o 13º deve ter sua primeira parcela paga na competência de agosto, e a segunda, na competência de novembro.

De acordo com decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 12 de março, a primeira parcela do abono corresponde a 50% do valor do benefício. A segunda virá com a aposentadoria de maio e tem desconto do Imposto de Renda para quem é obrigado a pagar o tributo.

Para quem é beneficiário de auxílio-doença ou auxílio-acidente, o 13º é proporcional ao número de meses.

O calendário de pagamentos do 13º salário do INSS 2024 segue o número final do NIS (Número de Identificação Social).

F CONFIRA O CALENDÁRIO
folha.com/z74k1cha

Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 06.951.711/0001-28

Relatório da Administração

A Diretoria da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as Notas Explicativas e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras. A Supplier é uma sociedade por ações controlada pela TOTVS Techfin S.A. e atua como emissora e administradora de cartão de crédito, em modelo de arranjo de pagamento fechado, tendo parcerias firmadas com grandes empresas industriais e varejistas. Dentre estas atividades inclui-se também a cessão das operações geradas. Nossa estratégia de negócio tem como objetivo atender às expectativas dos clientes e parceiros a partir de suas necessidades, aumentando sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as suas interações com a Companhia. A Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. encerrou o exercício com R$ 1.135.063 em Ativos Totais, R$ 305.422 de Patrimônio Líquido e Lucro Líquido de R$ 21.892. Para fins de pagamento de dividendos, a Supplier prevê em seu estatuto o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25%, conforme previsto no artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos colaboradores.

A Administração

Balanço Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	**29.540**	**154.412**
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		**845.611**	**607.758**
Créditos Securitizados	5	6.158	6.005
(-) Perda Esperada de Créditos Securitizados	5	(1.588)	(2.509)
Serviços a receber	6	3.765	2.628
Títulos e Créditos a Receber	7	846.752	610.915
(-) Perda Esperada de Títulos e Créditos a Receber	7	(9.476)	(9.281)
Impostos e contribuições a compensar	8	**12.180**	**2.888**
Devedores diversos	9	**628**	**7.772**
Adiantamentos e antecipações salariais	10	**494**	**190**
Despesas antecipadas	11	**3.602**	**5.140**
	12	–	–
Total do Ativo Circulante		**892.055**	**778.160**
Investimentos	12	**2.000**	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		**4.996**	**62**
Créditos Securitizados	5	6.372	64
(-) Perda Esperada de Créditos Securitizados	5	(1.376)	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	**27.940**	**43.592**
Depósitos judiciais	20	**562**	**465**
Imobilizado de uso	13	**4.148**	**5.286**
Intangíveis	14	**203.362**	**237.639**
Total do Ativo não Circulante		**243.008**	**287.044**
Total do Ativo		**1.135.063**	**1.065.204**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Sociais e estatutárias	21	**5.199**	**9.173**
Fiscais e previdenciárias	15	3.807	3.944
Negociação e intermediação	16	5.156	7.610
Provisão para pagamentos a efetuar	17	17.916	15.691
Credores diversos	18	791.286	695.970
Receita diferida	19	112	112
Total do Passivo Circulante		**823.476**	**732.500**
Provisão para pagamentos a efetuar	17	2.775	1.234
Credores diversos	18	697	1.749
Provisão para contingências	20	2.478	1.167
Receita diferida	19	215	327
Total do Passivo Não Circulante		**6.165**	**4.477**
Capital social	21	452.403	452.403
Reservas de capital		(173.135)	(170.249)
Reservas de lucros	21	26.154	46.073
Total do Patrimônio Líquido		**305.422**	**328.227**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.135.063**	**1.065.204**

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(valores expressos em milhares de reais)*

	Nota	2023	2022
Receita Operacional Líquida	22	**399.697**	**382.906**
Custo da Operação	23	**(244.768)**	**(251.463)**
Lucro Bruto		**154.929**	**131.443**
Receitas e Despesas Operacionais		**(123.307)**	**(104.723)**
Pesquisa e Desenvolvimento	24a	(11.419)	(9.593)
Despesas de Propaganda, Comerciais e de Marketing	24b	(28.471)	(26.857)
Despesas Gerais e Administrativas	24c	(47.520)	(38.708)
Depreciação e amortização	24d	(34.064)	(18.154)
Redução ao Valor Recuperável	24e	(543)	(9.101)
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	24f	(1.290)	(2.310)
Resultado antes das Receitas/(Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		**31.622**	**26.720**
Resultado da Equivalência Patrimonial		**–**	**(14)**
Receitas/(Despesas) Financeiras Líquidas	25	**4.493**	**24.758**
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**36.115**	**51.464**
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	26	1.429	(9.929)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	26	(15.652)	(1.394)
Lucro Líquido do Exercício		**21.892**	**40.141**
Média Ponderada do Número de Ações	21	**336.153.582**	**336.153.582**
Lucro Líquido por Ação R$	21	**0,06512**	**0,11941**

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(valores expressos em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	**21.892**	**40.141**
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**21.892**	**40.141**

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(valores expressos em reais mil)*

	Nota	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício		**21.892**	**40.141**
Atividades Operacionais			
Ajustes ao Lucro Líquido		**33.330**	**(19.753)**
Amortização e Depreciação	13/14	34.063	18.154
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	24	543	9.101
Provisão para Contingências	20	1.311	458
Juros e Variação Cambial Provisionados	18/25	(21.125)	183
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26	15.652	(38.956)
Perda/(Ganho) na Baixa de Ativo Intangível	14	2.886	65
Cisão de empresas	21	–	(99.108)
Incorporação reversa da controladora	21	–	90.350
Variações em Ativos e Passivos		**(147.793)**	**(18.764)**
(Aumento) em Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis		(243.331)	(186.534)
(Aumento) em Outros Ativos		(1.011)	16.440
Aumento em Outros Passivos		96.549	151.330
Caixa Líquido aplicado em Atividades Operacionais		**(92.571)**	**(1.624)**
Juros Pagos	18/25	21.125	(183)
Impostos sobre o Lucro Pagos		–	(8.525)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais		**(71.446)**	**(7.084)**
Atividades de Investimento			
Aquisição de Investimento		(2.000)	–
Aquisição de Ativo Imobilizado		(1.023)	(1.028)
Aquisição de Ativo Intangível		(511)	(816)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		**(3.534)**	**(1.844)**
Atividades de Financiamento			
Pagamento de principal de Empréstimos	25	(600.000)	–
Captação de Empréstimos	25	600.000	–
Pagamento das Parcelas de Arrendamento Mercantil	18	(1.222)	(1.046)
Aumento/Redução de capital		(2.886)	40.351
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	21	–	(360)
Dividendos Distribuídos	21	(45.784)	(9.000)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		**49.892**	**29.945**
(Redução)/Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**124.872**	**21.017**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	154.412	133.395
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	4	29.540	154.412
		(124.872)	**21.017**

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(valores expressos em milhares de reais)*

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de Lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**2.500**	**–**	**500**	**22.109**	**–**	**25.109**
Incorporação reversa		83.661	–	6.954	(8.826)	–	**81.789**
Aumento de capital		464.581	–	–	(1.742)	–	**462.839**
Cisão parcial da empresa		(98.339)	–	–	(769)	–	**(99.108)**
Reserva de realização do ágio		–	(170.249)	–	–	–	**(170.249)**
Dividendos		–	–	–	(2.761)	–	**(2.761)**
Lucro líquido		–	–	–	–	40.141	**40.141**
Destinações:							
Reserva legal		–	–	2.007	–	(2.007)	**–**
Reserva especial de lucros		–	–	–	28.600	(28.600)	**–**
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	(360)	**(360)**
Dividendos		–	–	–	–	(9.173)	**(9.173)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**452.403**	**(170.249)**	**9.461**	**36.612**	**–**	**328.227**
Dividendos	21	–	–	–	(36.612)	–	**(36.612)**
Reserva de realização do ágio		–	(2.886)	–	–	–	**(2.886)**
Lucro líquido	21	–	–	–	–	21.892	**21.892**
Destinações:							
Reserva legal	21	–	–	1.095	–	(1.095)	**–**
Reserva especial de lucros	21	–	–	–	15.598	(15.598)	**–**
Dividendos	21	–	–	–	–	(5.199)	**(5.199)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**452.403**	**(173.135)**	**10.556**	**15.598**	**–**	**305.422**

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais exceto quando indicado)*

1. Contexto Operacional – A Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, controlada pela TOTVS Techfin S.A., constituída em 28 de maio de 2004, tendo por objeto social principal atuar como emissora e administradora de cartão de crédito e de outros tipos ou modalidades, além da prática de atividades correlatas, inclusive em regime de consórcio, dentre estas atividades inclui a emissão de títulos de crédito e rotineiramente sua cessão. A companhia está domiciliada no Brasil e sua matriz está na cidade de São Paulo. A partir de abril de 2020 a Supplier Administradora tornou-se uma empresa pertencente ao grupo TOTVS S.A. Em 12 de abril de 2022 a TOTVS S.A. anunciou a criação de uma *Joint Venture* com o Itaú Unibanco S.A, denominada TOTVS Techfin S.A., na qual cada uma das empresas detém 50% de participação. Em 31 de julho de 2023 ocorreu o fechamento da operação da *Joint Venture* após a aprovação do Banco Central do Brasil. Como parte do processo de criação da *Joint Venture* a Supplier Administradora participou de alguns eventos de reorganização societária durante o ano de 2022 que estão abaixo descritos: - No primeiro ato, em 30 de junho de 2022, ocorreu a incorporação reversa da sua controladora anterior Supplier Participações S.A., onde parte dos ativos era o investimento na TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. e as cotas subordinadas do Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. - No segundo ato, na mesma data, a TOTVS Tecnologia Ltda. cindiu parte de seus ativos, correspondente aos intangíveis e ao benefício fiscal do ágio da aquisição da Supplier em 2020 para a Supplier Administradora S.A.. Além disso, transferiu o investimento na Supplier para a TOTVS S.A. - Em julho de 2022, com a constituição da TOTVS Techfin, o investimento na Supplier foi transferido da TOTVS S.A. para a TOTVS Techfin S.A. como parte do capital aportado na *Joint venture*. - Em outubro de 2022, no último ato da reorganização, a Supplier Administradora S.A. transferiu o investimento na TTSCD Sociedade de Crédito S.A. ("TTSCD") e as cotas subordinadas do Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios para a TOTVS Techfin, através de um evento de cisão parcial. Todas estas alterações societárias geraram efeitos em diversos itens das Demonstrações Financeiras da Supplier Administradora S.A. e todos os efeitos estarão sinalizados nas notas explicativas. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras –** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 17 de abril de 2024. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis –** Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a. Apuração dos Resultados:** O resultado é registrado pelo regime de competência. A renda de prestação de serviços é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e reconhecida no momento da prestação do serviço de administração de cartão de crédito. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. A receita de antecipação a credores diversos é reconhecida quando da liberação dos valores da operação e o preço da transação é definido individualmente para cada parceiro conforme contrato firmado entre as partes. O resultado na cessão de títulos de crédito é reconhecido no ato da cessão, ou seja, não é diferido, e segue a taxa de desconto pactuada entre as partes. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de tecnologia relacionadas aos novos produtos ou inovações dos produtos existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras que são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, utilizados na gestão de obrigações. Estes ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor e corresponde ao montante disponível para uso da Supplier Administradora. **c. Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo, são mensurados pelo custo amortizado tendo em vista o objetivo de serem mantidos com objetivo de recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais e seus pagamentos serem compostos de juros (quando aplicável, como nos créditos securitizados) e principal sobre os valores em aberto. Substancialmente compostos por transações realizadas pelos titulares dos cartões de crédito nos estabelecimentos conveniados e com seus vencimentos em média de 71 dias. **d. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados, que correspondem à vida útil estimada dos bens. A companhia adota o CPC06 para classificação, mensuração e apresentação de seus direitos de uso, sendo eles registrados no imobilizado e seguindo as demais orientações da norma. **e. Intangível:** São os gastos com aquisição e desenvolvimento de software e são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzidos da amortização acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é pelo método linear utilizando-se a taxa de 20% ao ano e vida útil de 5 anos. **f. Redução ao Valor Recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. O modelo de imparidade aplica-se, principalmente, a carteira de títulos e créditos a receber da Companhia. A Perda Esperada é modelada como o produto dos parâmetros de risco PD (probabilidade de default), LGD (perda dado o default) e EAD (exposição no default). Consideramos como default (Estágio 1) atrasos superiores a 60 dias, como perda (Estágio 2) atrasos superiores a 180 dias dado o default e como a Exposição (Estágio 3) o saldo do cliente no momento do default. **g. Mensuração do valor justo:** A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 — preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 — inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 — inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Nota	Classificação por categoria	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	Valor justo por meio do resultado	29.540	154.412
Contas a Receber de Clientes	5/6/7	Custo amortizado	850.607	607.820
Instrumentos Financeiros Ativos			**880.147**	**762.232**
Créditos a repassar – Lojistas	18	Custo amortizado	779.118	678.215
Passivos Financeiros			**779.118**	**678.215**

Os ativos e passivos financeiros acima não diferem significativamente de seu valor justo. **h. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As provisões para o imposto de renda foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240. As provisões para a contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme IN nº 1.591 de 05/11/2015, à alíquota de 15%. **i. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Créditos tributários são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da Companhia é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos. **j. Ativos (Passivos) Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da instituição e suas controladas ou para atender solicitações de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pelo CPC 48, são classificados de acordo com sua natureza em: - *Hedge* de Valor Justo: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado; - *Hedge* de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia durante o ano de 2023 tiveram o propósito de proteger as operações de empréstimos no exterior contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio e não sendo instrumentos utilizados para fins especulativos. Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcelas dos empréstimos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), a entidade negociou contratos de *Swap* DI x USD. **k. Uso de Estimativas:** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: - Provisão para perdas esperadas do contas a receber – a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. - Impostos diferidos – Ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. - Provisão para contingências – A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. **l. Novas Políticas Contábeis Adotadas ou Revisadas:** A seguir apresentamos revisões e alterações em normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2023 que não tiveram impacto ou tiveram impacto não significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia: • CPC 26/ IAS 1: Apresentação das Demonstrações Financeiras – políticas contábeis; • CPC 50/IFRS 17: Contratos de seguro e alterações; • CPC 23/ IAS 8: Definição de estimativa contábil; • CPC 32/ IAS 12: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas cujos efeitos se darão a partir de 2024, pois não são esperados impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • CPC 26/ IAS 1: Divulgação sobre dívidas não-correntes com *covenants*; • CPC 06/ IFRS 16: Adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*) Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
Caixa e depósito bancários	2.254	3.774
Operações de CDB [1]	27.286	55.706
Fundos de Investimento [2]	–	94.932
Total	**29.540**	**154.412**

[1] Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, são mantidas com a finalidade de satisfazer os compromissos de caixa de curto prazo (gestão diária de recursos financeiros da entidade) e não para investimento ou outros propósitos, tendo as operações uma remuneração média de 99,26% do CDI (99,78% em 2022). [2] Em 2022, a Companhia, conforme diretrizes do grupo, concentrava seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e baixa volatilidade. Os valores das operações estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Carteira de Créditos Securitizados

a. Característica da Carteira	2023	2022
Créditos Securitizados [1]	12.530	6.069
Redução ao valor recuperável[2]	(2.964)	(2.511)
Total	**9.566**	**3.558**
Circulante	4.570	3.496
Não Circulante	4.996	62

[1] A carteira de créditos securitizados tem como origem operações de financiamento de atraso emitidas pelo parceiro de negócio Ouribank não cedidas para o FIDC Supplier devido critérios de elegibilidade do fundo. [2] O valor é calculado tendo como base a perda esperada conforme critérios detalhados na nota explicativa 3 item f.

Abertura da Carteira por Vencimento	2023	2022
A vencer		
de 1 a 30 dias	3.318	581
de 31 a 60 dias	788	278
de 61 a 90 dias	281	236
de 91 a 180 dias	265	224
de 181 a 360 dias	–	144
acima de 360 dias	6.372	64
Vencidos		
de 1 a 30 dias	98	916
de 31 a 60 dias	67	427
de 61 a 90 dias	69	292
de 91 a 180 dias	313	753
de 181 a 360 dias	959	2.154
Total	**12.530**	**6.069**

Não existem valores vencidos acima de 360 dias, pois tais situações são baixadas para prejuízo.

b. Movimentação da perda esperada	2023	2022
Saldo inicial	**2.511**	**2.247**
Constituição das provisões	2.982	2.824
Reversão das provisões [1]	(6.089)	(5.707)
Baixas para prejuízo	3.560	3.147
Total	**2.964**	**2.511**

[1] Ocorre em sua maioria pela baixa para prejuízo das operações provisionadas ao alcançarem 360 dias de atraso e os demais valores são relativos as revisões mensais das estimativas por contrato/cliente. Em 2023 foram recuperados R$ 107 de valores baixados para prejuízo em períodos anteriores (2022 – R$ 45). **c. Perda Esperada de Operações de Crédito Securitizados**

2023	Valor presente	% Médio de Perda Esperada	Perda Esperada
A vencer	11.024	14,33%	1.580
Vencidos			
de 1 a 30 dias	98	46,94%	46
de 31 a 60 dias	67	62.69%	42
de 61 a 90 dias	69	100%	69
de 91 a 180 dias	313	91,05%	285
de 181 a 360 dias	959	98,23%	942
Total	**12.530**		**2.964**

Não existem valores vencidos acima de 360 dias.

2022	Valor presente	% Médio de Perda Esperada	Perda Esperada
A vencer	1.527	3,34%	51
Vencidos			
de 1 a 30 dias	916	11,68%	107
de 31 a 60 dias	427	10,77%	46
de 61 a 90 dias	292	10,27%	30
de 91 a 180 dias	753	31,74%	239
de 181 a 360 dias	2.154	94,61%	2.038
Total	**6.069**		**2.511**

Não existem valores vencidos acima de 360 dias.

6. Serviços a Receber

	2023	2022
Serviços a Receber [1]	3.769	2.630
Redução ao Valor Recuperável[2]	(4)	(2)
Total	**3.765**	**2.628**

[1]Valores referentes aos recebimentos de tarifas e taxas de administração das operações de cartões de crédito, demonstrado de forma líquida no balanço. Sua expectativa de liquidação é em média de 30 dias. [2] O valor é calculado tendo como base a perda esperada conforme critérios detalhados na nota explicativa 3 item f.

Movimentação da perda esperada	2023	2022
Saldo inicial	**2**	**34**
Constituição das provisões	27	43
Reversão das provisões	(32)	(105)
Baixas para prejuízo	7	30
Total	**4**	**2**

Em 2023 não houve recuperação de créditos baixados para prejuízo (2022 – R$ 25).

7. Títulos a Receber e Provisão para Perda Esperada

a. Característica da carteira	2023	2022
Operações de Cartões de Crédito[1]	821.999	593.902
Contas a Receber de Agentes Financeiros [2]	5.213	4.547
Valores a receber de estabelecimentos [4]	9.059	8.954
Outros Títulos e Créditos a Receber [3]	10.481	3.512
Total	**846.752**	**610.915**
Redução ao valor recuperável – Operações de Cartões	(417)	(327)
Redução ao valor recuperável – Valores a receber estabelecimentos	(9.059)	(8.954)
Total	**837.276**	**601.634**

[1] Refere-se, substancialmente a valores a receber das compras sem juros dos portadores dos cartões de crédito nos estabelecimentos. [2] Referem-se a saldos a receber referente a contratos em atraso maior que 5 dias que serão financiados junto à Agente Financeiro parceiro. [3] Refere-se a valores recebidos que aguardam processamento sistêmico para baixa da carteira. 4 Refere-se a valores de compras canceladas (parcial ou totalmente) em que o estabelecimento está inadimplente na quitação dos débitos.

Abertura das operações de cartões de crédito por vencimento

'	2023 Valor Presente	2023 Perda Esperada	2022 Valor Presente	2022 Perda Esperada
A vencer	821.815	(417)	593.902	(327)
Vencidos				
de 1 a 30 dias[1]	184	–	–	–
Total	**821.999**	**(417)**	**593.902**	**(327)**

[1] Referem-se a saldos a receber referente a contratos em atraso menor que 5 dias, que caso permaneçam em atraso serão financiados junto à Agente Financeiro parceiro ao completar 5 dias.

Abertura dos valores a receber dos estabelecimentos por vencimento

	2023 Valor Presente	2023 Perda Esperada	2022 Valor Presente	2022 Perda Esperada
Vencidos [1]				
de 1 a 30 dias	35	(35)	5.088	(5.088)
de 31 a 60 dias	–	–	983	(983)
de 61 a 180 dias	74	(74)	2.605	(2.605)
de 181 a 360 dias	5.084	(5.084)	233	(233)
acima de 360 dias	3.866	(3.866)	45	(45)
Total	**9.059**	**(9.059)**	**8.954**	**(8.954)**

[1] Refere-se a valores de compras canceladas (parcial ou totalmente), em que o estabelecimento está inadimplente na quitação dos débitos. Para estes estabelecimentos, devido processo de recuperação judicial em andamento, existe uma provisão do valor total do saldo em aberto.

b. Movimentação da Perda Esperada	2023	2022
Saldo Inicial	**9.281**	**367**
Constituição de Provisão	928	9.850
Reversão de Provisão	(733)	(936)
Saldo Final	**9.476**	**9.281**

c. Seguro dos Títulos e Créditos a Receber: Parte dos títulos e créditos a receber são cobertas por seguros. Em 2023, 93% do total da carteira estavam segurados por apólices (2022 94%) que garantem a cobertura em média 90% do saldo da operação que venha a não ser paga dentro do prazo, correspondendo ao saldo segurado de R$ 761.367 (2022 – R$ 557.544). **8. Impostos e Contribuições a Compensar –** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os impostos e contribuições a compensar estavam compostos pelos seguintes saldos:

	2023	2022
Imposto de Renda	10.985	2.453
Contribuição Social	1.177	399
Outros Impostos	18	36
Total	**12.180**	**2.888**

9. Devedores Diversos

	2023	2022
Valores a receber dos estabelecimentos [1]	551	7.750
Valores a receber de ligadas [2]	75	15
Outros valores a receber	2	7
Total	**628**	**7.772**
Circulante	628	7.772

[1] Valores a receber dos estabelecimentos (parceiros) devido a transações canceladas (total ou parcial) dentro do prazo definido para regularização. [2] Valores a receber provenientes do convênio de rateio de despesas administrativas que a Supplier possui com a controladora (Totvs Techfin) que serão liquidados em até 90 dias. **10. Adiantamentos e Antecipações Salariais –** Em 31/12/2023, a Supplier Administradora possui R$ 494 (2022 – R$ 190) em valores pagos como adiantamento, sendo R$ 329 de valores adiantados a fornecedores (2022 – R$ 24) e R$ 165 referente valores antecipados à funcionários (2022 – R$ 166).

11. Despesas Antecipadas

	2023	2022
Seguros	1.926	3.464
Comissões de Captação	835	835
Despesas Diversas[1]	841	841
Total	**3.602**	**5.140**

[1] Refere-se substancialmente a licenças de software. **12. Investimentos –** A Supplier Administradora possui 100% de participação societária na empresa SP Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.. A participação é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, cujo valor em 31 de dezembro de 2023 é R$ 2.000. Não há resultado de equivalência registrado decorrente de tal participação societária, visto a referida investida ainda não está operacional. Em 2022 a Supplier Administradora teve uma despesa de R$ 14 referente sua participação na empresa TTSCD no período de julho a outubro de 2022. A TTSCD fazia parte do acervo incorporado da Supplier Participações em junho de 2022 e fez parte do acervo cindido para a TOTVS Techfin em outubro de 2022.

13. Imobilizado	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de comunicação	Sistemas de processamento de dados	Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2022	**370**	**66**	**2.101**	**2.746**	**5.286**
Adições (aquisição e atualização de contratos)	574	2	300	147	**1.023**
Depreciação	(168)	(30)	(786)	(1.177)	**(2.161)**
Saldo em 31/12/2023	776	38	1.615	1.716	4.148

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de comunicação	Sistemas de processamento de dados	Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	**564**	**58**	**2.056**	**3.695**	**6.373**
Adições (aquisição e atualização de contratos)	4	37	792	199	**1.028**
Baixas[1]	–	–	(20)	–	**(20)**
Depreciação	(198)	(29)	(727)	(1.148)	**(2.095)**
Saldo em 31/12/2022	**370**	**66**	**2.101**	**2.746**	**5.286**

[1] Baixas realizadas durante procedimento de inventário de ativos.

14. Intangível	Aquisição e desenvolvimento de software 2023	2022
Saldo Inicial	**237.639**	**688**
Adições[1]	511	253.055
Baixas	(2.886)	(45)
Amortização	(31.902)	(16.059)
Saldo Final	**203.362**	**237.639**

[1] Em 2022 R$ 252.239 foram adicionados aos intangíveis em virtude do registro do benefício fiscal proveniente do ágio anteriormente registrado na TOTVS Tecnologia que foi gerado a partir aquisição da Supplier em 2020, e é atualmente registrado na Supplier Administradora em decorrência de cisão que ocorreu em junho/2022. Tal registro possui como contrapartida o capital social, através do respectivo aumento no período (vide nota 20).

15. Fiscais e Previdenciárias	2023	2022
Impostos sobre Folha de Pagamento	1.859	1.740
Contribuições sobre Receitas – Pis e Cofins	1.813	2.059
Impostos sobre Serviços Prestados – ISS	93	97
Outros Impostos a Recolher	42	48
Saldo final	**3.807**	**3.944**

16. Negociação e Intermediação de Valores	2023	2022
Repasse cobrança – FIDC – Supplier [1]	2.719	3.386
Valores a pagar – Ouribank [2]	1.852	4.224
Valores a pagar – TTSCD [3]	585	–
Saldo final	**5.156**	**7.610**

[1] Referem-se aos pagamentos recebidos dos clientes, oriundos de operações já cedidas ao FIDC Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil. [2] Referem-se substancialmente ao repasse a ser efetuado ao Ouribank proveniente dos recebimentos dos contratos submetidos ao financiamento de atraso, sendo que a liquidação financeira dar-se-á até o segundo dia subsequente. [3] Referem-se substancialmente ao repasse a ser efetuado à TTSCD proveniente dos recebimentos dos contratos submetidos ao financiamento de atraso, sendo que a liquidação financeira dar-se-á até o segundo dia subsequente.

17. Provisão para Pagamentos a Efetuar	2023	2022
Férias e Encargos	4.567	4.050
Participação nos Lucros Funcionários	6.124	5.585
Bônus a Pagar	4.380	3.995
Prêmio a Pagar	948	757
Remuneração Variável	1.334	1.125
Incentivo de Longo Prazo	2.775	1.234
Outras Provisões	563	179
Total	**20.691**	**16.925**
Circulante	17.916	15.691
Não circulante	2.775	1.234

• **Incentivo de longo prazo:** A Supplier Administradora, bem como as demais empresas que compõem o Grupo TOTVS, mensuram o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O Plano de Incentivo baseado em Ações estabelece regras para que determinados participantes e administradores possam adquirir ações de sua emissão por meio da outorga de ações, para gerar alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da TOTVS, que estabelece anualmente programas de outorga, sendo que de acordo com as regras do Código de Ética da Companhia e suas controladas, os administradores não participam das decisões do plano que os beneficiam diretamente. O plano de ações restritas outorgados até 2021, concediam aos beneficiários três tipos de programas: (i) Ações restritas regulares: os participantes elegíveis terão direito de receber as ações restritas do Programa Regular ao final do período de carência. Durante o período de carência do Programa Regular, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. (ii) Programa de sócios: os participantes elegíveis deste plano terão direito de receber as Ações Restritas do Programa de Sócios ao final do período de carência, desde que o participante possua na data de outorga das Ações Restritas e mantenha, de forma contínua e ininterrupta, inclusive na data de entrega das Ações Restritas, o equivalente a 12 (doze) salários brutos fixos mensais investidos em Ações da Companhia. Durante o período de carência do Programa de Sócios, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. (iii) Bônus discricionário em ações restritas: ainda neste plano será permitido, dentro do limite de diluição das ações previsto, o Conselho poderá, com o objetivo de atratividade e retenção de determinados indivíduos-chave da Companhia e/ou subsidiárias da Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito deste plano para concessões adicionais aos beneficiários. A partir de 2022, passou a vigorar um novo plano de ações restritas, concedendo aos beneficiários quatro tipos de programa: (i) Programa ILP Destaques (ii) Programa ILP Master (iii) Programa ILP Performance. Para os três programas listados acima, os elegíveis terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência e durante o período de carência, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. A definição de cada programa está disponível no site de RI da TOTVS: (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/). (iv) Bônus discricionário em ações restritas: ainda neste plano será permitido, dentro do limite de diluição das ações previsto, o Conselho poderá utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito deste plano para concessões adicionais aos beneficiários com o objetivo de atratividade e retenção de determinados indivíduos-chave da Companhia e/ ou subsidiárias da Companhia, a seu exclusivo critério. O valor justo das ações restritas é o valor de mercado na data da concessão de cada plano. Os principais eventos relacionados aos planos vigentes, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

Data	Planos	Quantidade de ações restritas	Valor justo das ações	Dividendos	Prazo de maturidade
07/05/2021	Regular	1.999.900	29,39	1,31%	3 anos
07/05/2021	Sócios	1.257.680	29,39	1,31%	3 anos
29/04/2022	Destaques	637.338	31,67	1,23%	3 anos
29/04/2022	Master	399.283	30,90	1,23%	5 anos
29/04/2022	Performance	1.776.226	31,67	1,23%	3 anos
05/05/2023	Conselho	20.180	26,84	1,10%	3 anos
05/05/2023	Destaques	1.350.716	26,84	1,10%	3 anos
05/05/2023	Master	467.455	26,21	1,13%	5 anos
05/05/2023	Performance	2.363.319	26,84	1,10%	3 anos

O efeito acumulado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é R$ 1.541 (R$ 879 em 2022), registrado em Despesas de Pessoal.

18. Credores Diversos	2023	2022
Obrigações relativas à operação de crédito [1]	1.190	7.286
Provisão seguro	2.725	1.945
Créditos a repassar – Lojistas	779.118	678.215
Aluguéis a Pagar [2]	1.833	2.908
Fornecedores	3.241	4.960
Outras obrigações	3.876	2.405
Total	**791.983**	**697.719**
Circulante	791.286	695.970
Não Circulante	697	1.749

[1] Refere-se a receita pela antecipação de recebíveis aguardando repasse de recurso ao parceiro para reconhecimento da receita e valores recebidos a maior dos clientes e/ou créditos não identificados aguardando regularização. [2] Contabilizados de acordo com o CPC 06. • **Créditos a repassar – Lojistas:** Valores a serem pagos aos estabelecimentos conveniados decorrentes dos títulos de crédito adquiridos, a vencer, no montante de R$ 779.118 (2022 – R$ 678.215).

	2023	2022
Até 3 meses	763.606	658.982
De 3 a 6 meses	15.367	18.402
Acima de 6 meses	145	831
Total	**779.118**	**678.215**

• **Aluguéis a pagar:** O saldo referente arrendamento dos andares do Edifício Ourinvest totaliza R$ 1.833 (2022 – R$ 2.908). O fluxo de amortização deste aluguel segue o seguinte prazo previsto:

	2023	2022
2023	–	1.159
2024	1.136	1.083
2025	697	666
	1.833	**2.908**
Circulante	1.136	1.159
Não Circulante	697	1.749

A seguir apresentamos as movimentações destes passivos, decorrentes de atividade de financiamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Consolidado	dez-22	Fluxo de caixa de financiamento: Principal	Fluxo de caixa de financiamento: Juros Pagos	Itens que não afetam caixa: Arrendamentos	Itens que não afetam caixa: Juros Incorridos	dez-23
Arrendamento – imóveis	**2.908**	**(1.222)**	**(139)**	**147**	**139**	**1.833**
Total	**2.908**	**(1.222)**	**(139)**	**147**	**139**	**1.833**

• **Fornecedores:** O saldo de R$ 3.241 (2021 – R$ 4.960) são compostos por Fornecedores Diversos com o seguinte aging a vencer:

	2023	2022
1 a 30 dias	2.089	2.605
31 a 60 dias	42	700
61 a 90 dias	445	–
91 a 120 dias	665	1.655
Total	**3.241**	**4.960**

19. Receita diferida – A realização do resultado proveniente da cessão dos direitos de Folha de Pagamento segue o fluxo abaixo:

	2023	2022
2023	–	112
2024	112	112
2025	112	112
2026	103	103
Total	**327**	**439**
Circulante	112	112
Não Circulante	215	327

20. Provisão para Contingências	2023	2022
Processos Trabalhistas – Risco Provável	1.336	767
Processos Tributários – Risco Provável	–	8
Processos Cíveis – Risco Provável	1.142	392
Total	**2.478**	**1.167**

• **Movimentação da provisão de contingências**

2023	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Atual. Monet.	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Provisões Trabalhistas	767	581	(12)	1.336
Provisões Tributárias	8	–	(8)	–
Provisões Cíveis	392	1.780	(1.031)	1.141
Total	**1.167**	**2.362**	**(1.051)**	**2.478**

2022	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Atual. Monet.	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Provisões Trabalhistas	425	371	(29)	767
Provisões Tributárias	–	8	–	8
Provisões Cíveis	284	286	(178)	392
Total	**709**	**665**	**(207)**	**1.167**

• **Contingências Possíveis:** Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detém processos avaliados com risco possível de perda, para as quais nenhuma provisão foi constituída, conforme abaixo:

	2023	2022
Trabalhista	2.253	2.239
Tributária	3.692	5.043
Cível	988	730
Total	**6.933**	**8.012**

A seguir, seguem as caraterísticas das ações em andamento: - Trabalhista: Ações reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas que se encontram em esfera judicial em fases processuais distintas de ex-funcionários. Não existe nenhum processo individualmente relevante.; - Cível: Ações principalmente voltadas a operação de cartão, sendo elas ativas ou passivas, que se encontram em fases processuais distintas. Não existe nenhum processo individualmente relevante.; - Tributária: Processos Administrativos na Receita Federal, principalmente relacionados a procedimento de compensação de impostos de anos anteriores, aguardando decisão sobre Manifestação de Inconformidade. Não existe nenhum processo individualmente relevante. • **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais somam R$ 562 (2022 – R$ 465), sendo compostos por:

	2023	2022
Trabalhistas	562	450
Cíveis	–	15
Total	**562**	**465**

21. Patrimônio Líquido – a. Capital Social: O capital social da Supplier Administradora autorizado é representado por 336.072.916 (2022 – 336.072.916) ações ordinárias e nominativas e 1 ação preferencial, todas de domiciliados no país, totalizando R$ 452.403 (2022 – R$ 452.403). **b. Reservas de Lucros:** Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, esta reserva pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, os cotistas deliberarão em Assembleia Geral sobre a destinação do excesso, seja por meio da integralização (como aumento de capital social) ou na distribuição de dividendos.

	2023	2022
Saldo inicial	**46.073**	**22.609**
Destinações:		
Reserva legal	1.095	2.007
Reserva especial de lucros	15.598	28.600
Reorganização societária (Incorporação, cisão e aumento de capital)	–	(4.383)
Destinação de dividendos	(36.612)	(2.761)
Saldo final	**26.154**	**46.073**

Em 11 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 36.612, oriundos de reserva especial de lucros. **c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	21.892	40.141
Constituição de reserva legal	(1.095)	(2.007)
Base de cálculos dos dividendos no exercício	20.797	38.134
Dividendos mínimos	5.199	9.533
Juros sobre o capital próprio pagos	–	(360)
Dividendos a pagar	5.199	9.173

d. Resultado Líquido por Ação: O cálculo do lucro por ação básico foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias, e na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, calculado como a seguir:

Média ponderada do número de ações ordinárias	2023	2022
Ações ordinárias em 1º de janeiro	336.153.582	350.750.990
Ações ordinárias em 31 de dezembro	336.153.582	336.072.916
Média ponderada do número de ações ordinárias	336.153.582	336.153.582
Lucro líquido do exercício	21.892	40.141
Lucro por ação	**0,06512**	**0,11941**

continua ...

... continuação

Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.

22. Lucro Bruto da Operação – a. Receita Operacional: A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

	2023	2022
Receita de produto de crédito	422.845	405.484
Receita Operacional Bruta	**422.845**	**405.484**
Cancelamento de Serviços	(47)	(45)
Impostos sobre Serviços [1]	(23.101)	(22.533)
Receita Operacional Líquida	**399.697**	**382.906**

[1] Os impostos sobre os serviços prestados pela Supplier Administradora são compostos por: ISS, Pis e Cofins.

b. Abertura da Receita de Produto de Crédito	2023	2022
Receita com antecipação	361.923	339.315
Receita com operações de cartão	1.720	2.187
Receita com operações securitizadas	1.108	1.412
Receita com tarifas	58.094	62.570
Total	**422.845**	**405.484**

23. Custo da Operação – Segue abaixo o detalhamento dos custos da operação, conforme valores apresentados na Demonstração de Resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Análise de risco	2.362	2.199
Comissões	5.807	7.364
Custo de cessão	211.402	220.850
Custo de *funding*	279	388
Custo de pessoal	7.623	6.434
Custo com seguros	13.728	11.028
Prejuízo em operações	3.567	3.200
Total	**244.768**	**251.463**

24. Despesas Operacionais – a. Pesquisa e Desenvolvimento: As despesas classificadas como Pesquisa e Desenvolvimento estão ligadas a despesa de pessoal, principalmente da área de tecnologia, voltados ao desenvolvimento e aprimoramentos dos produtos e serviços da Supplier. Seu valor em 2023 totalizou R$ 11.419 (2022 – R$ 9.593). **b. Despesas de Propaganda, Comerciais e de Marketing:** As despesas classificadas como Propaganda, Comerciais e de Marketing estão subdivididas nas seguintes categorias:

	2023	2022
Despesas com comissões [1]	8.664	8.684
Despesas com postagens	1.085	912
Despesas com publicidade e marketing	565	484
Despesas de pessoal	15.545	14.770
Despesas de telecomunicações	895	668
Despesa com visitas e viagens	875	697
Despesas gráficas	842	642
Total	**28.471**	**26.857**

[1] Trata-se basicamente de comissões por produção de carteira de crédito como parte de uma negociação comercial a alguns parceiros, paga aos estabelecimentos ou ao Ouribank, parceiros de negócio da Supplier.

c. Despesas Gerais e Administrativas	2023	2022
Despesas com pessoal	30.264	24.290
Despesas com sistemas	4.713	3.434
Despesas tributárias	22	33
Honorários da Administração	2.480	2.518
Tarifas bancárias	2.158	2.177
Outras despesas operacionais [1]	7.883	6.256
Total	**47.520**	**38.708**

[1] Despesas relativas à publicação de demonstrações, auditoria, cartório, seguros administrativos, postal não operacional, etc. **d. Depreciação e Amortização:** As despesas classificadas como Depreciação e Amortização estão subdivididas nas seguintes categorias:

	2023	2022
Amortização	31.902	16.059
Depreciação Leasing de Equipamentos	50	85
Depreciação Direito de Uso	1.277	1.207
Depreciação melhorias em imóveis de terceiros	81	108
Depreciação dos demais itens do imobilizado	754	695
Total	**34.064**	**18.154**

e. Redução ao Valor Recuperável: As despesas classificadas como Perdas Esperadas estão subdivididas nas seguintes categorias:

	2023	2022
Créditos securitizados	453	264
Rendas a receber	2	(32)
Títulos e créditos a receber	90	(40)
Valores a receber de estabelecimentos	105	8.954
Recuperação de prejuízo	(107)	(45)
Total	**543**	**9.101**

f. Outras receitas e despesas operacionais: As outras despesas operacionais somam R$ 1.290 (2022 – R$ 2.310), sendo principalmente relativas a reembolso de despesas de pessoal para a TOTVS e TOTVS Techfin – R$ 1.239 (2022 – R$ 1.815), conforme convênio de rateio de custos compartilhados pactuado entra as empresas.

25. Receitas e Despesas Financeiras	2023	2022
Despesas com tributos [1]	(4.251)	(1.283)
Receita com aplicações financeiras	29.380	25.481
Despesas com empréstimos	(20.899)	–
Outras (despesas)/receitas financeiras	263	560
Total	**4.493**	**24.758**

[1] Compreende valores de IR, IOF, PIS e COFINS sobre receitas e despesas financeiras. • **Empréstimos:** A Companhia contratou em 2023 o montante de R$ 600.000 em empréstimos no exterior, a uma taxa média de juros de USD + 6,38%, os quais foram liquidados ao longo do segundo semestre. Os empréstimos geraram resultado de R$ 20.899 e R$ 1.978 de Imposto de Renda.

	2023
Valor contratado	600.000
Juros e variação cambial	21.264
Variação cambial de principal	(365)
Imposto de renda	1.978
Liquidação	(622.877)
Total	–

A seguir são apresentadas as movimentações dos empréstimos decorrentes de atividade de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Fluxo de caixa de financiamento			Itens que não afetam o caixa	
dez/22	**Principal**	**Juros Pagos**	**Captação**	**Juros Incorridos**	**dez/23**
–	(600.000)	(21.264)	600.000	21.264	–
–	**(600.000)**	**(21.264)**	**600.000**	**21.264**	**–**

26. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos – a. Conciliação da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023	2022
Lucro antes da tributação	**36.115**	**51.464**
Imposto de renda e contribuição social à taxa combinada de 40%	(14.446)	(20.586)
Majoração da alíquota (Lei nº 14.446/2022)	(1.063)	548
Adequação da alíquota – ágio	–	7.121
Ajustes para demonstração de taxa efetiva		
Juros sobre capital próprio	–	144
Incentivos Lei Rouanet/FUMCAD/Lei Esporte	–	–
Incentivo Lei do Bem	1.429	1.457
PAT	–	173
Licença maternidade estendida	–	48
Outros	(143)	(228)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(14.223)**	**(11.323)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.429	(9.929)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.652)	(1.394)
Taxa efetiva	**39,4%**	**22,0%**

b. Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos: Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos acumulados e de diferenças temporárias, ocasionadas principalmente por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificadas no ativo circulante. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente. A Companhia adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e para contribuição social 15% para os créditos tributários com expectativa de realização até dezembro de 2023. Em 31/12/2023 não existem créditos tributários não reconhecidos.

Natureza e origem dos créditos tributários	2023	2022
Perda Esperada	4.978	4.836
Provisão Bônus/Remuneração Variável	6.224	5.205
Provisão Passivos Contingentes	991	478
Provisão de Seguros da Operação	1.090	797
Provisão de Comissões	649	698
Prejuízo Fiscal	19.572	1.016
Ágio	(6.777)	30.123
Outras Provisões	1.213	439
Total	**27.940**	**43.592**

Expectativa de Realização: A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de resultados tributáveis aprovados pela Administração em um período inferior a 5 anos. **27. Transações com Partes Relacionadas –** Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. A Companhia realizou operações com partes relacionadas diversas para os respectivos tipos de operações, conforme demonstrado abaixo:

2023	Techfin	Itaú	TOTVS	TTSCD	FIDC
	Controladora	**Coligada**	**Líder do Grupo**	**Coligada**	**Coligada**
Ativo (passivo)					
Caixa e equivalentes de caixa	–	124	–	–	–
Valores a receber/(a pagar)[1]	75	(62)	–	–	5.836
Liquidações Pendentes (Passivo) [2]	–	–	–	(585)	(2.719)
Receita (despesas)					
Receitas financeiras [3]	–	–	–	–	(18.526)
Receita com antecipação	–	–	16	–	–
Custo na cessão de crédito [4]	–	–	–	–	(210.951)
Reembolso de despesa de pessoal	(540)	–	(699)	–	–
Reembolso de despesas administrativas	125	–	–	149	–
Outras receitas (despesas)	–	(322)	–	–	–

2022	Techfin	Itaú	TOTVS	Supplier Participações	FIDC
	Controladora a partir de jun/22	**Líder do Grupo**	**Líder do Grupo**	**Controladora até jun/22**	**Coligada**
Ativo (passivo)					
Valores a receber/(a pagar)	15	–	–	–	–
Liquidações Pendentes (Passivo) [2]	–	–	–	–	(3.386)
Receita (despesas)					
Receitas financeiras [3]	97	–	300	462	–
Custo na cessão de crédito [4]	–	–	–	–	(220.790)
Reembolso de despesa de pessoal	(887)	–	(928)	–	–
Reembolso de despesas administrativas	–	–	–	149	–

[1] Referem-se substancialmente aos repasses a serem realizados pelo FIDC à Supplier em decorrência das cessões de crédito realizadas, cujo prazo máximo é de um dia útil. [2] Referem-se aos pagamentos recebidos dos clientes, oriundos de operações já cedidas ao FIDC Supplier ou que foram submetidas ao financiamento de atraso pela TTSCD, os quais são repassados no prazo máximo de dois dias úteis. [3] Resultado das cotas seniores do FIDC as quais a Supplier Administradora era detentora até novembro/2023. 4 Custo da cessão de crédito apurado com base nas taxas estabelecidas em cada cessão e de acordo com o regulamento do fundo. **Outras Partes Relacionadas – Pessoal-Chave da Administração:** A remuneração dos Diretores no exercício de 2023 totalizou R$ 2.480 (2022 – R$ 2.518). A Companhia não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego. **28. Gerenciamento de Riscos –** A Supplier considera o gerenciamento de riscos fundamental para o processo de tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade e otimização da relação risco *versus* retorno. O gerenciamento de riscos é efetuado de forma estruturada, contínua, abrangendo a avaliação e o controle dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional incorridos na Supplier e suas controladas. As diretrizes e regras do gerenciamento de riscos na Supplier encontram-se formalizadas e divulgadas em políticas e procedimentos internos. • **Gestão de Risco Operacional:** A Supplier define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Para a gestão do risco operacional, a Supplier estabeleceu a estrutura de gerenciamento de risco operacional que deve identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados ao negócio, bem como a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da empresa. • **Gestão de Risco de Mercado:** A estrutura e as estratégias para gerenciamento de risco de mercado da Companhia são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras e v) novas transações, atividades e operações complexas. Os ativos e passivos da companhia possuem componentes pré ou pós fixados, utilizando sempre a SELIC ou o CDI como referência. O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças das taxas de juros de mercado refere-se principalmente à instrumentos financeiros (incluindo empréstimos) e títulos a receber (devido as cessões de carteira), sendo monitorado continuamente apesar do risco não ser significativo.

	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo		
Títulos e créditos a receber	846.752	837.276
Créditos Securitizados	12.530	9.566
Total	**859.282**	**846.842**

• **Análise de Sensibilidade:** Com relação ao risco de taxa de juros, tendo como base os saldos de ativos e passivos expostos a variação de taxas pós fixadas, em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas duas simulações com variação nas taxas de juros de 25% e 50%, o cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas juros base. Conforme demonstrado no quadro a seguir, considerada a baixa exposição líquida dentro dos limites simulados não trariam impactos significativos aos resultados da Companhia. Para operações ativas consideramos queda nas taxas de juros e para as operações passivas consideramos aumentos. A carteira de recebíveis é de curto prazo e, portanto, não estão sujeitas a variações das taxas de juros.

Operação	Posição 31/12/2023	Fator de Risco	Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Indexador simulação				*13,04%*	*9.78%*	*6,52%*
Certificado de Depósito Bancário	27.286	CDI	13,04%	3.558	2.669	1.779

• **Gestão de Risco de Crédito:** A Companhia estabelece uma estrutura de alçadas para aprovação e renovação de limites de compras, revisa e avalia o risco de cartão de crédito, limita concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores industriais, e por emissores, faixa de classificação de crédito, executa procedimentos para recuperação de créditos. A exposição máxima ao risco de crédito dos títulos de crédito a receber é de R$ 852.910 (2022 – R$ 616.920), o total dos limites aprovados e não utilizados em 31/12/2023 é de R$ 63.271. As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através das seguintes garantias: seguros e garantias do emissor (desde que aprovada pelo comitê de crédito). A avaliação da eficiência destes instrumentos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas significativas. Cabe destacar que o giro da carteira é rápido com prazo médio de 71 dias, ou quando são vendidos no curto prazo. O quadro abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito:

	2023	2022
Créditos Securitizados	6.158	6.005
Títulos e créditos a receber	846.752	610.915
Total	**852.910**	**616.920**

• **Gestão de Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sobre condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação do grupo.

Ativos	2023
Caixa e equivalentes de caixa	29.540
Créditos Securitizadora	12.530
Títulos e créditos a receber	846.752
Total	**888.822**
Passivos	**2023**
Repasse a Lojista	779.118
Total	**799.809**
Cobertura	**109.704**

29. Cobertura de seguros – A Supplier mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e sobre os valores das operações de crédito. Os ativos segurados são os andares alugados do Edifício Ourinvest e alguns equipamentos de alto custo (ex. Servidores).

Ramo	Seguradora	De	Até	Limite Máximo de Responsabilidade
Seguro Predial	Sompo Seguros	21/07/2023	21/07/2024	R$ 3.000
Seguro Equipamentos	Tokio Marine	01/10/2023	01/10/2024	R$ 413
Seguro de Crédito	Cescebrasil Seguros e Garantias de Crédito	01/06/2023	31/05/2024	R$ 49.580
Seguro de Crédito	Coface do Brasil Seguros de Crédito	01/12/2022	31/01/2024	R$ 71.925
Seguro de Crédito	Atradius Créditos Y Caucion Seguradora	30/09/2023	30/09/2024	R$ 152.445
Seguro de Crédito	Atradius Créditos Y Caucion Seguradora	01/10/2023	30/09/2024	R$ 152.445

Em dezembro de 2023, 93% dos contratos da carteira estão assegurados por apólices que cobrem na média 90% do saldo devedor das operações. **30. Eventos subsequentes –** Em 25 de março de 2024 a Supplier Administradora contratou um empréstimo no valor de R$ 100.000.000,00 (USD 20,080,321.29) junto ao Itaú Unibanco S.A., Miami Branch, cujo vencimento será em 22 de abril de 2024.

A Diretoria

Évelin Rodrigues Pereira – Contadora - CRC 1SP 234.196/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e aos administradores da
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. – *São Paulo-SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual de suas operações e os seu fluxo de caixa individual para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo,19 de abril de 2024

KPMG
KPMG Auditores ndependentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP
Vitor David Bezerra Colavitti
Contador CRC 1SP329743/O-6

Na contramão, Brasil não taxa carbono na reforma tributária

Alíquota aprovada equivale a US$ 3 (R$ 15) por tonelada, ante € 100 (R$ 550) na União Europeia

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Fernando Canzian

são paulo Na contramão de vários países, o Brasil está perdendo na reforma tributária a oportunidade de taxar diretamente os efeitos das emissões de carbono e desincentivar o consumo de combustíveis fósseis. Deixa passar também fonte consistente de arrecadação para atacar o atual desajuste nas contas públicas.

Devido a mecanismo introduzido na emenda constitucional 132, da reforma tributária, ela produzirá taxação mínima —de apenas US$ 3 por tonelada de carbono— de fontes como petróleo e gás.

Isso difere de alíquotas maiores da União Europeia (cerca de € 100 por tonelada) e recomendadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, das Nações Unidas (mínimo de US$ 30 a 50).

Para o Observatório Brasileiro do Sistema Tributário, que envolve o Sindifisco Nacional e a Universidade Federal de Goiás, o lobby do setor de petróleo e gás na tramitação da PEC 45, que deu origem à reforma, levou a esse resultado.

Nas 32 audiências públicas feitas no Congresso, a adoção da chamada "carbon tax" foi mencionada só 13 vezes —e apenas seis intervenções se posicionaram diretamente favoráveis ao imposto sobre carbono, partindo da academia e de instituições internacionais.

"As ocorrências foram poucas e um número significativo residiu em pleitos para que setores como o de GLP ou de combustíveis não fossem onerados. Há o prognóstico de que, a menos que a conjuntura se altere na preparação da COP 30 [2026, no Brasil], o Imposto Seletivo não deverá receber, em lei complementar, a natureza de exação [exigência] sobre as emissões de gases de efeito estufa", diz o estudo.

Na tramitação da reforma, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás argumentou que o setor já recolhe a Cide (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico), cobrada sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás e álcool etílico.

Segundo Tatiana Falcão, consultora em tributação ambiental que participou das audiências públicas como coordenadora da Temática de Precificação de Carbono na Coalizão de Ministros da Fazenda para Ação Climática, do Banco Mundial, a taxação recomendada na faixa de US$ 67 por tonelada de carbono (em vez de US$ 3) poderia, até 2030, gerar arrecadação anual de R$ 145 bilhões (cerca de 1,3% do PIB).

"Existe um movimento global para este tipo de taxação, e estamos perdendo a oportunidade. Inclusive porque o imposto sobre carbono é considerado um instrumento de mudança comportamental, educador, e de desincentivo do uso de fontes fósseis", diz.

Ela lembra que outras regiões do mundo, como a UE, acabarão taxando produtos exportados pelo Brasil com pegadas de carbono, e acabarão ficando como uma receita que o país poderia arrecadar.

"Só conseguiríamos manter esta arrecadação aqui se taxarmos. Mas o Brasil está optando por precificar as emissões por meio de um mercado regulado de carbono [em que receberia compensações]. Só que isso pode levar cinco anos, no mínimo, para ser estabelecido."

Na regulamentação da reforma, poderá haver outras tributações fixadas em lei complementar. "Mas aí vamos aumentando a complexidade do sistema tributário, quando poderíamos ter um imposto incidindo na extração", diz.

Para Francisco Mata Machado Tavares, coordenador do Observatório Brasileiro do Sistema Tributário, o Brasil "perdeu uma oportunidade histórica". Ele cita trabalhos que demonstram que taxações modestas sobre carbono tiveram grande impactos na redução do consumo de bens produzidos a partir de combustíveis fósseis.

"Estudo na China indica que uma tributação baixíssima, de 70 centavos de dólar por tonelada de carbono, provocou queda de 4% na emissão de combustíveis fósseis", diz.

JOE BIDEN ANUNCIA US$ 7 BI PARA ENERGIA SOLAR EM TELHADOS
O presidente dos Estados Unidos discursa em Prince William Forest Park, em Triangle, Virgínia, em cerimônia de comemoração do Dia da Terra; financiamento vai beneficiar quase 1 milhão de residências de baixa renda Kevin Lamarque/Reuters

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Brasil está atrasado na agenda e nas discussões sobre a COP30

O mundo convive hoje com grandes desafios. As mudanças climáticas mostram cada vez mais suas evidências; o planeta precisa de uma matriz energética mais limpa; boa parte da população mundial vive com o fantasma da insegurança alimentar, e tudo isso acentua ainda mais a desigualdade social.

Todas essas soluções passam pela agricultura, principalmente pela agricultura tropical. O Brasil, líder nesse setor, porém, não se preparou e não está se preparando adequadamente. As discussões devem abranger toda a América Latina e o Caribe, os principais exportadores de alimento do mundo.

Governo e setor privado precisam despertar para essas questões e aproveitar o momento especial que o país viverá nos próximos meses, quando sediará o G20, e em 2025, quando abrigará a COP30, em Belém (PA).

Essas conclusões são de 26 líderes de grandes empresas, associações, organismos internacionais, governo federal, instituições financeiras, produtores e pesquisadores que se reuniram em São Paulo em um encontro de reflexão e de busca de coalizão. O grupo voltará a se reunir com uma agenda e propostas mais concretas.

O evento, organizado pelo IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) e pela FDC (Fundação Dom Cabral), teve a coordenação de Manoel Otero, diretor-geral do IICA, Izabella Teixeira, assessora do IICA para assuntos relacionados às COP29 e COP30 e ao G20, e Marcello Brito, coordenador do Centro Global Agroambiental na FDC.

As avaliações não são boas, em relação ao tamanho dos desafios e das ameaças. É hora de o setor privado participar mais dessas discussões e colocar pressão em Brasília e nos organizadores dos eventos.

Faltam coisas básicas, como uma agenda realista e estratégica. Boa parte do setor produtivo, por desconhecimento ou por desinteresse, ainda se nega a ter um olhar mais apurado para desmatamento e resiliência climática. Ignora a realidade, mas já convive com as consequências.

Incêndio em plantação de milho em Sinop (MT) Carl de Souza - 9.ago.20/AFP

O Brasil não está definindo pesquisas dentro de áreas de alta prioridade, como integração do ecossistema. Se o fizesse como política pública, estaria em outro estágio de desenvolvimento.

O país tem de ter visão de longo prazo e incluir na agenda itens como a ciência, a biodiversidade, recursos naturais e possibilidades energéticas.

Essas discussões começam, no entanto, por coisas primárias, como uma base de dados confiáveis, que o país não tem. Os dados são essenciais para a construção de estratégias futuras e para a demonstração do que já está sendo feito, inclusive na área de sequestro de carbono.

Para alguns, já há um processo em construção, mas ele não pode depender apenas do governo, mas da ciência, do setor privado, das instituições e da academia.

Sobre o clima, as discussões apontaram que a agropecuária deveria ser lembrada pela sua vulnerabilidade, mas as coisas sempre migram para novos obstáculos e dificuldades para ela.

A discussão deve ser não apenas climática mas abranger também o âmbito econômico. Como sede do G20, o Brasil vai colocar o tema em discussão, mas os resultados podem ser pouco práticos.

O G20 reúne países que detêm 80% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, mas agrega também os Estados responsáveis por 80% das emissões. As questões econômicas são importantes, mas não necessariamente para os desenvolvidos.

O debate interno para as discussões sobre as diretrizes do país nesses encontros mundiais está atrasado, principalmente na agropecuária, fator-chave nessas discussões.

O país precisa fugir do achismo e apresentar dados concretos, principalmente neste período de transformação climática, biológica e digital. Muitas vezes há um limite tênue entre ideologias e corrupção.

Na área de comércio internacional, falta organização. Os trabalhos são isolados e desordenados no país, enquanto os europeus colocam tudo no papel e dão continuidade.

Esse é um ponto essencial para o Brasil, país que tem um grande potencial para ajudar a resolver a insegurança alimentar no mundo.

Os brasileiros precisam aproveitar o G20 para colocar essas questões em discussão, uma vez que a OMC (Organização Mundial do Comércio) perdeu o poder de decisão.

É preciso buscar alternativas nessa agenda fragmentada, já que o protecionismo não tarifário cresce muito, inclusive na área ambiental. Exportadores de alimentos, os brasileiros têm muito a perder nessa volta do protecionismo.

Na questão energética, o Brasil teria muito a ganhar com o encaminhamento de uma pauta realista e consistente. Internamente, no entanto, ainda há muita coisa para ser resolvida.

Esse encaminhamento cabe também ao setor privado. O país está deixando de colocar as pautas certas nas discussões da transição energética, principalmente porque já tem o domínio de etanol, biometano, biodiesel, biogás e boas perspectivas no SAF (combustível limpo para aviação).

Sobre o SAF, o grupo apontou grandes possibilidades, mas a falta de dados é uma preocupação de como o combustível será produzido.

O potencial é grande, mas todo regramento ainda tem de ser definido, e o uso só ocorrerá quando o custo desse combustível se igualar ao do querosene de aviação, o que dificilmente vai ocorrer.

Sobre o tema, no entanto, há discordância no grupo. A produção de soja seria impossível no cerrado, e a ciência elevou o país a maior produtor mundial. A energia solar, tão distante de virar uma opção energética inicialmente, já é realidade. O SAF deve seguir o mesmo caminho.

Resíduos animais e de várias culturas poderiam substituir 70% do diesel consumido no país. A exploração não ocorre porque faltam pesquisas.

Biogás, biometano e biodiesel têm de ser mais bem aproveitados, mas a concepção dos motores de máquinas agrícolas e de caminhões vem do exterior, dificultando uma adaptação a esses combustíveis.

Um dos gargalos para o país é o capital. O dinheiro para investimentos de longo prazo tem de vir com custos adequados, mas a regulamentação prejudica países como o Brasil e os em desenvolvimento.

Faltam regras claras na redução de carbono, o que faz com que as instituições criem métricas próprias na concessão de financiamento aos projetos.

O país precisa avaliar, porém, quais trilhas tecnológicas fazem sentido para o desenvolvimento e fazer análises contínuas desse modelo.

Há um alerta também para os cuidados com as tecnologias que vão ser escolhidas. As empresas lá fora já estão buscando fórmulas muito mais avançadas para o sequestro de carbono. O país não pode investir em tecnologias ultrapassadas.

Um processo em andamento há muito tempo, a rastreabilidade mostra ineficiências e é um dos gargalos na sustentabilidade. O país não consegue informações mínimas para discutir e mostrar as estratégias.

Não adianta falar de mudanças da narrativa se o país não consegue criar os meios para que possam ser comprovadas de onde vêm as commodities que exporta. Clientes e investidores querem informações, mas as empresas têm dificuldades em mostrar.

Sustentabilidade e rastreabilidade são sinônimos. Se não houver pagamento por isso, é custo. Sem remuneração adequada pelo produto rastreado, vira custo, e o produtor não adota. O país precisa gerar evidências porque, além de produto, vende imagem e rastreabilidade.

A dificuldade na montagem de indicadores confiáveis é grande. Definição do rebanho brasileiro é um exemplo. A diferença entre os 180 milhões divulgados por entidades privadas e os 220 milhões de organismos do governo representa praticamente o montante das emissões do setor industrial.

Em um próximo encontro, o grupo espera apresentar dados concretos e estratégia do Brasil nesses eventos, levando em consideração que as decisões na COP viram lei internacional, mas as do G20 são apenas recomendações.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, durante evento em São Paulo Rubens Cavallari/Folhapress

Prates defende fundo para dar estabilidade a dividendos

Presidente da Petrobras quer divisão nos proventos a fim de manter fluxo em períodos de distribuição baixa

Stéfanie Rigamonti, Matheus dos Santos e Lara Barsi

SÃO PAULO O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, defendeu nesta segunda-feira (22) que a ideia de não distribuir logo todos os dividendos extraordinários da estatal, mas apenas 50% deles, segue um mecanismo usado em outros países de um fundo para dar estabilidade no pagamento de proventos aos acionistas.

"Se nós como gestores, o conselho de administração, como administradores da empresa, vislumbrarmos lá na frente um período onde o dividendo pode ser menor ou ter alguma coisa, você equaliza aquele dividendo lá com a reserva que você fez num período extraordinariamente positivo de hoje", disse Prates a jornalistas em São Paulo após participar de evento com executivos organizado pela Esfera Brasil.

"Então, a gente achou por bem que metade desse dividendo extraordinário fosse destinado para começar a criar ali um 'fundozinho' para remuneração dos acionistas em tempos em que aquilo caia. Por que isso é importante? Porque você pode ter realmente um fato mais à frente e ter uma expectativa de dividendos menor, fazendo com que a ação caia", completou.

A distribuição de dividendos foi um dos pivôs da crise que ameaçou Prates no comando da estatal.

A proposta original da diretoria da Petrobras já era fazer a distribuição de 50% dos R$ 43 bilhões de lucro adicional que a companhia teve em 2024 sob a forma de dividendos extraordinários. Isso representaria uma receita adicional de R$ 12,59 bilhões para a União.

No entanto, a medida foi barrada no conselho de administração com apoio massivo dos representantes do governo. Na ocasião, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, se absteve.

A decisão deflagrou uma escalada nos desentendimentos entre Prates e o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia), que atuou pela retenção dos dividendos.

Em 7 de março a Petrobras anunciou a retenção completa do montante. A ação preferencial (que dá preferência na distribuição dos dividendos) caiu cerca de 5% em um mês.

Os acionistas ficaram desconfiados de uma intervenção do governo nas decisões da petroleira e de uma mudança de estatuto para redirecionar os dividendos para investir em projetos de expansão que fogem da finalidade atual da companhia.

Na última sexta, no entanto, o governo recuou e decidiu pela distribuição 50% dos dividendos extraordinários. Os outros 50% ficarão em uma reserva para uma nova avaliação do conselho de administração nos próximos meses.

Segundo Prates, a nova proposta dá mais conforto aos acionistas. Ele afirmou que a decisão final deve ser tomada na Assembleia Geral Extraordinária da estatal.

Prates minimizou a polêmica e afirmou que não há abalos em sua relação com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Sem citar Alexandre Silveira, que reconheceu à **Folha** conflito, o presidente da estatal disse que o próprio ministro admitiu necessidade de ser chegar a um consenso em processos.

E afirmou que a Petrobras não está em crise, já que chegou ao seu melhor resultado em termos de lucros em 2023 sem contar com o ano anterior, quando realizou desinvestimentos e vendeu refinarias

'Também presente no evento, mas sem estar nos mesmos ambientes que Prates, Silveira disse em conversa com jornalistas ver uma "correção de rumo" na Petrobras.

Questionado sobre uma suposta ameaça de demissão de Prates em meio à crise, Silveira afirmou: "Todo o cargo de confiança do presidente da República, inclusive o meu, deve estar sempre à disposição do presidente da República".

"Ele decide quem sai, quem entra. Então, portanto, sobre a permanência ou não de qualquer membro do governo, é de alçada única e exclusivamente do presidente Lula".

Quando lhe foi perguntado se a condução à frente da Petrobras é 100% convergente com o que Lula espera, Silveira disse ver uma "correção de rumo fundamental para o desenvolvimento nacional".

Como exemplo, o ministro afirmou que, na semana passada, o presidente da Petrobras anunciou uma série de investimentos —que já estavam no Plano Estratégico da empresa—, incluindo o retorno de uma fábrica de fertilizantes e o desenvolvimento da política do gás. "O Brasil não abrirá mão dessas políticas", destacou Silveira.

O ministro, a princípio, faria parte de um painel no evento em São Paulo que teria Prates na sequência. Mas a participação de Silveira foi antecipada para a manhã a pedido da organização do evento, segundo o ministério.

Sobre a mudança de ideia do governo para distribuição de dividendos extraordinários aos acionistas, Silveira afirmou que "há elementos novos, a diretoria apresentou a melhoria da oxigenação financeira da empresa, a partir naturalmente do aumento do preço do Brent [petróleo] e também do aumento do preço do dólar".

Com Reuters

Cecilia Machado

Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

Wesley e CEO da Aegea se dizem otimistas com 'início de ciclo virtuoso'

SÃO PAULO Em meio a um clima de desconfiança do mercado em relação às contas públicas no Brasil, o acionista da J&F, dona da JBS, Wesley Batista, que é da família fundadora da empresa, e o CEO da companhia privada de saneamento Aegea, Radamés Casseb, falaram em início de um ciclo virtuoso no país em evento empresarial nesta segunda-feira (22) em São Paulo.

A visão destoa de diversos outros executivos ouvidos pela **Folha** na semana passada, que demonstraram cautela diante dos sinais de flexibilização do novo arcabouço fiscal e do acerto das contas públicas no país.

"Claramente o Brasil voltou a ser a bola da vez. E nós vamos ver, na verdade já estamos vendo, com a indústria automotiva e várias outras indústrias anunciando números vultuosos de investimento, acreditamos que vamos voltar a entrar naquele ciclo virtuoso que já vimos o Brasil no passado", disse Batista durante o Seminário Brasil Hoje, organizado pela Esfera Brasil.

"Estamos bem otimistas com o Brasil. Estamos com planos de investimento robustos. Plano de investir R$ 50 bilhões, e esse plano está caminhando", disse em outro momento de sua fala.

Casseb também falou em ciclo de prosperidade no Brasil, com o novo marco do saneamento aumentando os investimentos e o acesso ao saneamento no país.

"Todos nós, públicos e privados, deveríamos estar focados em ampliar a crença no Brasil do futuro. Ampliar a crença de que cada um desses R$ 800 bilhões [de investimento previsto com o marco do saneamento] gerará um ciclo de prosperidade compartilhada de saúde, reduzindo o custo do Estado, de ampliação de riqueza", disse o empresário no evento.

"Tudo isso é um ciclo de prosperidade, de virtuosidade, que vai ser, passo a passo, implantado no Brasil com o fortalecimento desse vértice no saneamento", completou.

Casseb defendeu a participação do Estado no saneamento para atrair investimentos e ampliar a competição no setor, para gerar inclusão sanitária. O empresário citou como exemplo o papel do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para "puxar as fábricas de projetos".

No ano passado, o setor de saneamento foi o maior destino dos créditos do BNDES, com o banco participando de subscrições de debêntures, entre elas a da Aegea.

Também presente no evento, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), corroborou com a visão de que o Estado tem que estar presente na atração de investimentos ao Brasil, e citou como exemplo os leilões de transmissão realizados pelo governo, que atraíram R$ 60 bilhões em 11 meses.

"Um país com a dimensão territorial do Brasil, com tantas desigualdades sociais, ele não pode ser um Estado mínimo, como pregava o ministro da Economia Paulo Guedes. Tem que ser um Estado que reconhece a necessidade do governo de cuidar da pessoas, com impulsos públicos e estimulando e criando um ambiente de segurança para atrair o capital privado", afirmou Silveira a jornalistas.

Nos bastidores, executivos de grandes empresas brasileiras que estão no evento disseram entender que o otimismo de Batista e Casseb tem relação com a posição privilegiada que o Brasil tem no cenário global. No que diz respeito à política econômica, porém, o momento é de atenção, afirmam.

Empresários citaram incertezas sobre o ritmo de queda dos juros após o governo colocar em dúvida a trajetória fiscal no Brasil, com a meta de superávit podendo ser revisada no próximo ano. Se isso acontecer, fica mais difícil a situação financeira das empresas e impacta na atração de investimentos. **SR, MS e LB**

> Estamos bem otimistas com o Brasil. Estamos com planos de investimento robustos. Plano de investir R$ 50 bilhões, e esse plano está caminhando
>
> **Wesley Batista**
> acionista da J&F

Radamés Casseb, da empresa de saneamentos Aegea, e Wesley Batista, da J&F, em evento em SP Bruno Santos/Folhapress

Azul passa Gol e é vice na aviação doméstica

Companhia chega a 29,5% de participação de mercado, ante 29% da concorrente, que está em recuperação judicial nos EUA

Douglas Gavras

SÃO PAULO A companhia aérea Azul ultrapassou a Gol e assumiu o segundo lugar no mercado aéreo doméstico brasileiro em março, segundo dados divulgados nesta segunda (22) pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

A Latam se consolidou como líder do setor, batendo um recorde de 11 anos na posição.

A Azul cresceu 6,7% e passou a Gol, com 29,5% do mercado, ante 29% da concorrente, que teve uma redução de 13,4% no número RPK, o lucro por passageiro e quilômetro voado.

O RPK é calculado ao multiplicar-se o número de passageiros pagantes pelos quilômetros voados. Segundo a Anac, a demanda total por viagens aéreas subiu 1,4% em março contra um ano antes.

A Latam atingiu 41% de participação no mês passado — seu crescimento representa 11% de aumento em relação ao mesmo mês do ano passado.

Como em fevereiro, ela conquistou, em março, seu melhor market share doméstico desde julho de 2013, quando chegou a 41,6% do mercado.

No mercado internacional, a Latam continua a liderar, com 19,4% de participação, aumento de 38% em relação ao ano passado, seguido pela TAP com 9,7% e a American Airlines, com 5,2%.

Em janeiro, a Gol e suas subsidiárias entraram com um pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos.

Aviões da Azul e da Gol em Congonhas Bruno Santos - 15.mar.24/Folhapress

Assim, foi dado início ao processo norte-americano conhecido como "chapter 11" (proteção contra falência nos EUA), com compromisso de financiamento de US$ 950 milhões.

Segundo a Gol, a medida foi tomada para fortalecer a posição financeira, e disse que todos os voos operariam conforme programado.

Em março, anunciou prejuízo líquido de R$ 1,1 bilhão no quarto trimestre do ano passado, revertendo resultado positivo de R$ 231 milhões no mesmo período de 2022.

A companhia teve um Ebitda (resultado operacional medido pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R$ 1,62 bilhão no período, alta de 38,3%.

O resultado foi apoiado em parte pela redução de 23% no custo do combustível.

A empresa encerrou o trimestre passado com crescimento de 6,7% na receita líquida, que foi a R$ 5,04 bilhões.

Já a Azul, aumentou a estimativa de lucro em 2024, afirmando que a demanda tem sido saudável e que deve adicionar mais rotas este ano.

Também em março, a coluna Painel S.A. informou que a Azul cogita fusão com a Gol, e que as conversas estão sendo conduzidas com os sócios da controladora, o Abra Group.

Mas integrantes do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) temem que o movimento leve a um aumento no preço das passagens aéreas, se concretizado.

No final de dezembro, a frota total da Gol era de 141 aeronaves Boeing 737, cinco aviões menos que no fim de 2022.

Procurada, a Azul disse que não iria comentar o tema, enquanto a Gol ainda não tinha se manifestado até a publicação desta reportagem.

Com Aeroin e Reuters

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL

Aviso de Licitação nº 024/2024 - Processo Licitatório nº 048/2024 - Concorrência nº 003/2024

Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra da travessia do córrego buritis em aduelas de concreto armado conforme termo de convênio nº cmil - 030/630/2024 com o Estado de São Paulo através da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil. **Data da Sessão Pública:** 03/06/2024 às 08:30 hs. **Local:** Departamento de Licitações, localizado na Rua São Paulo, 131 - centro. O Município de Buritizal, através do Prefeito Municipal, torna público que na data, horário e local acima assinalado realiza na modalidade Concorrência, com critério de julgamento de menor preço. **Local e horário para retirada do edital:** Setor de Licitações, Rua São Paulo, 131 - centro, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, e pelo site **www.buritizal.sp.gov.br**.

Publique-se, Buritizal/SP, 22 de abril de 2024. (a) Daniel Sarreta - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2024
PROCESSO Nº 1858/2024 – TIPO: Menor Valor por Item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 056/2024**. Objeto: **Registro de Preços, visando a aquisição de medicamentos e suplementos com fito de atender a demanda do Processo Judicial Desertos e Fracassados do PE 008/2024, Processo Administrativo 405/2024, da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.** A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 07 de maio de 2024, às 09:00 horas, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia 23 de abril de 2024.

Publique-se
Santo Antônio de Posse, 22 de abril de 2024.
Paulo Jose Rodrigues de Souza - Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 010/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Contratação de Empresa de Infraestrutura na Prestação de Serviços de Locação, Instalação e Desmontagem de Banheiros Químicos e limpeza de Fossas Séptica, pelo **Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, para suprir as necessidades do calendário anual de Eventos, por período de 12 (doze) meses. **Data de realização:** dia 13/05/2024 às 09:00 horas. **LOCAL: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** localizado na Rua Abrahão Ramos nº 327 – Centro – Reginópolis/SP. O Departamento de Licitações e Contratos torna público que, na data, horário e local, acima assinalados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM** em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal 07/2024 subsidiariamente e respectivas alterações e atualizações vigentes. **Local e horário para retirada do Edital:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Reginópolis, localizada na Rua Abrahão Ramos, nº 327, Centro, no horário compreendido entre as 09h00 às 12h00 e das 14h00m às 16h00, de segunda a sexta-feira, e ainda gratuitamente pelo sítio eletrônico: http://www.reginopolis.sp.gov.br no link "Editais e Licitações – Pregão Presencial". Informações adicionais poderão ser obtidas por meio do telefone (14) 3589-9200.

Reginópolis, 22 de Abril de 2024.
Ronaldo da Silva Correa - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240038

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240038 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais Aquisições de Cordas, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 901542024, até o dia 10/05/2024, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 16 de Abril de 2024 - FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 03/2024
Processo nº 11100.132698/2023

O Município de Maceió, através da Comissão Permanente de Credenciamento da ALICC, instituída pelo Decreto Municipal nº 9.396 de 24 de março de 2023, avisa que realizará Credenciamento conforme resumo:
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional - SEMHAB.
DATA DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: A partir de 13/05/2024 até 22/05/2024.
LOCAL: Os envelopes deverão ser entregues na ALICC, situada na AVENIDA DA PAZ, Nº 900 – JARAGUÁ, Maceió/AL, CEP 57022-050/ Telefone: (82) 3312-5100.
OBJETO: Selecionar empresas/consórcios do ramo da construção civil para apresentação de proposta – incluídos o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos e complementares – à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA para construção de habitação de interesse social, para famílias com renda mensal de até R$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais), no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, conforme Edital e seus anexos.
Os interessados poderão retirar o Edital através do site: **www.maceio.al.gov.br**.
Comissão Permanente de Credenciamento - ALICC, situada na AVENIDA DA PAZ, Nº 900 – JARAGUÁ, Maceió/AL, CEP 57022-050/ Telefone: (82) 3312-5100.

Maceió 22 de abril de 2024.
Sandra Raquel dos Santos Serafim
Comissão Permanente de Credenciamento/ALICC
Republicado por incorreção

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2024
COMPRASNET Nº. 90030/2024
PROCESSO Nº 96/2024

DATA DE REALIZAÇÃO: 09 de maio de 2024. HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICOS PSIQUIÁTRICOS PARA ATENDIMENTO NO CAPS II (CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL), DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP". Classificada em itens, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 30/2024. LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, e, suas alterações, bem como aplicação das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. DO CREDENCIAMENTO: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. ÍNTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira a Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br.

Fernandópolis/SP, 22 de abril de 2024.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SOROCABA E REGIÃO – SINPRO SOROCABA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL

A Presidente do **Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região – Sinpro Sorocaba**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60121753-0001/87, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 02.742.286.565-8, situado na Rua Francisco Ferreira Leão, 90 – Vila Leão, Sorocaba/SP, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as Professoras e todos os Professores que lecionam no **Ensino Médio do SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**, sindicalizados ou não, na base territorial dos municípios de Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bofete, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquaritinga, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim, para a Assembleia Geral Extraordinária Virtual que se realizará no **dia 27 de abril de 2024**, **às 09 horas**, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou **às 09 horas e 30 minutos**, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, por meio da plataforma remota Teams, cujo link para acesso será encaminhado aos Professores e Professoras que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de Docente no Ensino Médio do SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://bit.ly/3UpVBZN impreterivelmente até o horário definido para a primeira convocação, acima referido. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise de eventual contraproposta patronal;
B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e
C. Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

Sorocaba, 22 de abril de 2024.
Mara Kitamura
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG - FMS/SMS - Pregão Eletrônico nº 82/2023 – PAC nº 172/2023 – RP 53/2023, com lotes Exclusivos para ME/EPP/COOP, lotes para ampla participação e com cota reservada para ME/EPP/COOP. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de material médico-hospitalar -EPIs descartáveis. Abertura de proposta dia 08/05/2024 às 09:00h. Edital completo no site: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil S/A com número de identificação no BB 1042937 e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.betim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319 – Superintendência de Suprimentos – 22/04/2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024; PROC. LICITATÓRIO Nº 54/2024
EDITAL: Nº 10/2024

OBJETO: "Aquisição de Insumos e Materiais de Consumo Médico Hospitalares". INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 25/04/2024 às 09:00 horas. **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 13/05/2024 às 08:30 horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 13/05/2024 às 08:35 horas. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 13/05/2024 às 09:00 horas. **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado". **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, sito à Av. Presidente Castelo Branco, nº 180 – Conj. Habitacional Ico Tonon, Coronel Macedo – SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou ainda, através do e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br.

Coronel Macedo, 22 de abril de 2024.
José Roberto Santinoni Veiga
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG - FMS/SMS - Pregão Eletrônico nº 101/2023 – PAC nº 220/2023 – RP 69/2023, com lotes Exclusivos para ME/EPP/COOP e lotes para ampla participação. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos para a Central de Material Esterilizado - CME. Abertura de proposta dia 09/05/2024 às 08:00h. Edital completo no site: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil S/A com número de identificação no BB 1042816 e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.betim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319 – Superintendência de Suprimentos – 22/04/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG - FMS/SMS - Pregão Eletrônico nº 112/2023 – PAC nº 241/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em aparelhos de RX móveis, com substituição de peças. Abertura de proposta dia 07/05/2024 às 10:00h. Edital completo no site: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil S/A com número de identificação no BB 1042949 e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.betim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319 – Superintendência de Suprimentos – 22/04/2024.

HOSPITAL ESTADUAL "DR. OSWALDO BRANDI FARIA"

AVISO DE LICITAÇÃO 90008/2024 - O Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-Kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90008/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo Administrativo SEI n.º 024.00028372/2024-07, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Materiais de Uso Técnico Hospitalar - Embalagens e outros. Data da sessão: 07/05/2024. Horário: 08:00. Link: https://www.comprasnet.gov.br. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA - SECRETARIA DE FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 45/2024 – Concorrência Eletrônica nº 08/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para obra de Recapeamento Asfáltico em CBUQ na Rua Noel Rosa, trecho entre Rua Zequinha de Abreu e Alameda Francisco José de Azevedo (Dr. Tito) – Parque Residencial Iguaçu/Jardim América/Jardim Ipiranga – Adamantina/SP. O Município de Adamantina informa a abertura da **Concorrência Eletrônica nº 08/2024** que será realizada às **09h00min** do dia **03/06/2024**. O Edital poderá ser retirado nos links: www.bllcompras.org.br e www.adamantina.sp.gov.br. Informações pelo fone (18) 3502-9010 ou 9045. A presente Concorrência Eletrônica será processada e julgada de acordo com a **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

Adamantina, 22 de abril de 2024.
JOÃO LOPES DE OLIVEIRA - Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 55/2024 – Ata De Registro De Preços

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. **EDITAL:** 55/2024. **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. **OBJETO:** aquisição de massa asfáltica. **ENCERRAMENTO:** às 08:30h do dia 09/05/2024. **ABERTURA:** às 09:00h do dia 09/05/2024. **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro. **TELEFONES:** (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452. **SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO: www.presidenteprudente.sp.gov.br**. Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 22 de abril de 2024. **Walner Silvestre - Licitador Depto. Compras.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

SUSPENSÃO TEMPORARIA.PREGÃO ELETRONICO: 01/2024.PROCESSO LICITATóRIO: 26/2024
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, para atendimento às demandas das unidades ambulatoriais que compõem a Secretaria Municipal de Saúde de João Monlevade, conforme especificações e condições gerais descritas no Temo de Referência.A Pregoeira oficial responsável pelo Pregão referenciado suspende temporariamente a abertura agendada para o dia 24/04/2024 às 08:30 horas, para análise e encaminhamentos,embasada no pedido de impugnação recebido referente ao objeto.Nestas condições, eu, Bárbara Míriam Braga Maciel, Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de João Monlevade firmo o presente suspendendo a abertura do processo. Após análise, nova data será agendada e publicada.João Monlevade, 22 de abril de 2024.Bárbara Miriam Braga Maciel.Pregoeira

Prefeitura Municipal da Estância Climática de Campos Novos Paulista

AVISO DE LICITAÇÃO. Concorrência nº. 02/2024. Processo nº. 602/2024. Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA REMODELAÇÃO DO LAGO MUNICIPAL, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, NESTA CIDADE, CONFORME CONVENIO Nº 089/2023, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO PELA SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS, E O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PAULISTA". Vencimento: 14 de maio de 2024, às 09h00. Edital: na íntegra nas "páginas eletrônicas": www.camposnovospaulista.sp.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.Maiores informações: Toda e qualquer forma de comunicação entre a Interessada e Licitadora, sobre este Edital e seus Anexos, será feita exclusivamente através do portal, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br. CAMPOS NOVOS PAULISTA, 22 DE ABRIL DE 2024. Flavio Fermino Euflauzino. Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230023 - IG No 1225763000

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230023 de interesse da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades da área Administrativa. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 12842023, até o dia 07/05/2024, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 11 de Abril de 2024 - CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA RED BULL DO BRASIL LTDA. - Pelo presente edital, o **SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO,** representado por seu Presidente Ricardo Patah, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** os comerciários da empresa **RED BULL DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 02.946.761/0001-66,** filiados ou não à entidade, da abrangência territorial do município de São Paulo/SP, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária,** a ser realizada de forma virtual no dia **25/04/2024** das 10h00 às 16h00, por intermédio de link próprio a ser disponibilizado para os empregados, com objetivo de deliberarem através de votação, sobre proposta de reajuste salarial e outras cláusulas. São Paulo, SP, 22 de abril de 2024. **Ricardo Patah -** Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

NEIVA MARIA BRUSAROSCO DOS SANTOS, Secretária de Educação, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto Municipal nº 4.307/19, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, **HOMOLOGA** a Empresa **SATO ENGENHARIA LTDA**, cujo objeto é a **contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para ampliação da Creche do Bairro Recanto dos Pássaros**, com valor global de **R$ 579.500,00 (quinhentos e setenta e nove mil e quinhentos reais)** referente à **Concorrência Pública nº 011/24 – Processo nº 039/24**.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

NEIVA MARIA BRUSAROSCO DOS SANTOS, Secretária de Educação, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto Municipal nº 4.307/19, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, **ADJUDICA** a Empresa **SATO ENGENHARIA LTDA**, cujo objeto é a **contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para ampliação da Creche do Bairro Recanto dos Pássaros**, com valor global de **R$ 579.500,00 (quinhentos e setenta e nove mil e quinhentos reais)** referente à **Concorrência Pública nº 011/24 – Processo nº 039/24**.

EXTRATO DE CONTRATO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Modalidade: Concorrência Pública nº 011/24 – Processo nº 039/24. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratada: SATO ENGENHARIA LTDA. Valor:** R$ 579.500,00 (quinhentos e setenta e nove mil e quinhentos reais). **Objeto:** Contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para ampliação da Creche do Bairro Recanto dos Pássaros.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO CARLOS

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL O Presidente do Sindicato dos Professores de São Carlos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.266.000/0001-14, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 921.027.422.98164-7, sito à rua Dona Alexandrina, 210, Sala 03 – Vila Monteiro, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, observando a lei 13019, artigo 4º - A, convoca todas as Professoras e todos os Professores e Auxiliares de Administração Escolar da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante, Educação Especial, Cursos Supletivos, Educação de Jovens e Adultos, Cursos Preparatórios para Vestibulares da rede privada de ensino, sindicalizados ou não, na base territorial dos municípios de São Carlos, Caconde, Dourado, Ibaté, Itobi, Mococa, Ribeirão Bonito, Santa Cruz das Palmeiras e Tapiratiba, para a Assembleia Geral Extraordinária Virtual que se realizará no dia 27 de abril de 2024, às 9h, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 9h30min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Google Meet, cujo link será encaminhado às Professoras e aos Professores e Auxiliares de Administração Escolar que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador(a)/Docente em estabelecimento da Educação Básica da rede privada de ensino, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: assembleia.sinprosaocarlos@gmail.com impreterivelmente até às 17h do dia 26 de abril de 2024. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A. Análise de eventual contraproposta patronal; B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e C. Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo. São Carlos, 20 de abril de 2024. Marco Antonio Nunes da Silva Presidente do Sindicato dos Professores de São Carlos

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL O Presidente do Sindicato dos Professores de São Carlos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.266.000/0001-14, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 921.027.422.98164-7, sito à rua Dona Alexandrina, 210, Sala 03 – Vila Monteiro, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, observando a lei 13019, artigo 4º - A, convoca todas as Professoras e todos os Professores que lecionam no Ensino Médio do SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, sindicalizados ou não, na base territorial dos municípios de São Carlos, Caconde, Dourado, Ibaté, Itobi, Mococa, Ribeirão Bonito, Santa Cruz das Palmeiras e Tapiratiba, para a Assembleia Geral Extraordinária Virtual que se realizará no dia 26 de abril de 2024, às 19h, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 19h30min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, por meio da plataforma remota Google Meet, cujo link para acesso será encaminhado aos Professores e Professoras que o solicitarem, no seguinte endereço eletrônico: assembleia.sinprosaocarlos@gmail.com impreterivelmente até o horário definido para a primeira convocação, acima referido. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A. Análise de eventual contraproposta patronal; B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e C. Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo. São Carlos, 20 de abril de 2024. Marco Antonio Nunes da Silva Presidente do Sindicato dos Professores de São Carlos

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

À Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da Audiência Pública Presencial com o objetivo de debater a seguinte matéria:

PL 163/2024 – Executivo Ricardo Nunes - Autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos, convênios ou quaisquer outros tipos de ajustes necessários, de forma individual ou por meio de arranjo regionalizado, visando à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo, nas condições que especifica; bem como altera os arts. 10 e 11 e revoga os arts. 1º ao 5º da Lei nº 14.934, de 18 de junho de 2009.

Data: **25/04/2024** (quinta-fera)
Horário: **19 horas**
Local: CEU Meninos
Rua Barbinos, 111 – São João Clímaco

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online (**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**), e pelos endereços da Câmara Municipal no YouTube (**www.youtube.com/camarasaopaulo**) e Facebook (**www.facebook.com/camarasaopaulo**).
Para participar: Compareça ao local do evento. Também serão aceitas manifestações por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas**.
Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SOROCABA E REGIÃO – SINPRO SOROCABA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL

A Presidente do **Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região – Sinpro Sorocaba**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60121753-0001/87, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº02.742.286.565-8, situado na Rua Francisco Ferreira Leão, 90 – Vila Leão, Sorocaba/SP, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as Professoras e todos os Professores da **Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante, Educação Especial, Cursos Supletivos, Educação de Jovens e Adultos, Cursos Preparatórios para Vestibulares da rede privada de ensino,** sindicalizados ou não, na base territorial dos municípios de Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bofete, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquaritinga, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim, para a Assembleia Geral Extraordinária Virtual que se realizará no **dia 27 de abril de 2024**, **às 09 horas e 30 minutos**, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou **às 10 horas**, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Teams, cujo link será encaminhado às Professoras e aos Professores que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador(a)/Docente em estabelecimento da Educação Básica da rede privada de ensino, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://bit.ly/3UpVBZN impreterivelmente até o horário definido para a primeira convocação, acima referido. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise de eventual contraproposta patronal;
B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e
C. Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

Sorocaba, 22 de abril de 2024.
Mara Kitamura
Presidente

CITAÇÃO sobre PETIÇÃO INICIAL DE DEPENDÊNCIA EM CONFORMIDADE COM A G. L. c.119, § 39M	Nº da pauta MI24A0175SJ	Commonwealth de Massachusetts Tribunal de Julgamento Tribunal de Família e Sucessões
Leonardo De Oliveira Santos, Autor v. Eraldo Domingos dos Santos "Réu "Pai/Mãe Um" Se aplicável: "Réu "Pai/Mãe Dois"		Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex

Para o Réu acima mencionado:
Você está ordenado a comparecer ao **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex** para uma audiência sobre esta Petição Inicial de dependência em conformidade com G. L. c. 119, § 39M. Informações sobre a audiência:

Pedido
Data: **08/05/2024**
Hora: **08:45**
Local: **Www.Zoomgov.com/my/mcsweeny**
Chamada de Audiência Virtual em: 1 646 828 7666
ID de Reunião: 161 5769 5526

Você foi citado e requisitado por estemeio a se apresentar a:
Bel. Sergiu A Voicila

cujo endereço é:
Georges Cote LLP
256 Marginal St
Chelsea, MA 02150

sua resposta, caso haja, à petição inicial quelhe foi apresentada, dentro de **7 dias** após estaintimação, exclusiva do dia de notificação. Você tambémé obrigado a apresentar sua resposta à petição inicial junto ao ofício do Cartório de Registro deste Tribunal no **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex,** seja antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável depois disso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 021/2024
Processo Administrativo 063/2024
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃO E BOLO.
Abertura 08 de maio de 2024, às 09h30min.
Início da Etapa de Lances 08 de maio de 2024, às 09h31min. Os documentos do certame poderão ser obtidos em <http://www.cunha.sp.gov.br/licitacao>. Informações: licitacao@cunha.sp.gov.br ou (12)3111-5000

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Aviso de licitação aberta. Pregão Eletrônico 009/2024 - Proc. 16/2024. Registro de Preços para compra eventual de 282 veículos passeio e pickup para 27 municípios consorciados ao CIVAP. Tipo: menor preço. Regência: Lei 14.133/2021. A sessão pública será realizada na plataforma eletrônica (Sistema Eletrônico FIORILLI) http://licita.civap.com.br:8079/comprasedital e sua abertura dar-se-á no dia 14 (catorze) de maio de 2024 a partir das 09h00m. Edital e anexos disponíveis em www.civap.com.br - aba "licitações". Informações: licita@civap.com.br ou (18) 3323-2368. Assis, 22 de abril de 2024. Marcelo de Souza Pecchio - Presidente.

CITAÇÃO sobre PETIÇÃO INICIAL DE DEPENDÊNCIA EM CONFORMIDADE COM A G. L. c.119, § 39M	Nº da pauta MI24A0173SJ	Commonwealth de Massachusetts Tribunal de Julgamento Tribunal de Família e Sucessões
Zilma De Olivieira Santos, Autor v. Eraldo Domingos dos Santos Réu "Pai/Mãe Um" Se aplicável: Réu "Pai/Mãe Dois"		Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex

Para o Réu acima mencionado:
Você está ordenado a comparecer ao **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex** para uma audiência sobre esta Petição Inicial de dependência em conformidade com G. L. c. 119, § 39M. Informações sobre a audiência:

Pedido
Data: **08/05/2024**
Hora: **08:30**
Local: **Www.Zoomgov.com/my/mcsweeny**
Chamada de Audiência Virtual em: 1 646 828 7666
ID de Reunião: 161 5769 5526

Você foi citado e requisitado por estemeio a se apresentar a:
Bel. Sergiu A Voicila

cujo endereço é:
Georges Cote LLP
256 Marginal St
Chelsea, MA 02150

sua resposta, caso haja, à petição inicial quelhe foi apresentada, dentro de **7 dias** após estaintimação, exclusiva do dia de notificação. Você tambémé obrigado a apresentar sua resposta à petição inicial junto ao ofício do Cartório de Registro deste Tribunal no **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex,** seja antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável depois disso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG - FMS/SMS - Pregão Eletrônico nº 66/2023 – PAC nº 124/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em tomógrafo da marca SIEMENS, modelo SOMATON PERSPECTIVE, patrimônio 22-13523, série 63801, por 12(doze) meses. Abertura de proposta dia 10/05/2024 às 10:00h. Edital completo no site: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil S/A com número de identificação no BB 1042930 e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.betim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319 – Superintendência de Suprimentos – 22/04/2024.

INÊS249

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ipuã, comunica que encontra-se ABERTO o Pregão Eletrônico nº 008/2024, Processo nº 15/2024, cujo objeto é o registro de preços para eventual e futura aquisição de medicamentos para atendimento de ações judiciais movidas contra o Município de Ipuã, destinados à continuidade dos tratamentos dos pacientes, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. O Edital encontra-se no site: https://www.ipua.sp.gov.br/portal/editais/1. A sessão pública será via www.licitamaisbrasil.com.br com início às 09h:00min no dia 17/05/2024. Mais informações: pregao@ipua.sp.gov.br.

Ipuã/SP, 19 de abril de 2024.
Isabela Fernandes Antoniassi de Souza
Chefe da Divisão de Licitações e Contratos Administrativos

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ipuã, comunica que encontra-se ABERTO o Pregão Eletrônico nº 006/2024, Processo nº 013/2024, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de tintas e materiais de pintura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O Edital encontra-se no site: https://www.ipua.sp.gov.br/portal/editais/1. A sessão pública será via www.licitamaisbrasil.com.br com início às 09h:00min no dia 06/05/2024. Mais informações: pregao@ipua.sp.gov.br.

Ipuã/SP, 19 de abril de 2024.
Isabela Fernandes Antoniassi de Souza
Chefe da Divisão de Licitações e Contratos Administrativos

Finamax S/A - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ n° 00.411.939/0001-49 | NIRE: 35300141091

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

São convocados os senhores acionistas a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 30 de abril de 2024, às 14 horas, à Rua Rangel Pestana, 681, Centro, Jundiaí-SP, CEP 13.201-000, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1 -** Exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2023, a saber: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes; **2 -** Reeleição da Diretoria com fixação do seu mandato.
Jundiaí-SP, 19 de abril de 2024. **Márcio Pizzolato -** Diretor Vice-Presidente.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ

CNPJ 57.571.077/0001-39

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital ficam **CONVOCADOS** todos os associados do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ,** quites e em pleno gozo de seus direitos estatutários, para se reunirem na **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia 26 de Abril de 2024, sexta-feira, às 16:00 horas, em primeira convocação e às 17:00 horas em segunda convocação, na sede da entidade, sito à Rua Gertrudes de Lima, 202, Centro, Santo André, SP, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Discussão e deliberação sobre fixação de um teto para a mensalidade sindical. Santo André, 23 de Abril de 2024. **Adilson Torres dos Santos -** Presidente.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Michele Zanotim Cove, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, comunica a todos interessados que foi ADJUDICADO E HOMOLOGADO o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024, de 29 de fevereiro de 2024, tendo como objeto registro de preços para eventual e futura aquisição de Cestas Básicas e Gás GLP 13 kg, para distribuição gratuita aos munícipes atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para o período de 12 (doze) meses, que teve como vencedores as empresas: JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA IPUÃ – ME, inscrita sob CNPJ nº 00.522.315/0001-07 para fornecimento do lote 01 no valor total de R$ 324.997,80 (Trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais, e oitenta centavos); GUILHERME SUAVE DIOGO, inscrita sob CNPJ nº 42.986.621/0001-36 para fornecimento do lote 02 no valor total de R$ 147.000,00 (Cento e quarenta e sete mil reais).

Ipuã/SP, 19 de abril de 2024.
Michele Zanotim Cove
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 003/2024

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital da Concorrência n.º 003/2024, para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA NO RESIDENCIAL PREFEITO MASSAHARU MATSUBARA conforme termo de convênio nº. 103248/2023". O Edital minucioso está disponível no site www.bastos.sp.gov.br bem como na PLATAFORMA BLL no link www.bll.org.br, onde os interessados poderão solicitar maiores informações e esclarecimentos. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 10 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa.

Bastos/SP., 22.04.2024. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Ribeirão Preto e Região - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Virtual - Pelo presente edital, ficam convocados os Professores que lecionam no Ensino Médio do SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, sindicalizados ou não, nos municípios de Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cassia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Ituverava, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Morro Agudo, Orlândia, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho, base territorial do Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Ribeirão Preto e Região, inscrito no CNPJ sob o nº 56.891.377/0001-32, com sede à Rua Quintino Bocaiuva, nº 54, Centro, Ribeirão Preto - SP, para a Assembleia Geral Extraordinária Virtual que se realizará no dia 25 de abril de 2024, às 18:30 horas, em primeira convocação, com o quórum estatutário de presentes, ou às 19:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio de plataforma virtual, através do link: **https://teams.live.com/meet/9352697093343?p=jYou79a1yxAlrrzP**. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A) Análise de eventual contraproposta patronal; B) Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; C) Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo. Ribeirão Preto, 22 de abril de 2024. Prof. Antonio Dias de Novaes. Presidente do Sindicato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico n° 017/2024 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2023, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **09 de maio de 2024, às 08h30min**, visando a **AQUISIÇÃO DE CIMENTO CP II 32 SACO COM 50 KG PARA SER UTILIZADO PELA DIRETORIA DE OBRAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 22 de abril de 2024.
EDER JUNIO DE SOUZA
Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE
Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2024 - PROCESSO Nº 1859/2024
TIPO: Menor Valor por item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 045/2024**. Objeto: Registro de Preços visando a contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragens esportivas nos termos do Anexo I, Termo de Referência, deste Edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **09 de maio de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 17:00 horas do dia 23 de abril de 2024.

Publique-se
Santo Antônio de Posse, 23 de abril de 2024.
Ana Lucia Lima da Silva - Secretária de Desenvolvimento Social

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes de Santos e Bertioga e dos Empregados em Empresas de Limpeza Urbana e Áreas Verdes de São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande e Empregados Contratados por Empresas Especializadas ou não na Prestação de Serviços de Controle de Pragas Urbanas e Vetores e Agentes de Campo de Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Bertioga e Praia Grande - SIEMACO BAIXADA SANTISTA - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinaria - Pelo presente Edital, ficam convocados todos os integrantes de categoria que prestam serviços em **Asseio e Conservação, Controle Vetores, Limpeza Urbana, Áreas Verdes e Grandes Geradores**, sindicalizados filiados ou não, que trabalham nas Empresas especializadas na categorias acima mencionadas na **Baixada Santista e Região**, a saber: para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia **26 de Abril de 2024**, sendo trabalhadores das empresas em primeira convocação **as 11:00hs**, em não havendo quórum suficiente para a instauração da Assembleia, será chamada em segunda convocação **as 11:30hs**, com qualquer número de presentes na Avenida Pinheiro Machado nº 20 Salão Superior-Vila Mathias - Santos/SP, a fim de discutiram e deliberarem, sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1.** Aprovação para alteração de Endereço da sede da Avenida Conselheiro Nébias, 349 - Bairro Paquetá - Santos - SP; para Avenida Senador Pinheiro Machado, 18 - Bairro Vila Matias - Santos SP; **2.** Troca dar-se em virtude de maior Acessibilidade; **3.** Assuntos Gerais. Santos, 22 de Abril de 2024. **André Domingues de Lima -** Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SEGURO SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINSSP - Edital de Convocação de Eleições Sindicais - A Comissão Eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social do Estado de São Paulo - SINSSP, eleita na assembleia geral eleitoral realizada no dia 19/04/2024, no uso de suas prerrogativas expressas nos artigos 31 e seguintes do Estatuto Social do sindicato, e nos termos do Regimento Eleitoral aprovado, convoca através deste Edital, todos os associados em condições de votar nos termos do estatuto, para participar das eleições para renovação da Diretoria e Conselho Fiscal desta entidade, a se realizar nos próximos dias 27 (vinte e sete) e 28 (vinte e oito) de maio de 2024, com início às 09h00min do dia 27 e término às 18h00min do dia 28, por votação eletrônica (virtual) a partir dos dispositivos próprios dos associados, na plataforma Votabem, desenvolvida propriamente para o pleito, acessível no site do sindicato, conforme instruções a serem divulgadas posteriormente. O prazo para requerer o registro de chapas é de 08 (oito) dias contados a partir da publicação deste Edital. As chapas deverão ser apresentadas completas para todos os cargos eletivos e instruídas com toda a documentação dos candidatos, de acordo com o regimento eleitoral aprovado em assembleia no último dia 19/04/2024, em conformidade com o estatuto. A Secretaria Eleitoral fornecerá aos interessados modelo de ficha de qualificação de candidato, para inscrição juntamente com a chapa. O requerimento de inscrição de chapa deverá ser protocolizado na Secretaria do Sindicato, no endereço acima mencionado, no horário das 09h00min às 18h00min em dias úteis, e das 0900min às 13h00min aos sábados e domingos, onde haverá pessoa habilitada a dar informações e fornecer recibos. Ocorrendo empate ocorrerá nova votação nos dias 03 (três) e 04 (quatro) de junho de 2024, restrita às chapas que empataram. Instruções posteriores serão comunicadas pela comissão eleitoral no site do sindicato. São Paulo, 23 de abril de 2024. **Carlos Balduíno -** Presidente da Comissão Eleitoral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSVALDO CRUZ
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PE 11/24 - OBJ.: Reg. Preços p/ futura e eventual aquisição de kits de testes rápidos p/ detecção de antígeno viral Covid-19, visando atender a demanda da Secr. Mun. de Saúde do mun. de Osvaldo Cruz-SP. NOVA DATA: 09/05/24, às 09:00 hs(horário de Brasília). A sessão será realizada na plataforma no end. Eletr.: www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital Retificado encontra-se disp.: no site do Mun. www.osvaldocruz.sp.gov.br, menu transp. submenu Licit.
Osvaldo Cruz, 22/04/24 – Ass: Vera Lúcia Alves – Prefeita Municipal

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - Pelo presente edital, e de acordo com o Estatuto, ficam **CONVOCADOS** todos os Associados do Sindicato, quites e em gozo de seus direitos sindicais, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária,** a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, em sua sede social e por vídeo conferência (link a ser disponibilizado aos que solicitarem até 24 horas do início da assembleia), na Rua Santa Isabel, nº 160, 6º andar, Vila Buarque, São Paulo/SP, às 14:00 horas, a fim de deliberarem, em primeira convocação, sobre as seguintes matérias da **Ordem do Dia: 1º)** Parecer do Conselho Fiscal sobre o Balanço do Exercício de 2023; **2º)** Leitura, Discussão e Votação do Relatório da Diretoria e Balanço do exercício de 2023. Não havendo, na hora acima indicada, número legal de Associados para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada uma hora após, no mesmo dia e local, em segunda convocação, com qualquer número de Associados presentes. São Paulo, 22 de abril de 2024. **Natanael Aguiar Costa -** Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2024

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Licitações o Edital nº 021/2024 do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 016/2024 – Processo nº 027/2024, objetivando o fornecimento de combustível (Diesel B S10) para os veículos e máquinas da municipalidade, pelo período de 12 (doze) meses. O Edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Licitações desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira e no site www.iacri.sp.gov.br, Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525 ou pelo e-mails: compras@iacri.sp.gov.br / compras.iacri@gmail.com. A presente licitação realizar-se-á no dia 06/05/2024, às 14h00min.
Iacri, 22 de abril de 2024.
Carlos Alberto Freire–Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 013/2024

O Departamento de Licitações e Contratos torna público que, na data, horário e local, abaixo assinalados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, com critério de julgamento **pelo MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21e respectivas alterações e atualizações vigentes. **Objeto:** Contratação de Empresa especializada em Confecção de Uniformes para os Servidores/Colaboradores da Garagem Municipal da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Rural do Município de Reginópolis-SP, conforme especificações descritas no Termo de Referência - Anexo I, objetivando a organização, a proteção e a segurança na realização das atividades laborais dos servidores. **Tipo de licitação: MENOR PREÇO GLOBAL. Data de realização:** 09 de maio de 2024 às 09:00 horas. **LOCAL: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** localizado na Rua Abrahão Ramos nº 327 – Centro – Reginópolis/SP. **Local para retirada do Edital:** http://www.reginopolis.sp.gov.br no link "Editais e Licitações – Pregão Presencial". Informações adicionais poderão ser obtidas por meio do telefone (14) 3589-9200 ou pelo e-mail licitacao@reginopolis.sp.gov.br .
Reginópolis, 22 de abril de 2024.
Ronaldo da Silva Correa - Prefeito Municipal

PECINI LEILÕES — opea

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE – COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES

1º Público Leilão: 29/04/2024, às 10h00 | 2º Público Leilão: 02/05/2024, às 10h00

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.773.542/0001-22, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, o **Imóvel: Prédio Residencial** à R. Olívio José Garavello nº 243, Jd. Paulistano, Guariba/SP. Área Const.: 76,96m². Área do Terreno: 250,00m². Mat. nº 15.194 do CRI Guariba/SP. Cad. Mun.: nº 8796. **1º Leilão: R$ 275.647,89**. **2º Leilão: R$ 255.923,71**. Ônus do Arrematante: **i)** Pagto à vista do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos escritura/registro; **iii)** Quitação do IPTU vencido após os leilões; **iv)** Custas/despesas para regularização de benfeitorias; **v)** Custas/despesas para desocupação; **vi)** Venda *ad corpus;* **vii)** Tomar ciência do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. Fica o Fiduciante **ABEL MARIANO PINHEIRO**, CPF nº 271.826.608-22, comunicado dos leilões. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU/SP – UASG: 930098 – Informações e editais disponíveis no Serviço de Compras do DAE, Rua Padre João nº 11-25, Vila Santa Tereza, CEP 17012-020, Bauru/SP, das 08h às 17h, telefone (14) 3235-6168 ou download gratuito nos sites www.daebauru.sp.gov.br e www.gov.br/compras.-
Processo nº 9160/2023 **Pregão Eletrônico nº** 002/2024 **Id contratação nº** 93002/2024 **Objeto:** Aquisição de cal hidratada especial para tratamento de água, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos. **Recebimento das propostas:** até 08/05/2024, às 09h00. **Sessão Pública:** 08/05/2024, às 09h00 no site www.gov.br/compras.
"A População de Bauru pagou por este anúncio R$ 232,00"

SINDICATO DOS PRÁTICOS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE FARMACIA, E DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE DROGAS, MEDICAMENTOS, PRODUTOS FARMACÊUTICOS, HOMEOPÁTICOS, ALOPÁTICOS, PERFUMARIAS, COSMÉTICOS, INSUMOS FARMACÊUTICOS, ESSÊNCIAS, PRODUTOS NATURAIS E SIMILARES DE AMERICANA E REGIÃO.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ITINERANTE. O Presidente da entidade supra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os trabalhadores integrantes das categorias profissionais, sócio e não sócios, dos municípios de sua base territorial, para participarem da AGE Itinerante a ser realizada nos 25 de abril a 21 de maio de 2024, dás 9:00 horas às 19:00 horas, que percorrerá os estabelecimentos do comércio varejista e atacadista de drogas, medicamentos, produtos farmacêuticos, homeopáticos, alopáticos, perfumaria, cosméticos, insumos farmacêuticos, essências, produtos naturais e similares, dando por encerrados os trabalhos da AGE Itinerante no dia 21 de maio de 2024 às 17:00 horas, na Sede do Sindicato na Rua Teodoro Langaard, nº. 102, Bonfim, município de Campinas/SP, a fim de deliberarem na forma da lei sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem do Dia: a) apresentação, discussão e aprovação das propostas de pauta de reivindicações para as negociações das Convenções Coletivas de Trabalho a serem negociadas junto às categorias econômicas, visando a obtenção de vantagens econômico e social para os empregados da categoria, e ou prorrogação do Instrumento Coletivo vigente; b) deliberar e aprovar sobre a contribuição assistencial da categoria profissional beneficiária do resultado da negociação salarial, decidindo sobre o percentual de contribuição e forma de oposição; c) discussão e aprovação das condições em que haverá paralisação coletiva, na hipótese de recusa pela categoria patronal em discutir as reivindicações constantes da pauta a ser aprovada, ou cumprimento da mesma depois de formalizada; d) votação pela Assembleia sobre a concessão de poderes específicos ao Presidente da entidade e/ou da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, para negociar e firmar a Norma Coletiva, Acordo Coletivo ou instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho nos termos da legislação vigente, se for o caso; e) outros assuntos de interesse da categoria profissional, Campinas, 23 de abril de 2024 – Valdir Ribeiro da Silva – Presidente.

SAAEB

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL –
AMBIENTAL AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 09/2024 - EDITAL 09/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO 09/2024

O Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro – SAAEB AMBIENTAL torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para aquisição de materiais e equipamentos para a composição dos sistemas elétricos da Estação Elevatória de Esgoto (EEE) de Bebedouro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. A realização da sessão pública ocorrerá em 07/05/2024 às 09h31min no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no site do SAAEB AMBIENTAL: https://www.saaebambiental.com.br e no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações pelo telefone: 17 3344-5407 ou pelo e-mail saaeb.licitacao@bebedouro.sp.gov.br
Bebedouro, 22 de abril de 2024
Gilmar Aparecido Feltrim - Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS Estado de São Paulo
DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO
Coordenadoria de Compras e Licitações julio.favinha@campinas.sp.leg.br
Ramal: 2590

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024 – UASG 926677

Acha-se aberto na Câmara Municipal de Campinas o Pregão nº 11/2024 - Eletrônico - Processo CMC-ADM-2024/00064 - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, pelo período de 60 meses, conforme condições e exigências contidas no Anexo I - Termo de Referência.
Recebimento das Propostas: a partir das 09h do dia 23/04/2024;
Início da Disputa de Preços: a partir das 10h do dia 09/05/2024;
Disponibilidade do Edital: a partir de 23/04/2024, no portal eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br/** e portal da transparência: **https://www.campinas.sp.leg.br/transparencia/compras-e-licitacoes/compras-e-licitacoes-2024/pregoes-eletronicos** Esclarecimentos adicionais através dos e-mails: **licitacoes@campinas.sp.leg.br / compras.camara.campinas@gmail.com.**
Campinas, 22 de abril de 2024
Julio Cesar Favinha
Diretor de Materiais e Patrimônio

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 043/2023

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que a Concorrência acima mencionada, que tem por objeto "Fornecimento de mão de obra e materiais para ampliação do Sistema de Monitoramento existente no DAE, incluindo 11 novas estações", foi adjudicada e homologada no dia 22 de abril de 2024 em favor da licitante CONTROL ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO LTDA – CNPJ 13.435.123/0001-05 com valor global de R$ 400.114,79.
Jaguariúna, 22 de abril de 2024
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

Aviso de abertura de Pregão Eletrônico Nº 90001 - Penitenciária de Limeira/SP Nº Processo: 006.00096534/2024-40. Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios do tipo estocáveis de acordo com as especificações técnicas, condições, qualidade, quantidades e padrões de desempenho estabelecidos no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 45 (quarenta e cinco). Valor total da licitação: R$ 1.456.916,90 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e noventa centavos). Disponibilidade do edital: 23/04/2024, Horário: das 08h00 às 17h00. Endereço: Rodovia Luis Ometto, s/n Km 32+100m, Zona Rural, Limeira/SP; Link do PNCP: www.pncp.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 23/04/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/05/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROC 41/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO 14/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de brigadistas para os eventos da Prefeitura Municipal de Itatinga, conforme especificações constantes do anexo I deste edital. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 08/05/2024 às 08:30; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08/05/2024 às 09:00. LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. EDITAL E INFORMAÇÕES: www.itatinga.sp.gov.br ou (14) 3848-9802. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ipuã, comunica que encontra-se ABERTO o Pregão Eletrônico nº 014/2024, Processo nº 032/2024, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos para utilização nos atendimentos a serem realizados nas Unidades de Saúde, pertencentes a Secretaria de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. O Edital encontra-se no site: https://www.ipua.sp.gov.br/portal/editais/1. A sessão pública será via www.licitamaisbrasil.com.br com início às 09h:00min no dia 20/05/2024. Mais informações: pregao@ipua.sp.gov.br.
Ipuã/SP, 19 de abril de 2024.
Isabela Fernandes Antoniassi de Souza
Chefe da Divisão de Licitações e Contratos Administrativos

ESTADO DO CEARÁ – TRIBUNAL DE JUSTIÇA – EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.o 014/2024. A Comissão Permanente de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará torna público que realizará, no dia **15 de maio de 2024, às 10:30h** (horário de Brasília), um **Pregão Eletrônico** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto a **"Contratação de prestação dos serviços de produção audiovisual, que envolve produtos (vídeo e/ou áudio) jornalísticos, promocionais, institucionais e documentais, incluídas a captação, edição e finalização de imagens/sons dos produtos, para veiculação em locais de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará".** As propostas de preços serão recebidas, por meio eletrônico, até o dia **15 de maio de 2024, às 10:00h** (horário de Brasília). Edital e demais informações estão disponíveis nos sites **tjce.jus.br** e **licitacoes-e.com.br**. Contato pelo e-mail **cpl.tjce@tjce.jus.br** ou WhatsApp: (85) 3207-7100. Fortaleza-CE, aos 22 de abril de 2024. **PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 009/2021
Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 028/2021

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 9/5/2024, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa de opinião pública em abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa. O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites **www.compras.mg.gov.br** e **www.almg.gov.br**.
Belo Horizonte, 22 de abril de 2021 - Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Saúde
CAIS - Clemente Ferreira, Lins

Encontra-se aberto no Cais Clemente Ferreira em Lins, sito à Estrada Lins Guaiçara (Rod.Hermínio Paizan) Km 04 - s/n - Lins/São Paulo, Pregão Eletrônico 90005/2024, referente à Aquisição de Medicamentos Psicotrópicos. A realização da sessão será no dia 13/05/2024 às 09:00horas. Mais informações no endereço acima, no Núcleo de Finanças e Suprimento através do telefone (14) 3533-1606, por e-mail no caiscf-contratos@saude.sp.gov.br ou pelo site do portal nacional de contratações pública - PNCP https://pncp.gov.br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados, por meio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, sediado na Estrada Boa Vista, nº 575, Jardim Atalaia - Cotia / SP, Galpões 11 e 12, Condomínio Boa Vista Rod. Raposo Tavares nº 36.720, Cotia/SP, do **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, que será realizada na Plataforma da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda.
1) PA nº 40.494/2023. PE nº 10/2024. às 10:00 horas do dia 15/05/2024. Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – Faixas 3 e 5.
a) Ronaldo L. Pinto – Diretor Administrativo de Obras e Infraestrutura Urbana
O edital estará disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) **https://bll.org.br**; e da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Concorrência Eletrônica n° 005/2024 – Processo nº 028/2024 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7421/2023, torna público, que realizará Concorrência Eletrônica no dia **17 de maio de 2024, às 08h30min**, visando a **Contratação de empresa especializada para a execução de obras de CONSTRUÇÃO DE ECOPONTO, com fornecimento de mão-de-obra, materiais de primeira linha e equipamentos necessários, conforme especificações constantes da planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, cronograma físico, quadro de composição de BDI, memorial descritivo e projetos elaborados pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Junqueirópolis.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.
Junqueirópolis/SP, 22 de abril de 2024.
ÉDER JUNIO DE SOUZA
Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção

Companhia Lithographica Ypiranga - Em Liquidação

CNPJ nº 60.829.157/0001-56

Demonstrações Financeiras findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em cumprimento às disposições estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas. As Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **À Diretoria**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo / Circulante	**4.337.834,60**	**4.244.669,16**
Caixa	27,99	27,99
Bancos	385,75	170,74
Bancos com Aplicação	88,91	17,79
Devedores para Duplicatas	3.063.536,61	3.063.536,61
Depósitos Judiciais	1.273.795,34	1.180.366,03
Adiantamento a Fornecedores	-	550,00
Não Circulante	**44.365,18**	**44.365,18**
Investimentos	**44.365,18**	**44.365,18**
Aplicações Incentivadas	44.365,18	44.365,18
Total do Ativo	**4.382.199,78**	**4.289.034,34**
Passivo / Circulante	**10.227.713,63**	**9.197.128,50**
Contas a Pagar	15.947,00	15.854,37
Imposto de Renda Fonte a Recolher	1.244,06	1.629,03
Contas Correntes	9.785.780,62	8.754.903,15
Contribuição Social a Recolher	118.992,57	118.992,57
Imposto de Renda a Recolher	300.125,55	300.125,55
INSS a Receber de Terceiros	513,93	513,93
Fornecedores	5.109,90	5.109,90
Passivo não Circulante	-	-
Patrimônio Líquido	**(5.845.513,85)**	**(4.908.094,16)**
Capital Social	12.763.312,80	12.763.312,80
Reserva Legal	286.567,80	286.567,80
Prejuízos Acumulados	(17.957.974,76)	(17.270.857,94)
Resultado do Exercício	(937.419,69)	(687.116,82)
Total do Passivo	**4.382.199,78**	**4.289.034,34**

Notas Explicativas: Contexto Operacional: Nota 1. Com seus Ativos Constitutivos na JUCESP em 01/05/1917. Em Liquidação desde 30/04/2015. Publicação no Diário Oficial Empresarial de 03/07/2015. **Nota 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:** Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis do Brasil Lei 6.404/76 e suas alterações de acordo com as práticas contábeis do Brasil Lei 6.404/76 e suas alterações, não trouxe efeitos relevantes sobre o patrimônio e o resultado da empresa. Foram adotadas as seguintes práticas contábeis; **a)** pelo regime de competência do exercício; **b)** Ativo Circulantes - Aplicações Financeiras: São demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não excedem ao valor de mercado. Demais Ativos Circulantes; demonstradas ao custo de aquisição; **c)** Passivo Circulantes e não Circulantes**:** são demonstrados, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas; **d)** Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado; **e)** Imposto de Renda e Contribuição Social: O IR e a CS são calculados com base nas alíquotas efetivas sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre os lucros anuais excedentes a R$240.000,00 e a Contribuição Social a alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado; **Nota 3. Partes relacionadas:** As operações com partes relacioadas foram demonstradas em condições normais de mercado; **Nota 4 - Patrimônio líquido**: **a)** O Capital Social subscrito e integralizado em 31/12/2023 e 2022, é representado por 574.924 ações ordinárias de domiciliados no país; **b)** Reserva de Capital (Legal): Está constituída com base em 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social. Walney de Araújo Moura - Liquidante e Lino Figueira Cortez - Contador CRC 1SP 142086/O-5.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo-31.12.21	**12.763.312,80**	**286.567,80**	**(17.270.857,94)**	**(4.220.977,34)**
Prejuízo do Exercício	-	-	(687.116,82)	(687.116,82)
Saldo-31.12.22	**12.763.312,80**	**286.567,80**	**(17.957.974,76)**	**(4.908.094,16)**
Prejuízo do Exercício	-	-	(937.419,69)	(937.419,69)
Saldo-31.12.23	**12.763.312,80**	**286.567,80**	**(18.895.394,45)**	**(5.845.513,85)**

Demonstração do Resultado do Exercício

	2023	2022
Lucro Bruto	-	-
(-) Despesas Administrativas	925.711,01	676.375,97
(-) Despesas Financeiras	1.673,90	1.333,17
(-) Despesas Tributárias	10.034,78	9.407,68
Resultado Operacional	**(937.419,69)**	**(687.116,82)**
Lucro antes do Imposto de Renda	**(937.419,69)**	**(687.116,82)**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**(937.419,69)**	**(687.116,82)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Atividades Operacionais	2023	2022
Lucro (Prejuízo) Liquido	(937.419,69)	(687.116,82)
Lucro Ajustado	**(937.419,69)**	**(687.116,82)**
Variação do Circulante		
Redução nas Contas do Ativo (AC)	(92.879,31)	(50.574,47)
Redução de Fornecedores (PC)	-	2.319,90
Redução no Contas a Pagar (PC)	1.030.585,13	706,03
Aumento nas Outras Contas (PC)	-	734.153,92
Caixa Gerado	**286,13**	**(511,44)**
Caixa Consumido	**286,13**	**(511,44)**
Saldo de Caixa + Equivalente no início do Exercício	216,52	727,96
Saldo de Caixa + Equivalente no final do Exercício	502,65	216,52

Demonstração de Lucros Acumulados em 31/12/2022

I - Saldo Inicial: Saldo do Exercício Anterior	**(17.957.974,76)**
II - Resultado: Lucro Líquido do Exercício	(937.419,69)
III - Destinação e Transferência	
Saldo no Final do Exercício	**(18.895.394,45)**

PENITENCIÁRIA I DE GÁLIA
ABERTURA DE LICITAÇÃO
Edital: 90001/2024-PIGAL - Processo Administrativo: 006.00130359/2024-27
Data da Abertura: 07/05/2024 às 09h. Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros. Unidade Compradora: 380282 – Penitenciária I de Gália. Modalidade da Contratação: Pregão Eletrônico. Amparo Legal: Lei 14.133/2024, Art. 28,I.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 51/2024 – Ata De Registro De Preços
Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. **EDITAL:** 51/2024. **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. **OBJETO:** aquisição de gêneros alimentícios (pães). **ENCERRAMENTO:** às 13:00h do dia 08/05/2024. **ABERTURA:** às 13:30h do dia 08/05/2024. **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro. **TELEFONES:** (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452. **SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO: www.presidenteprudente.sp.gov.br**. Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 22 de abril de 2024. **Walner Silvestre - Licitador Depto. Compras.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROC 40/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO 13/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição produtos de panificação para a merenda escolar da Prefeitura Municipal de Itatinga, conforme especificações constantes no Termo de Referência. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 07/05/2024 às 08:30; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 07/05/2024 às 09:00. LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. EDITAL E INFORMAÇÕES: www.itatinga.sp.gov.br ou (14) 3848-9802. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 04/2024
EDITAL Nº. 026/2024
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA PREDIAL DO CENTRO COMUNITÁRIO SÃO MIGUEL.
A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 08.05.2024 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 23.04.2024 através dos Sites: **www.comprasbr.com.br** e **licitacao.rioclaro.sp.gov.br.**
IRINEU SENTINELLA NETO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS EMPREGADOS DA EMPRESA COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDUSTRIA - Pelo presente edital, o **SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO,** representado por seu Presidente Ricardo Patah, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** os comerciários da empresa **COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDUSTRIA - CNPJ's nº 93.015.006/0046-15, 93.015.006/0034-81, 93.015006/0053-44,** filiados ou não à entidade, para comparecerem a **Assembleia Geral Extraordinária,** a ser realizada no dia **24/04/2024,** das 09h00min às 17h00min, na Avenida Giovanni Gronchi, 5930, Vila Andrade, São Paulo/SP, CEP: 05724-002, no dia **25/04/2024,** das 09h00min às 11h00min, na Avenida Ermano Marchetti, 240, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05038-000, e nos dias **25/04/2024** das 13h00min às 17h00min e **26/04/2024,** das 09h00min às 17h00min, na Rua Palestra Itália, 500, Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05005-030, com objetivo de deliberarem através de votação, proposta de Acordo Coletivo de Trabalho de Auxílio Creche e outras cláusulas. São Paulo, 22 de abril de 2024. **Ricardo Patah** - Presidente.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024
ÓRGÃO: Município de Caieiras. EDITAL: 039/2024. OBJETO: Registro de Preço para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros municipal, intermunicipal e interestadual para participantes dos programas culturais, esportivos e sociais desenvolvidos pelo Município de Caieiras, conforme termo de referência. MODALIDADE: Pregão Eletrônico. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: será das 14h00min horas do dia 23/04/2024 até às 14h00min do dia 09/05/2024 e ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: no horário às 14h05min do dia 09/05/2024. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 22 de Abril de 2.024.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Departamento de Licitação

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/24 - PROCESSO DIGITAL FF. 262.00003033/2024-24. A Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, TORNA PÚBLICO o credenciamento de associações/Cooperativas/ Pequenos agricultores/ Pessoas Físicas oriundas de agricultores familiares assentados, quilombolas, Comunidades Tradicionais e Indígenas interessados na VENDA DE SEMENTES DESPOLPADAS DE PALMEIRA JUÇARA à Fundação Florestal, em atendimento ao Programa de Conservação da Palmeira Juçara nas Unidades de Conservação – UCs, que tem por objetivo geral a conservação da espécie nos espaços protegidos de domínio público e de domínio privado, das zonas de amortecimento e entorno de UCs, com remanescentes florestais, conforme estabelecido e faculta a PORTARIA NORMATIVA FF Nº 327/2021. A compra das sementes da palmeira juçara será feito por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, artigo 74 da Lei 14.133/2021, de acordo com as condições e exigências previstas nesse edital. Este edital fica vigente ao até o dia 10/12/2024 e terá 3 (três) períodos para o credenciamento. O credenciamento, com a entrega da documentação completa, definida no Anexo I, deverá ser entregue eletronicamente para o seguinte endereço: projucara@fflorestal.sp.gov.br. Ele acontecerá ao longo dos 3 (três) seguintes períodos: Credenciamento 1: de 03/05/2024 a 31/05/2024 Credenciamento 2: de 03/07/2024 a 31/07/2024 Credenciamento 3: de 02/09/2024 a 30/09/2024, O edital estará disponível a partir de 23/04/2024 no site www.compras.gov.br/. O edital também poderá ser acessado pelo site: https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/. Qualquer dúvida ou esclarecimento deverá ser encaminhado pelo email licitacoes@fflorestal.sp.gov.br PARECER AJ 134/24 DATADO DE 22/04/2024.

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1201 a 1208 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860
Consultamos as possíveis empresas nacionais produtoras e fornecedoras dos produtos ou serviços: 1. Abrigo Humanitário Básico (AH – B20i): Descrição: O Abrigo Humanitário Básico (AH – B20i) com área útil de 20 m2, integrante da Linha de Produtos de Alto Desempenho dos Sistemas de Abrigos Temporários IMBEL – SATi, atende aos seguintes requisitos: estrutura externa autossustentável; montagem rápida por içamento; conforto térmico; confiabilidade; resistência a ventos fortes; estrutura tubular leve e intercambiável; cobertura em tecido técnico 100% sintético, duplo rip stop, com permeabilidade seletiva e na cor branca; habitáculo com retardo restrito à propagação de chamas; conexões rígidas com sistema de trancamento; e piso de fácil higienização. O AH – B20i atende também aos requisitos específicos adicionais: Produto Nacional tropicalizado e customizável; fornecido com sobreteto com forração térmica interna parcial; piso em PVC; embalagem padrão; e kit de estaiamento. Poderão integrar o AH – B20i os seguintes opcionais: climatizador compatível, gerador compatível e dedicado, divisórias internas e estrados. Fabricado pela empresa SANSUY S.A - Indústria de Plásticos, CNPJ 14.807.945/0013-68, conforme contrato de licença de uso da marca e desenhos industrial celebrado em 04 de julho de 2016; 2. Abrigo Modular de Campanha Extra (AMC – X30i): Descrição: O Abrigo Modular de Campanha Extra (AMC – X30i) medindo 5,4m (frente) x 6,2m (profundidade) x 2,7m (altura máxima –central) com área útil de 30 m², peso aproximado 256 Kg, integrante da Linha de Produtos de Alto Desempenho dos Sistemas de Abrigos Temporários IMBEL – SATi, atende aos seguintes requisitos: estrutura externa autossustentável; montagem rápida por içamento; conforto térmico; modularidade; confiabilidade; resistência a ventos fortes; estrutura tubular leve e intercambiável; cobertura em tecido técnico 100% sintético, duplo rip stop, com permeabilidade seletiva e estampa rajada padrão Exército Brasileiro; habitáculo com retardo restrito à propagação de chamas; conexões rígidas com sistema de trancamento; e piso de fácil higienização. O AMC – X30i atende também aos requisitos específicos adicionais: Produto Nacional tropicalizado e customizável; fornecido com sobreteto com forração térmica interna parcial; piso em PVC; kit elétrico: M3 (4 tomadas e 2 luminárias), bivolt; kit de Manutenção 1º escalão; jogo de bolsas para transporte manual pelo usuário; embalagem padrão; e kit de estaiamento. Poderão integrar o AMC – X30i os seguintes opcionais: climatizador compatível, gerador compatível e dedicado, divisórias internas e estrados. Fabricado pela empresa SANSUY S.A - Indústria de Plásticos, CNPJ 14.807.945/0013-68, conforme contrato de licença de uso da marca e desenhos industrial celebrado em 04 de julho de 2016; 3. Abrigo Modular de Campanha Leve (AMC – L20i): Descrição: O Abrigo Modular de Campanha Leve (AMC – L20i) com área útil de 20 m2, integrante da Linha de Produtos de Alto Desempenho dos Sistemas de Abrigos Temporários IMBEL – SATi, atende aos seguintes requisitos: estrutura externa autossustentável; montagem rápida por içamento; conforto térmico; modularidade; confiabilidade; resistência a ventos fortes; estrutura tubular leve e intercambiável; cobertura em tecido técnico 100% sintético, duplo rip stop, com permeabilidade seletiva e estampa rajada padrão EB; habitáculo com retardo restrito à propagação de chamas; conexões rígidas com sistema de trancamento; e piso de fácil higienização. O AMC – L20i atende também aos requisitos específicos adicionais: Produto Nacional tropicalizado e customizável; fornecido com sobreteto com forração térmica interna parcial; piso em PVC; kit elétrico: M2 (2 tomadas e 1 luminária), bivolt; kit de Manutenção 1º escalão; jogo de bolsas para transporte manual pelo usuário; embalagem padrão; e kit de estaiamento. Poderão integrar o AMC – L20i os seguintes opcionais: climatizador compatível, gerador compatível e dedicado, divisórias internas e estrados. Fabricado pela empresa SANSUY S.A - Indústria de Plásticos, CNPJ 14.807.945/0013-68, conforme contrato de licença de uso da marca e desenhos industrial celebrado em 04 de julho de 2016; 4. Abrigo Modular de Campanha Super Leve (AMC – SL10i): Descrição: O Abrigo Modular de Campanha Super Leve (AMC – SL10i) com área útil de 10 m2 , integrante da Linha de Produtos de Alto Desempenho dos Sistemas de Abrigos Temporários IMBEL – SATi, atende aos seguintes requisitos: estrutura externa autossustentável; montagem rápida por içamento; conforto térmico; modularidade; confiabilidade; resistência a ventos fortes; estrutura tubular leve e intercambiável; cobertura em tecido técnico 100% sintético, duplo rip stop, com permeabilidade seletiva e estampa rajada padrão EB; habitáculo com retardo restrito à propagação de chamas; conexões rígidas com sistema de trancamento; e piso de fácil higienização. O AMC – SL10i atende também aos requisitos específicos adicionais: Produto Nacional tropicalizado e customizável; fornecido com sobreteto com forração térmica interna parcial; piso em PVC; kit elétrico: M1 (2 tomadas e 1 luminária), bivolt; kit de manutenção 1º escalão; jogo de bolsas para transporte manual pelo usuário; embalagem padrão; e kit de estaiamento. Poderão integrar o AMC – SL10i os seguintes opcionais: climatizador compatível, gerador compatível e dedicado, divisórias internas e estrados. Fabricado pela empresa SANSUY S.A - Indústria de Plásticos, CNPJ 14.807.945/0013-68, conforme contrato de licença de uso da marca e desenhos industrial celebrado em 04 de julho de 2016; 5. Abrigo Modular Humanitário Completo (AMH – C30i): Descrição: O Abrigo Modular Humanitário Completo (AMH – C30i) com área útil de 30 m2, integrante da Linha de Produtos de Alto Desempenho dos Sistemas de Abrigos Temporários IMBEL – SATi, atende aos seguintes requisitos: estrutura externa autossustentável; montagem rápida por içamento; conforto térmico; modularidade; confiabilidade; resistência a ventos fortes; estrutura tubular leve e intercambiável; cobertura em tecido técnico 100% sintético, duplo rip stop, com permeabilidade seletiva e na cor branca; habitáculo com retardo restrito à propagação de chamas; conexões rígidas com sistema de trancamento; e piso de fácil higienização. O AMH – C30i atende também aos requisitos específicos adicionais: Produto Nacional tropicalizado e customizável; fornecido com sobreteto com forração térmica interna parcial; piso em PVC; kitelétrico: M3 (4 tomadas e 2 luminárias), bivolt; kit de Manutenção 1º escalão; jogo de bolsas para transporte manual pelo usuário; embalagem padrão; e kit de estaiamento. Poderão integrar o AMH – C30i os seguintes opcionais: climatizador compatível, gerador compatível e dedicado, divisórias internas e estrados. Fabricado pela empresa SANSUY S.A - Indústria de Plásticos, CNPJ 14.807.945/0013-68, conforme contrato de licença de uso da marca e desenhos industrial celebrado em 04 de julho de 2016; 6. Barraca Humanitária para Defesa Civil (BH – DC 15.1i): Descrição: A Barraca Humanitária para Defesa Civil (BH – DC 15.1i) com área útil de 15 m2 (para acomodar um núcleo familiar), integrante da Linha de Produtos Econômicos dos Sistemas de Abrigos Temporários IMBEL – EcoSATi, atende aos seguintes requisitos: estrutura externa autossustentável; montagem rápida por içamento; conforto térmico moderado; confiabilidade; estrutura tubular leve e intercambiável; cobertura em tecidos técnicos sintéticos com permeabilidade seletiva; habitáculo com retardo restrito à propagação de chamas; conexões rígidas com sistema de trancamento; e piso de fácil higienização. A BH – DC 15.1i atende também aos requisitos específicos adicionais: Produto Nacional tropicalizado e customizável; sobre- teto e habitáculo majoritariamente em tecidos técnicos 100% sintético, com duplo rip stop e permeabilidade seletiva, na cor branca; piso em PVC; kit elétrico: M0 (1 tomada e 1 luminária), bivolt; embalagem padrão; e kit de estaiamento. Fabricado pela empresa SANSUY S.A - Indústria de Plásticos, CNPJ 14.807.945/0013-68, conforme contrato de licença de uso da marca e desenhos industrial celebrado em 04 de julho de 2016; 7. Barraca Humanitária para Defesa Civil (BH – DC 15.2i): Descrição: A Barraca Humanitária para Defesa Civil (BH – DC 15.2i) com área útil de 15 m2 (para acomodar um núcleo familiar) e uma varanda de 7,5 m², integrante da Linha de Produtos Econômicos dos Sistemas de Abrigos Temporários IMBEL – EcoSATi, atende aos seguintes requisitos: estrutura externa autossustentável; montagem rápida por içamento; conforto térmico moderado; confiabilidade; estrutura tubular leve e intercambiável; cobertura em tecidos técnicos sintéticos com permeabilidade seletiva; habitáculo com retardo restrito à propagação de chamas; conexões rígidas com sistema de trancamento; e piso de fácil higienização. A BH – DC 15.2i atende também aos requisitos específicos adicionais: Produto Nacional tropicalizado e customizável; sobre-teto e habitáculo majoritariamente em tecidos técnicos 100% sintético, com duplo rip stop e permeabilidade seletiva, na cor branca; piso em PVC; kit elétrico: M0 (1 tomada e 1 luminária), bivolt; embalagem padrão; e kit de estaiamento. Fabricado pela empresa SANSUY S.A - Indústria de Plásticos, CNPJ 14.807.945/0013-68, conforme contrato de licença de uso da marca e desenhos industrial celebrado em 04 de julho de 2016; 8. Conjunto Posto de Triagem de Grande Unidade (CPTrigGU – X60i): Descrição: O Conjunto Posto de Triagem de Grande Unidade (CPTrigGU – X60i) com área útil de 60 m2 , integrante da Linha de Produtos de Alto Desempenho dos Sistemas de Abrigos Temporários IMBEL – SATi , sendo constituído de: - 2 (dois) Abrigos Modulares de Campanha Extra (AMC – X30i), com área útil de 30 m2, integrante da Linha de Produtos de Alto Desempenho dos Sistemas de Abrigos Temporários IMBEL – SATi, atende aos seguintes requisitos: estrutura externa autossustentável; montagem rápida por içamento; conforto térmico; modularidade; confiabilidade; resistência a ventos fortes; estrutura tubular leve e intercambiável; cobertura em tecido técnico 100% sintético, duplo rip stop, com permeabilidade seletiva e estampa rajada padrão Exército Brasileiro; habitáculo com retardo restrito à propagação de chamas; conexões rígidas com sistema de trancamento; e piso de fácil higienização. O AMC – X30i atende também aos requisitos específicos adicionais: Produto Nacional tropicalizado e customizável; fornecido com sobreteto com forração térmica interna parcial; piso em PVC; kit elétrico: M3 (4 tomadas e 2 luminárias), bivolt; kit de Manutenção 1º escalão; jogo de bolsas para transporte manual pelo usuário; embalagem padrão; e kit de estaiamento; - 2 (dois) climatizadores CLIMASATi – 3TR (36000 BTU); e - 2 (dois) geradores compatíveis e dedicados para os climatizadores CLIMASATi – 3TR (36000 BTU). Poderão integrar o CPTrigGU – X60i os seguintes opcionais: divisórias internas e estrados. Fabricado pela empresa SANSUY S.A - Indústria de Plásticos, CNPJ 14.807.945/0013-68, conforme contrato de licença de uso da marca e desenhos industrial celebrado em 04 de julho de 2016. A se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade. São Paulo, 23 de abril de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO
COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024** OBJETO: CCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO E PEQUENAS REFORMAS EM PRÓPRIOS MUNICIPAIS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. FICA PRORROGADA A DATA DE ABERTURA DO PRESENTE PREGÃO ELETRÔNICO, QUE SERIA REALIZADA NO DIA 30/04/2024 ÀS 09H, FICANDO DESIGNADO O DIA 09/05/2024, ÀS 09H, PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA. O Edital está disponível no site www.sertaozinho.sp.gov.br e no https://bll.org.br. INFORMAÇÕES: FONE: (16) 2105-3036 / 2105-3051 Secretaria de Administração; Departamento de Licitações, 22 de abril de 2024. Gabriel Diniz Carvalho Franco Diretor do Departamento de Licitações

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
C.P.P. III "PROF. NOÉ AZEVEDO" DE BAURU
ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90012/2024 - Edital nº 15/2024
Processo Administrativo: 006.00130156/2024-31
Data abertura: 07/05/2024 às 09h
Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br
Objeto: Combustível automotivo (Álcool Etílico Hidratado / Etanol)
Modalidade: Pregão Eletrônico, Art. 28, Lei 14.133/21, I.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90019/2024
Objeto: Contratação de serviços de controle sanitário de ambiente, que abrange desinsetização, desratização e descupinização. Envio das propostas: até 13 horas de 08/05/2024, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 23/04/2024, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material.**

ABERTURA DE LICITAÇÃO
Edital nº **90.002/2024**
Processo Administrativo: **006.00111633/2024-69**
Data abertura: **08/05/2024 às 09h**
Endereço eletrônico: **www.comprasnet.gov.br**
Objeto: **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS**
Unidade Compradora: **380204– Centro de Progressão Penitenciária de Valparaíso-SP**
Modalidade da Contratação: **Pregão Eletrônico**
Amparo Legal: **Lei 14.133/2021, Art. 28, I**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR
AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 038/2024 – Processo nº 061/2024
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para diversos setores. **Data de Abertura:** 08 de maio de 2024 às 14h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olímpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – **E-mail:** licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 22 de abril de 2024.**
AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 039/2024 – Processo nº 062/2024
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de informática para diversos setores. **Data de Abertura:** 09 de maio de 2024 às 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olímpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – **E-mail:** licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 22 de abril de 2024.**

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2024
ÓRGÃO: Município de Caieiras. EDITAL: 035/2024. OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de exames, eletivos de endoscopia digestiva alta e colonoscopia para fins de diagnósticos e terapêuticos aos pacientes, com biópsia se necessário, conforme especificações contidas no termo de referência. MODALIDADE: Pregão Eletrônico. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: será das 08h00min horas do dia 23/04/2024 até às 08h00min do dia 08/05/2024 e ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: no horário às 08h05min do dia 08/05/2024. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 22 de Abril de 2.024.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Departamento de Licitação

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Nº 0457.2024.AC 74.PE.0183.SAD.DAG-SDS aviso de abertura Objeto: Registro de Preços para o fornecimento eventual de Insumos para o equipamento Analisador Genético ABI3500, visando atender as necessidades do Instituto de Genética Forense Eduardo Campos - IGFEC/SDS/PE. Valor máximo estimado: R$ 311.405,2699 Entrega das propostas: até 08/05/2024, às 08h45. Início disputa: 08/05/2024, às 09h00 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7760. Edjane Maria da Silva - AC-74.
SECRETARIA ESTADUAL - HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO - GOV. PAULO GUERRA
Aviso de proposta de preços Objeto: O Hospital da Restauração/SES-PE, com sede na Av. Agamenon Magalhães,s/n, Derby, Recife-PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.572.048/0002-09, informa que no período de 23/04/2024 – 10:00h a 26/04/2024– 10:00h, através da cotação 0969-04/24 estaremos recebendo proposta de preços via plataforma do Pe integrado, para dispensa de licitação emergencial para aquisição de luvas de procedimento não estéril referente ao SEI 2300000877.000269/2024-31 para atender demanda do HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO por um período de um ano. Informações e esclarecimentos serão através do telefone 81- 3181 5656 e 3181 5588 ou pessoalmente na Gestão de Compras - 9º andar do hospital da Restauração, Av. Agamenon Magalhaes, s/n, Derby, Recife-PE.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Aviso de abertura processo Nº 0445.2024.AC-03.PE.0174.SAD.SEAP Objeto:Fornecimento contínuo de gás de cozinha, composição básica propano e butano, inflamável, tipo a granel, acondicionado em cilindro, pesando 190 kg, com instalação de equipamentos para funcionamento do sistema, sem custos adicionais para a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização(Antiga Secretaria Executiva de Ressocialização), visando atender às Unidades Prisionais do Estado de Pernambuco, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).Valor máximo estimado: R$5.795.091,1524. Entrega das propostas: até 07/05/2024,às 09:00 H. Início disputa:07/05/2024, às 09:15 H (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site www.peintegrado.pe.gov.br.Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.Outras informações(81) 3183-7830.Wagner Lima. Agente de Contratação/Pregoeiro 03.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2024/PE-DA-DR20
Sei! 139.00047385/2023-71
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER, o **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 007/2024/PE-DA-DR20**, destinado ao Departamento de Estradas de Rodagem, denominado PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a **Contratação de empresa para implantação de alambrados para proteção da fauna ao longo da Rodovia SP-613, Rodovia Arlindo Béttio, trecho Teodoro Sampaio Euclides da Cunha – Rosana, especificamente nas unidades de conservação do Parque Estadual do Morro do Diabo (PEMD) e da estação ecológica mico-leão-preto (ESEC MLP). adicionalmente, o projeto contempla a instalação de portões e "jump-outs" (rampas de escape)**, a ser realizado por intermédio do PNCP (Portal Nacional de Compras Pública), cuja abertura está marcada para **o dia 09/05/2024 as 09:00 horas.** Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 23/04/2024, o site **www.compras.sp.gov.br**, mediante obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O edital também está disponível nos seguintes sites: **www.der.sp.gov.br**, **www.e-negociospublicos.gov.br** e **www.pncp.com.br**.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO PIRASSUNUNGA – SAEP.
AVISO DE LICITAÇÃO Edital: 45/24. Processo Administrativo: 344/24. **Pregão Eletrônico: 09/24.** Objeto: aquisição de materiais diversos para laboratório das estações de água e esgoto do SAE. O Edital será disponibilizado nos sites www.saep.sp.gov.br, www.bll.org.br e PNCP, no dia 23 de abril de 2024. A data início para envio das propostas eletrônicas será 23 de abril de 2024 e a abertura da Sessão Pública será às 09:00 horas do dia 06 de maio de 2024. Pirassununga, 22 de abril de 2024. José Roberto Barone – Superintendente.

FIPAI FUNDAÇÃO PARA O INCREMENTO DA PESQUISA E DO APERFEIÇOAMENTO INDUSTRIAL
DESPACHO DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE DE 19.04.2024
Autorizo na forma do caput do Art.72, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, a Dispensa de Licitação, para despesa abaixo especificada, devidamente justificada, e em conformidade com o Parecer Jurídico e Justificativa Técnica do Coordenador do Projeto, constante dos autos, conforme prevê o Art. 72, Inciso III do mesmo diploma legal. **Interessada:** FIPAI Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial. **Fundamento Legal:** Artigo 75, Inciso IV, Letra c da Lei Federal nº 14.133/2021. **Processo:** FIPAI nº 10/2024 - Dispensa de Licitação - Processo Petrobrás nº 2019/00823-3. **Objeto:** Aparelhos de Ar condicionado. **Contratada:** BHP Engenharia Térmica e Comércio Ltda - CNPJ: 53.484.010/0005-30. **Valor:** R$ 35.136,00. **Frederico Fábio Mauad - Diretor Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROC 44/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO 15/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de gradis, montantes dos gradis e portões de gradis para Prefeitura Municipal na cidade de Itatinga/SP, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 09/05/2024 às 08:30; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09/05/2024 às 09:00. LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. EDITAL E INFORMAÇÕES: www.itatinga.sp.gov.br ou (14) 3848-9802. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

Aviso de abertura de Chamada Pública nº. 01/2024 - Penitenciária de Limeira/SP. Nº Processo: 006.00063456/2024-05 (20240173523). Objeto: Credenciamento de Agricultores Familiares para atendimento ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Pessoal - PPAIS, para aquisição de gêneros alimentícios do tipo hortifrutigranjeiros. Total de Itens Licitados: 09 (nove). Valor total da licitação: R$ 62.213,40 (sessenta e dois mil, duzentos e treze reais e quarenta centavos). Disponibilidade do edital no endereço eletrônico www.itesp.sp.gov.br e www.sap.sp.gov.br. Entrega de propostas: 23/04/2024 a 07/05/2024, das 08:00hás16:00h, e no dia 08/05/2024 das 8:00 h às 08:59h - Rodovia Luis Ometto, s/n Km 32+100m, Zona Rural, Limeira/SP e através de solicitação por email: administrativo@plimeira.sap.sp.gov.br; Abertura das Propostas: 08/05/2024 às 09h30 .

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO Nº 052/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO A MANDADO DE SEGURANÇA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA QUE INTEGRA O EDITAL. Recebimento das Propostas: das 09h00min do dia 24/04/2024 às 08h30min do dia 09/05/2024. Abertura das Propostas: às 08h31min do dia 09/05/2024. Início da Sessão de Disputa: às 09h00min do dia 09/05/2024. Local: www.bll.org.br. Modo de Disputa: Aberto OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.guararapes.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores informações contato via e-mail: compras@guararapes.sp.gov.br
Guararapes, 22 de abril de 2024
Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL
CNPJ nº 46.612.032/0001-49
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2024
PROCESSO Nº 023/2024 - D.A. - D.C.L.
OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e cozinha para as Repartições Municipais e Órgãos Conveniados – Secretaria Municipal da Educação de Mirassol/SP.
TIPO: "MENOR PREÇO"
Apresentação das Propostas: Até 08/05/2024 às 09:00 horas (horário de Brasília)
Abertura da "Proposta" Sessão Pública: Dia 08/05/2024 às 09:00 horas.
Início da disputa de preço: Dia 08/05/2024 a partir das 09:05 horas (horário de Brasília).
INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Diretamente nos sites www.bll.org.br, www.mirassol.sp.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.
Mirassol/SP, 22 de abril de 2024.
Prof.ª Dr.ª Luzia de Fátima Paula
Secretária de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 30/2024, PROCESSO: 100/2024, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS.
• Recebimento das Propostas: até as 8 horas do dia 09/05/2024
• Início da sessão de disputa: 9 horas do dia 09/05/2024
• LOCAL: site www.bll.org.br.
• Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8014.
JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

Edital de Convocação - Convocação de Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente **Edital**, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário De Jaú,** inscrito no CNPJ-MF nº 50.757.608/0001-33, com sede na Rua Amaral Gurgel, nº 134, Centro, município de Jaú, Estado de São Paulo, por seu presidente, **Convoca** todos os trabalhadores integrantes da categoria **de Serraria e Carpintaria, Representada pelo Sindicato, objeto da negociação coletiva,** dos Municípios de **Jaú, Bocaina, Dois Córregos e Itapuí,** para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias, a serem realizadas nos seguintes dias, horários e locais: No dia **08 de maio de 2024**, na cidade de **ITAPUÍ** às 07:00 horas na sede da empresa **JJR Massetto Madeiras Ltda**, estabelecida à Avenida Paes de Barros, nº 1080, Distrito Industrial. No dia **09 de maio de 2024,** na cidade de **DOIS CÓRREGOS,** às 08:00 horas na sede da empresa **Artepack Indústria de Embalagem Ltda**, estabelecida à rua Antonio Casagrande, nº 84, Setor Industrial; e na cidade de **JAÚ** às 17:30 horas na sede social do **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaú,** estabelecida à rua Amaral Gurgel, n 134, Centro. As sessões acima previstas, em primeira convocação, deliberarão sobre a seguinte ORDEM DO DIA: **1)-** Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; **2)-** Leitura, discussão e aprovação do rol de reivindicações dos trabalhadores para renovação das normas coletivas de trabalho da categoria profissional acima elencada, com vigência a partir de **01 de junho de 2024**; **3)-** Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para que, juntamente, com a diretoria da Federação, seja dado início ao processo de negociação coletiva, podendo firmar Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho, e, se necessário, instaurar o competente Dissídio Coletivo (econômico/greve), outorgando para tanto, poderes à diretoria da Federação, por procuração, para este fim; **4)**- Leitura, discussão e aprovação da proposta do Sindicato sobre o desconto da contribuição da categoria para receita orçamentária da Entidade e exercício do direito de oposição; **5)-** Decidir pela manutenção das Assembleias em caráter permanente até o final das negociações, mediante convocação por boletins, se necessário. No caso de não haver "*quórum*" em primeira convocação, as Assembleias realizar-se-ão em segunda convocação, uma hora após a primeira, nos mesmos dias e locais, com qualquer número de presentes, cujas deliberações, constantes da ordem do dia, terão plena validade para toda a categoria. **Jaú/SP, 23 de abril de 2024. Adilson Dallano - Presidente.**

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024
ÓRGÃO: Município de Caieiras – Secretaria Municipal da Educação.
EDITAL: 002/2024.
OBJETO: Credenciamento e recebimento de propostas de associações ou cooperativas da agricultura familiar, visando à aquisição de batata lisa, batata doce rosada, cenoura sem rama, abobrinha italiana, limão taiti, chuchu, beterraba fresca, cebola, mandioca descascada a vácuo, tomate salada, laranja pera, escarola, pimentão verde, berinjela, mexerica, repolho liso, banana nanica em pencas, brócolis sem folhas, salsa fresca, acelga extra, alface, couve manteiga, couve-flor, cebolinha verde, morango de boa qualidade, pêssego, almeirão, diretamente da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural que apresentarem condições técnicas para atender à legislação vigente e solicitação da Administração, para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para entrega parcelada.
MODALIDADE: Chamada Pública.
DATA DO CREDENCIAMENTO: até às 09h00min do dia 23/05/2024 – no momento do credenciamento dos interessados deverão atender às exigências do Edital, apresentando toda a documentação para avaliação junto ao Departamento de Licitação do Município sito na Av. Professor Carvalho Pinto, 207, 2º andar, Sala 11, Centro, Caieiras, SP.
O Edital poderá ser retirado até o dia 22/05/2024. Os interessados poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 22 de Abril de 2.024.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Departamento de Licitação

Impres - Companhia Brasileira de Impressão e Propaganda - Em Liquidação
CNPJ nº 60.829.231/0001-34
Demonstrações Financeiras findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em cumprimento às disposições legais estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. As Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2023. **Á Diretoria**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo / Circulante	**4.010.665,65**	**4.010.624,79**
Bancos	98,35	121,29
Bancos com Aplicação	76,60	12,80
IRF à Compensar	115.512,07	115.512,07
Devedores para Duplicatas	87.710,66	87.710,66
Depositos Judiciais	876.413,32	876.413,32
Contas Correntes	2.930.854,65	2.930.854,65
Não Circulante	**54.477,14**	**54.477,14**
Investimentos	**54.477,03**	**54.477,03**
Aplicações Incentivadas	54.477,03	54.477,03
Intangível	**0,11**	**0,11**
Marcas e Patentes	0,11	0,11
Total do Ativo	**4.065.142,79**	**4.065.101,93**
Passivo / Circulante	**4.282.906,92**	**3.598.598,00**
Contas a Pagar	9.642,99	10.437,27
Contas Correntes	4.016.540,31	3.331.390,31
Imposto de Renda Fonte a Recolher	1.128,13	1.174,93
Contribuição Social a Recolher	68.507,34	68.507,34
Imposto de Renda a Recolher	184.298,15	184.298,15
Fornecedores	2.790,00	2.790,00
Passivo não Circulante	**-**	**-**
Patrimônio Líquido	**(217.764,13)**	**466.503,93**
Capital Social	7.666.119,56	7.666.119,56
Reserva de Incentivos Fiscais	9.615,68	9.615,68
Reserva Legal	362.167,99	362.167,99
Prejuízos Acumulados	(7.571.399,30)	(7.272.714,88)
Resultado do Exercício (2023)	(684.268,06)	(298.684,42)
Total do Passivo	**4.065.142,79**	**4.065.101,93**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31.12.2021	**7.666.119,56**	**9.615,68**	**362.167,99**	**(7.272.714,88)**	**1.366.213,28**
Lucro do Exercício	-	-	-	(298.684,42)	(298.684,42)
Saldo em 31.12.2022	**7.666.119,56**	**9.615,68**	**362.167,99**	**(7.571.399,30)**	**466.503,93**
Lucro do Exercício	-	-	-	(684.268,06)	(684.268,06)
Saldo em 31.12.2023	**7.666.119,56**	**9.615,68**	**362.167,99**	**(8.255.667,36)**	**(217.764,13)**

Demonstração do Resultado do Exercício	2023	2022
Lucro Bruto	-	-
(-) Despesas Administrativas	682.567,08	297.341,79
(-) Despesas Financeiras	1.494,30	1.147,25
(-) Despesas Tributárias	206,68	195,38
Resultado Operacional	**(684.268,06)**	**(298.684,42)**
Prejuizo do Exercício	**(684.268,06)**	**(298.684,42)**

Demonstração do Fluxo de Caixa	2023	2022
1 - Atividades Operacionais		
Lucro(Prejuízo Líquido)	(684.268,06)	(298.684,42)
Lucro Ajustado	**(684.268,06)**	**(298.684,42)**
Variação do Circulante		
Redução nas contas do ativo circulante	-	(2.385,47)
Aumento nas contas do passivo	684.308,92	300.429,73
Caixa gerado	**40,86**	**(640,16)**
Atividades de Investimentos		
Aplicações Financeiras	-	-
Caixa Consumido	**40,86**	**(640,16)**
Saldo de Caixa + Equivalente no início do Exercício	134,09	774,25
Saldo de Caixa + Equivalente no final do Exercício	174,95	134,09

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	
I - Saldo Inicial	
Saldo do Exercício Anterior	**(7.571.399,30)**
II - Resultado	
Prejuízo Líquido do Exercício	(684.268,06)
III - Destinação e Transferência	
Saldo no Final do Exercicio	**(8.255.667,36)**

Notas Explicativas: Contexto Operacional: Nota 1. Com seus Atos Constitutivos registrados na JUCESP em 16/05/1947. Em Liquidação desde 30 de Abril de 2015. Publicação no Diário Oficial Empresarial em 03 de julho de 2015; **Nota 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:** Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e societárias do Brasil Lei 6.404/76 e suas alterações, não trouxe efeitos relevantes sobre o patrimônio e o resultado da empresa. Foram adotadas as seguintes práticas; **a) Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício. **b) Ativos Circulantes - Aplicações Financeiras:** são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não excedem ao valor de mercado - Demais Ativos Circulantes; Demonstrados ao custo de aquisição; **c) Passivo Circulante e não Corculante:** são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas; **d) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituida como resultado de um evento passado; **e) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de Renda e a Contribuição Social, são calculados com base nas alíquotas efetivas sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre os lucros anuais excedentes a R$240.000,00, e a Contribuição Social a alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **Nota 3. Partes Relacionadas:** foram demonstradas em condições normais de mercado. **Nota 4. Patrimônio Líquido: a)** O Capital Social subscrito e integralizado em 31/12/2023 e 31/12/2022 é representado por 36.999.394 ações ordinárias e 35.000 ações preferenciais, **b)** Reserva de Capital (Legal); Está constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme legislação societária, limtada a 20% do capital social. Walney de Araújo Moura - Liquidante e Lino Figueira Cortez - Contador CRC 1SP 142086/O-5.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PRESTES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2024** A Prefeitura do Município de Fernando Prestes, faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2024, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada, para obras de construção de pavimentação asfáltica, guias e sarjetas, drenagem de aguas pluviais e sinalização viária, no Anel Viário Municipal, localizado nesta cidade de Fernando Prestes/SP. O certame será realizado através do sistema Portal de Compras do Município, conforme link de acesso constante no site do município: http://transparencia.fernandoprestes.sp.gov.br:8079/comprasedital/. O recebimento das propostas será até as 08:30h do dia 09 de maio de 2024 e o início da sessão de disputa de preços às 08:30h do dia 09 de maio de 2024. O Edital de inteiro teor está à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Fernando Prestes (www.fernandoprestes.sp.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@fernandoprestes.sp.gov.br, ou pelo telefone: 16 3258-4000 – Ramal - 6. Fernando Prestes, 22 de abril de 2024. RODRIGO RAVAZZI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços do muro de arrimo em blocos armados, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, em trechos do córrego localizado na Avenida João Brandão Junior, no Município de Itapira/SP, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos, anexos. **Data de Abertura:** dia 05 de junho de 2024, às 08 horas. Antonio Carlos Andrigo Ferreira, Secretário Municipal de Obras. O edital estará disponível aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 as 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br. Itapira, 22 de abril de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Prefeitura de Estrela do Indaiá/MG, torna público a retificação do termo de referência no - PROCESSO LICITATÓRIO N° 020/2024.

A Retificação será publicada, em sua íntegra, no endereço eletrônico: https://www.estreladoindaia.mg.gov.br/

Estrela do Indaiá, 22 de abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Extrato do Edital da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024 - PROCESSO Nº 3776/2024 Órgão – Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 010/2024 do tipo Menor Preço Unitário por mº, o Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE SUBSTRATO PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS, PELO PERÍODO DE 12 MESES, cuja a data de início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 23/04/2024 às 00:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia **06/05/2024 às 09:00h**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br; O Edital na integra se encontrará disponível a partir do dia 23/04/2024. Holambra, 22 de abril de 2024. RODRIGO ALEXANDRE DA SILVA. Diretor Parque e Jardins.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 107/2024 - Processo nº 187.273/2023 - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 001/2024 - do tipo MENOR PREÇO POR LOTE - AMPLA PARTICIPAÇÃO – MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO ¾ COM CARROCERIA BAÚ, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I E III DO EDITAL - Interessada: Secretaria Municipal da Administração. **Período para entrega das propostas: 26/04/2024 as 08h até 13/05/2024 as 09h30. Data prevista para abertura da sessão pública: 13/05/2024 às 09h30.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2.º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 – Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1092 ou através de download gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000128/2024**, ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br** - Nº 98001/2024 onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 22/04/2024 - José Roberto dos Santos Júnior - Diretor da Divisão de Licitações.

Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - SINPRO ABC - Assembleia Geral Extraordinária Virtual - 27/04/2024 - Pelo presente edital, ficam convocados os Professores e Professoras que lecionam no Ensino Médio do SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, sindicalizados ou não, dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, base territorial do Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 53.714.440/0001-77, devidamente registrado no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 914.027.422.86563-0, com sede à Rua Pirituba, 61/65 - Bairro Casa Branca - Santo André - SP - CEP: 09015-540, observando a fundamentação para realização de assembleia na modalidade virtual, baseado no art. 4º-A, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, incluído pela Lei nº 14.309, de 2022, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária Virtual, que se realizará no dia 27 de abril de 2024, às 9 horas e 30 minutos, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 10 horas, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota ZOOM, cujo link para acesso será encaminhado aos Professores e Professoras que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador no SENAC-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: assembleia@sinpro-abc.org.br, impreterivelmente até o horário definido para a primeira convocação, acima referido. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidos no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A) Análise de eventual contraproposta patronal; B) Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; C) Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo. Santo André, 23 de abril de 2024 - Edilene Arjoni Moda - Presidente.

Sindicato dos Professores dos Estabelecimentos de Educação Básica (Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), Ensino Superior, Ensino Profissionalizante, Cursos Livres e Afins de Jaú – SINPRO JAÚ

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Professores de Jaú – SINPRO Jaú, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.067.627/0001-46, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº911.027.422.91242-0, sito à Rua Miguel Sancinetti, 217 – Jd Netinho Prado – Jaú/SP, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as Professoras e todos os Professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante, Educação Especial, Cursos Supletivos, Educação de Jovens e Adultos, Cursos Preparatórios para Vestibulares da rede privada de ensino, sindicalizados ou não, na base territorial do município de Jaú, para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 26 de abril de 2024, na sede do sindicato, às 15:30hrs, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 16:00hrs, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- **A.** Análise de eventual contraproposta patronal;
- **B.** Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e
- **C.** Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

Jaú, 22 de abril de 2024
Lauro Simões de Castro Netto
Presidente

MITSUI & CO.(BRASIL) S.A.

CNPJ/MF 61.139.697/0001-70 - NIRE 35.300.172.108

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Dia 20/03/2024, às 10hs, na sede social, em São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Quórum:** Presente a totalidade do capital social. **Mesa: Presidente Yuki Kodera; Secretário Norihisa Tanaka. Deliberação unânime:** **(a)** Aprovada a Alteração do Artigo 3º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 3º** - A sociedade tem por objeto: **a)** o comércio interno e internacional de produtos primários, manufaturados e semimanufaturados, mediante a distribuição, compra, venda, exportação, importação e/ou comércio atacadista, em geral por conta própria ou por conta e ordem de terceiros, incluindo: produtos químicos; i. petroquímicos; ii. solventes; iii. autopeças; iv. lingote de alumínio; v. lácteos; vi. produtos cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes e respectivas matérias-primas e insumos; vii. materiais de construção; viii. equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; ix. madeira e produtos derivados; x. papel e papelão em bruto; xi. mercadorias em geral, sem especialização particular e com predominância de produtos alimentícios, incluindo carne de bovinos e de suínos, produtos de salsicharia, peixes e outros frutos do mar, sejam frescos, frigoríficados, congelados ou preparados, secos e salgados; xii. ração e outros produtos alimentícios para animais; **b)** a prestação de serviços de assessoramento mercantil e representação de negócios internos e internacionais em geral, por conta própria ou de terceiros, de produtos primários, manufaturados e semimanufaturados, incluindo produtos químicos, petroquímicos, solventes, autopeças e lingotes de alumínio; **c)** o registro, comércio, importação e exportação de produtos agrotóxicos/agroquímicos, biológicos, domissanitários, fertilizantes e afins; **d)** a prestação de serviços de assessoria e consultoria em gestão empresarial; **e)** atividades na área de logística e operação de transporte multimodal, incluindo: i. agenciamento de carga, inclusive, porém não se restringindo a agente de cargas marítimas, com o propósito de cuidar do recebimento, desconsolidação e entrega das cargas aos destinatários movimentadas através desse modal; e ii. transportes em geral, especialmente de natureza multimodal, nos modais terrestres, marítimos e aéreos; **f)** a locação de bens móveis; **g)** a participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio, quotista ou acionista; **h)** a prestação de expediente, secretaria em geral, apoio e infraestrutura administrativa; **i)** a locação de imóveis próprios; e **j)** a consultoria em tecnologia da informação." **(b)** Aprovada a Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Nada mais, formalidades legais. A íntegra da presente Ata e seus anexos estão registrados na JUCESP sob nº 153.216/24-4 em 15/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO
(COMUNICADO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2024 - PROCESSO Nº 1353/2024
TIPO: Menor Valor Por Item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 041/2024**. Objeto: **Aquisição de 2 (dois) veículos, sendo um do tipo hatch e outro do tipo pick-up, para atender à Secretaria de Saúde, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.** Diante da divergência do Edital e cadastramento na Plataforma BBMNET, informo que o Pregão Eletrônico nº 041/2024 fica **republicado** com data da sessão pública para a disputa de preços para o dia **08 de maio de 2.024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 17:00 horas do dia 23 de abril de 2024.

Publique-se
Santo Antônio de Posse/SP, 22 de abril de 2.024.
Leticia Granzier Secchinatto - Pregoeira

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO LEILÕES EXTRAJUDICIAIS
exclusivamente online - WWW.VEGASLEILOES.COM.BR
1º Leilão – 13/05/2024 às 15h00 / 2º Leilão – 20/05/2024 às 15h00 (DF)

Hugo Alexandre Pedro Alem, Leiloeiro Oficial, Jucesp 935, autorizado pela Credora/Fiduciária **SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CREDITO**, CNPJ/MF 71.328.769/0001-81, venderá em 1º ou 2º Público Leilões na modalidade online, na forma da Lei 9.514/97, o seguinte bem: **Matricula 26.322 do RI de Lins/SP**: Um prédio residencial tipo BUII-3-47, com 47,19 m² de área construída, situado à rua Elzira Antonia da Silva Ferrazoni nº31, Conjunto Habitacional Lins III, na cidade de Lins/SP, e seu respectivo terreno, lote 21 da Quadra 03, com área total de 225,24 m². Cadastro municipal 03.237.018. **1º LEILÃO: Lance inicial R$212.417,16; 2º LEILÃO: Lance inicial R$191.340,78.** Imóvel ocupado, sendo responsabilidade e ônus exclusivo do arrematante sua desocupação. **ÔNUS**: Eventuais constantes nas matrículas imobiliárias disponíveis no site. **PAGAMENTO**: Totalidade do valor do lance em até 24 horas da arrematação mais a comissão de 5% sobre o lance total ofertado em favor do leiloeiro, no mesmo prazo. O arrematante ficará responsável pelos débitos de IPTU e/ou ITR e todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação, bem como ITBI e custas cartoriais para lavratura e registro da escritura e/ou outro documento/taxa/imposto necessário a transferência. Venda em caráter ad corpus. **E para que chegue ao conhecimento de todos e não possam alegar desconhecimento do feito é publicado o presente Edital, devendo os interessados tomar ciência do Edital completo e regras para participação no site www.vegasleiloes.com.br. Ficam os Devedores/Fiduciantes/Garantidores intimados por meio deste edital das datas, horários e local do leilão. Informações (16) 3877-9797.**

SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo

Autarquia Municipal
Estado de São Paulo

SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. Com base nos elementos constantes no Processo Administrativo n° 419/2023, referente à Tomada de Preços n° 06/2023, do tipo menor preço, regime de execução empreitada por preço global, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para elaboração de Projeto Básico do Barramento VI, no Córrego Bom Jardim, Município de Vinhedo, tendo por finalidade aumentar a capacidade de reservação de água bruta, controlar as vazões e aumentar a disponibilidade hídrica, nos termos das especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e anexos. **HOMOLOGO** o procedimento licitatório com fundamento nas disposições constantes da Lei Federal nº 8.666/93 e **ADJUDICO** o objeto da presente licitação à Empresa Vencedora PROESPLAN ENGENHARIA LTDA, no valor de R$ 632.856,03 (seiscentos e trinta e dois mil e oitocentos e cinquenta e seis reais e três centavos). Vinhedo/SP em 19 de abril de 2024. **ANDREA ANDRADE DE CAMPOS - Superintendente da Autarquia.** Publique-se.

Prefeitura de José Bonifácio SP

Secretaria de Administração
Serviço de Compras e Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2024.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 030/2024.
DATA DA REALIZAÇÃO: 13/05/2024.
HORÁRIO: 08:00 horas.
LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. **27/2024**, objeto do Processo de Licitação nº. **030/2024**, do tipo **Menor Preco Unitario,** objetivando a Contratação de empresa para manutenção de veículos do tipo micro ônibus, vans e kombis, pertencentes a frota do setor de transporte de alunos, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico ***licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/compraseditaI.***

Prefeitura Municipal de José Bonifácio,
Aos 22 de abril de 2024.

DILMO RESENDE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Prefeitura de José Bonifácio SP

Secretaria de Administração
Serviço de Compras e Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2024.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 028/2024.
DATA DA REALIZAÇÃO: 07/05/2024.
HORÁRIO: 08:00 horas.
LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. **25/2024**, objeto do Processo de Licitação nº. **028/2024**, do tipo **Menor Preco Unitario,** objetivando a Aquisição de suplementos alimentares, destinados ao Serviço de Assistência Social, da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico ***licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/compraseditaI.***

Prefeitura Municipal de José Bonifácio,
Aos 22 de abril de 2024.

DILMO RESENDE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Edital de Convocação - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE MARÍLIA - Base Territorial: Garça, Vera Cruz, Marília, Oriente, Pompéia, Quintana, Herculândia, Tupã, Iacri, Bastos, Parapuã e Osvaldo Cruz - **Assembleia Geral Extraordinária** - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE MARÍLIA -** Devidamente inscrito no **CNPJ/MF: 44.471.076/0001-70** - Pelo presente edital, **CONVOCA TODOS** os **TRABALHADORES,** dos setores abaixo identificados - com **DATA BASE EM 1º DE MAIO**, pertencentes ao 3º Grupo da CLT, do Plano da CNTI, **ASSOCIADOS OU NÃO**, todos **COM DIREITO A VOZ E VOTO**, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se no dia **26/04/2.024,** em nossa sede social sito na **Avenida Feijó, nº 325, Bº: Rodolfo da Silva Costa, Marília - SP, a saber: a) as 18h: CONSTRUÇÃO CIVIL, MONTAGEM E MANUTENÇÃO INDÚSTRIAS, PINTURAS, GESSO E DECORAÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E AFINS** e **b) as 20h: MÓVEIS E MARCENARIAS**, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1º -** Leitura, Discussão e Aprovação da ata de assembleia anterior; **2º -** Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação dos trabalhadores, a ser enviada a Entidade Patronal; **3º -** Deliberar sobre a concessão de poderes à diretoria do Sindicato, para dar início à negociação para renovação das cláusulas coletivas vigentes até 30/04/2024 em conjunto e/ou separadamente com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com a Entidade Patronal e/ou através de mediação ou solução arbitral; **4º -** Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive sobre a deflagração do estado de greve; **5º -** Autorizar e conceder poderes a Diretoria do Sindicato, para agir na esfera administrativa e judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar havendo necessidade o competente Dissídio Coletivo Econômico perante o Tribunal Regional do Trabalho, bem como instaurar o Dissídio de Greve, e ainda constituírem se pertinente, comissão de negociação, cujo custeio restará absorvido pelas contribuições descritas no item 7º; **6º -** Deliberar a manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias; **7º -** Deliberar, definir e ratificar percentual de desconto a título de contribuição assistencial/negocial, conforme estabelece a CLT no artigo 513, alínea "e" c/c com a tese de repercussão geral fixada no julgamento de mérito (tema 935 STF, ARE 1018459 ED / PR, item 21 do voto, que serão descontados em folha de pagamento dos integrantes da categoria associados ou não, que servirão para o custeio e manutenção das atividades sindicais e pelos serviços desenvolvidos em defesa dos trabalhadores da categoria com garantia de oposição durante a Assembleia; **8º -** Havendo deliberação dos presentes, considerar-se-ão concordes com todas as deliberações desta assembleia os ausentes e omissos, bem como expressa e previamente autorizado à Entidade Sindical a negociar em nome destes. Se na hora aprazada não houver quórum, a Assembleia fica convocada e mantida para o mesmo local, realizando-se em segunda convocação, uma hora após, com quaisquer números de presentes, cujas deliberações terão validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a Categoria. Marília/SP, 22 de abril de 2024. **Carlos Ferreira Silva -** Presidente.

MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 002/2024 – Processo Administrativo Nº 010/2024

Acha-se aberta na Divisão de Material a CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 002/2024, do tipo menor preço global por lote, para execução de serviços de prevenção e controle de processos erosivos e adequação de estradas rurais (AVM 150, 151 e 463), nos bairros: Córrego do Macaco e Cruzeiro; nos termos dos Convênios firmados com o Governo do Estado de São Paulo, mediante a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, recurso oriundo do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), Contrato FEHIDRO nº 332/2023 (Empreendimento nº 2023-AP_COB-46) e Contrato FEHIDRO nº 520/2023 (Empreendimento nº 2023-PP-441), mais contrapartida do Município; com abertura às 10:00 horas do dia 8 de maio de 2024. O Edital completo e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo site: https://pncp.gov.br/app/editais ou no site https://www.alvaresmachado.sp.gov.br/publicacoes/1. Telefone: (18) 3273-9300, ramal 222 ou pelo e-mail: licitacao@alvaresmachado.sp.gov.br. Álvares Machado, 22 de abril de 2024. Roger Fernandes Gasques – Prefeito.

"COPALLIANCE S/A"

NIRE: 3530062958-2 - CNPJ: 10.664.726/0001-82

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CUMULATIVAS

COPALLIANCE SA, com sede social, escritório administrativo, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, no Edifício Setin Midtown Office, na Rua José Paulino, nº 235, salas 501-502, CEP 13.013-000, de acordo com o Estatuto Social, convoca através do presente edital, todos seus Acionistas, para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Cumulativas, que será realizada no dia 10/05/2024, às 9:00 horas, na sede da empresa, para decidir a pauta com os seguintes assuntos: **Ordem do Dia – AGO/AGE: a)** Apresentação de contas, balanço patrimonial, demonstração do resultado, do exercício de 2023; **b)** Destinação das sobras ou perdas apuradas no exercício 2023; **c)** Deliberar sobre a integralização do capital subscrito; **d)** Plano sobre as metas para 2024: **e)** Outros assuntos de interesse geral da companhia.

GILBERTO BORGIO - Diretor Presidente

LEILÃO DE CASA - GUARIBA/SP

Online — bradesco — zuk

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Guariba/SP. Jardim São Francisco.** Avenida Antônio Koichi Igarashi, nº 40. **Casa** (Lote 39 da Quadra B). Áreas totais: ter: 300,00m² e constr.: 103,28m². Matr. 8.080 do RI local. **Obs.:** Ocupada. (AF). **1º Leilão**: 14/05/2024, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 357.830,16. 2º Leilão**: 16/05/2024, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 271.966,51** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

SEST SENAT

Serviço Social do Transporte
Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

UNIDADE C 105 – Limeira/SP

ATO AVISO DE LICITAÇÃO
ATO CONCORRÊNCIA Nº 008/2024

O SEST – Serviço Social do Transporte comunica aos interessados que realizará concorrência para contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva, dos equipamentos e periféricos odontológicos com fornecimento de peças básicas. O recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta comercial será no dia 06.05.2024 (Segunda-feira) às 09h00. Para retirada do edital e acesso às demais informações: licitacao.c105@sestsenat.org.br.

Juliana dos Santos Silva
Presidente da Comissão de Licitação

Prefeitura de José Bonifácio SP

Secretaria de Administração
Serviço de Compras e Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2024.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 032/2024.
DATA DA REALIZAÇÃO: 15/05/2024.
HORÁRIO: 08:00 horas.
LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. **29/2024**, objeto do Processo de Licitação nº. **032/2024**, do tipo **Menor Preco Unitario,** objetivando a Aquisição de materiais e ferragens, destinados aos diversos setores municipais, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico ***licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/compraseditaI.***

Prefeitura Municipal de José Bonifácio,
Aos 22 de abril de 2024.

DILMO RESENDE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Prefeitura de José Bonifácio SP

Secretaria de Administração
Serviço de Compras e Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2024.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 029/2024.
DATA DA REALIZAÇÃO: 10/05/2024.
HORÁRIO: 08:00 horas.
LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. **26/2024**, objeto do Processo de Licitação nº. **029/2024**, do tipo **Menor Preco Global,** objetivando a Contratação de serviços de manutenção em bens próprios e de domínio público, com fornecimento de mão de obra (pedreiro, servente de obras, eletricista e ajudante geral), a serem realizados no âmbito da administração pública municipal, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico ***licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/compraseditaI.***

Prefeitura Municipal de José Bonifácio,
Aos 22 de abril de 2024.

DILMO RESENDE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

GIOVANNI LUCA TISSIANO MARTINS, Leiloeiro Oficial, JUCESP no 1162, devidamente autorizado pelo proprietário/credor fiduciário ***AEPAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA***, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF 23.000.006/0001-64, com sede na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-EE, Vila Bandeirantes, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, Cep. 13.670-000, faz saber que, nos termos do artigo 27, da Lei 9514, de 20 novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida pelo fiduciante, **DAILTON ZANI**, inscrito no CPF/MF sob n.º 229.825.938-07, casado com **AMANDA SERVELIN SILVA**, inscrita no CPF/MF sob n.º 402.015.328-08, promoverá 02 (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: ***Primeiro Leilão: Dia 03 de maio de 2024, às 9:30 horas; e, Segundo Leilão: Dia 08 de maio de 2024, às 9:30 horas. Local:*** Sede da Empresa AEPAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, situada na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-EE, Vila Bandeirantes (próximo ao Fórum), Cep. 13.670-000, e fica o fiduciante, intimado das datas dos leilões, pelo presente edital, inclusive para o exercício do direito de preferência. **Imóvel: Um lote de terreno**, sob o nº **08 (oito), da Quadra C**, do loteamento denominado **"TERRAZUL TI"**, situado na cidade de **Tietê-SP**, medindo 12,08 metros em desenvolvimento de curva de raio 506,00 metros e ângulo central 7º53'48" de frente para a Rua Projetada 07; do lado direito de quem da Rua olha para o referido lote mede 24,87 metros confrontando o lote 07; do lado esquerdo mede 21,62 metros confrontando o lote 09; e nos fundos mede 10,48 metros em desenvolvimento de curva de raio 210,00 metros e ângulo central 28º1'32" confrontando com o lote 41; encerrando assim uma área total de **256,21 metros quadrados**. **Matriculado no Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Tietê-SP, sob n.º 44.235**, com **cadastro municipal** sob **n.º 000015032012201**. ***Condições e Valor de Venda:*** A venda será realizada a vista. O bem imóvel acima indicado está avaliado em **R$ 113.117,20** (cento e treze mil, cento e dezessete reais e vinte centavos); Se no primeiro público Leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5%(cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O imóvel se encontra desocupado e sem nenhuma construção, porém em eventual ocupação, a desocupação também correrá por conta do arrematante. Maiores informações no escritório do leiloeiro – Tel.: (19) 3523-6393.

GIOVANNI LUCA TISSIANO MARTINS, Leiloeiro Oficial, JUCESP no 1162, devidamente autorizado pelo proprietário/credor fiduciário ***AEPAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA***, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF 23.000.006/0001-64, com sede na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-EE, Vila Bandeirantes, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, Cep. 13.670-000, faz saber que, nos termos do artigo 27, da Lei 9514, de 20 novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida pelos fiduciantes, **ALVARO DA ROCHA MONTEIRO**, inscrito no CPF/MF sob n.º 240.753.533-20, e **CRISTIANA PINHEIRO MONTEIRO**, inscrita no CPF/MF sob n.º 279.714.438-46, promoverá 02 (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: ***Primeiro Leilão: Dia 08 de maio de 2024, às 10:00 horas; e, Segundo Leilão: Dia 15 de maio de 2024, às 10:00 horas. Local:*** Sede da Empresa AEPAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, situada na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-EE, Vila Bandeirantes (próximo ao Fórum), Cep. 13.670-000, e ficam os fiduciantes, intimados das datas dos leilões, pelo presente edital, inclusive para o exercício do direito de preferência. **Imóvel: Um lote de terreno**, sob o nº **32 (trinta e dois)**, **da Quadra G**, do loteamento denominado **"TERRAZUL TI"**, situado na cidade de **Tietê-SP**, medindo 9,50 metros de frente para a Rua Projetada 07; do lado direito de quem da Rua olha para o referido lote, mede 21,56 metros, confrontando com o lote 31; do lado esquerdo, mede 23,43 metros, confrontando com o lote 33; e nos fundos mede 9,68 metros em desenvolvimento de curva de raio 970,37 metros e ângulo central 9º43'50", confrontando com parte dos lotes 14 e 15; encerrando assim uma área total de **213,65 metros quadrados**. **Matriculado no Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Tietê-SP, sob n.º 44.366**, com **cadastro municipal** sob **n.º 000015074041301**. ***Condições e Valor de Venda:*** A venda será realizada a vista. O valor de avaliação do lote para que o mesmo seja levado a leilão leva em conta a forma de pagamento escolhida pelos devedores/fiduciantes, acrescida das despesas, motivo pelo qual a avaliação do lote em questão é de **R$ 179.658,83** (cento e setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos); Se no primeiro público Leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5%(cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O imóvel se encontra desocupado e sem nenhuma construção, porém em eventual ocupação, a desocupação também correrá por conta do arrematante. Maiores informações no escritório do leiloeiro – Tel.: (19) 3523-6393.

Tagipuru Administração e Participação S.A.

CNPJ nº 47.851.696/0001-23

Demonstrações Financeiras findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. As Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. À Diretoria

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo / Circulante	**11.163.004,65**	**5.342.178,37**
Bancos com Movimento	1.063,02	1.063,02
Bancos com Aplicação	2.434.782,60	2.955.992,42
Imposto de Renda a Compensar	56.339,55	9.973,95
Contas Correntes	1.500,54	-
Adiantamento a Fornecedores	2.330.220,33	1.294.310,12
Lucros Aprovados a Receber-Frical	6.339.098,61	1.080.838,86
Não Circulante	**13.286.610,16**	**12.443.557,63**
Obras em Andamento	-	-
Investimentos	13.243.935,97	12.400.883,44
Edifícios	1.928.282,36	1.928.282,36
Terrenos	1.062.096,60	1.062.096,60
Participações Societárias	9.702.302,28	8.859.249,75
Subconta-Adoção Inicial- Rua Dr.Alfredo de Castro,200	551.254,73	551.254,73
Imobilizado	**42.674,19**	**42.674,19**
Veículos	605.000,00	605.000,00
Computadores	31.337,19	31.337,19
Móveis e Utensílios	11.337,00	11.337,00
(-) Depreciação	605.000,00	605.000,00
Total do Ativo	**24.449.614,81**	**17.785.736,00**
Passivo / Circulante	**9.215.801,23**	**862.995,02**
Cofins a Recolher	5.695,98	7.073,41
Pis a Recolher	1.236,63	1.535,67
Contas Correntes	-	841.324,99
Fornecedores	13.060,95	13.060,95
Lucros Aprovadas a Pagar-Marbi	6.887.527,84	-
Lucros Aprovadas a Pagar-Cadete	2.308.279,83	-
Não Circulante	**-**	**-**
Patrimônio Líquido	**15.233.813,58**	**16.922.740,98**
Capital	5.679.515,00	5.679.515,00
Reserva de Capital	607.743,08	607.743,08
Lucros Acumulados	-	5.581.285,65
Ajuste Imobilizado Próprio	551.254,73	551.254,73
Lucro do Exercício (2023)	8.395.300,77	4.502.942,52
Total do Passivo	**24.449.614,81**	**17.785.736,00**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido — Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Ajuste Imobilizado Próprio	Patrimônio Líquido
Saldo em 31.12.2021	**5.679.515,00**	**607.743,08**	**5.290.062,30**	**551.254,73**	**12.419.798,46**
Lucro do Exercício	-	-	4.502.942,52	-	4.502.942,52
Saldo em 31.12.2022	**5.679.515,00**	**607.743,08**	**9.793.004,82**	**551.254,73**	**16.922.740,98**
Distribuição de Lucros	-	-	(9.793.004,82)	-	(9.793.004,82)
Lucro do Exercício	-	-	8.395.300,77	-	8.395.300,77
Saldo em 31.12.2023	**5.679.515,00**	**607.743,08**	**8.395.300,77**	**551.254,73**	**15.233.813,58**

Demonstração do Resultado do Exercício	2.023	2.022
Receitas Operacionais	**1.075.123,86**	**1.035.049,82**
Alugueis	756.124,80	729.421,50
Rendimento sobre Aplicações Financeira	318.999,06	305.628,32
(-) Despesas Operacionais	**2.636.135,37**	**696.176,71**
Despesas com Permanente	40.665,18	75.881,43
Despesas Administrativas	2.484.175,27	513.280,78
Impostos e Taxas	111.294,92	107.014,50
Resultado Operacional	**(1.561.011,51)**	**338.873,11**
Contribuição Social	-	27.847,79
Imposto de Renda	-	59.354,96
Receitas Não Operacionais	**9.956.312,28**	**4.251.272,16**
Receita da Venda de Imobilizado	255.000,00	-
Ajuste/Investimento		
Equivalência Patrimonial	9.701.312,28	4.251.272,16
Resultado Líquido do Exercício	**8.395.300,77**	**4.502.942,52**

Demonstração do Fluxo de Caixa	2023	2022
1 - Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	8.395.300,77	4.502.942,52
Lucro Ajustado	**8.395.300,77**	**4.502.942,52**
Variação do Circulante		
Aumento dos investimentos-participações	843.052,53	(3.170.433,30)
Aumento Conta Correntes	1.500,54	348.927,11
Redução IRF a Compensar	(46.365,60)	2.655,14
Redução Adiantamento a Fornecedores	1.076.075,36	(1.294.310,12)
Lucros Aprovados a Receber	(5.258.259,75)	-
Lucros Aprovados a Pagar	(9.195.807,67)	(1.080.838,86)
Redução no Contas Correntes (PC)	(841.324,99)	841.324,99
Redução Impostos a Recolher (PC)	1.676,47	(27.260,30)
Aumento nas outas contas (PC)	4.502.942,52	(214,47)
Lucros Distribuídos		
Caixa Gerado	**(521.209,82)**	**122.792,71**
Caixa Consumido	**(521.209,82)**	**122.792,71**
Atividade de Financiamento		
Caixa Gerado	**(521.209,82)**	**122.792,71**
Saldo de Caixa + Equivalente no Início	2.957.055,44	2.834.262,73
Saldo de Caixa + Equivalente no final	2.435.845,62	2.957.055,44

Demonstração de Lucros Acumulados 31/12/2023	
I - Saldo Inicial: Saldo do Exercício Anterior	**9.793.004,82**
Distribuição de dividendos	(9.793.004,82)
II - Resultado: Lucro Líquido do Exercício	8.395.300,77
III - Destinação e Transferência	
Saldo no Final do Exercício	**8.395.300,77**

Notas Explicativas: Contexto Operacional: Nota 1. Com seus Atos Constitutivos registrados na JUCESP em 19/10/2000.Tem por atividade principal alugueis de imóveis próprios; **Nota 2. Apresentação das demonstrações contábeis:** Elaboradas de acordo com as práticas contábeis e societárias do Brasil Lei 6.404/76 e suas alterações, não trouxe efeitos relevantes sobre o resultado da empresa. **Nota 3.** Foram adotadas as seguintes praticas contábeis; **a)** Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício; **b)** Ativo Circulante-Aplicações Financeiras: São demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não excedem ao valor de mercado; Demais Ativos Circulantes; demonstrados ao custo de aquisição; **c)** Passivo Circulante e não Circulante; São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas; **d)** provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado; e) Imposto de Renda e a Contribuição Social: O IR e a CS, calculados a alíquota de 15% acrescido de 10% quando ultrapassar a R$240.000,00 sobre os lucros anuais, e a Contribuição Social a alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado; **Nota 4 - Partes Relacionadas:** foram demonstradas em condições normais de mercado; **Nota 5. Patrimônio Líquido: a)** O capital social é representado por 5.579.515 ações ordinárias de domiciliados no país; **b)** Reserva de Capital (Legal): Está constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme legislação societária limitada a 20% do capital social; **Nota 6. Seguros:** a sociedade adota a política de seguros em níveis que a administração considera adequada para cobrir os eventuais riscos de responsabilidades ou sinistros de seus ativos. Walney de Araújo Moura- Presidente e Lino Figueira Cortez - Contador CRC 1SP 142086/O-5.

Marco Civil da Internet chega a dez anos sob ameaça da Justiça

Críticos questionam eficácia da 'Constituição das redes' em lidar com desinformação

José Marques

BRASÍLIA Conhecido como a "Constituição das redes", o Marco Civil da Internet chega aos dez anos questionado sobre a sua eficácia para lidar com problemas como a desinformação e sob a mira de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

O texto, no entanto, é defendido por entidades e acadêmicos que estudam a internet e as redes sociais —que se opõem à derrubada de normas previstas na lei, mas apontam que podem ser criadas exceções às regras para a moderação de conteúdo pelas big techs.

A discussão se acirrou com os ataques do empresário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), ao ministro do STF Alexandre de Moraes, que provocou movimentações de uma ala da corte para rever o conteúdo do texto.

Outro motivo que deu força ao Judiciário foi o recuo do Congresso em relação ao chamado PL das Fake News.

O Supremo discute retomar julgamento sobre a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil. O item exige ordem judicial de exclusão de conteúdo para responsabilização das companhias de tecnologia por conteúdos de terceiros publicados em suas plataformas.

As exceções são casos de nudez não consentida ou de violação de propriedade intelectual.

No último dia 10, o decano da corte e um de seus membros mais influentes politicamente, ministro Gilmar Mendes, defendeu que a segurança da internet só seria possível "com a elaboração de uma nova legislação".

"Ao revisitar a recente história nacional, não é preciso muito esforço para concluir que o Marco Civil da Internet atualmente em vigor —com o qual esta corte tem um encontro marcado em breve— tem-se revelado muitas vezes inábil a impedir abusos de toda a sorte", afirmou, em discurso de desagravo a Moraes.

Depois da fala de Gilmar, o relator de uma das ações que tratam do Marco Civil, Dias Toffoli, disse em nota que até junho deste ano os autos deveriam ser deixados à disposição para julgamento.

Caberá ao presidente do tribunal, Luís Roberto Barroso, pautar o caso. Internamente, porém, há uma divisão na corte a respeito do tema, e pode ser que ele só vá a plenário caso haja um consenso maior.

O diretor executivo do InternetLab, centro de pesquisa sobre direito e tecnologia, Francisco Brito Cruz, afirma que a derrubada do artigo 19 não resolveria o problema da desinformação nas redes.

Para ele, uma mudança no atual regime de responsabilização das big techs pode incentivar as empresas a, em vez de investirem em melhorias na moderação, apenas centrarem seus esforços na contratação de advogados que farão cálculos dos riscos jurídicos de uma indenização.

Cruz afirma, no entanto, que "a pior das hipóteses é ter uma decisão de 500 páginas que ninguém consegue interpretar". "Tem que ser uma decisão autoaplicável e que a tese esteja clara, e isso fica mais difícil se cada um votar de um jeito", afirma.

Bia Barbosa, integrante do DiraCom (Direito à Comunicação e Democracia) e representante da sociedade civil no Comitê Gestor da Internet, também defende que o artigo 19 não deva ser derrubado, o que alteraria o funcionamento da internet na visão dela.

O artigo, diz, não trata especificamente de redes sociais, mas de "provedores de internet", e envolve ferramentas consideradas intermediárias neutras, como as plataformas de publicações de sites —por exemplo, a WordPress.

Ela sugere a criação de uma "exceção em relação ao regime geral de responsabilidade do artigo 19 para redes sociais, ferramentas de busca e aplicativos de mensagens".

"Essa exceção me pareceria claramente necessária de ser feita no caso dos conteúdos pagos impulsionados, porque as plataformas lucram com a distribuição desses conteúdos", afirma.

No ano passado, em texto publicado na **Folha**, os idealizadores do Marco Civil manifestaram preocupação com discussões que propõem alterar a norma "de forma apressada e excludente".

"O caminho para o aperfeiçoamento da regulação da rede no Brasil não passa pela supressão de elementos centrais do Marco Civil, mas sim pelo reconhecimento do seu papel como balizador das novas soluções regulatórias. Elas devem vir a partir dele", disseram o advogado Ronaldo Lemos, que é colunista da **Folha**, e Carlos Affonso Pereira de Souza e Sergio Branco, diretores do Instituto de Tecnologia e Sociedade.

No âmbito eleitoral, uma resolução aprovada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em janeiro sobre propaganda eleitoral foi vista como uma norma que confronta diretamente com o Marco.

A resolução estabelece que as plataformas de internet serão solidariamente responsáveis "civil e administrativamente quando não promoverem a indisponibilização imediata de conteúdos e contas, durante o período eleitoral".

A norma diz que precisam ser retiradas imediatamente, entre outros tópicos, postagens "antidemocráticas", publicações com "fatos notoriamente inverídicos ou gravemente descontextualizados" sobre o processo eleitoral e "grave ameaça, direta e imediata, de violência ou incitação à violência" contra membros do Judiciário.

A regularidade da norma é contestada por defensores do Marco Civil e advogados especializados em tecnologia.

O principal processo que tramita no Supremo sobre o assunto trata de um caso concreto sobre remoção de um perfil do Facebook, mas a decisão incidirá em todas as ações similares do Brasil.

Nos autos, há ao menos 18 partes interessadas —os chamados amicus curiae, que podem opinar no processo sobre o tema.

Entre eles, big techs como o Google, Tik Tok e X (ex-Twitter), além do Instituto de Advogados de São Paulo, do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e da Conib (Confederação Israelita do Brasil).

Em suas manifestações, a Wikimedia Foundation, entidade responsável pela Wikipedia, sugere que, a eventual reforma no Código Civil da Internet deveria obrigar as big techs a ter "procedimentos eficazes para lidar com diferentes tipos de conteúdo nocivo, levando em conta os diferentes modelos de moderação de conteúdo eficazes que podem existir".

Para a Wikimedia, isso é mais eficaz do que "especificar que o provedor de aplicativo deve realizar a remoção de conteúdo ou se responsabilizar pelo conteúdo de terceiros que hospeda".

Um dos motivos para o Marco Civil da Internet ter sido aprovado em 2014 e sancionado pela então presidente Dilma Rousseff (PT) foram as denúncias de espionagem eletrônica dos Estados Unidos sobre o Brasil.

"Esses fatos são inaceitáveis e continuam sendo inaceitáveis, atentam contra a própria natureza da internet", discursou Dilma ao sancionar a lei. "Os direitos que as pessoas têm offline também devem ser protegidos online."

A assinatura aconteceu no dia 23 de abril de 2014 após aprovação rápida no plenário do Senado, depois de um mês de discussão —na Câmara, o projeto demorou pouco mais de três anos para ser aprovado. A lei passou a valer um mês depois.

'Redes sociais distorcem texto para fugir de responsabilidade'

ENTREVISTA
RENATA MIELLI

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO A falta de regras para orientar o comportamento das redes sociais no Brasil não é um problema do texto do Marco Civil da Internet, aprovado há dez anos, na visão da coordenadora do Comitê Gestor da Internet (CGI), Renata Mielli, 52. Para ela, advogados das big techs se valem de interpretações indevidas para manter a irresponsabilidade de seus clientes.

*

Quais foram os principais avanços que a aprovação do Marco Civil da Internet dez anos atrás trouxe? O Marco Civil foi a primeira lei no Brasil construída com base em uma consulta pública à sociedade, com inúmeras audiências.

Qual foi o resultado desse processo de diálogo? Ficou garantido pelo marco civil que a internet é um direito fundamental e, portanto, o acesso à internet também deve ser garantido pelo Estado brasileiro.

Outra coisa é a garantia da neutralidade da rede. O Marco Civil da internet escreveu em lei que as operadoras de telecomunicação não podem diferenciar, a partir de interesses comerciais, a entrega dos pacotes de dados para os usuários. Isso significa que não podem privilegiar o fluxo de dados de um conteúdo em detrimento de outro que é uma transação comercial.

Naquele momento também ficou claro o princípio da inimputabilidade dos intermediários, o artigo 19. Só são responsáveis pelo conteúdo de terceiros mediante ordem judicial, que nem sempre cumpriam naquela época.

Esse último ponto é alvo de discussão hoje, quando discutimos o antigo do texto do PL da fake news. O projeto falava do dever das plataformas de proteção dos usuários. A confusão está no conceito, porque redes sociais são aplicações de internet que vão além de simples intermediários. Não cabem na acepção da palavra do que está consignado no Marco Civil da Internet.

Gabriella Biló/Folhapress

Renata Mielli, 52
É coordenadora do Comitê Gestor da Internet desde 2023. Antes, coordenou o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé. Estuda o impacto emocional das redes sociais na vida das pessoas em doutorado na Escola de Comunicações e Artes da USP

> **O Marco Civil da internet escreveu em lei que as operadoras de telecomunicação não podem diferenciar, a partir de interesses comerciais, a entrega dos pacotes de dados para os usuários. Isso significa que não podem privilegiar o fluxo de dados de um conteúdo em detrimento de outro que é uma transação comercial**

Essas empresas são gestoras de conteúdo, porque definem prioridades através de critérios próprios e algoritmos de impulsionamento —há uso de recurso econômico para impulsionar conteúdo. Na visão do CGI, é necessário olhar para esse novo tipo de ator que existe em cima da camada da internet, que precisa ter outra forma de responsabilidade.

O artigo 19 do Marco Civil não perdeu a importância. O que gera problemas para nós são as novas aplicações de internet estarem fora do escopo do Marco Civil —hoje não há legislação para regulá-las. O Marco Civil foi feito para os problemas que tínhamos em 2014.

Os advogados dessas redes sociais costumam argumentar que elas são intermediárias. Isso é uma diferença de concepção entre as duas partes? Isso é uma interpretação indevida do Marco Civil da Internet, porque essas plataformas não são intermediárias neutras. Essas plataformas são curadoras de conteúdo. Naquela época, isso não estava muito claro. O artigo 19 do Marco Civil não dá conta do tipo de serviço que essas empresas prestam.

Em resolução do CGI do ano passado, nós dizemos que temos acordo com a proposta que estava no projeto de lei 2.630 de que essas plataformas precisam ser responsáveis, se não solidariamente, subsidiariamente pelos conteúdos postados pelos terceiros.

Agora, voltamos à estaca zero desse debate, quando Arthur Lira mudou a relatoria do PL das Fake News. O Congresso Nacional precisa discutir qual será o rumo desse debate. Na ausência de clareza, o STF já agendou uma data para o ADI (ação direta de inconstitucionalidade) contra o artigo 19 [para 17 de maio] em busca de resposta. Caso o STF julgue o dispositivo inconstitucional, surge outro problema de insegurança jurídica.